



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E PRÁTICAS
SOCIAIS

UMA TEIA DE RELAÇÕES: O LIVRO, A LEITURA E A PRISÃO
Um estudo sobre a remição de pena pela leitura em Penitenciárias Federais
Brasileiras

MARIA LUZINEIDE P. DA COSTA RIBEIRO

Brasília

2017



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E PRÁTICAS
SOCIAIS**

MARIA LUZINEIDE P. DA COSTA RIBEIRO

UMA TEIA DE RELAÇÕES: O LIVRO, A LEITURA E A PRISÃO
Um estudo sobre a remição de pena pela leitura em Penitenciárias Federais
Brasileiras

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Literatura e Práticas Sociais do Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Literatura.

Área de concentração: Literatura e Práticas Sociais

Linha de pesquisa: Textualidades – Da leitura à escrita

Orientador: Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco

Brasília

2017

FOLHA DE APROVAÇÃO**MARIA LUZINEIDE P. DA COSTA RIBEIRO****UMA TEIA DE RELAÇÕES: O LIVRO, A LEITURA E A PRISÃO**

Um estudo sobre a remição de pena pela leitura em Penitenciárias Federais Brasileiras

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura do Instituto de Letras da Universidade de Brasília para obtenção do grau de Doutora à Banca Examinadora, composta pelos seguintes professores:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Robson Coelho Tinoco - IL/TEL – UnB

(Presidente)

Prof.^a Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho - FD/UNB

(Membro externo)

Prof. Dr. Alexandre Simões Pilati – IL/TEL – UnB

(Membro interno)

Prof.^a Dra. Maria Amélia Dalvi – Centro de Educação /UFES

(Membro externo)

Prof.^a Dra. Janaína de Aquino Ferraz – PPGL/UnB

(Membro Interno)

Aos meus pais, toda a minha admiração e respeito.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelos vários caminhos que me conduziram até aqui. Embora nem sempre tão agradáveis, foram imprescindíveis ao meu crescimento pessoal e profissional.

Meus agradecimentos se dirigem, especialmente, ao Professor Doutor Robson Coelho Tinoco, pela confiança e pela possibilidade de proporcionar o contato da academia com o universo literário da prisão. Espero que ao ler esta tese, encontre muito de nossas conversas, dos nossos encontros, de nossas reflexões e dos nossos projetos que parecem não ter fim, o que me deixa extremamente feliz.

Igualmente, agradeço à Banca examinadora pela possibilidade do diálogo e do compartilhamento de saberes. Foi, sem dúvida, um momento ímpar e de grande significado em minha vida acadêmica.

Especial menção ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), representado pela Coordenadora Geral do Tratamento Penitenciário (CGTP), Jocemara Rodrigues da Silva, pelas valiosas contribuições à pesquisa e por compartilhar a singular realidade dos leitores das Penitenciárias Federais Brasileiras.

Ao Professor Doutor Alexandre Simões Pilati e ao Professor Doutor Danglei de Castro Pereira, pelas intervenções produtoras no exame de qualificação. Foi muito importante ouvi-los e poder aprender, mais ainda, com vocês.

A todos os colegas e professores que, de alguma forma, contribuíram para o desenvolvimento desta tese com sugestões de leituras ou mesmo pela curiosidade em saber um pouco mais sobre este espaço tão simbólico da prisão.

A todos os internos do Sistema Penitenciário Federal que compartilharam suas resenhas e um pouco de suas histórias, espero um dia poder agradecê-los pessoalmente.

Por fim, meu agradecimento especial à minha família que sempre esteve comigo nesta caminhada pelo conhecimento, compreendendo a escolha por uma realidade, muitas vezes, tão complexa.

“A prisão é o único lugar onde o poder pode se manifestar em estado puro em suas dimensões mais excessivas e se justificar como poder moral. "Tenho razão em punir, pois vocês sabem que é desonesto roubar, matar...". O que é fascinante nas prisões é que nelas o poder não se esconde, não se mascara cinicamente, se mostra como tirania levada aos mais íntimos detalhes, e, ao mesmo tempo, é puro, é inteiramente "justificado", visto que pode inteiramente se formular no interior de uma moral que serve de adorno a seu exercício: sua tirania brutal aparece então como dominação serena do Bem sobre o Mal, da ordem sobre a desordem.”

(Michel Foucault, 2000)



Talvez se leia sempre no escuro... A leitura depende da escuridão da noite. Mesmo que se leia em pleno dia, fora, faz-se noite em redor do livro.

(Marguerite Duras)

RESUMO

RIBEIRO, Maria Luzineide P. da costa. **Uma teia de relações: O livro, a leitura e a prisão** - um estudo sobre a remição de pena pela leitura em Penitenciárias Federais Brasileiras. 2017. 240f. Tese (Doutorado em Literatura) – Instituto de Letras, Departamento de Teoria literária e literaturas, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Nesta tese, apresentamos o projeto *Remição pela leitura*, realizado nas Penitenciárias Federais Brasileiras – de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) – instituído pela portaria 276/2012 que trata da prática de leitura como remição de pena. Para além de uma análise descritiva do projeto de Remição de pena pela Leitura como medida redutora de dias do apenado do Sistema Penitenciário Federal, esta tese defende a prática literária como política pública de estímulo à leitura nas prisões que pode contribuir significativamente no processo de ressocialização, trazendo impactos sobre a rotina carcerária moduladora e alienante deste sujeito, minimizando os efeitos da prisionização e possibilitando a reformulação da sua visão de mundo. Nesta investigação, temos por objetivo descrever o perfil do leitor, estudar, de forma detalhada, todas as etapas desse processo de leitura, realizado em todo o Sistema Penitenciário Federal (SPF) durante os anos de 2009 a 2016, a partir dos pressupostos legais e dos parâmetros exigidos para sua homologação, objetivando compreender o seu impacto sobre a vida deste leitor. Como aporte teórico, os principais balizadores deste estudo estão diretamente relacionados à Estética da recepção e à Sociologia da Leitura, além de firmemente articulados aos estudos contemporâneos sobre a questão penitenciária. Como estratégias de validação desta pesquisa, foram realizadas entrevistas com roteiro semiestruturado com a Coordenação do Tratamento Penitenciário (CGTP) e analisados depoimentos e resenhas produzidas por 15 presos de unidades federais, com fulcro na recepção desta leitura e nas suas representações. Com base em dados compilados pelo Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN/MJ), foi traçado um perfil deste leitor e de sua capacidade de escrita e leitura, bem como frequência e hábitos de leitura. A busca pela compreensão deste universo simbólico da prisão permitiu-nos mobilizar uma discussão em torno destes sujeitos, bem atada aos possíveis fios da leitura que redimensionam o mundo deste leitor. Em meio a questões estruturais inerentes ao regime disciplinar diferenciado, a pesquisa demonstrou que se trata de leitores diferenciados, com maior nível de instrução e sedentos por leitura. Ao longo de todo o período examinado, o projeto *Remição pela leitura* conseguiu desenvolver todas as suas etapas, promovendo a remição de pena e estimulando a prática de leitura na prisão. Contudo, percebeu-se que se faz necessário repensar o gênero literário, bem como as estratégias de mediação para a produção textual e compartilhamento de leituras. Em função da rotatividade do público alvo e da descontinuidade do processo em algumas unidades, observa-se que, de forma geral, como remição de pena não impacta significativamente a vida penal deste indivíduo, contudo como prática de leitura tornou-se imprescindível à vida destes leitores. Mesmo num ambiente de extremo controle e de modulação de vontades, neste caso no RDD, é inegável os impactos de tal prática sobre este leitor.

Palavras-chave: Leitura. Remição de pena. RDD. Emancipação. Desalienação.

ABSTRACT

RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. **Web, Text and Storytellers** A web of relationships- The book, Reading and prison: on the remission of sentence by reading in Brazilian Federal Penitentiary. 2017. 240f. Thesis (Doctor of Literature) - Language Institute, Department of Literary Theory and Literature, University of Brasília, Brasília, 2017.

In this thesis, we present the Remission for Reading project, carried out in the Brazilian Federal Penitentiaries - of Differential Disciplinary Regime (RDD) - instituted by ordinance 276/2012 that deals with reading practice as remission of sentence. In addition to a descriptive analysis of the Remission of Feather for Reading project as a reductive measure of days of the distress of the Federal Penitentiary System, this thesis defends literary practice as a public policy to stimulate reading in prisons that can contribute significantly in the process of resocialization bringing Impacts on the prison routine modulating and alienating this subject, minimizing the effects of prison and making possible the reformulation of his worldview. In this investigation, we aim to describe the profile of the reader, to study, in a detailed way, all the stages of this reading process, carried out throughout the Federal Penitentiary System (SPF) during the years 2009 to 2016, based on legal and Of the parameters required for its homologation, in order to understand its impact on the life of this reader. As a theoretical contribution, the main proponents of this study are directly related to the Aesthetics of Reception and to the Sociology of Reading, in addition to being firmly articulated to contemporary studies on the penitentiary issue. As validation strategies of this research, interviews with a semi-structured script with the Coordination of Penitentiary Treatment (CGTP) were carried out, and testimonies and reviews produced by 15 inmates of federal units were analyzed, with a focus on receiving this reading and its representations. Based on data compiled by the National Penitentiary Department (DEPEN / MJ), a profile of this reader and his writing and reading ability, as well as frequency and reading habits were drawn. A busca pela compreensão deste universo simbólico da prisão permitiu-nos mobilizar uma discussão em torno destes sujeitos, bem atada aos possíveis fios da leitura que redimensionam o mundo deste leitor. Em meio a questões estruturais inerentes ao regime disciplinar diferenciado, a pesquisa demonstrou que se trata de leitores diferenciados, com maior nível de instrução e sedentos por leitura. Ao longo de todo o período examinado, o projeto *Remissão pela leitura* conseguiu desenvolver todas as suas etapas, promovendo a remissão de pena e estimulando a prática de leitura na prisão. Contudo, percebeu-se que se faz necessário repensar o gênero literário, bem como as estratégias de mediação para a produção textual e compartilhamento de leituras. Em função da rotatividade do público alvo e da descontinuidade do processo em algumas unidades, observa-se que, de forma geral, como remissão de pena não impacta significativamente sobre a vida penal deste indivíduo, contudo como prática de leitura tornou-se imprescindível à vida destes leitores. Mesmo num ambiente de extremo controle e de modulação de vontades, neste caso no RDD, é inegável os impactos de tal prática sobre este leitor.

Key-words: Reading. Redemption penalty. RDD. Emancipation. Disalienation.

.

RÉSUMÉ

RIBEIRO, Maria Luzineide P. da Costa. **Un réseau de relations: Le livre, la lecture et la prison** - une étude sur la peine de rachat pour la lecture en pénitencier fédéral brésilien. 2017. 240f Thèse (Docteur en Littérature) - Institut des langues, Département de Théorie littéraire et littérature, Université de Brasília, Brasília 2017.

Dans cette thèse, nous présentons le projet de rachat par la lecture a eu lieu le pénitencier fédéral brésilien - Régime disciplinaire (RDD) Différenciation - établie par le décret 276/2012 qui traite de la pratique de la lecture comme une pénalité pour le rachat. En plus d'une analyse descriptive de la peine projet de rachat par la lecture comme une mesure de réduction des jours de système pénitentiaire fédéral du condamné, cette thèse défend la pratique littéraire en tant que politique publique pour encourager la lecture dans les prisons qui peuvent contribuer de manière significative au processus de remise en état d'apporter les impacts sur la modulation et aliénant de routine prison ce sujet, ce qui minimise les effets de prisonnisation et permettant la reformulation de leur vision du monde. Dans cette recherche, nous visons à décrire le profil de lecteur, d'étudier en détail toutes les étapes de ce processus de lecture, effectuées dans le département de la prison nationale (SPF) pour les années 2009 à 2016, des exigences légales et les paramètres requis pour son approbation, afin de comprendre son impact sur la vie de ce joueur. En tant que cadre théorique, les principaux points de référence de cette étude sont directement liés à la réception esthétique et sociologie de la lecture, et fermement articulés aux études contemporaines sur la question de la prison. Comme ces stratégies de validation de la recherche, des entrevues ont été menées avec semi-structuré avec la coordination du traitement pénitentiaire (CGTP) et analysé les témoignages et commentaires produits par 15 détenus des unités fédérales, avec point d'appui à la réception de cette lecture et de ses représentations. D'après les données compilées par le Département national pénitentiaire (Depen / MJ), il était de créer un profil du joueur et sa capacité d'écriture et de lecture, ainsi que les habitudes de fréquence et de lecture. La recherche de la compréhension de cet univers symbolique de la prison nous a permis de mobiliser une discussion autour de ces sujets et liés à des fils de lecture possible de redimensionner le monde ce joueur. Au milieu de problèmes structurels inhérents au système disciplinaire différents, la recherche a montré qu'il est différent des lecteurs avec le niveau d'éducation et de soif supérieure pour la lecture. Tout au long de la période examinée, le rachat par la lecture de projet a réussi à développer toutes ses étapes, la promotion de la peine de rachat et stimulant pratique de la lecture en prison. Cependant, il a été constaté qu'il est nécessaire de repenser le genre, ainsi que les stratégies de médiation pour la production de texte et le partage des lectures. En fonction du public cible du chiffre d'affaires et la discontinuité de processus dans certaines unités, on observe que, en général, comme peine de rachat d'impact significatif sur la vie criminelle de cet individu, mais comme la pratique de la lecture est devenue indispensable à la vie ces lecteurs. Même dans un contrôle de l'environnement extrême et la modulation des volontés dans ce cas, le RDD, il est indéniable l'impact de cette pratique sur ce joueur.

Mots-clés: Lecture. Pénalité de rachat. RDD. Emancipation. Désaliénation

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 -Representação de frações no Sistema Penitenciário Federal (SPF) (em porcentagem).....	77
Gráfico 2 - Frequência de visitação – Sistema Penitenciário Federal (SPF).....	83
Gráfico 3 - Idade do Primeiro Delito	84
Gráfico 4 - Sentimentos relatados após a prática do primeiro crime.....	85
Gráfico 5 - Pontos negativos no SPF – opinião dos internos	86
Gráfico 6 - Pontos positivos no SPF – opinião dos internos	86
Gráfico 7 - Resumo do projeto de remição pela leitura no SPF – 2009 a 2016.....	160

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Países com maior população prisional no mundo (em números absolutos)...	70
Tabela 2 - População prisional no Brasil por Unidade Federativa (em números absolutos).....	71
Tabela 3 - Faixa etária dos presos do Sistema Prisional Comum e do Sistema Penitenciário Federal(em porcentagem).....	79
Tabela4 -Raça, cor ou etnia dos presos do Sistema Prisional Comum e Sistema Penitenciário Federal	80
Tabela 5 -Estado Civil dos presos no Sistema Prisional Comum e no Sistema Penitenciário Federal	80
Tabela 6 - Participação das unidades prisionais estaduais em projetos de remição pela leitura (em números absolutos)	129
Tabela 7 - Presos participantes em programas de Remição pela leitura em unidades estaduais (em números absolutos)	130
Tabela 8 - Grau de escolaridade no Sistema Prisional Comum e Sistema Penitenciário Federal (em porcentagem)	140
Tabela 9 - Razão para abandono dos estudos (em porcentagem)	142
Tabela 10 - Razão para o não acesso à educação formal no SPF (em porcentagem)	143

Tabela 11- Capacidade de leitura e escrita dos presos do Sistema Penitenciário Federal (em porcentagem)	144
Tabela 12- Hábito de leitura no Sistema Penitenciário Federal (em porcentagem)	144
Tabela 13- Frequência de leitura no SPF (em porcentagem).....	145
Tabela 14- Participação de presos no projeto de Remição pela Leitura da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR 2009 a 2016	150
Tabela15- Resenhas produzidas nos anos de 2009 a 2016 (PFCAT).....	151
Tabela 16- Quantidade de resenhas aprovadas nos anos de 2009 a 2016 (PFCAT)	152
Tabela 17- Participação de presos no projeto remição pela leitura da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS nos anos de 2010 a 2016.....	153
Tabela 18- Resenhas produzidas anos de 2010 a 2016 (PFCG).....	153
Tabela 19- Quantidade de resenhas aprovadas nos anos de 2010 a 2016 (PFCG).....	154
Tabela 20- Participação de presos no projeto Remição pela Leitura da Penitenciária Federal de Porto Velho/RR nos anos de 2012 a 2016	155
Tabela 21- Resenhas produzidas nos anos de 2012 a 2016 (PFPV).....	156
Tabela 22- Quantidade de resenhas aprovadas nos anos de 2012 a 2016 (PFPV)	156
Tabela 23- Participação de presos no projeto de Remição pela leitura da Penitenciária Federal de Mossoró/RN nos anos de 2012 a 2016	157
Tabela 24- Resenhas produzidas nos anos de 2012 a 2016 (PFMOS)	157
Tabela 25- Quantidade de resenhas aprovadas nos anos de 2012 a 2016 (PFMOS)....	158

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Obras mais lidas no ano de 2013-Penitenciária Federal de Catanduvas (PFCAT)	149
Quadro 2- Obras sugeridas para leitura no projeto de Remição pela Leitura para o ano de 2017 (PFMOS).....	190
Quadro 3- Obras sugeridas para leitura no projeto de Remição pela Leitura para o ano de 2017 (PFCG).....	191
Quadro 4- Obras sugeridas para leitura no projeto de Remição pela Leitura para o ano de 2017 (PFPV)	191

Quadro 5- Obras sugeridas para leitura no projeto de Remição pela Leitura para o ano de 2017 (PFCAM)192

Quadro 6- Obras sugeridas para leitura no projeto de Remição pela Leitura para o ano de 2017 – Penitenciária Federal de Brasília193

LISTA DE SIGLAS

APAC	Associação de Proteção e Assistência aos Condenados
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CGTP	Coordenação Geral do Tratamento Penitenciário
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
INFOPEN	Sistema de Informações Penitenciárias
LEP	Lei de Execução Penal
MJ	Ministério da Justiça
PFCAT	Penitenciária Federal de Catanduvas/PR
PFCG	Penitenciária Federal de Campo Grande/MS
PFPV	Penitenciária Federal de Porto Velho/RO
PFMOS	Penitenciária Federal de Mossoró/ RN
PPP	Parceria público-privada
RDD	Regime Disciplinar Diferenciado
SPF	Sistema Penitenciário Federal
SPC	Sistema Penitenciário Comum

SUMÁRIO

<i>Começando a tecer</i>	16
<i>Por que Tecer?</i>	19
Tracejando o caminho: como tecer?.....	25
<i>Costurando o tecido textual</i>	32
1 A TEIA- UMA TEORIA DA PRISÃO	36
1.1 O “topo” e a “base” – as fronteiras da globalização	36
1.2 A prisão – um efeito colateral da globalização	41
1.3 Da fábrica à imobilidade – a prisão e a indústria do crime	47
1.4 Capturando insetos - por uma cultura de aprisionamento	52
2 POR DENTRO DA TEIA- (DES) ATANDO OS NÓS	60
2.1 Entre o crime e o castigo – a lógica da prisão	60
2.3 Por trás do muro: o país das calças beges	69
2.4 Sociedade dos cativos – Sistema Penitenciário Federal (SPF)	72
2.4.1- Apresentando os leitores	78
3 ENTRELACANDO OS FIOS DA TEORIA LITERÁRIA	91
3.1 Da Estética da Recepção à Teoria do Efeito Estético - Primeiros Arremates	91
3.2 Entre nós e cordas: a leitura e suas conexões	97
3.3 Por um fio possível de humanização	101
3.4 Por um fio possível de liberdade e de subjetividade	106
3.5 Por um fio possível de imaginação – um mundo entre parênteses	110
3.6 Por um fio possível de pertencimento	117
4 DESCONSTRUINDO A TEIA – O FIO DE ARIADNE	121
4.1 Entre a letra e a pena - a leitura como sentença	121
4.2 Os espaços “RDD” de leitura	132
4.3 Os (des) caminhos da leitura – um retrato de seus leitores	138
4.4 Remição de Pena pela Leitura	147
4.3.1 <i>Penitenciária Federal de Catanduvas (PFCAT)</i>	149
4.3.2 <i>Penitenciária Federal de Campo Grande (PFCG)</i>	152
4.3.3 <i>Penitenciária Federal de Porto Velho (PFPV)</i>	154
4.3.4 <i>Penitenciária Federal de Mossoró (PFMOS)</i>	156
4.5 Representações da leitura no SPF	161
4.6 Contando histórias	175
4.7 Por novos caminhos – Próximas leituras	187
CONSIDERAÇÕES FINAIS– ENFIM, O TECIDO	194
REFERÊNCIAS	201
APÊNDICES	209
APÊNDICE A– A TEIA- TEORIA DA PRISÃO	210
APÊNDICE C - SOLICITAÇÃO DE VISITA TÉCNICA	214
ANEXOS	216

ANEXO A – PORTARIA 276/2012 – REMIÇÃO PELA LEITURA.....	217
ANEXO B- REPORTAGEM SOBRE A PENITENCIÁRIA RURAL DE MONTE CRISTO/BOA VISTA.....	220
ANEXOC - NOTA TÉCNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO.....	221
ANEXO D- FOTOS DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES.....	228
ANEXO E- DEPOIMENTO 1.....	229
ANEXO F- DEPOIMENTO 2.....	230
ANEXO G- DEPOIMENTO 3.....	231
ANEXO H- RESENHA 1.....	232
ANEXO I- RESENHA 2.....	233
ANEXO J- RESENHA 3.....	234
ANEXO K- RESENHA 4.....	235
ANEXO L- RESENHA 5.....	236
ANEXO M- RESENHA 6.....	238
ANEXO N- RESENHA 7.....	239
ANEXO O – RESENHA 8.....	240

Começando a tecer...

O criminoso é um homem como outro qualquer. No primeiro momento, sob o pavor dos grandes muros de pedra, com um guarda que nos mostra os indivíduos como se mostrasse as feras de um domador, a impressão é esmagadora. Vê-se o crime, a ação tremenda ou infame; não se vê o homem sem o movimento anormal, que o põe à margem da vida. Quando a gente se habitua a vê-los e a falar-lhes todo o dia, o terror desaparece. Há sempre dois homens em cada detento – o que cometeu o crime e o atual, o preso.

(João do Rio, 1999, p.345).

Confesso que as primeiras linhas são sempre as mais difíceis, pois bem algumas palavras. Talvez, não tivesse ideia de que naquele ano de 1994 tantas coisas que aconteceram trouxessem-me até aqui. Tive a oportunidade de trabalhar por quinze anos, diariamente, em unidades prisionais do Distrito Federal, o que facilitou e, de certa maneira, ampliou a minha compreensão sobre este mundo. Num primeiro momento, atuei como professora de Língua Portuguesa do Estado e depois de alguns anos como pesquisadora desta universidade.

Desta experiência profissional de tantas carências e dificuldades vivenciadas em sala de aula, nasceu a vontade de compreender por que num ambiente tão adverso ainda existiam leitores ávidos pelo encontro com o livro. Este foi o mote que me levou a pesquisar a formação do leitor encarcerado no Complexo Penitenciário do Distrito Federal no ano de 2010. Assim, em minha dissertação de Mestrado foram apresentados o universo literário da prisão e os limites que interferiam no processo de formação deste leitor. Para tanto, foram mobilizados conceitos teóricos da Crítica Literária, mais especificamente, ligados à Estética da Recepção, além da narrativa autobiográfica de Graciliano Ramos em *Memórias do Cárcere* (2008) – obra que considerei representação estética do mundo da prisão. Já quanto à perspectiva legal e histórica do processo de confinamento de pessoas, o estudo foi realizado, principalmente, à luz das teorias de Michel Foucault (1997), Erving Goffman (1990) e Luiz Antônio Bogo Chies (2008), sobretudo no que diz respeito à evolução histórica das prisões, o viés disciplinar das instituições totais e o tempo periférico experimentado nestes espaços.

Por isso, há uma entrevista que considero emblemática realizada ainda no período de Mestrado, quando tive a oportunidade de rever um antigo aluno nos corredores da penitenciária. M.A. C foi meu aluno durante os três primeiros anos de seu confinamento e naquele instante da entrevista estava trabalhando na área administrativa da escola de uma das unidades pesquisadas. Solicitei, enquanto esperava a visita *in loco*, que me permitisse entrevistá-lo. Foram momentos inesquecíveis e que passo a compartilhar nesta pequena narrativa que se segue. A princípio, M.A. C revelou um pouco de si:

O rapaz jovem, de apenas 24 anos, preso há quatro, não quer falar sobre o crime cometido. Diz sentir muita vergonha por não entender como agiu com tanta violência, fazendo mal às pessoas. Mas, quando o tema é a literatura, seu olhar ganha brilho. Confessa que antes de ser preso não tinha o hábito de ler, lera com frequência até os 12 anos, e mais tarde preferira a companhia dos amigos. Hoje, no entanto, com tempo e sem amigos, afirma que a leitura o envolve de tal maneira que não percebe o tempo passar e diz que agora entende que “não conhecia o mundo”, mas, não pode deixar de falar que com a leitura consegue algo tão sonhado: sair da prisão.

Mais adiante, falou da sua relação com a leitura e com o confinamento:

“É assim que a leitura é compartilhada na prisão, professora, no antigo boca a boca”, resume o entrevistado. Afinal, apenas a relação com os títulos não é suficiente e a internet “mãe dos desinformados” não funciona por aqui - lamenta o rapaz. Entre os livros lidos, fala com orgulho de *Harry Potter* e *O cálice de fogo* (J. K. Rowling), *Saga crepúsculo* (Stephenie Meyer), *Noite sem Fim* (Agatha Christie), *O reverso da Medalha* (Sidney Sheldon), *Queda de Gigantes* (Ken Follet) e *A droga da obediência* (Pedro Bandeira). Seu último livro foi *Quatro estações* de Stephen King, mas já está de olho em outro livro indicado pelos colegas de cela - *A jangada* de Júlio Verne. A cada menção de obra lida, uma tentativa de me contar a história - pena que não pudemos conversar durante muito tempo. Para ele, “a leitura desenvolve o vocabulário.” E completa: “É bom não ser refém do código interno da prisão”, pois ele “É pejorativo. É classificatório. Não quero ser visto como um bandido, eu quero ser diferente”. O jovem rapaz lembra que o processo de adaptação à prisão foi muito difícil e a readaptação social, imagina que será mais ainda. Numa conversa tranquila ressalta: “Aprendi a lidar com as pessoas. Aqui a pior coisa é a convivência. A leitura não é só para melhorar a formação”. Na prisão, “o confinamento colabora, amadurece, aproxima da família.” Antes de sair, concluiu M.A.C, dizendo feliz que, em breve, sairia: “já está perto, professora!”.

Os resultados da pesquisa de Mestrado deram mostra da singularidade do leitor encarcerado e do seu encontro com o livro. Dentre os 200 (duzentos) entrevistados, constatou-se que 70% liam, de forma voluntária, dez vezes mais que a média

nacional¹ dos leitores brasileiros, o que representava cerca de 3 a 4 livros por mês. É bem verdade que os relatos dos entrevistados traziam um tom acinzentado ao discurso institucional de ressocialização. Entretanto, era perceptível que a literatura, segundo tais depoimentos, trazia luz ao ambiente, como bem se revelou neste trecho: “Muros cercam o meu corpo, a minha mente não, ela voa o tempo todo, e não falta imaginação [...]”.²

Em 2012, com a finalização da dissertação de Mestrado³, algumas conclusões surgiram, imediatamente, acompanhadas de tantas outras inquietações. Desta miscelânea de certezas e incertezas, nasceu a tese aqui proposta, que **defende a prática literária como política pública de estímulo à leitura nas prisões. Para além de uma análise descritiva do projeto de Remição de pena pela Leitura como medida redutora de dias do apenado do Sistema Penitenciário Federal, esta tese defende que tal prática pode contribuir significativamente no processo de ressocialização do apenado por trazer impactos sobre a rotina carcerária moduladora e alienante deste sujeito, minimizando os efeitos da prisionização e possibilitando a sua reformulação de visão de mundo.** Para tanto, esta investigação orienta-se pela Portaria nº 276/2012 (ANEXO A), que disciplina a remição de pena pela leitura em Penitenciárias Federais.

Considerando que a problemática desta investigação trata dos significados da leitura literária em espaços de extremo monitoramento e confinamento, como no Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), a pesquisa se estrutura para responder a alguns questionamentos, a saber: Qual o perfil deste leitor? Como o projeto de Remição pela Leitura é desenvolvido e quais são as estratégias de mediação envolvidas neste processo? Ao final de todo esse projeto, qual seria o impacto da prática literária sobre a vida deste leitor e sua rotina carcerária?

Assim, este estudo buscou responder tais questões, investigando até que ponto a leitura poderia influenciar a formação deste leitor, despertar seu potencial de fruição e promover uma política pública de estímulo à leitura. Para tanto, os objetivos específicos buscam descrever o perfil do leitor no regime disciplinar diferenciado, bem como a sua

¹ À época, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil promovida pelo Instituto Pró-livro com execução do Ibope, na sua 3ª edição do ano de 2012, entrevistou 5012 pessoas em 315 municípios, o que representou 92% da população, e foi constatado que a média nacional de leitura era de 1,85% livros anualmente. Considerando ainda que para 78% a principal razão de estar lendo menos se devia ao desinteresse. Com isso, 53,8 milhões de brasileiros estavam abandonando o hábito da leitura.

² Trecho de uma poesia produzida por um interno durante as oficinas literárias realizadas por ocasião do período de mestrado da autora (2010/2012).

³ O mundo como prisão e a prisão no mundo: Graciliano Ramos e a formação do leitor em presídios do Distrito Federal.

formação e o seu comportamento em espaços de extremo confinamento. Além disso, descrever e analisar todo o processo de remição de pena, no que diz respeito à fundamentação legal e as estratégias de mediação para execução do projeto.

Outro desdobramento importante aqui é relacionar os indicadores de adesão, produção de resenha e homologação dos textos por unidade federal, a representação desta leitura e analisar os critérios estabelecidos para a seleção de obras, apresentando as escolhas institucionais e as escolhas realizadas espontaneamente pelos presos, objetivando compreender o seu impacto sobre a vida deste leitor.

Neste sentido, defendo a ideia de um “leitor real” que tem seu mundo afetado pela complexidade do confinamento, tendo em vista que a rígida estrutura de monitoramento e a preocupação com a segurança interferem na sua prática literária. Desta maneira, neste estudo compreende-se que esta medida de remição não impacta significativamente a vida penal deste indivíduo. Contudo, é evidente que a prática literária se tornou imprescindível à rotina deste leitor à medida que lhe confere uma identidade leitora e um sentido de emancipação.

Em suma, esta investigação volta-se para o ato da leitura como instrumento legal de redução de pena – o que desperta a atenção da mídia e da sociedade – e espaço de construção de identidade e reformulação de mundo.

Deste modo, esta pesquisa inicia sua investigação, considerando as práticas de leitura, suas relações estéticas e implicações legais nas Penitenciárias Federais Brasileiras que acolheram o projeto-piloto de remição de pena pela leitura.

Por que tecer?

Considerando que esta tese foi proposta no Curso de *Literatura e Práticas sociais*, não haveria outra possibilidade se não optar por uma abordagem voltada para a pesquisa de campo. Com isso, os principais pilares teóricos que sustentam esta tese estão relacionados à Estética da Recepção e à Sociologia da Leitura, pensando no protagonismo do leitor no cárcere, na experiência literária e nos efeitos estéticos. A partir de uma relação dialógica entre a obra e o leitor, perceber a possibilidade de emancipação deste sujeito, considerando a função educativa e social da Literatura enquanto provocadora de reflexões e de reformulação da visão de mundo.

É fato que se trata de uma temática complexa, se pensarmos na construção do objeto e no viés acadêmico a ser seguido, já que se trata da prática literária fora do

contexto educacional, entre os muros de uma prisão. Por isso, este estudo se aproxima de conceitos relacionados a outras áreas do conhecimento científico. Por outro lado, é esta multiplicidade de caminhos que torna esta proposta extremamente oportuna por beber em outras fontes como a Sociologia, o Direito, a Antropologia, entre outras. Esta pluralidade de vozes intrínsecas ao espaço da prisão nos permite romper a ideia de fragmentação do conhecimento científico. De toda sorte, esta temática não será tratada de forma represada. Contudo, não se pode esquecer que mesmo transitando em lugares tão diversos, seguramente, a perspectiva desta tese volta-se para a análise da prática literária, seu principal escopo. Espera-se que a experiência de estar em terreno, por vezes, movediço traga uma visão mais segura de onde e como se deve pisar, afinal

fazer uma tese significa, pois aprender a pôr ordem nas próprias ideias e a ordenar dados: é uma experiência de trabalho metódico; quer dizer, construir um objeto que, em princípio, sirva também para outros. E isto também porque, se se trabalhar bem não há nenhum tema que seja verdadeiramente estúpido: a trabalhar bem tiram- lhe conclusões úteis mesmo de um tema aparentemente remoto ou periférico. (ECO, 1997, p.32)

Defende-se a ideia de que “não há pior inimigo do conhecimento do que a terra firme”. (RIBEIRO, 1999, p.190). Por isso, pensamos a prisão, a partir de sua comunidade leitora, ainda que seja uma prática pouco investigada em função dos entraves legais e da dificuldade em acessar tais indivíduos. É sabido que alguns pesquisadores têm envidado esforços no sentido de se aproximar deste público.

Neste sentido, algumas publicações brasileiras dão conta das experiências literárias no cárcere em diversos cantos do país. (MARTHA, 2011; JOHN, 2004). São poucos os estudos literários em Penitenciárias Federais, sobretudo se considerarmos a data da normatização da leitura como remição de pena. Neste aspecto, esta pesquisa, além de apresentar seu caráter inédito, busca ampliar o horizonte dos estudos acadêmicos relacionados a esta temática e a este público leitor.

Ao longo destes quatro anos de estudo, percebi que a simples menção à possibilidade de leitura, como *status* de bonificação, provocou uma reflexão social em torno desta prática na prisão, uma vez que muitos acreditam que o livro não parece combinar com o estereótipo do criminoso, nem tão pouco com seu *habitat* natural. Por isso, ao longo desse período, surgiram tantos questionamentos em torno destes leitores, sobretudo no que diz respeito ao seu “DNA” criminoso e à possível incompatibilidade entre sua prática de leitura e a sensibilidade indispensável à utilização do livro – objeto tão estimado intelectualmente e por muito tempo restrito às elites.

Para corroborar tal premissa, muitos dos relatos observados – alguns imersos em subjetivismos – questionavam a normatização da remição de pena pela leitura no que tange ao mérito deste indivíduo que em dado momento da vida apresentou um comportamento violento e nocivo à sociedade. Tais relatos ainda questionavam o impacto injusto desta bonificação na vida penal deste indivíduo que, de certa maneira, poderia desvirtuar o caráter jurídico e, sobretudo, punitivo da pena.

Percebeu-se, claramente, que a remição de pena pela leitura ocasionou uma controvérsia social. Por isso, como exemplo de tal fato, lanço mão de algumas falas que vão ao encontro destas considerações⁴:

- Finalidade do direito penal é prender para ler livro?
- A função da pena é punir e prevenir outros delitos.
- Os presos deveriam trabalhar para pagar a estadia nos hotéis do Governo e viverem Às nossas custas. Cometeram crimes porque quiseram, devem pagar as penas e não viverem em spas ou bibliotecas. Direito penal é para punir.
- Integração social é ficar lendo? Preso tem que pagar é as despesas e cumprir a Pena. Afinal, arrebentou com uma ou mais vítimas e estas nada tiveram do Estado. (sic)

Embora esta postura seja considerada perversa, é legitimada por percepções sociais hegemônicas atreladas a sistemas de controle sociais excludentes com fito, tão somente, na autopreservação social. A sociedade, de forma geral, desconhece o que ocorre entre os muros da prisão, e, portanto, pouco se preocupa com temáticas que se encaminhem para esta discussão. Mesmo assim, percebe-se que a leitura, livre de todas estas marcas, revela-se como prática bastante presente nas prisões brasileiras. Talvez, ainda pouco divulgada pelos veículos midiáticos, contudo é flagrante a sua existência nas suas práticas individuais e em alguns projetos de literatura.

É importante ressaltar que tais ações não ganham destaque na agenda de políticas públicas⁵, visto que ainda é tímida a participação de internos nos projetos de remição pela leitura (BRASIL, 2015). Possivelmente, por estar muito associada à

⁴ Comentários de leitores sobre uma entrevista concedida pela pesquisadora em um site jurídico em 07/04/2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-abr-07/70-presos-distrato-federal-leem-dois-livros-mes>.

⁵ Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell (1936/1958), ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz. (SOUZA, 2003, p.12-13).

assistência educacional ou mesmo a trabalhos voluntários, a prática de leitura ainda seja vista como uma forma de entretenimento, uma maneira segura de “ocupar” o tempo ocioso do preso. Enfim, uma forma de “destensionar” o ambiente carcerário. (MARTHA, 2011; JOHN, 2004).

Por isso, a prática literária nos espaços prisionais, muitas vezes, é compreendida como uma forma de terapia ocupacional por meio de livros ou, segundo Horellou-Lafarge e Segré (2010, p.123), como “uma expressão do desejo de sobrevivência” do apenado, já que por meio de sua prática é possível escapar de sua “prisão mental”. Nesta perspectiva, é plausível o conselho dado pelas pesquisadoras francesas quando dizem que se deve ler tudo o que se encontra, com tamanho furor para que desta maneira seja possível “distrair-se”, ao ponto de “escapar” deste universo fechado.

Não causa estranhamento este viés terapêutico, visto que na sua origem as bibliotecas eram conhecidas por seu poder curativo e como espaços sagrados para o alívio dos males da alma. Mais modernamente, no século XX, esta prática recebeu o nome de *biblioterapia*, conhecida técnica de leitura compartilhada, com posterior discussão em grupo, que permitia a interação entre pessoas e seu desenvolvimento pessoal. (PAIVA, 2008; CALDIM, 2001).

Todavia, a prática de leitura nas prisões não se desenvolve conforme a técnica proposta. Pelo contrário, se dá de maneira individual e solitária, sendo raramente permitidos agrupamentos de pessoas para compartilhamento de leitura. Embora num cenário tão complexo, em sua obra *Leituras na prisão – Coerência no caos*, a pesquisadora Alice Aurea Penteadó Martha traz relatos de presos da Penitenciária Estadual de Maringá que dão conta de experiências de leitura⁶ plurais e demasiado significativas:

É uma expectativa de vida pra mim, porque a partir do momento que eu vou ler lá[no livro], eu vou vendo que existe nem tudo que parece azar é azar, é sorte. Eu acho que vou aprender alguma coisa com ele, vai me modificar quando eu sair daqui (sic). (MARTHA, 2011, p.128).

Olha, um bom livro pra mim eu acho é aquele[...] que conta o sofrimento de alguém e como aquela pessoa saiu daquele momento ruim[...] porque maus momentos todos passam, mas às vezes a gente não sabe sair daquele mau momento. Então, se a gente tiver alguma sabedoria sobre aquilo, mesmo que o assunto não seja a mesma coisa, mas a gente vai se retratar naquilo e vai , com calma, que é com calma que se resolve(sic). (MARTHA, 2011, p.128).

⁶ Trechos de depoimentos de internos da Penitenciária Estadual de Maringá, retirados do livro *Leituras na prisão – Coerência no caos* da pesquisadora Alice Aurea Penteadó Martha.

Não sentia vontade de ler um livro. Aqui não, aqui eu já sinto vontade, tem muitos livros interessantes de literatura estrangeira que eu gosto muito, que fala sobre cultura de um outro país, a convivência de outro país já gosto muito, já consigo me adaptar com a leitura. Hoje em dia eu leio, cada três dias eu leio um livro (sic). (MARTHA, 2011, p.131).

O argumento de Horellou-Lafarge e Segré (2010, p.124) reforça esta singularidade deste leitor ao destacar que, em períodos de afastamento forçado, como no caso do encarceramento, ele pode revelar ou não o seu desejo pela leitura. O seu estímulo nasce dos momentos de monotonia e tédio vivenciados no cárcere. Tais momentos são movidos pela vontade de esquecimento da sua realidade hostil e somente possíveis, a partir da sua imersão em narrativas ficcionais ou mesmo em histórias reais.

Neste sentido, é importante destacar que nos últimos anos, o hiperencarceramento foi adotado pela política prisional brasileira como principal arma de combate ao crime. Contudo, percebe-se que tal ação superlotou as prisões com presos que, via de regra, mantém o mesmo perfil durante décadas. Assim, temos uma população carcerária formada, na sua maioria, por negros, pobres e com baixo grau de instrução. (BRASIL, 2015). Embora, nos últimos anos, tenhamos visto a presença de políticos, empresários e outros segmentos da sociedade nas prisões, ainda é tímida a sua representatividade. Portanto, considera-se aqui o encarceramento como medida seletiva.

Ora, diante da superlotação e da ausência de políticas públicas, a preocupação com a segurança institucional impulsionou a criação de medidas que reduzissem a tensão e favorecessem um ambiente de maior controle nas prisões brasileiras. Neste contexto, o livro se tornou poderosa ferramenta de entretenimento que, segundo sua própria natureza, teria como missão “acalmar” este indivíduo. Logo, com um tempo aumentado em cela e poucas horas no pátio para o banho de sol, a prática de leitura tornou-se uma das poucas alternativas autorizadas. Com isso, esta prática se desenvolveu largamente nas prisões brasileiras, embora pouco divulgada. O projeto federal *Remição de pena pela Leitura* legitimou esta prática nas prisões, o que permitiu pensá-la como uma política pública.

Pensando nisso, é imprescindível a este estudo a compreensão deste espaço de leitura e, neste sentido, consideramos acertada a afirmação da antropóloga Manuela Ivone P. da Cunha (2004) de que a prisão é “um mundo à parte, uma realidade lançada no vácuo”, por isso a necessidade de conhecê-la melhor. Em muitos textos literários e vários depoimentos de pessoas que passaram pela prisão, estas ideias são convergentes, já que ela é descrita como o próprio *inferno*. Forjada, portanto, num processo de

extremo alheamento social no qual os muros materializam o “hiato social”, interrompem as relações sociais.

Nesta perspectiva, a prisão se apresenta como uma realidade entre parênteses, embora os presos tenham visitas regulares ou se comuniquem por meio de cartas. Conforme, defende Cunha (2004), estes indivíduos experimentam um momento de autossuspensão social, bem longe de elementos que são intrínsecos à realidade humana como “relações, pertencas e identidade”. Erving Goffman (2001), em sua obra *Manicômios, prisões e conventos*, ensina que a prisão, enquanto instituição total, racionaliza a conduta comportamental do sujeito, programando toda a sua vida, desde o momento que acorda até a escolha do vestuário, bem como os espaços possíveis a serem ocupados, o que comer e a hora de dormir. Nesta perspectiva, as tecnologias de segurança são mecanismos modernos que modulam o corpo deste sujeito, assim como todas as atividades autorizadas no interior destas instituições.

Neste sentido, Cunha (2004) entende a prisão como uma rede de relações locais num “quadro temporário de vida específico” num espaço com uma relativa autonomia, onde as interações sociais são construídas, a partir de uma dinâmica própria. No entanto, não podemos considerá-las como relações sociais, mas relações “prisões” por serem tecidas no interior da prisão.

Embora este estudo concorde com tais considerações no que diz respeito à singularidade desta sociedade intramuros e do seu código de conduta impresso na ideologia disseminada pelo comportamento dos presos, também julgamos importante para a discussão dos dados empíricos coletados ao longo da pesquisa, alinhar a esta perspectiva a possibilidade de aproximação entre estas duas realidades: **eles** (sociedade intramuros) e **nós** (sociedade extramuros), na medida em que alguns comportamentos são reproduzidos e, de certa forma, se interpenetram, haja vista as suas semelhanças. Neste caso, consideramos o ato da leitura como esta possibilidade de extensão e de conexão entre estes mundos, lembrando que mesmo subsistindo nas prisões, os presos fazem parte da nossa sociedade.

Deste modo, parafraseando o escritor João do Rio – citado em epígrafe nesta introdução – e diante deste cenário ainda pouco explorado, consideramos imperioso encarar o desafio de tentar enxergar este indivíduo para além de sua face criminosa e ver simplesmente um “homem como outro qualquer”. Neste estudo, a face que se impõe à discussão é a do leitor. Desta maneira, adotamos uma postura contrária à figura emblemática do guarda que mostra o preso como se mostrasse a “fera a seus

domadores”, situação tão comum ao zoológico humano⁷ e à prisão contemporânea, na qual os indivíduos sofrem os efeitos perversos da prisionização. (FOUCAULT, 1997, p.179). Em suma, após tratarmos das justificativas para este estudo, apresentaremos o caminho a ser seguido, por meio da metodologia empregada, sua abordagem e os seus critérios de análise.

Tracejando o caminho: como tecer?

Em os Intelectuais e o poder, Gilles Deleuze (1997) destaca que a teoria é como “uma caixa de ferramentas”. Por isso, “é preciso que sirva, é preciso que funcione”. Segundo o filósofo francês, a teoria não é expressão, nem tão pouco tradução, ela é prática. Isto significa dizer que se trata de uma luta contra as várias faces do poder, e que considerando este movimento do discurso, o poder aparece, justamente, onde ele é mais invisível e mais insidioso. Neste sentido, mais adiante, o autor enfatiza que é imprescindível o posicionamento do intelectual na construção de um contradiscurso. Por isso, nesta discussão assumimos uma postura contrária àqueles que costumam proferir as conhecidas verdades, “desgastadas e mudas”, perpetuadas no tempo que não contribuem para os avanços da discussão.

Como o próprio Deleuze (1997) afirma: “nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso prática para atravessar o muro.” Possivelmente, em virtude disto, entenda que a teoria não seja totalizante, mas apresente seu caráter multiplicador. Contudo, frequentemente, observo que não se pensa a teoria a partir daqueles sujeitos a que deveria se referir. Pelo contrário, admite-se um processo, muitas vezes, absurdo de representação, no qual a teoria converte-se na tradicional missão de se falar pelo outro. Nesta direção, é importante o argumento defendido por Foucault (1989):

Quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Esta espécie de discurso contra o poder, esse contradiscurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados de delinqüentes, é que é o fundamental, e não uma teoria sobre a delinqüência. (FOUCAULT, 1989, p. 71-72).

⁷ O modelo criado por Bentham, conhecido como Panóptico, trazia uma medida de controle, de manifestação clara de domínio que tornava o indivíduo irracional no seu desejo, nas suas vontades, reduzido a um bicho foi comparado ao zoológico de Versalles construído por Le Vaux. Apesar de não ser admitido como inspiração, mas com uma forma análoga a proposta da arquitetura Panóptica, o zoológico apresentava no centro, um pavilhão octogonal, e todos os lados tinham largas janelas, sobre sete jaulas onde estavam separadas diversas espécies de animais. (FOUCAULT, 1997, p. 179).

Pensando neste aspecto, esta tese tem como fio condutor as ideias colhidas, ao longo da pesquisa, nos anos de 2012 a 2014, em entrevistas com egressos do Sistema Penitenciário do DF sobre as suas teorias da prisão. Uma dentre muitas chamou atenção, justamente por captar a metáfora que daria sustentação a esta tese. Nela, o entrevistado se apropriava desta ideia como uma forma de materializar o seu pensamento sobre a prisão e acreditava na existência de uma grande teia que envolveria todo o sistema de controle e punição. Segundo suas ideias, os caminhos desta teia, infelizmente, quando articulados, só conduziam à reincidência. Defendia a ideia de um sistema que se retroalimenta de toda uma máquina do Estado e de seus representantes:

Vejo almas, vejo vidas, veja histórias, vejo homens indo e vindo. Acordam para o confere, sonhando e vivendo num mundo paralelo. Voltam a dormir, pelo menos, fingem dormir, mas ainda sonham essa vida paralela. Levantam para xepa, sem fome, mastigam e engolem tudo, sem, de fato, mastigar. Goela abaixo empurram tudo que lhes dão para comer, goela abaixo as migalhas de tudo que ainda resta. No pátio, o caminhar de zumbis em círculos desfrutando o vigor de uma vida que se esvai lenta e fugaz. E permanecem nesse estado sonolento, torpe, por anos e anos. Até que seu nome é gritado e quase que por milagre é lançado fora da teia. E o que existe longe da Teia? Já não é mais possível escapar do *visgo que lhes prendeu*. Já nem se sabe mais quem é visto, já que a teia lhe chamara por anos e anos, como interno: a presa, o lucro, o objeto. Não sabe nada, a não ser que é um lixo a ser reciclado, uma peça no xadrez que toma o xeque- mate e cai. Não tem pra onde ir. E se encontrar porta aberta não consegue entrar. E se entrar não consegue permanecer. E se não permanece, sai. [...] Poucos conseguem escapar do visgo e não mais fazer parte desta teia. Disse poucos, sim. Mas estes existem e embora tragam nas entranhas o visgo, lutam até o fim e negam a teia. [...] Romper esta teia é preciso. E para tanto, basta tão somente enxergá-la. No entanto, a massa carcerária segue dopada. Isso mesmo dopada, pois a droga entorpece mais no intramuros do que qualquer outro lugar. A massa segue alimentada com o ódio pelo visgo da teia. No fim, de novo, massa de manobra.⁸ (Depoimento de egresso do DF).

Com base neste arquétipo de teia, começamos a atravessar o muro da prisão, como aquela aranha da qual falava Ana Maria Machado (2003) em *O Tao da teia*. Em seu texto, a autora descreveu uma aranha que tecia, pacientemente, fio a fio, a sua teia, na certeza de que sua arquitetura estaria à mostra ao final de sua engenharia. Assim, seguimos articulados à teoria e bem firmes aos fios destas vozes, socialmente silenciadas, sobretudo no discurso de instituições totais, como a prisão.

⁸ No período de 2012 a 2014, tive a oportunidade de entrevistar alguns egressos do Sistema Penitenciário do DF, em conversas informais e em momentos diversos, em ONGs e Grupos religiosos. Em algumas conversas, muitos partilhavam suas experiências e desenvolviam suas teorias sobre a experiência da prisão. Entre elas, destacou-se uma, na qual me inspirei, e desenvolvi esta tese. Nela, um preso que cumpriu vinte anos de pena desenvolveu uma teoria sobre a teia que envolve a prisão. (Apêndice A)

Pode até parecer desalinhada dos estudos literários uma proposta que mobiliza a figura de um criminoso, mas, certamente, é instigante considerar esta via de mão dupla que conduz este mesmo criminoso à leitura e o coloca na condição de leitor. Por outro lado, o reconhecimento do poder público em relação às políticas de estímulo à leitura na prisão, como possível via de acesso a uma política de ressocialização e de remição, traz legitimidade a esta prática e merece nossa atenção. Mesmo que timidamente, observa-se que a Literatura ilumina um cenário, reconhecidamente, sombrio.

Esta tese busca entender os modos de leitura literária e o comportamento deste leitor, escapando das tendências criminais e estereotipadas, mas não esquecendo o Sistema penal no qual está inserido. Como consequência disso, faz-se necessário distinguir o criminoso e o leitor, entender que se trata de um grupo diferenciado e que, em função do seu estado de confinamento, suas práticas de leitura apresentam especificidades.

Considerando a questão penitenciária brasileira, o sociólogo Sérgio Adorno destaca (2002) que não são poucos os estudos que admitem a incapacidade do sistema de justiça criminal brasileiro em conter a escalada do crime e da violência. Segundo o autor, evoluíram o crime e suas estratégias, no entanto, percebeu-se, claramente, que o Sistema penal não acompanhou esta evolução e permanece operando da mesma forma há décadas, o que aumenta, sobremaneira, o fosso entre a criminalidade e a capacidade do Estado de imposição da lei e ordem.

Neste contexto, observa-se que ainda se conhece muito pouco sobre a prática de leitura nas prisões. Por isso, quando pensamos na construção desse objeto, nos apropriamos, a priori, das ideias de Bourdieu (1989), bem alinhadas às ideias já mencionadas de Deleuze (1997), quando dizem ser necessário romper, antes de qualquer coisa, com o senso comum e com suas representações. Neste caso, não partilhamos com as ideias da prisão e do comportamento do criminoso defendidos pela maioria.

Neste aspecto, pensar a prática literária na prisão exige o rompimento com o estereótipo do criminoso e a ampliação da sua figura para além dos muros do cárcere. Posto isto, compreendemos este problema de pesquisa como “legítimo, publicável, oficial”, um problema que merece atenção, que merece ser discutido e analisado para além da possibilidade de exclusão e neutralização deste indivíduo.

No que diz respeito à metodologia, partimos das ideias de Godoy (1995) que compreende a investigação científica como um ato social de construção de

conhecimento. Neste sentido, este estudo voltou-se para a pesquisa de campo, modalidade bastante utilizada entre os antropólogos e sociólogos, por privilegiar o ambiente natural dos sujeitos, distante das situações de laboratório ou ambientes controlados pelo investigador. Muitos pesquisadores optam por este tipo de pesquisa em função da possibilidade de contato direto com os sujeitos e com a possibilidade de observação, entrevista e registro de notas para a posterior análise dos dados, o que torna o texto mais orgânico. Por isso, o uso de trechos de resenhas e falas dos leitores envolvidos no projeto de Remição pela Leitura.

Neste estudo, compreendemos que a pesquisa de campo tem uma maior abrangência, sendo possível uma abordagem empírica apoiada em filmagens centradas na captação de gestos, análise do comportamento, além da investigação de documentos escritos, pessoais ou oficiais, fotos coletadas ou tiradas pelo pesquisador. Pensando ainda na construção deste objeto, ao optarmos pela pesquisa de campo, pensamos no projeto de Remição pela leitura e nas suas relações com o todo, fundamentados à proposta defendida por Bourdieu (2008) de que a experiência de pesquisa em campo permite ao pesquisador compreender que ele não está isolado de um conjunto de relações, o que o conduz, sem dúvida, a pensar no mundo social de maneira realista. Neste estudo, a proposta foi materializada por meio dos textos resenhados e depoimentos dos leitores, além da entrevista com os gestores e agentes do projeto.

A partir desta perspectiva, o itinerário metodológico compreendeu quatro momentos específicos de pesquisa e que, de certa maneira, sedimentou-se numa perspectiva quanti-qualitativa por associar a análise estatística à construção de significados percebidos nas relações humanas aqui constituídas. (FIGUEIREDO, 2009, p.97). Posto isto, descrevemos as etapas trabalhadas e seu desenvolvimento: **1ª etapa** – Apresentação do pesquisador e solicitação de informações e relatórios sobre o projeto Remição pela Leitura; **2ª etapa**- Solicitação de entrevistas com os gestores do projeto; **3ª etapa**- Entrevista com os chefes dos Núcleos de Reabilitação; **4ª etapa**- Solicitação de Visita à unidade federal de Catanduvas no Paraná – primeira penitenciária a executar o projeto de remição pela leitura – para entrevista com internos participantes do projeto. Concomitantemente a este itinerário de pesquisa, nos anos de 2012 a 2014, foram realizadas reuniões com egressos do Sistema penitenciário do DF em organizações do terceiro setor e na Pastora Carcerária, a fim de conhecer tais sujeitos e suas teorias sobre a prisão já que se encontravam em regime aberto, podendo discutir sobre o tema com

maior liberdade. Nesta direção, esta pesquisa tem um caráter exploratório por tratar de uma realidade pouco conhecida e parte de um viés descritivo.

Neste sentido, este estudo adotou uma postura objetiva na análise e na interpretação dos dados empíricos apresentados no **quarto capítulo** que trata do desenvolvimento do programa para evitar possíveis distorções. Durante os quatro anos de investigação, o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) encaminhou os relatórios institucionais solicitados sobre as atividades do projeto relativos aos anos de 2009 a 2016.

Para assegurar o recorte do perfil dos sujeitos da pesquisa – leitores do RDD – nos orientamos pelos registros oficiais do Ministério da Justiça/DEPEN, mais especificamente, compilados no INFOPEN – registro das informações penitenciárias que foram divulgados no ano de 2015 e referentes ao ano de 2014, bem como pelos dados do *I anuário do Sistema Penitenciário Federal 2015*, cedido em entrevista na sede do DEPEN/MJ em Brasília, como instrumentos para análise estatística e tratamento dos dados apresentados no **segundo capítulo** sobre a população carcerária brasileira. Ainda, no ano de 2014, foram solicitadas às Secretarias de Justiças e órgãos da administração penitenciária informações sobre possíveis projetos de leitura, em andamento em cada estado para o mapeamento de possíveis programas de leitura. No entanto, alguns órgãos responsáveis por tais projetos estaduais informaram desconhecer ou mesmo declararam a sua inexistência, com exceção do estado de Minas Gerais.

Noutra perspectiva, adotamos a pesquisa qualitativa que, segundo Godoy (1995) permite uma análise mais ampla com abstrações construídas, a partir de quadro teórico aos poucos construído, à medida que ocorre a coleta de dados e o seu exame. Neste método, é muito interessante a perspectiva em que todas as variáveis são consideradas importantes, mesmo não sendo controláveis. Neste sentido, os pesquisadores buscam compreender o fenômeno, a partir da perspectiva de seus participantes, considerando todos os pontos de vista.

Por isso, utilizamos um roteiro semiestruturado, formado por questões abertas e fechadas como instrumento de investigação ainda no ano de 2016. Este instrumento norteou a entrevista da Coordenadora Geral do Tratamento Penitenciário (CGTP) no DEPEN/MJ em Brasília, realizada neste período para que fossem atualizadas todas as informações recebidas e verificada cada realidade prisional. Quanto à terceira etapa, o mesmo roteiro para entrevistas (APÊNDICE B) foi enviado para a Divisão de Reabilitação de cada unidade. No entanto, os responsáveis pelas unidades federais não

se pronunciaram sobre as questões elencadas, cabendo à CGTP tais respostas. Neste aspecto, a apresentação dos dados partiu de uma abordagem mais ampla sobre o Sistema Penitenciário Federal (SPF).

Por sua vez, a **visita *in loco*** na Penitenciária Federal de Catanduvas no Paraná, que desenvolveu o projeto de forma exitosa, não foi realizada, visto que não houve resposta da Direção da Penitenciária de Catanduvas/PR à solicitação de visita técnica (APÊNDICE C). Em função das rebeliões ocorridas no início do ano de 2017 e a transferência de presos para estas unidades federais, tornou-se mais difícil o estreitamento da comunicação com estas instituições para a visita *in loco*.

No que diz respeito aos dados qualitativos expostos no capítulo 4, a análise qualitativa foi assegurada pelas resenhas e depoimentos encaminhados pelo DEPEN/MJ, já que não houve a autorização para as entrevistas com leitores participantes do projeto. Neste sentido, partimos da premissa de que a pesquisa qualitativa é uma “ciência baseada em textos” e a coleta de dados produz textos que nas diferentes técnicas analíticas são interpretados hermeneuticamente. (GUNTHER, 2006; GODOY, 1995).

Assim, o *corpus* da análise compreendeu 08(oito) resenhas de presos participantes do projeto da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR sobre obras diversas e 04(quatro) depoimentos de presos participantes do projeto na Penitenciária Federal de Campo Grande/MS. Foram ainda analisados 03(três) depoimentos de participantes do projeto, gravados por duas emissoras de TV de outros países, em matérias jornalísticas sobre a remição de pena pela leitura.

É importante ressaltar que foram respeitados os aspectos éticos de pesquisa e foi mantido o sigilo quanto à possível identificação destes leitores nos textos, bem como nas fotos das reuniões com os internos participantes do projeto para orientação e distribuição de livros. Ainda ressaltamos que os vídeos citados foram cedidos pelo DEPEN/MJ durante o período de pesquisa.

Para que fiquem bem demarcados os limites e para que seja permitido ao leitor compreender melhor os possíveis desdobramentos desta investigação, é importante destacar os aportes teóricos sobre os quais se delineiam as suas **discussões sobre a prática literária**. Fundamental a esta discussão sobre o protagonismo do leitor e os efeitos estéticos da leitura foram os estudos relacionados à **Estética da Recepção** (Hans Robert Jauss, Wolfgang Iser) e à **Sociologia da leitura** (Steve Roger Fisher, Chantal Horellou-Lafarge e Monique Segré, Roger Chartier, Vincent Jouve, Michéle Petit, Leyla

Perrone-Moisés) na evolução do livro e seu papel na história cultural, o que nos permitiu pensar em seus suportes e o seu lugar na prisão. Pensando na literatura e nas suas relações com a sociedade, foram mencionados autores como Regina Zilberman e o crítico literário Antônio Cândido, sobretudo no que tange a ideia da literatura como um direito universal e elemento humanizador. Entre outros teóricos, citamos Jean Paul Sartre e Michel Foucault alinhados à perspectiva da **antropologia literária** de Wolfgang Iser, em se tratando da compreensão do imaginário no ato da leitura. Além disso, utilizamos alguns trabalhos de pesquisadoras desta temática literária e do universo prisional, nomes como Alice Aurea Penteadó Martha e Walquíria Michela John.

Por outro lado, não há como não pensar no espaço da **prisão** e sua função social nesta sociedade de consumo, os pressupostos teóricos desta discussão partiram do **fenômeno da globalização** e seus efeitos sobre a sociedade e a **prisão como seu efeito colateral**. Com isso, validamos a discussão por meio dos estudos teóricos de Zygmunt Bauman, Milton Santos, Loic Wacquant, Nils Christie e Erving Goffman. Por sua vez, mais especificamente na **questão penitenciária contemporânea**, permeiam toda a discussão os estudos de pesquisadores consagrados como Luís Antônio Bogo Chies, Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo, Alba Zaluar, Sérgio Adorno, Vera Malaguti, Fernando Salla, Julita Lengruher, entre outros.

Enfim, alinhavando o referencial teórico proposto para esta discussão, penso que a prática literária é como uma porta entreaberta, um convite a ser um outro, um fenômeno que rompe as fronteiras sociais, quando ao indivíduo é dada a oportunidade de leitura. Sob esta ótica, os presos tomam assento na cadeira principal, a do leitor. Embora pareçam ultrapassados os seus suportes que, por vezes, são adaptados (a capa dura de alguns livros é retirada), lhes é dada a oportunidade de se comunicarem com o mundo por meio da palavra. Ora, é fato que quando esta conexão é estabelecida, o gatilho acionado pelo imaginário produz neste leitor uma sensação de liberdade. O ato da leitura, neste sentido, possibilita esta viagem a outro mundo e no seu retorno permite reformular sua visão de mundo, seu contorno ético-estético, rompendo as amarras de alienação deste sujeito.

Não significa dizer que todos os leitores presos se tornem indivíduos bondosos, imediatamente à leitura, seria uma visão ingênua e livre da complexidade que envolve toda a condição humana. Mas, surge uma verdade, que, também, resgata, em linhas gerais, a tese defendida nesta investigação: os presos podem se tornar leitores mais ou

menos críticos e, com isso, podem **romper os paradigmas de modulação e de controle**. Institucionalizar a leitura na prisão, por meio da remição de pena, é legitimá-la **enquanto política pública que dá direito** à fruição, direito a ser livre, direito a ser **gente**. Enfim, determina-se um novo território, neste caso o da leitura.

Costurando o tecido textual...

Cumprida a fase de apresentação dos pressupostos, dos objetivos e da construção deste objeto de estudo, apresentaremos a estrutura textual desta tese e a distribuição dos capítulos para o alcance dos objetivos propostos. Pensando na estrutura semântica desta tese, todos os capítulos se desenvolveram, a partir da metáfora da prisão como uma grande teia articulada a um sistema penal em decadência. A análise é atravessada pelas armadilhas e pelas possíveis saídas desta teia. Pautada numa concepção estética, a leitura literária se revela como o fio de Ariadne, condutor de uma possível saída deste labirinto prisional – mesmo que temporária – pelos efeitos estéticos provocados neste leitor. É certo que não se pretende aqui analisar outras escolhas que, por ventura, tais indivíduos possam fazer em direção contrária, nem tampouco em relação a suas amarras penais.

Neste aspecto, dividimos esta pesquisa em duas partes, contemplando o aporte teórico e promovendo em seguida a discussão em torno dos resultados da investigação. Assim, nos dois primeiros capítulos será apresentada uma **teoria sobre a prisão** corroborada pelos resultados sobre **o perfil do leitor** do Sistema Penitenciário Federal (SPF). Nos dois últimos capítulos, a discussão se volta para a **prática literária**, seu desenvolvimento, **enquanto política pública, e os impactos de todo este processo** sobre a vida deste leitor.

De maneira sucinta, a primeira parte contempla os capítulos 1 e 2, subdivididos em 8 seções e trata da Teoria da prisão-teia – articulações que fortalecem a cultura do crime, da reincidência e do aprisionamento, a partir da perspectiva de uma sociedade capitalista e globalizada, apontando para a precariedade dos sistemas de punição. Por isso, o surgimento do castigo seletivo representado aqui pelo RDD.

Por sua vez, a segunda parte é representada pelos capítulos 3 e 4 que tem 17 seções. Nela, a leitura é concebida como mecanismo desarticulador desta teia, abrindo espaço para uma nova saída desta teia prisional pelo imaginário e pela subjetividade, desencadeados na prática literária. Como efeitos deste processo, temos como resultado a

liberdade, sentimentos de pertencimento e reconstrução de identidade deste leitor. Em suma, esta discussão é norteada por quatro eixos temáticos.

No **primeiro capítulo**, intitulado “A teia- uma teoria da prisão”, começamos a discussão, apresentando o **macrocosmo da prisão**. Para tanto, foram consideradas as contribuições de influentes teóricos da **Sociologia contemporânea**. Com isso, a discussão em torno do **fenômeno da globalização** encontra terreno fértil para a compreensão do papel da prisão na sociedade moderna, em função do fio possível que se entrelaça à mundialização do mercado financeiro, como corolário das relações sociais e econômicas. Neste capítulo é discutida uma **teoria da prisão**, com fito numa percepção contemporânea e realista deste ambiente. Nesta análise, as instituições penais assumem um papel central na manutenção desta teia e de suas relações sociais complexas.

Já no **segundo capítulo**, intitulado “Por dentro da teia- (des) atando os nós”, é descrito o **cenário penal brasileiro**, com base no último levantamento nacional de informações penitenciárias, publicado em 2015. Com esta contextualização, é possível ao leitor ter uma visão por dentro da teia do confinamento, bem como entender o fracasso de sua política de ressocialização. Desta forma, como resultado da ausência do Estado, surge o Sistema Penitenciário Federal (SPF), suas facções e a necessidade de um aprisionamento seletivo (RDD). Neste capítulo, **o perfil** deste apenado corrobora a teoria apresentada no primeiro capítulo por meio de resultados do contexto familiar e da trajetória criminal deste sujeito. A sua percepção do SPF, a partir da descrição e análise de dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Federal (DEPEN), permitem analisar sua rotina prisional e algumas nuances deste regime disciplinar. Foram utilizadas tabelas e figuras para que fosse dada ao leitor a possibilidade de se aproximar do contexto em que se desenvolve esta prática de leitura e, de certa maneira, ao se apropriar destes dados, compreender melhor este universo e seus leitores.

No **terceiro capítulo**, “Entrelaçando os fios da teoria literária”, são retomados os conceitos teóricos que fundamentam esta tese e se voltam, sobretudo para o seu eixo principal, **o leitor e a sua relação dialógica com a leitura**. Nesta direção, a história humana se confunde com a história cultural do livro e seu papel na sociedade. Nesta medida, foi possível refletir sobre o leitor – alvo desta investigação – e a recepção da **leitura na prisão como política pública** e o seu papel na prisão contemporânea. Quatro perspectivas sobre o ato da leitura na prisão despontam, ainda, neste capítulo, como fios possíveis de articulação teórica com o tecido literário, e de certa forma, enviesadas nesta

discussão, por meio do seu potencial imaginativo, emancipatório e humanizador tratados no capítulo seguinte.

Finalmente, no **quarto capítulo**, intitulado “Desconstruindo a teia – o fio de Ariadne”, apresentamos um microcosmo existente na prisão, território lastreado pela leitura. Assim, descrevemos e analisamos **o projeto *Remição pela leitura***, as suas práticas e suas representações, partindo dos pressupostos legais, dos parâmetros exigidos para sua homologação e dos resultados dos relatórios institucionais. Observamos que a normatização deste projeto fez com que muitos estados adotassem o programa em suas prisões. Por isso, foi apresentado um panorama nacional desta participação.

Ainda, neste capítulo, foram apresentados os espaços de leitura (celas individuais), bem como outros espaços coletivos destinados à orientação do projeto e distribuição dos livros. Com base em dados compilados do SPF e com o auxílio de gráficos e quadros, foi **traçado um perfil deste leitor** e de sua capacidade de escrita e leitura, bem como sua frequência e hábito de leitura. Foi possível, ainda, comparar o perfil do leitor RDD e do Sistema prisional comum.

Além disso, com base em relatórios institucionais, realizou-se um estudo sistematizado de todo o projeto de leitura como remição, nos anos de 2009 a 2016 para compreensão de todo **o processo de seu desenvolvimento e suas estratégias de mediação**. Selecionamos os estados que abrigam unidades de penitenciárias federais, mesmo no caso de Brasília – unidade ainda não inaugurada – que tem previsão para começar a funcionar neste ano, como possíveis espaços para continuidade dos projetos de leitura iniciados. Desta maneira, apresentaremos, neste estudo, algumas informações do estado de **Roraima, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Paraná, Distrito Federal**.

Já no aspecto qualitativo, analisamos resenhas e depoimentos de 15 presos destas unidades federais como forma de compreender o universo literário destes sujeitos, seu comportamento leitor e as suas representações de leitura e **os impactos desta leitura**. Como não tivemos a oportunidade de entrevistar os leitores participantes do projeto de remição, foram realizados recortes do texto resenhado para que o leitor desta tese tivesse maior aproximação com a recepção desta leitura e a escrita desse sujeito que, de certa maneira, no projeto de remição pela leitura, se transformou num contador de histórias. Por fim, apresentamos um breve recorte das leituras programadas

para o ano de 2017, pré-selecionadas pela Comissão pedagógica de cada unidade federal.

Nas **Considerações Finais**, buscamos refletir sobre o projeto de Remição pela leitura e cada fio teórico que deu forma ao tecido textual desta tese, balizado pelos caminhos metodológicos apresentados, considerando esta experiência de leitura e todos os atores envolvidos neste processo. Assim, pudemos apresentar os resultados, promover a discussão e pontuar algumas lacunas na sua execução, que poderiam ser minimizadas, com a participação de universidades e da sociedade civil organizada. Comprendemos que, diante deste cenário de extremo monitoramento e controle, a presença da literatura, em quase oito anos de projeto de Remição pela leitura, é um marco importante na história destas instituições federais, uma vez que foi implementada como política pública e disseminada ao sistema penitenciário brasileiro comum.

Pensando nesta tese e na sua proposta de investigar a remição de pena pela leitura nas penitenciárias federais, não há como não enfatizar a sua relevância social por tratar da prática literária num contexto tão singular como a prisão. Embora sejam dados ainda iniciais sobre uma população pouco acessada, em função das especificidades de seu regime disciplinar, considero que **o rosto deste leitor foi retratado** nos resultados apresentados, bem como **o desenvolvimento de todo o projeto de leitura como remição e os impactos desta leitura**. Por isto, creio que o aporte teórico selecionado associado a uma análise empírica dos resultados coletados durante a investigação validaram tal proposta.

Ao final desta tese, espero que os questionamentos iniciais sejam respondidos e os resultados possam trazer mais reflexões sobre esta prática literária e interferir, de maneira positiva, na construção e na implementação de novas propostas de políticas públicas de estímulo à leitura nas prisões. Enfim, em meio ao caos das prisões brasileiras, é fato que a prática de leitura literária, mesmo de forma simbólica e temporária, devolve a este leitor o direito de ser livre e de ser gente.

1 A TEIA- UMA TEORIA DA PRISÃO

A intenção, neste capítulo é principiar a discussão, demarcando bem as fronteiras sociais, a partir do fenômeno da globalização e da mundialização do capital, amarras que considero estruturais e que estão entrelaçadas aos sistemas de punição, conforme dados a serem apresentados no segundo capítulo. Embora, veladamente, é fato que as relações humanas estão severamente comprometidas por este processo que privilegia uma parte pequena da população e lança a maioria à margem.

1.1 O “topo” e a “base” – as fronteiras da globalização

*A árvore que não dá fruto
É xingada de estéril. Quem
examinou o solo?*

*O galho que quebra
É xingado de podre, mas
Não haveria neve sobre ele?*

*Do rio que tudo arrasta
Se diz que é violento Ninguém
diz violentas
Às margens que o cerceiam.*

(Bertold Brecht)

Nos últimos anos do século XX, temos assistido a profundas mudanças no cenário mundial. A globalização tornou-se o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. E desde então ,vivemos sob o mito da “aldeia global”, onde, teoricamente, as localidades se inter-relacionam e, de certa forma, parecem facilmente acessadas. Com as “fronteiras naturais superadas”, percebemos que valores como o tempo e o espaço foram relativizados. Desta forma, passamos a viver numa sociedade sustentada pela “ideologia de um mundo só” – como numa grande arena –, onde o tempo real, de certa maneira, se tornou patrimônio coletivo da humanidade, podendo assim, ser experimentado, a partir de uma multiplicidade de lugares. (SANTOS, 2003, p.20).

O espaço, portanto, tornou-se “processado/centrado/organizado/normalizado” e, acima de tudo, sofreu uma emancipação das restrições naturais do corpo humano. Deste modo, a capacidade técnica, a velocidade de ação e o custo de utilização passaram a

organizar o espaço. Entrementes, a oportunidade de fluidez não tornou igual seu acesso. Neste sentido, esta porta não estava aberta para todos e o uso do tempo e do espaço, na verdade, tornou-se elemento “diferenciado e diferenciador”. (BAUMAN, 1999, p.24). Levando-se em conta esta contração espaço-temporal, sem dúvida, é bastante pertinente, como reflexão inicial aos nossos estudos, o questionamento proposto pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (1999): “Seríamos, de fato, todos nós, atores do tempo real?”

Com efeito, socialmente, estas fronteiras estão cada vez mais bem demarcadas. E se, de certa forma, à base da sociedade foi concedido isolamento e fragmentação, ao topo, foi concedido, de fato, o que se convencionou chamar globalização. Essa evidente polarização das relações entre o que chamamos de “local” e “extraterritorial” trouxe consigo, indiscutivelmente, empobrecimento, miséria, concentração de renda e a triste herança de participação social do crime organizado, o que nos leva a pensar na relação entre a estrutura social e os sistemas de punição.

Com o célebre geógrafo brasileiro Milton Santos (2003), esta perspectiva é ampliada:

Os homens não são igualmente atores desse tempo real. Fisicamente, isto é, potencialmente, ele existe para todos. Mas efetivamente, isto é, socialmente, ele é excelente e assegura exclusividades, ou pelo menos, privilégios de uso. Como ele é utilizado por um número reduzido de atores, devemos distinguir entre a noção de fluidez efetiva. Se a técnica cria aparentemente para todos a possibilidade da fluidez, quem todavia, é fluido realmente? (SANTOS, 2003, p.14).

Assim, bem distante de uma proposta real de fluidez coletiva, vimos que a globalização se tratava apenas de um mito fundamentado na ideia

do espaço e do tempo contraídos, graças, outra vez, aos prodígios da velocidade. Só que a velocidade apenas está ao alcance de um número limitado de pessoas, de tal forma que, segundo as possibilidades de cada um, as distancias têm significações e efeitos diversos e o uso do mesmo relógio não permite igual economia de tempo. (SANTOS, 2003, p.21)

E, o que de fato ocorreu, foi um espriamento dos efeitos dialéticos deste processo na contemporaneidade:

O resultado não é necessariamente, ou mesmo usualmente, um conjunto generalizado de mudanças aluando numa direção uniforme, mas consiste em tendências mutuamente opostas. A prosperidade crescente de uma área urbana em Singapura pode ter suas causas relacionadas, via uma complicada rede de laços econômicos globais, ao empobrecimento de uma vizinhança em Pittsburgh cujos produtos locais não são competitivos nos mercados mundiais. (GIDDENS, 1990, p.61).

Em resumo, o advento da modernidade arrancou o espaço do tempo, fomentando relações entre outros "ausentes", tornando o lugar cada vez mais "fantasmagórico", i.e., moldado por influências sociais bem distantes. Desta maneira, o que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena, na sua "forma visível", mas para além dela. (GIDDENS, 1990, p.22).

É verdade que nossa sociedade é marcada pela desigualdade social e, conseqüentemente, pelo seu limitado acesso aos bens culturais. Com efeito, "as elites viajam mais rápido do que nunca", mesmo que fisicamente "no lugar", seu poder não está "fora deste mundo", ele é real. Constroem casas e escritórios com larga vigilância, distante de qualquer "comunidade local", inacessíveis, numa condição de não vizinhança. Por outro lado, àqueles que ficam "fora da cerca", resta pagar o preço pelo isolamento cultural, político e psicológico, confinados em guetos. (BAUMAN, 1999, p.21). Desta maneira,

o mundo em que vive a outra camada de moradores da cidade, a camada "inferior" é o exato oposto da primeira. Em agudo contraste com o estrato superior, caracteriza-se por ter sido cortado da rede mundial de comunicação à qual as pessoas da "camada superior" estão conectadas e à qual estão sintonizadas as suas vidas. Os cidadãos urbanos da camada inferior são "condenados a permanecerem locais [...]" (BAUMAN, 2007, p.81).

Nesta perspectiva, um dos desdobramentos da globalização, evidenciado por Bauman (1999), é a segregação espacial, que, a posteriori, tornou-se um forte mecanismo de exclusão. E a razão para tal fato seria a desigualdade do uso das ferramentas da comunicação entre as elites extraterritoriais – cada vez mais globais – e o restante da população, considerada, nesta hipótese, cada vez mais local:

Parece ser essa a razão — assinalemos — pela qual a "realidade das fronteiras" foi como regra, no geral, um fenômeno estratificado de classe: no passado como hoje, as elites dos ricos e poderosos eram sempre de inclinação mais cosmopolita que o resto da população das terras que habitavam; em todas as épocas elas tenderam a criar uma cultura própria que desprezava as mesmas fronteiras que confinavam as classes inferiores; tinham mais em comum com as elites além fronteiras do que com o resto da população do seu território.(BAUMAN,1999, p.16).

Ora, se historicamente as "fronteiras" apontaram para o fenômeno de estratificação das classes, marcando o caráter cosmopolita das elites e o confinamento

das classes inferiores; a globalização, sem dúvida, acentuou mais ainda este processo, uma vez que

ela emancipa certos seres humanos das restrições territoriais e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade — ao mesmo tempo que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade. (BAUMAN, 1999, p.21).

Em outras palavras, a globalização imprimiu seu caráter predatório às pessoas da “camada inferior”, uma vez que “é dentro da cidade que habitam que a batalha pela sobrevivência e, por um lugar decente no mundo é lançada, travada e, por vezes vencida, mas, na maioria das vezes perdida.” (BAUMAN, 2007, p.81).

Com as fronteiras bem demarcadas entre os que estão “dentro da cerca” e aqueles que estão “fora da cerca”, Santos (2003, p.10) esclarece que para a maioria da humanidade, a globalização apresentou-se como uma “fábrica de perversidades” onde o desemprego é crônico, a pobreza aumenta, as doenças se proliferam e as relações sociais se deterioram. Enfim, todas estas mazelas estariam, direta ou indiretamente, relacionadas ao presente processo de globalização. Como numa visão do inferno, descrita pelo mesmo autor, seria como fazer um pacto com o demônio, de tal forma que, algumas pessoas dos países ricos se tornassem cada vez mais ricas e os valores básicos da sociedade acabassem sendo ameaçados.⁹

Por isso, considerando a tese de que o *inferno é aqui*, podemos concluir que ele está sendo vivenciado, todos os dias, pela maioria da população. E para não sofrê-lo, valem dois conselhos: “aceitar o inferno e se tornar parte dele, a ponto de não conseguir mais vê-lo” ou, de maneira mais arriscada e seletiva, no meio do inferno tentar reconhecer quem ou o quê não fazem parte dele. (BAUMAN, 2007, p.114).

O curioso é que a escolha social parece associada à primeira opção, pois a sociedade segue alienada e imersa em seu próprio inferno, alheia a todo esse processo de exclusão. O que se percebe é uma teia sendo urdida, construída pela burocracia, pela administração e pela tecnocracia. Por isso, o sociólogo brasileiro Sérgio Adorno (2015), alinhado à corrente marxista, declara que nossa capacidade de pensamento crítico está morta e desaparecida, e, portanto, a sociedade e a consciência estão “totalmente reificadas”.

⁹ Ideias defendidas no prefácio da obra *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* de Milton Santos, defendidas por Joseph E. Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia 2001.

Ora se o pensamento crítico está comprometido, é coerente a afirmação de Santos (2003), no capítulo *o Mundo como fábula*, da sua obra *Por outra Globalização*, quando defende a ideia de que a manutenção desta ideologia e desta falsa realidade é manipulada pela mídia – reconhecido instrumento de poder e de fabulação –, que concebe a informação com o simples objetivo de confundir. A mídia, portanto, mascara a face perversa do processo globalizante como uma proposta de “encantamento do mundo”. O que nos faz lembrar, imediatamente, das palavras de Guy Débord (1997), ao apresentar a “sociedade do espetáculo” onde tudo, ao final, se esvai como “fumaça da representação”. Por isso, é forte a tendência de uma convivência social pautada por um “jogo de aparências”, sob a tutela de uma falsa realidade, estrategicamente sedutora, que, ao final, tem como resultado a alienação.

Se na antiga aldeia, os modos de produção da notícia se valiam do “testemunho das pessoas” que poderia ser cotejado com o testemunho do vizinho; na sociedade moderna, estas velhas práticas já não existem mais. Hoje, “falsificam-se os eventos”, e o que a mídia nos dá, logo, se torna notícia. (SANTOS, 2003, p.20).

Nesta mesma direção, Giddens (1990, p.93) explica que, historicamente, a informação teve suas fronteiras bem demarcadas, em alguns momentos, pela pequena extensão espacial, em outros, pela solidez do tempo. Assim, nos cenários pré-modernos, na maioria das cidades, “o meio local” era esse “lugar de feixes de relações sociais” que se permitia entrelaçar. Neste sentido, partindo, também, das premissas defendidas por Bauman (1999), observamos que as relações sofreram, diretamente, os impactos desta contração espaço-temporal do mundo globalizado, bem diferente das “relações localizadas”, que partiam somente de um determinado lugar. Por isso, nestas condições contemporâneas, ser local num mundo globalizado é sinônimo de privação e de degradação social. (BAUMAN, 1999, p.8).

É, justamente neste ponto, que convergem as ideias de Bauman (1999) e de Santos (2003), já que na sociedade contemporânea, não podemos dissociar a fabulação midiática da violência do dinheiro. Nesta perspectiva, o fenômeno da globalização conferiu ao dinheiro a posição central no mundo, recriando seu fetichismo pela ideologia – concebida por Karl Marx –, como “loucura especulativa”. Com isso, é evidente que a tirania do dinheiro mais a tirania da informação – pilares da história atual do capitalismo globalizado – se tornaram fios condutores dos processos hegemônicos – legitimados pelo pensamento único –, que levam tão somente a um “império de fabulações e percepções fragmentadas”. (SANTOS, 2003, p.22).

Tendo em vista esta questão, é oportuno lembrar as palavras da escritora e ativista indiana Arundhati Roy que resume esta ideia: "enquanto a elite, em algum lugar do topo do mundo, busca viagens a destinos imaginados; os pobres, infelizmente, são apanhados numa teia de crime e de caos". (apud BAUMAN, 2007, p.14).

1.2 A prisão – um efeito colateral da globalização

Em *Globalização – as consequências humanas*, Bauman (1999) observa os efeitos da globalização e reacende a discussão em torno do excedente populacional – a parte inassimilável – categoria considerada inútil à sociedade. Neste sentido, surge uma pergunta: o que fazer, então, com todos aqueles que parecem “deslocados” nesta sociedade pós-moderna, marcada, de forma imperativa, por suas urgências de comunicação instantânea e avanços tecnológicos? Em resposta a esta pergunta e para avanço da discussão, apropriamo-nos das ideias de Bauman (2007), em sua obra *Tempos Líquidos*, quando afirma que diante desta situação, este indivíduo:

Pode ser rotineiramente removido e transportado para além das fronteiras da área fechada, dentro da qual se buscam a estabilidade econômica e o equilíbrio social, as pessoas que escaparam ao transporte e permanecem dentro dessa área, mesmo que momentaneamente excedentes, são destinadas à "reciclagem" ou à "reabilitação". Estão "fora" apenas por enquanto, seu estado de exclusão é uma anomalia que exige ser curada e implica uma terapia; precisam claramente ser ajudadas a "voltar" logo que possível. São o "exército de reserva de mão-de-obra" e devem ser postas e mantidas numa forma decente que lhes permita retornar ao serviço ativo na primeira oportunidade. (BAUMAN, 2007, p.370).

Podemos assim, neste contexto, acolher a perspectiva de Bauman (2007) e afirmar que, em nossa sociedade, o homem também é um produto descartável – refúgio humano – e, portanto, a sua remoção e reciclagem se apresentam como mecanismo natural de segregação e de exclusão. Logo, se, a priori, no modelo capitalista concebeu-se a ideia da formação de um “exército de reserva de mão de obra”, um arranjo possível aos excluídos sociais, para que mais tarde fossem reintegrados à sociedade, conforme assevera o sociólogo:

As "classes perigosas" originais eram constituídas do excedente populacional temporariamente excluído e ainda não reintegrado que o progresso econômico acelerado havia privado de uma "função útil", enquanto a pulverização acelerada das redes de vínculos os havia destituído de proteção. Mas a expectativa era de que, no devido curso, eles seriam reintegrados, seu ressentimento se dissiparia e seus interesses na "ordem social" seriam restaurados. (BAUMAN, 2007, p.75)

A posteriori, não foi bem isso que aconteceu:

As novas "classes perigosas", por outro lado, são aquelas reconhecidas como *inadequadas* à reintegração e proclamadas inassimiláveis, já que não se pode conceber uma função útil que sejam capazes de exercer após a "reabilitação". Não são apenas excessivas, mas *excedentes*. Estão excluídas *permanentemente* - um dos poucos casos de "permanência" que a modernidade líquida não apenas permite, mas promove ativamente. Em vez de ser percebida como o resultado da má sorte momentânea e reparável, a exclusão atual exala um ar final. Com mais frequência ainda, a exclusão tende hoje a ser uma rua de mão única (e a ser percebida como tal). Uma vez queimadas, é improvável que as pontes venham a ser reconstruídas. A *irrevogabilidade* de sua expulsão e fragilidade das chances de apelar do veredicto é que transformam os excluídos contemporâneos em "classes perigosas". (BAUMAN, 2007, p.75).

O enfoque dado por Bauman (2007) nos interessa, neste estudo, por demonstrar, de forma precisa, que em razão de sua funcionalidade e do seu papel no processo econômico, houve um deslocamento social do indivíduo da categoria "excedente populacional" para a categoria "classe perigosa". Esta reclassificação nasceu, justamente, da impossibilidade de reconstrução de "novas pontes sociais" para o retorno deste indivíduo ao mercado de trabalho.

Neste novo paradigma, chama atenção não apenas o caráter de "irrevogabilidade de sua expulsão", mas também, a mudança no modelo estatal que abandonou, de certa forma, o "Estado social" em favor do Estado "excludente", construído, por sua vez, sob a clivagem da "justiça criminal", "penal" ou do "controle do crime". (BAUMAN, 2007; WACQUANT, 2001). Assim, neste novo paradigma de Estado, a figura do cidadão se ausentou do discurso:

Tem havido uma marcante mudança de ênfase da modalidade do bem-estar social para a modalidade penal... O modo penal, além de estar se tornando mais importante, também ficou mais punitivo, mais expressivo, mais voltado para a segurança [...]. O modo do bem-estar social, além de se tornar mais silencioso, ficou mais condicional, mais centrado no delito, mais consciente dos riscos... Os transgressores... têm agora menos probabilidade de ser representados no discurso oficial como cidadãos socialmente carentes que precisam de apoio. Em vez disso, são apresentados como indivíduos que merecem ser castigados, indignos e um tanto perigosos. (BAUMAN, 2007, p.53).

É certo, também, que nesta nova configuração social, existe uma linha tênue quanto à compreensão destas duas categorias apresentadas, em razão de ambas serem consideradas socialmente desajustadas e excluídas. Percebe-se que sua valoração no processo produtivo não se dá pela sua conduta ou em função do seu intervalo de participação neste processo, mas, sobretudo, pelo tratamento que deve ser dispensado a elas.

Ao criminoso, torna-se nula a possibilidade de reeducação e reabilitação social, visto que é concebido no processo de “reciclagem” como elemento inadequado e, por isso é, fatalmente, lançado a um estado permanente de marginalização. Enfim, torna-se vulnerável sua condição, sendo excluído do “exército de reserva de mão de obra” e lançado para o outro lado da cerca – espaço reservado às “classes perigosas” – bem longe da comunidade, dos cidadãos cumpridores da lei. (BAUMAN, 2007, p.76).

É neste contexto que lançamos mão de duas estratégias, apontadas por Bauman (2001), como necessárias à manutenção da ordem social e, tomadas por empréstimo dos conceitos de Claude Lévi Strauss, em sua obra *Tristes Trópicos* (1955), para entendimento destes novos papéis sociais:

Uma **antropofágica**: aniquilar os estranhos devorando-os e depois metabolicamente transformá-los em algo indistinguível do que já havia; estratégia de assimilação, tornar a diferença semelhante. A outra era **antropoêmica**: vomitar os estranhos; bani-los dos limites do mundo ordeiro; estratégia de exclusão. (BAUMAN, 2001, p.29, grifo nosso).

Na primeira estratégia, Bauman (2001) esclarece que a sociedade adota uma proposta “antropofágica”, na qual são anuladas ambiguidades e o “estranho” é assimilado ao igual, uma vez que se acredita na possibilidade desta “anomalia ser retificada”. Em síntese, uma perspectiva bem próxima da velha proposta de assepsia social e de anulação de diferenças, advindas do capitalismo. Entretanto, quando esta proposta fracassa e “o processo de assemelhamento social não transforma o estranho”, o mais indicado a ser feito é bani-lo para além do mundo da ordem. Pode-se dizer, perfilando Bauman (2001), que condená-lo a um exílio forçado é a melhor saída social, e para que isto ocorra, são necessárias teias prisionais – lugares bem distantes dos muros sociais – para “vomitá-lo”.

É importante mencionar que na segunda estratégia, chamada de “antropoêmica”, promove-se a convergência dos pensamentos de Foucault (1997) e Goffman (1990) no que diz respeito às justificativas para o “banimento” e para a manutenção destas pessoas em instituições totais que disciplinam e modulam comportamentos. Contudo antes, esvaziam o sujeito de suas subjetividades e experiências. Suas vidas já não lhes pertencem mais, estão sob a custódia do Estado, embora indiretamente, estejam também sob a custódia das facções criminosas, assunto a ser tratado mais adiante.

Historicamente, as razões para o “banimento” gravitavam em torno de uma proposta de higienização do ambiente social dos possíveis “insetos humanos” que

pudessem atrapalhar o progresso econômico. Assim, a mendicância e as doenças foram consideradas, por muito tempo, focos de propagação de desordens sociais. Por outro lado, sabemos também que, o que de fato, sempre esteve no centro do debate foi o controle social sobre as chamadas “classes perigosas”. Por isso, a construção de instituições totais – espaços adequados – foi amplamente aceita como uma rede de autoproteção social, destinada a todo aquele que não se adequasse ao processo de “assemelhamento”, anteriormente, mencionado por Bauman (2001).

À propósito, cabe ressaltar que no período “seminal” do surgimento das prisões, a tese apresentada por Foucault (1997) era a de “transformação dos indivíduos”, bem próxima da ideia antropofágica de assemelhamento social, anteriormente, trabalhada por Bauman (2001). Entretanto, este projeto fracassou e “longe de transformar os criminosos” em gente honesta, a prisão foi um instrumento poderoso para “fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade.” É por isso que Foucault (1997) ainda, em seus estudos, enfatiza que a prisão assumiu, na sua evolução histórica, o espaço reservado a uma “fábrica de delinquentes”, com papéis bem definidos quanto à sua funcionalidade no projeto social, político e econômico.

Em *Vigiar e punir*, Foucault (1997) pulveriza qualquer ideia de que a prisão, em algum momento da sua história, aproximou-se da sua proposta de “reforma moral”, cumprindo o seu propósito declarado de “reabilitação” do sujeito. Notadamente, em oposição a este quadro de “reabilitação”, é fato que o processo de confinamento moderno, objetiva, simplesmente, “neutralizar” a parcela da população que não tem um papel funcional dentro da cadeia produtiva. Não havendo, portanto, possibilidade concreta de sua reintegração. (BAUMAN, 1999, p.106).

Esgotadas todas as velhas e desgastadas possibilidades de reintegração deste sujeito, a maior preocupação do Estado moderno, segundo reafirma o próprio Bauman (2001) é a proteção social. Em nossa sociedade, é constante a presença do fantasma do medo e da ideia de que o inimigo deve ser combatido. Contudo, em nossas prisões, o retrato do inimigo traz o recorte cruel de outra sociedade brasileira, marginalizada, vulnerável, de maioria negra e pobre. É neste cenário de insegurança social que se erguem “fortalezas sitiadas”.

Ora, se no estado moderno clássico, o inimigo tinha o rosto do revolucionário e este precisava ser exorcizado; nas sociedades de consumo, o inimigo passa a ter outro rosto, reconhecidamente, o de “consumidor falho”. Neste sentido, numa sociedade de consumo, o criminoso assume outro papel. Ele é aquele sujeito que deixa cair a

“máscara da civilidade” e encarna o seu demônio interior. De maneira funcional, ele é enquadrado entre os *consumidores frustrados*, que cedem à sedução do mercado consumidor, mas que, invariavelmente, não podem satisfazer seus desejos. (BAUMAN, 2001, p.55). Neste contexto, sob o prisma capitalista, o conceito de crime e de criminoso são ressignificados.

Bauman (2001) argumenta que o comportamento criminoso torna-se elemento intrínseco à sociedade consumista, considerada “plenamente desenvolvida e universal”. Desta forma, não há como considerar tal comportamento um obstáculo aos interesses mercadológicos desta sociedade. Pelo contrário, este criminoso é admitido no jogo capitalista como requisito e acessório natural. Nesta perspectiva de mercado, tais indivíduos, simplesmente, recusaram-se “à oportunidade de vencer, enquanto participavam do jogo”. E por isso, diante da ruptura das regras deste jogo, torna-se compreensível que, socialmente, toda sorte de punições aplicadas sejam, *naturalmente*, consideradas formas de exorcizar esses “demônios interiores”.

Em breves palavras, é evidente que o mesmo capital que proporciona “viagens” também produz violência – efeitos colaterais da globalização – que, lamentavelmente, por muitas vezes, são minimizados. Neste sentido, Santos (2003, p.27) esclarece que a violência é um estado característico do nosso tempo. Embora, não o compreendamos como estrutural, mas de forma sistêmica, por considerar apenas a violência periférica e pontual, não podemos ignorar que a violência esteja intrinsecamente relacionada às estruturas de poder e de controle social. É certo que, o que está no cerne do debate, é a violência estrutural que legitima, tacitamente, todo o processo de globalização, a competitividade dilacerante e a falácia do capital, como mecanismo de prosperidade, comum a todos os indivíduos:

Desde o começo, o Estado moderno foi, portanto, confrontado com a tarefa assustadora de *administrar o medo*. Precisava tecer uma rede de proteção a partir do zero a fim de substituir a antiga, deixada de lado pela revolução moderna, e prosseguir reparando-a, à medida que a modernização contínua promovida pelo Estado continuava a fragilizá-la e a esticá-la além de sua capacidade. Ao contrário da opinião já amplamente aceita, *é a proteção* (o seguro coletivo contra o infortúnio individual), e não a *redistribuição de riqueza*, que está no cerne do "Estado social" a que o desenvolvimento do Estado moderno inflexivelmente conduziu. Para pessoas privadas de capital econômico, cultural ou social (todos os ativos, de fato, exceto a capacidade de trabalho, que cada um não poderia empregar por si mesmo), "a proteção pode ser coletiva ou nenhuma". (BAUMAN, 2007, p.65).

Na verdade, é no momento de reclassificação destes sujeitos que a prisão torna-se fiel depositária dos “consumidores frustrados/dejetos humanos da contemporaneidade”. É esclarecida esta relação entre este movimento de reclassificação e seus discursos no primeiro capítulo, quando demarcamos as fronteiras do “extraterritorial e do local”. Apoiamo-nos na hipótese do confinamento espacial, apresentada por Bauman (1999), como desfecho provável a estas “classes perigosas”, já que o encarceramento, sob os variados graus de severidade e rigor, tem sido em todas as épocas, o principal método de lidar com estes setores “inassimiláveis” e problemáticos de uma sociedade que se considera difícil de controlar:

A separação espacial que produz um confinamento forçado tem sido ao longo dos séculos uma forma quase visceral e instintiva de reagir a toda diferença e particularmente à diferença que não podia ser acomodada nem se desejava acomodar na rede habitual das relações sociais. (BAUMAN, 1999, p.101)

Ora, se a “nossa sociedade é uma sociedade de consumo”, conforme argumenta Bauman (2001), podemos concluir que, fatalmente, “todas as criaturas vivas consomem.” Logo, naturalizada esta ideia, a sociedade segue moldando seus membros, ditando os padrões de seu comportamento, enquanto consumidores. Contudo, percebemos também outro fato: “não há espaço social para todos”. Por isso, a sociedade acaba produzindo seus “estranhos”, por Bauman (2001) chamados de “refugio do consumismo” e por Wacquant (2001) de “indesejáveis”. O que, ao final, independente da terminologia aplicada, representa tudo aquilo que precisará ser removido. Em suma, é a partir deste paradigma econômico e conforme sentencia Bauman (2001) que os *consumidores falhos* tornam-se objeto de exclusão sendo, definitivamente, empurrados para fora do processo, em “defesa da lei e da ordem”.

Portanto, nas palavras de Adorno (1996, p.160) “prevalece a crença segundo a qual quem cometeu delito contraiu uma dívida para com a sociedade que necessita ser resgatada para recuperação do crédito social.” Em suma, a prisão apresenta-se como espaço pensado para atender a demanda de lixo humano produzido socialmente ou noutra concepção econômica, não menos perversa, reservada aos consumidores que falharam no desenvolvimento do seu papel social e econômico.

1.3 Da fábrica à imobilidade – a prisão e a indústria do crime

Se por um lado vimos que os “consumidores falhos” não têm nenhum papel econômico nas sociedades de consumo, é fato que com a reconfiguração do espaço, estes mesmos indivíduos, agora, como indivíduos presos, passam a ocupar um papel decisivo na retroalimentação nos sistemas de punição, passando a molas propulsoras de todo este processo. Desta forma, o confinamento se tornou um grande negócio, não citemos aqui países europeus que têm apresentado decréscimo em seu encarceramento, mas consideraremos aqueles países que têm adotado, principalmente, este modelo de punição.

Assim, com capacidade para abrangência de múltiplos interesses mercantis que vão desde a construção de penitenciárias à gestão destas instituições, passando pelos equipamentos necessários à manutenção da segurança. Não há como negar que na guerra contra a violência, o dinheiro não tenha menor valor. Pelo contrário, milhões são investidos neste empreendimento para assegurar a paz social, a partir da crença de que

a prisão resolve, assim, alguns problemas dos países altamente industrializados. Nos estados de bem-estar social, reduz a contradição entre a idéia de assistência aos desempregados e a idéia de que o prazer do consumo deveria ser resultado da produção. Também coloca sob controle direto parte da população desocupada e cria novas funções para a indústria e seus proprietários. Em última análise, os presos adquirem uma nova importante função. Eles se transformam na matéria-prima para o controle. (CHRISTIE, 1998, p.121).

Propõe-se aqui, portanto, uma discussão sobre o papel social do crime, numa lógica sistêmica, pensado como um constructo da dinâmica da estrutura social e, por conseguinte, revelando o interesse econômico nesta indústria (CHRISTIE, 1998, p.16), onde os interesses privados só avançam. Afinal:

Um princípio básico de controle social é de que os que possuem muito e os que nada têm são os dois extremos mais difíceis de governar. Os que muito possuem, também têm muito poder, e os que nada têm, também nada têm a perder. (CHRISTIE, 1998, p. 56).

O discurso do sociólogo norueguês Nils Christie (1998) encontra ressonância na função utilitária do delinquente da qual já falava Foucault (1997). En passant, nos apropriaremos da ideia de funcionalidade social do criminoso de Karl Marx, sem a

pretensão de aprofundarmos nossos estudos nesta direção, mas não podemos deixar de mencioná-lo quando diz que “o criminoso dá novo impulso às forças produtivas”:

O criminoso não produz apenas crimes, mas ainda o Direito Penal, o professor que dá cursos sobre Direito Penal e até o inevitável manual onde esse professor condensa o seu ensinamento sobre a verdade. Há, pois, aumento da riqueza nacional, sem levarmos em conta o prazer do autor. O criminoso produz ainda a organização da polícia e da Justiça penal, os agentes, juízes, carrascos, jurados, diversas profissões que constituem outras categorias da divisão social do trabalho, desenvolvendo as faculdades de espírito, criando novas necessidades e novas maneiras de satisfazê-las. Somente a tortura possibilitou as mais engenhosas invenções mecânicas e ocupa uma multidão de honestos trabalhadores na produção desses instrumentos. O criminoso produz uma impressão, que pode ser moral ou trágica; desta forma ele auxilia o movimento dos sentimentos morais e estéticos do público. Além dos manuais de Direito Penal, do Código Penal e dos legisladores, ele produz arte, literatura, romances e mesmo tragédias. O criminoso traz uma diversão à monotonia da vida burguesa; defende-a do marasmo e faz nascer essa tensão inquieta, essa mobilidade do espírito sem a qual o estímulo da concorrência acabaria por embotar. (apud Henry Lefebvre, 1968, p.79-80).

Nesta lógica de produção, os presos são matéria- prima para o controle, e como não há falta deste produto, adquirem, assim, importância vital para o Estado e suas instituições. Logo, observamos que, intrinsecamente, esta relação está atrelada à manutenção da segurança e à remoção dos dejetos sociais. Como num grande complexo industrial, a prisão cumpre a sua função de assepsia social:

Comparada com a maioria das outras indústrias, a do controle do crime ocupa uma posição privilegiada. Não há falta de matéria-prima: a oferta de crimes parece ser inesgotável, também não tem limite a demanda pelo serviço, bem como a disposição de pagar pelo que é entendido como segurança. E não existem os habituais problemas de poluição industrial. Pelo contrário, o papel atribuído a esta indústria é limpar, remover os elementos indesejáveis do sistema social. (CHRISTIE, 1998, p.01).

Como um fenômeno universal e endêmico, cresce rapidamente, em quase todos os países, o número de pessoas na prisão ou que esperam prováveis sentenças de condenação. Estas redes são facilmente ampliadas em função das políticas criminais:

Os gastos orçamentários do Estado com as “forças da lei e da ordem”, principalmente os efetivos policiais e os serviços penitenciários, crescem em todo o planeta. Mais importante, a proporção da população em conflito direto com a lei e sujeita à prisão cresce num ritmo que indica uma mudança mais que meramente quantitativa e sugere uma “significação muito ampliada da solução institucional como componente da política criminal” — e assinala, além disso, que muitos governos alimentam a pressuposição, que goza de amplo apoio na opinião pública, segundo a qual “há uma crescente necessidade de disciplinar importantes grupos e segmentos populacionais” (BAUMAN, 1999, p121)

Na era da compressão espaço-temporal, convivemos com dois fenômenos completamente diferentes, nomeados por Bauman (1999) como globalização e glocalização. O primeiro, com o rápido enriquecimento de pequenos grupos, cercado por liberdades, onde o “céu é o limite” e o segundo, marcado pelo empobrecimento, pela conexão da miséria e de sua conseqüente imobilidade – a marca dos excluídos.

Por isso, quando Bauman (1999) concebe a promessa de liberdade e de livre comércio da globalização – o falso portal de comunicação –, na verdade, amplia a discussão, apontando os mecanismos de seletividade entre os muitos “imobilizados” e os poucos mobilizados:

A mentira da promessa do livre comércio é bem encoberta; a conexão entre a crescente miséria e desespero dos muitos “imobilizados” e as novas liberdades dos poucos com mobilidade é difícil de perceber nos informes sobre as regiões lançadas na ponta sofridora da “glocalização”. Parece, ao contrário, que os dois fenômenos pertencem a mundos diferentes, cada um com suas próprias causas marcadamente diversas. Jamais se suspeitaria pelos informes que o rápido enriquecimento e o rápido empobrecimento brotam da mesma raiz, que a “imobilidade” dos miseráveis é um resultado tão legítimo das pressões “globalizantes” quanto as novas liberdades dos bem-sucedidos para os quais o céu é o limite (como jamais se suspeitaria pelas análises sociológicas do Holocausto e de outros genocídios que eles “combinam” perfeitamente com a sociedade moderna, assim como o progresso econômico, tecnológico, científico e do padrão de vida).(BAUMAN, 1999, p.78).

Considerando o nosso contexto social, onde cada vez mais se observa um “cidadão com medo, acuado, carente de proteção e encerrado em seus próprios limites” que tem sua biografia atravessada pela cotidianidade do crime, é compreensível o apoio social a propostas de contenção da violência, se possível com soluções definitivas e sem a necessidade de “procedimentos judiciais”, como a pena de morte. (ADORNO, 1996, p.129-130).

Logo, cresce a ideia das prisões de segurança máxima – importadas do modelo americano – como perfeita “técnica de imobilização” e como mantenedora da segurança. Diante disto, torna-se evidente o avanço do processo de mercantilização da prisão, sob a bandeira do medo –principal ingrediente – na disseminação da ideia de que existe uma guerra. Com isso, o confinamento apresenta-se como remédio essencial, uma espécie de antídoto para o equilíbrio social e, por conseguinte, à manutenção do mundo da ordem. Tacitamente, observa-se o surgimento de novos mercados para esta indústria, que cresce vertiginosamente. Ao mesmo tempo, sustentado por “lampejos” de segurança, baseados, única e exclusivamente, na segregação do criminoso, como a cura

para todo o mal e, para que isso ocorra, desenvolve-se uma política de expansão da oferta de vagas, como projeto de segurança nacional (BAUMAN, 1999, p.108):

A crença de que existe uma guerra é uma das principais forças motrizes do seu desenvolvimento. A outra é a adaptação generalizada às formas industriais de pensar, organizar-se e comportar-se. A instituição da lei está em processo de transformação. Seu antigo símbolo era uma mulher com olhos vendados e com uma balança na mão. Sua tarefa era equilibrar um grande número de valores opostos. Essa tarefa desapareceu. Uma revolução silenciosa ocorreu no seio da instituição da lei, uma revolução que permite à indústria de controle do crime mais oportunidades de crescimento. (CHRISTIE, 1998, p.3).

Nesta mesma linha de pensamento, outra estudiosa da questão criminal contemporânea, Cecília Coimbra (2015) defende que a função social da prisão reside na ideia de produção de pessoas que aceitem passivamente tudo aquilo que é pactuado no contrato social, dentro de uma lógica de que “quanto mais você punir [...], mais se torna o sujeito bom cidadão”. Entretanto, é verdade que o encarceramento massivo não tem produzido bons cidadãos. Pelo contrário, tem produzido mais criminosos.

Ao lado desta perspectiva, alinham-se ainda as ideias de Wacquant (2001) em *Prisões da Miséria*, quando o autor destaca a atrofia do Estado social e o desenvolvimento de uma nova política econômico-social que, de certa maneira, se compromete, assumindo sua contribuição com o estado de crime, ao lançar à margem uma grande parcela da população, ligada diretamente à hipertrofia despótica do Estado penal para gestão da miséria, no caso dos Estados Unidos.

Embora, muitas vezes velada, há uma postura naturalizada da sociedade em relacionar o crime aos chamados “desclassificados”. Wacquant (2001) chama atenção para o que nomeou de “ditadura sobre os pobres”, uma espécie de criminalização da pobreza. Desta maneira, vê-los figurar como agentes do crime no código penal é uma prática comum, uma vez que

roubar os recursos de nações inteiras é chamado de “promoção do livre comércio”; roubar famílias e comunidades inteiras de seu meio de subsistência é chamado “enxugamento” ou simplesmente “racionalização”. Nenhum desses feitos jamais foi incluído entre os atos criminosos passíveis de punição. (BAUMAN, 1999, p.131).

Com isso, vimos nos espaços prisionais um maior número de pessoas de classes menos favorecidas ou os chamados “desclassificados” numa expectativa natural de relação do crime com as camadas “inferiores” da sociedade. Todavia, como pondera o

autor, não significa dizer que não haja nestas classes, de fato crime e nem menos ainda verdadeiros criminosos; contudo não podemos esquecer que todo este processo de rejeição/exclusão compõe esta ideia de produção social do crime. (BAUMAN, 1999, p.120, WACQUANT, 2001, p.07).

É fato que em nome da segurança coletiva, pouco importa onde estarão os sujeitos chamados de “perigosos”. Assim, a maior preocupação social é de afastá-los do convívio, de maneira tal que permaneçam isolados. Como observa Bauman (1999) a grande preocupação na prisão, de forma geral, é a permanência dos internos “em suas celas solitárias”, não importando o “que fazem”, afinal, foram, de fato, pensadas e planejadas como espaços de exclusão. O novo conceito de prisão perpassa pela ideia de imobilização. Por isso, não é de se estranhar que “as pessoas que cresceram numa cultura de alarmes contra ladrões tendem a serem entusiastas naturais das sentenças de prisão e de condenações cada vez mais longas.” (BAUMAN, 1999, p.116). De todo modo, é imprescindível pensar estratégias de segurança que retirem tais indivíduos de circulação em defesa do bem comum.

Neste contexto, reverbera o texto autobiográfico de Dostoievski (2008), na sua obra *Recordações da Casa dos Mortos*, quando descreve a prisão como “uma casa para cadáveres vivos, uma vida à margem, uma sociedade de decaídos”, justamente por ampliá-la como mecanismo de exclusão social do indivíduo, já que, neste sentido, a principal preocupação social é “arrancar o mal pela raiz”, ao mesmo tempo em que, aponta para as ideias de Foucault (1997) de uma fábrica de delinquência. Neste aspecto, a prisão cumpre, em longo prazo, sua função social, ao representar esse apartamento prolongado e seguro, e se consideramos a pena de morte, poderá, para alguns, não só representar sua face permanente de exclusão, mas também de eficiência.

Convém lembrar, contudo, que quando totalmente isolado, o ser humano é, simplesmente, reduzido a representação punitiva da lei. Conforme esclarece Bauman (1999), “se não fosse pelo fato de que os prisioneiros ainda comem e defecam, as celas poderiam ser tidas como caixões”. Tal premissa potencializa a relação crime-pobreza e realinha o espaço da prisão ao “campo de concentração”, mas desta vez destinado aos pobres. Embora num contexto de extrema violência e pobreza, a sociedade brasileira segue acreditando na velha, para não dizer, ultrapassada e boa arma de combate ao crime – a prisão.

A exigência social de um sistema criminal apenas voltado para a punição coloca, em suspeição, a proposta civilizatória que, de certa forma, faz parte de nossa história e

da natureza humana, ao mesmo tempo em que mascara os paradoxos produzidos pelo encarceramento, no que diz respeito à punição e ao tratamento digno. Enlaçado a esta teia predadora, inerente aos sistemas de poder e controle social, a “figura ambígua e imprevisível do estranho” cumpre sua função nesta rede de relações:

Quando o criminoso lança mão desta estratégia de “rejeitar os que rejeitam” logo afunda no estereótipo de rejeitado, acrescentando a si à imagem do crime e à inerente propensão à “reincidência.” Lamentavelmente, por fim, “as prisões surgem como o principal instrumento de uma profecia que cumpre a si mesma.” (BAUMAN, 1999, p.134).

É verdade que a prisão transformou-se num universo sempre inacabado, sustentado por um processo cíclico de incidência e reincidência penal. Numa possível ilustração de sua natureza, se apresenta como a teia de Penélope – teia de enganos – feita, desfeita, refeita, arrematada pela incerteza, num emaranhado de propósitos não realizáveis. Entretanto, é fato, também, que atende às demandas sociais, pois é atravessada pelo sentimento público de vingança ao criminoso, que deve pagar por seus atos da maneira mais justa possível, mesmo que esta medida seja a mais perversa – com exclusão de direitos humanos fundamentais – é certo que merece sofrer.

Em suma, como numa racionalidade cartesiana, não produtora e autodestrutiva, temos paradoxalmente, mais crimes e mais criminosos. Para além de um recorte de classe e de cor e recuperando a metáfora sob a qual se articula esta tese, arrisquemo-nos a pensar que, em se tratando da prisão, a sociedade constrói sua própria teia guiada por esta lógica perversa do capital.

1.4 Capturando insetos - por uma cultura de aprisionamento

É indiscutível o agravamento da crise no Sistema penitenciário brasileiro, sobretudo, na última década. Se de um lado, percebemos um “incremento quantitativo do encarceramento”, com a marca de mais de meio milhão de presos; de outro, temos a “precariedade das condições de encarceramento” desta superpopulação prisional. Embora, tenhamos normas e diretrizes políticas que, pelo menos oficialmente, refinam e sofisticam as promessas da manutenção dos direitos sociais dos presos, o que se percebe é uma cultura do encarceramento. (CHIES, 2013, p.17).

Apesar das evidentes e recorrentes reflexões e críticas sobre os sistemas de penalidade, reverberam discursos sociais fundamentados no recrudescimento das leis e numa política austera de aprisionamento:

Durante os últimos 20 anos houve uma mudança de percepção com relação à ideia de que não vale a pena apostar no apenado, de que muitas pessoas são irrecuperáveis, fazendo com que o sistema tenha um papel de contenção. Essa perspectiva tem um caráter de vingança, apoiado pelas pessoas que defendem este modelo, querendo que o apenado sofra, porque ele fez o mal e precisa receber a resposta em troca. Trata-se de uma mentalidade irracional porque ela não produz aquilo que ela espera, não produz menos crimes, apenas agrava uma situação em que o Estado está propiciando as condições dentro do sistema prisional para que indivíduos se tornem ainda piores.¹⁰

Convém, neste sentido, apresentar os modelos de gestão das prisões brasileiras para que possamos conhecer a sua sistematização e a sua influência sobre o comportamento do leitor das penitenciárias federais. Vamos começar por um modelo bem distante desta política austera de encarceramento, a Associação de Proteção e Assistência ao Condenado (APAC), entidade pouco conhecida e pouco divulgada na mídia, com atuação em 11 estados brasileiros e que sobrevive há mais de 40 anos. Com uma política humanista, sem nenhuma finalidade lucrativa, esta entidade acredita que o ser humano tem a chave para a sua recuperação e, literalmente, entrega a chave da prisão àqueles que estão sob a custódia do Estado.

Neste modelo de gestão, o nível de reincidência é de apenas 15%, um custo de apenas um quarto de uma prisão convencional. (BRASIL, 2009). Tem como lema a frase: “Todo homem é maior que o seu erro” e foi fundado pelo advogado Mario Ottoboni. Em direção contrária ao pensamento social vigente do “olho por olho”, “dente por dente”, “a punição é o melhor castigo” ou ainda “nada mais forte do que o exemplo”, esta instituição apresenta uma proposta com um viés mais humanista.

Não obstante, percebe-se que ideias como estas não ganham fôlego entre os discursos populistas que defendem o recrudescimento das leis. Pelo contrário, testemunhamos o caos prisional, constantemente, revelado pela mídia, muitas vezes, em tempo real, dividindo o mundo, de forma maniqueísta, entre “criminosos e guardiães da ordem”. (BAUMAN, 1999, p.113). E como se ouvíssemos, ao fundo, o grito pavoroso e bastante conhecido de “Corta a cabeça” da Rainha Vermelha da obra *Alice no país das*

¹⁰ Entrevista do sociólogo Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo concedida, em agosto de 2015, ao Instituto Humanitas Unisinos na qual fez um raio x do Sistema Carcerário Brasileiro e as razões que o levaram ao estado atual.

Maravilhas, assistimos a diversas rebeliões no norte do país, onde, literalmente, cabeças são exibidas, evidenciando a guerra instaurada no interior das prisões entre as facções:

O combate ao crime, como o próprio crime e particularmente o crime contra os corpos e a propriedade privada, dá um excelente e excitante espetáculo, eminentemente assistível. Os produtores e redatores dos meios de comunicação de massa estão bem conscientes disso. Se julgarmos o estado da sociedade por suas representações dramatizadas (como faz a maioria das pessoas, quer estejam dispostas ou não a admiti-lo para os outros e para si mesmas). (BAUMAN, 1999, p.113).

É por conta deste estrangulamento do Estado, da ineficiência de políticas públicas para ressocialização que assistimos a espetáculos de terror, seguros, contudo, numa política de total contenção, sustentada pela ideia do discurso necessário de encarceramento. De acordo com Adorno (1996, p. 131), ao mesmo tempo em que as pesquisas de opinião pública sobre a violência urbana traduzem a imagem de “um público sequioso por soluções drásticas” como a pena de morte; também se ouve relatos que parecem saltar de uma pintura surrealista de Salvador Dalí, justamente, por darem conta de masmorras sociais em pleno século XXI. E com “soluções”, de certa maneira, “drásticas”, o Estado sentencia o preso a situações extremamente degradantes, como no caso do estado do Rio Grande do Sul, onde presos disputam um pouco de dignidade na hora de dormir ou ainda entre porcos e ratos, como no caso do Mato Grosso do Sul¹¹.

É relevante mencionar o escritor Graciliano Ramos (2008) que em *Memórias do Cárcere* traduziu em sua narrativa pulsante, sua tentativa de resistência, em meio à imundície do cárcere da Ditadura, ao processo de degradação humana, afirmando repetidas vezes para si mesmo: “não quero ser um rato, eu não sou um rato”. Na sua obra, o escritor e preso político Graciliano Ramos resistiu ao cárcere e insistiu em manter-se humano diante de um processo, quase imediato de despersonalização. Talvez, por isso, Graciliano insistisse em repetir verdades, mesmo que, após 10 meses de confinamento, estivessem *em frangalhos*. (RAMOS, 2008, p.426).

Com marcas de atemporalidade, esta obra reverbera, de forte maneira, na realidade penal brasileira nos mais de 600 mil presos espalhados por suas prisões (BRASIL,2015). Embora fosse o ano de 1936, Graciliano Ramos com uma escrita justa, marcada pelo teor testemunhal, narrou episódios de extrema segregação, deslocamentos desumanos e todo tipo de violação de direitos ao corpo e a alma.

¹¹ Relato do Deputado federal Domingos Dutra (PT-MA), que foi relator da CPI do Sistema Carcerário, em 2008, em entrevista a Rede BBC/ Brasil em 2012.

Não se trata aqui apenas de falar da representação estética do espaço da prisão, mas de falar daquilo que não se diz – do que permanece interdito – os efeitos colaterais que esta pena causa ao preso, e em longo prazo, à sociedade. Neste sentido, a impressão que se tem é que tais seres não são humanos – o pobre, o preso e o preto – são apenas personagens de uma triste narrativa. E, portanto, conforme enfatiza a socióloga brasileira Julita Lemgruber (2015), numa entrevista concedida a Revista do Instituto Humano Unisinos (IHU), é

hipócrita dizer que se priva alguém de liberdade para que essa pessoa possa aprender a viver em liberdade. Como transformar o criminoso em não criminoso com uma política de repressão, militarização e destituição de direitos. Seria o que destaca Maria Cecília, a ilusão do re – ressocializar. Numa matemática perversa, temos 600 mil pessoas presas num espaço em que caberiam apenas 300 mil. Seria inviável, mas aceitável. Contas que não fecham. (LEMGRUBER, 2015).

Neste sentido, é importante frisar que a pena de prisão tem um efeito social paradoxal, já que nos últimos dez anos, como numa matemática perversa, crescem, paralelamente, o número de presos e os índices de criminalidade. Estudos dão conta de um aumento de mais de 80% neste contingente, formado por 40% de presos provisórios, não julgados ainda, mas condenados previamente a viverem a experiência do encarceramento. (BRASIL, 2015).

Em meio à modernidade, a prisão ainda apresenta suas amarras medievais, quando estatísticas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) dão conta de que, no ano de 2010, mais de 20.000 pessoas permaneciam presas, mesmo após o término de sua pena. Assim, de acordo com as ideias de Foucault (1997), a fábrica- prisão mantém-se em pleno funcionamento na produção da delinquência.

Retomando as ideias de Julita Lemgruber (2015), é hipócrita pensar que privar alguém de liberdade é o mesmo que ensiná-lo a “viver em liberdade”. Sabemos que não é bem assim. Conforme dados do CNJ (2010), o Brasil ainda tem um déficit de 216 mil vagas em suas prisões, ou seja, o fenômeno do *Superencarceramento* tornou-se um problema social. Mesmo importado do modelo norte-americano, a política de segurança fundamentada na tolerância zero não apresentou bons resultados, já que a população carcerária brasileira, num processo endêmico e preocupante, representa quase a metade da população carcerária sul-americana. (AZEVEDO, 2015). Mesmo separados por muros e grades, a toda hora, ameaças de fuga em massa acionam o relógio social que indica o retorno dos presos à convivência e, para alguns, lamentavelmente, não há uma medida legal capaz de protelá-lo.

É neste contexto que apresentamos outro modelo de gestão, vigente em nosso país, o de parceria público-privada (PPP) ou como é mais conhecida a privatização dos presídios que garante, na sua proposta, eficiência a custos mais baixos. Este modelo ganhou notoriedade na década de 1980, a partir da experiência estadunidense. Em debate, desde 1990, mesmo com dúvidas sobre a sua legalidade, foi posto em prática, como, por exemplo, se observa no estado do Paraná na Penitenciária Industrial de Guarapuava:

Essa iniciativa inspirou movimentos semelhantes em países como Inglaterra, França, Austrália, África do Sul e Brasil, que passaram a utilizar a participação de entes privados como resposta ao aumento da população carcerária e de seus custos, à deterioração das condições de encarceramento e às pressões sociais para o endurecimento das penas. No Brasil, a atuação de empresas privadas na operação de estabelecimentos penais tem início em 1999, no Estado do Paraná. No final de 2009, 11 unidades se encontravam sob operação de empresas privadas no país. Entretanto, pouco se sabe sobre o desempenho das prisões operadas dentro desta modalidade alternativa de gestão no país. (CABRAL; AZEVEDO, 2012, p.53).

Segundo dados de uma pesquisa realizada pela Pastoral Carcerária, intitulada *Prisões privatizadas no Brasil em debate* (2014), a privatização de prisões brasileiras teve início em 1999 e, atualmente, conta com cerca de 30 unidades distribuídas pelos estados de Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas e Amazonas, que abrigam, conjuntamente, em torno de 20 mil presos. Sabemos que recai sobre o Estado a responsabilidade em custodiar este preso, bem como ressocializá-lo, para que, ao término de sua pena, volte recuperado ao convívio social. Por isso, muitas vezes, causa estranhamento a terceirização desta responsabilidade. Talvez, pelo fato de que, no modelo de parceria público-privada, via de regra, só são admitidos presos com bom comportamento:

De qualquer maneira, nos lugares onde se tentou aplicar essa medida da terceirização, o que se fez foi a seleção de presos com o perfil mais adequado e interessante para as empresas parceiras, de modo que as atividades dos presos fossem rentáveis a tais grupos particulares, mas isso é inaceitável. Porque o Estado vai repassar recursos para esses grupos, retirar recursos que estão em todo o sistema para colocar em presídios modelos, mas para estes locais só vão determinados perfis de presos. (AZEVEDO, 2015).

Assim, às prisões públicas, são destinados aqueles com maior dificuldade de adaptação social, mesmo que estas não apresentem o mínimo de condições de eficiência na sua gestão. Um elemento essencial à sobrevivência econômica das PPPs é a garantia mínima pelo estado de lotação anual de 90% de sua clientela. Certamente, nesta relação, efetivamente comercial, constrói-se um modelo que festeja o crime. Não há dúvidas de

que neste ritmo, o Brasil será um horizonte de possibilidades para os empreendedores deste tipo de negócio e o desencarceramento parecerá uma ideia cada vez mais distante:

Contudo, numa recessão profunda as prisões podem ser vistas como as mais essenciais de todas as necessidades. Numa recessão profunda aumenta o tamanho das classes perigosas, que ficam mais perigosas do que nunca. Como vimos, as classes mais baixas já estão super-representadas em todos os sistemas carcerários que conhecemos. (CHRISTIE, 1998, p.180).

Esse modelo de privatização é considerado eficiente na contenção destes indivíduos, bem diferente dos custos reservados à manutenção de um modelo estatal. No entanto, salvo engano, ao lado dos altos lucros produzidos pelo encarceramento, não se tem notícia de dados concretos advindos de uma política efetiva de ressocialização. Alguns estudos defendem a ideia de que não houve fracasso neste modelo de aprisionamento no Brasil, uma vez que não houve tentativa real de ressocialização, apenas mecanismos de contenção e de afastamento social. (MALAGUTI, 2015; SALLA, 2000).

Em função do encarceramento massivo e da atuação de organizações criminosas, tornou-se urgente pensar construções arquitetônicas e equipamentos eletrônicos de contenção. Nos Estados Unidos são comuns os grandes *salões* de negócios, uma espécie de *expo prisões*, onde são apresentados mecanismos *high Tech*. São modelos de reconhecimento à contenção, que vão desde *faceprint* (reconhecimento facial do criminoso) a *eletroshoking monitoring* (cinturão que dispara descargas elétricas), em caso do afastamento do preso da prisão. Ainda numa visão mais *hollywoodiana*, apresenta-se o método de congelamento (ainda desconhecido) e uma versão de prisão submarina, com o objetivo de inibir fugas. (SALLA, 2000, p.38).

Com uma realidade bem distante desse paraíso *high Tech* de encarceramento, o sistema penal brasileiro segue se adaptando às suas dificuldades estruturais. Como exemplo, citamos a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo – a maior prisão de Roraima –, que tem experimentado um processo de “favelização” e, recentemente, foi palco de rebeliões. Nesta penitenciária, entre barracos de madeira, latidos de cachorros, os presos permanecem sob a vigilância, no campinho de futebol há aproximadamente sete anos. Embora receba o nome de um conhecido romance de Alexandre Dumas, O conde de Monte Cristo¹², a realidade *tupiniquim* é bem diferente.

¹² É um romance da literatura francesa, escrito por Alexandre Dumas em colaboração com Auguste Maquet e concluído em 1844, que conta a história de um marinheiro que foi preso injustamente. Lá,

Se, teoricamente, deveríamos ter um espaço reservado à construção de uma vida nova, o que se percebe são pessoas vivendo à margem da sociedade, agora, entre a *Casa de oração* e o *bar* com direito a uma vitrine para salgados. Após a desativação de velhas construções e de espaços destruídos por rebeliões, os presos de Monte Cristo foram reclassificados, internamente, passando à condição de presos “favelados”. E surpreendentemente, mesmo com a promessa de derrubada dos barracos, a favelinha da prisão segue entre bananeiras, roupas no varal e tambores para estocar água. (ANEXO B). Sem dúvida, não faltariam exemplos que poderiam aqui ser mencionados, no entanto, este parece dar conta da precariedade das estruturas penitenciárias brasileiras.

Segundo Adorno (2002), a prisão é apenas mais um resultado de uma herança da escravidão, quando os direitos humanos foram mensurados pela cor da pele. Por isso, em nossa sociedade admite-se, de forma natural, um tratamento desigual entre os indivíduos, ditado pela classificação daqueles que são merecedores ou não de direitos. Assim, é flagrante o desrespeito do Estado ao indivíduo, na medida em que já é considerado socialmente “sem direitos”, não importando, minimamente, que fatos ocorram com ele na prisão e se as suas garantias fundamentais estão sendo preservadas.

Partindo da premissa de que o encarceramento em massa não alcançou a sua função dissuasória e seguindo a tendência da política prisional norte-americana, foram construídas no Brasil, as Penitenciárias Federais como forma de inibir o crime organizado e diminuir a sua atuação nas prisões comuns. Estas penitenciárias foram inspiradas nas prisões americanas de segurança máxima, conhecidas como *Supermax*. Segundo Vera Malaguti (2015), este modelo de encarceramento extremo configura “a mais dramática expansão carcerária da humanidade de incomunicabilidade, emparedamento e imposição da dor”.

Pensando de outra forma, é pertinente a perspectiva de Wacquant (2001), quando afirma que a solução para o encarceramento passa por uma rede de proteção social que traga equilíbrio entre a ideia de “tratamento social da miséria e tratamento penal”, caso contrário será mantido o propósito de prisão apresentado por Michel Foucault (1997), como simples produção de corpos dóceis.

Contudo, em diálogo mais uma vez com as ideias de Wacquant (2001) e diante da evolução das medidas restritivas de liberdade, observamos que a prisão seguirá cumprindo sua função de desenvolver o “Estado penal” em resposta às “desordens

conhece um clérigo de quem fica amigo. Quando o clérigo morre, ele escapa da prisão e toma posse de uma misteriosa fortuna. O marinheiro, agora em condições financeiras, pode vingar-se daqueles que o levaram à vida de prisioneiro. A história é livremente inspirada por fatos da vida de Pierre Picaud.

suscitadas”. No entanto, o problema da violência e da reincidência criminal não será resolvido, simplesmente, afastando do convívio e encerrando em prisões indivíduos com o comportamento inadequado, pernicioso aos interesses da coletividade. Já que, infelizmente, falido e marcado por uma cultura de encarceramento, o modelo prisional brasileiro mais utilizado é o de gestão pública, aplicado em mais de 90% de suas prisões. (BRASIL, 2015).

Neste modelo, o Estado assume o gerenciamento desta superpopulação, embora sejam antigas as instalações, com poucos recursos humanos e uma alta taxa de reincidência. Talvez, por isso, seja possível perceber o crescimento também das facções criminais no interior das prisões, diante de uma realidade nefasta, endêmica, marcada pela supressão de direitos, mas, sobretudo com o olhar voltado para a exploração destas massas que, sob a ótica econômica do crime, encontrou seu lugar, para não mencionar sua função. De toda sorte, estes indivíduos continuam a ser a matéria prima, as molas propulsoras, a mercadoria desse organismo vivo chamado prisão.

Ao que tudo indica parecem desalinhadas a teoria e sua prática, quando se trata do aspecto legal da questão penitenciária e o cotidiano prisional. Se comparado a outros países, é recente o marco de ingresso do Brasil na modernidade, em se tratando da questão penitenciária, já que a criação da Lei de Execução Penal (LEP) se deu nos anos 1980. Nesta lei, embora se ressalte o ideal da ressocialização no qual é defendido o bem-estar do indivíduo – condições dignas de encarceramento –, o que se percebe é uma dificuldade em assegurar, minimamente, uma política de assistência ao preso, com a garantia dos seus direitos fundamentais. (CHIES, 2013 apud TEIXEIRA, 2006).

É importante suscitar discussões em torno do fenômeno da globalização e dos sistemas de punição numa sociedade capitalista, bem como entender os avanços tecnológicos e, por conseguinte, as suas restrições como fatores determinantes na construção de fronteiras sociais entre aqueles que permanecem *dentro* e *fora* de todo este processo. Neste contexto, a prisão apresenta-se como efeito colateral deste fenômeno, já que sofre suas influências sociais, econômicas e políticas. Nesta perspectiva, o excedente populacional está relacionado à produção da delinquência, ao mesmo tempo em que a prisão assume o seu lugar de mercadoria. Logo, com um sistema punitivo em ruínas, as organizações criminosas ocupam os vazios deixados pelo Estado, partilhando do seu gerenciamento.

2 POR DENTRO DA TEIA- (DES) ATANDO OS NÓS

A discussão aqui trata dos discursos que legitimam as justificativas para o encarceramento, em que pese a cultura social. A análise recai sobre o mal e a lógica da punição, buscando-se entender por que se aprisiona. Com base em dados compilados pelo Ministério da Justiça, trataremos do encarceramento no mundo e no Brasil, discutindo a presença das organizações criminosas no interior das suas prisões e a necessidade de criação de um sistema diferenciado de disciplina. Em seguida, conheceremos o perfil socioeconômico e criminal do preso do Sistema Penitenciário Federal (SPF), alvo desta investigação.

2.1 Entre o crime e o castigo – a lógica da prisão

*Cada detento uma mãe, uma crença.
 Cada crime uma sentença.
 Cada sentença um motivo, uma história de lágrima,
 sangue, vidas e glórias, abandono, miséria, ódio,
 sofrimento, desprezo, desilusão, ação do tempo.
 Misture bem essa química.
 Pronto: eis um novo detento
 Lamentos no corredor, na cela, no pátio.
 Ao redor do campo, em todos os cantos.
 Mas eu conheço o sistema, meu irmão, hã...
 Aqui não tem santo.
 [...]
 O ser humano é descartável no Brasil.
 Como modess usado ou bombril.
 Cadeia? Guarda o que o sistema não quis.
 Esconde o que a novela não diz.*

(BROWN, 1998)

Durante a história da humanidade, vimos instituições serem inventadas, especialmente, para controlar a destrutividade humana, sua violência e seus conflitos. Desta maneira, é impossível afirmar que o homem por natureza é bom. Partindo da premissa de “que os homens são os únicos animais que matam seus semelhantes por prazer ou orgulho”, talvez compreendamos melhor os sistemas de punição como a necessidade de autodomesticação humana e os meios mais utilizados de se “criar a paz entre si”. (ZALUAR, 2004, p.18).

Partindo das ideias de René Girard (1981), a antropóloga Alba Zaluar (2004) discute, em seus estudos, uma teoria na qual os mitos estariam fundamentados em histórias reais de violência. Assim, segundo a autora, a sociedade, quando envolta em desordem e conflito, em nome da paz social, exigiria o sacrifício de um escolhido em

função do sofrimento causado por um suposto crime ou do desagrado causado aos deuses.

Na verdade, o sacrifício serviria para colocar fim numa possível corrente de vinganças e, conseqüente, derramamento de sangue. Nesta perspectiva mítica, diante de uma crise social, uma vítima inocente poderia ser escolhida não somente pelos seus supostos crimes, mas porque traria possíveis marcas de monstrosidade e, de certa maneira, incorporando todo esse mal poderia ameaçar e até atingir a coletividade. Sem dúvida, realça a autora, apesar de apenas mais um mito, tem seu substrato real e, em função disto, aqui será tratado como um viés possível para esta discussão. (ZALUAR, 2004, p.16).

Embora seja esta mais uma entre as inúmeras concepções culturais sobre o mal, é importante destacar que tais teorias poderiam explicar fenômenos ocorridos, ao longo de nossa história, nos quais a coletividade se reunia com o objetivo de extirpar estranhos que ameaçassem a sua ordem interna, com práticas violentas e, muitas vezes, de forma sumária, como, no caso de linchamentos físicos, morais, genocídios, terrorismo, entre outras.

Nasce daí, então, a invenção do Estado e de instituições de pena e castigo, sobretudo, com o propósito de obliteração da ideia de vingança pessoal para o enaltecimento da chamada justiça. Contudo, não percebemos, de igual modo, o sucesso na sua criação, visto que “o bem não venceu o mal”. Percebemos, porém, nascido deste processo, um “continuum” de vingança coletiva, carregada de extrema emoção contra pessoas que, segundo uma visão social, exibiam sinais evidentes das vítimas sacrificiais, reconhecidas por suas marcas físicas ou simbólicas. (ZALUAR, 2004, p.17).

Não é clara, nem tampouco unívoca, a definição do mal em todas as culturas. Até certo ponto, tais conceitos gravitam entre as razões e os interesses de quem estabelece o discurso sobre o mal e a situação vivenciada no momento em que se fala. Portanto, “o malvado, o errado, o moralmente mau, o pecador são significados fracos e instrumentalizados no cotidiano de todos nós”. Neste sentido, socialmente, sempre coexistiram significados, ora mais fortes, ora mais fracos, concepções dicotomizadas do bem e do mal, valores que, muitas vezes, foram relativizados. (ZALUAR, 2004, p.37-38).

O cientista político Norberto Bobbio (2004, p.27), em sua obra *A Era dos Direitos*, destaca que a história humana, muitas vezes, se mostrou ambígua. Nela, revela o autor, o bem e o mal se misturaram, se contrapuseram, às vezes, se confundiram. E se

interroga: “seria impossível negar que o mal sempre prevaleceu sobre o bem, a dor sobre a alegria, a infelicidade sobre a felicidade, a morte sobre a vida?” Em suas reflexões, o autor conclui que, seguramente, o que prevaleceu foi sua “face obscura”:

De minha parte, não hesito em afirmar que as explicações ou justificações teológicas não me convencem, que as racionais são parciais, e que elas estão frequentemente em tal contradição recíproca que não se pode acolher uma sem excluir a outra (mas os critérios de escolha são frágeis e cada um deles suporta bons argumentos). Apesar de minha incapacidade de oferecer uma explicação ou justificação convincente, sinto-me bastante tranquilo em afirmar que a parte obscura da história do homem (e, com maior razão, da natureza) é bem mais ampla do que a parte clara. (BOBBIO, 2004, p.27).

Embora com uma breve duração, Bobbio (2004, p.26) destaca que, de tempos em tempos, foi possível também se perceber a “face clara” do homem. Mesmo que hoje, a humanidade pareça ameaçada de morte, percebemos que há zonas de luz que até o mais convicto dos pessimistas não pode ignorar, como ocorreu na abolição da escravidão ou mesmo no fim dos suplícios e o término da pena de morte. Mas, certamente, defende o autor, a intensidade desta zona de luz pode ser facilmente percebida quando nos apropriamos da ideia de que o único direito humano inato é a liberdade, i.e., esta independência em face de qualquer constrangimento que possa, invariavelmente, ser imposto pela vontade do outro.

Zaluar (2004, p. 37) observa que em qualquer cultura a definição do mal tem seus limites e uma vez rompida sua fronteira, seus “valores são incontestáveis e não são postos em discussão”. Neste sentido, diante da pluralidade de representações do mal, foram surgindo várias interrogações, em função desta ruptura: “Como, então, deveria ser punido um crime? De acordo com que medida? Que utilidade poderia ter seu castigo na economia do poder?” Concluiu-se, então, que a penalidade “seria útil na medida em que pudesse reparar o mal feito à sociedade.” (FOUCAULT, 1997, p.78).

A princípio, o corpo foi declarado o principal alvo do castigo. Com o tempo, foi necessária uma proposta mais “humana”. Foi assim que a resposta mais adequada, inicialmente, a tantas perguntas, se deu em forma da proposta de pena de prisão, conhecida então, como a “pena das sociedades civilizadas”. (FOUCAULT, 1997, p.195). Com efeito,

a prisão foi uma peça essencial no conjunto das punições, marcando um momento importante na história da justiça penal. Fundamentadas nas sociedades industriais, pelo seu caráter econômico, as prisões aparecem como uma reparação. Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir

concretamente a ideia que o crime lesou, não somente a vítima, mas a sociedade inteira. Esse caráter econômico-moral de uma penalidade contabiliza os castigos em dias, em meses, em anos, e estabelece equivalências quantitativas entre delitos e duração das penas. (FOUCAULT, 1997, p.195).

Foi assim que, pautada nos ideais humanistas do século XVIII – presentes no artigo VII da Declaração dos Direitos do Homem – a pena de prisão teve como premissa a substituição da pena de banimento e a erradicação dos suplícios. Então, o que vimos, aos poucos, desaparecer do cenário social foi o “corpo supliciado, esquartejado, amputado, marcado simbolicamente no rosto ou no ombro, exposto vivo ou morto, dado como espetáculo”. Assim, o corpo deixou, finalmente, de ser o principal alvo da punição, passando-se à suspensão do direito individual. (FOUCAULT, 1997; REGO, 2004). Em linhas gerais,

as práticas punitivas se tornaram públicas. Não tocar mais no corpo ou o mínimo possível, e para atingir nele algo que não é o corpo propriamente. [...] O sofrimento físico, a dor do corpo não são mais os elementos constitutivos da pena. O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos. (FOUCAULT, 1997, p.16).

Noutras palavras,

o poder sobre o corpo, por outro lado, tampouco deixou de existir totalmente até meados do século XIX. Sem dúvida, a pena não mais se centralizava no suplício como técnica de sofrimento; tomou como objetivo a perda de um bem ou de um direito. Porém castigos como trabalhos forçados ou prisão – privação pura e simples da liberdade – nunca funcionaram sem certos complementos punitivos referentes ao corpo: redução alimentar, privação sexual, expiação física, masmorra. Consequências não tencionadas, mas inevitáveis da própria prisão? Na realidade, a prisão nos seus dispositivos mais explícitos, sempre aplicou certas medidas de sofrimento físico. (FOUCAULT, 1997, p.18).

Teoricamente, a prisão pode ter ganhado um novo contorno, se perfilarmos as ideias de Foucault (1997, p.16): “um exército inteiro de técnicos veio substituir o carrasco, anatomista imediato do sofrimento: os guardas, os médicos, os capelães, os psiquiatras, os psicólogos os educadores”. No entanto, em alguns casos, certas medidas de sofrimento, como tortura psicológica ou mesmo física, entre práticas de redução alimentar ou mesmo privação sexual são ainda impostas ao corpo do apenado. Portanto, estas transformações não representaram uma novidade visto que, veladamente, a

reclusão também há muito fora utilizada por grupos sociais, como estratégia de poder e instrumento de controle social.¹³ (REGO, 2004).

Não obstante, se considerarmos sua perspectiva sagrada, a prisão revelou seu caráter penitencial. Neste modelo de pensamento, quase terapêutico, acreditava-se que o criminoso quando submetido a condições precárias, degradantes de vida, teria finalmente realizado o pagamento do mal que fez à sociedade. Portanto, o sofrimento seria ferramenta necessária à reparação das faltas cometidas, uma medida legalista em que se trataria “o mal com o mal”, contudo não se podia assegurar que tal medida terapêutica poderia constituir poderoso instrumento de recuperação ou mesmo inibidor de novas práticas de transgressão. Era um preço a se pagar. (REGO, 2004).

Já no período da industrialização, no século XIX, a prisão teve seu caráter utilitário voltado para as classes compreendidas como "perigosas", justamente, por ameaçarem o projeto da elite dirigente, voltado para os ideais democráticos. Por isso, neste contexto, utilizou-se a pena de prisão para exercer o controle social num momento de grandes conflitos econômicos. (COMBESSIE, 2001 apud REGO, 2004).

Contemporaneamente, a prisão pode ser identificada por suas diferentes lógicas sociais. Se recorrermos a Claude Faugeron (apud Rego, 2004), observaremos que o encarceramento revelou sua face neutralizadora, ao afastar do convívio social, o indivíduo perigoso para a sociedade. Partindo deste pressuposto, o encarceramento contemplou duas perspectivas importantes aqui a se considerar. A priori, foi proposto como “instrumento de diferenciação social ou ressocialização” por meio do qual se cumpria a finalidade de proporcionar uma formação adequada, para que o criminoso pudesse reabilitar-se e voltar à sociedade; e, a posteriori, representou as relações, exclusivamente, pautadas no poder e no controle.

Segundo Rego (2004), as lógicas de detenção também se apoiaram nas justificativas das penas, sendo a dois séculos, utilizadas como legitimadores do encarceramento. Neste sentido, a autora destaca quatro justificativas para a sanção penal:

1) **A expiação**, adotada também por Kant como "retribuição", pressupõe que ao condenado deve ser imposto o mesmo mal que ele causou. Segundo Durkheim,

¹³ No Antigo Regime, Combessie identifica quatro diferentes campos para classificar a reclusão, a saber: 1) o campo jurídico desde a Antiguidade; 2) o campo político para prender os opositores do regime; 3) o campo administrativo das cidades que prendiam mendigos e indigentes e, por fim, 4) o campo familiar para retirar do seio familiar as crianças ou jovens que envergonhavam o grupo, como era o caso das meninas que engravidavam antes do casamento. A prisão moderna surge, em parte, sob a ideia de promover trabalhos forçados, afirma o autor. (COMBESSIE, 2001 apud REGO, 2004).

a pena protege a sociedade porque é expiatória. O criminoso deve reparar o erro que cometeu sendo castigado e submetido à mesma intensidade da dor que provocou.2) **A dissuasão**, cujo objetivo é o de prevenir, de demover as pessoas a cometerem algum crime por meio do exemplo do castigo infligido aos condenados. Essa lógica utilitarista, que tem Beccaria como seu principal teórico, está voltada para o futuro, não tem cunho de reparação. O que aqui importa é a visibilidade da pena. A sociedade necessita ver as marcas dos corpos que sofrem.3) A terceira lógica identificada por Pires surgiu no início do século XIX com o sentido de **neutralização**, isto é, impedir que o criminoso continue a cometer novos crimes, ao menos fora do presídio, porque lá dentro é mais difícil neutralizar a ação do interno. A pena mais eficaz neste caso é a pena de morte, "para neutralizar basta eliminar" (*pour neutraliser, il suffit d'eliminer* – p. 18).4) A quarta e última justificativa da sanção penal é a **readaptação**, reeducação, reinserção, etc. Esta justificativa é a única na teoria utilitarista a não fazer uso da pena de morte. (COMBESSIE, 2001 apud REGO, 2004).

É evidente que cruzando as justificativas teóricas das sanções e as lógicas de encarceramento, observamos uma convergência entre dois princípios: o da diferenciação social e o da readaptação dos condenados. A função da pena de prisão, neste caso, deveria estar baseada na recuperação. Contudo, raramente este objetivo foi alcançado. Nas prisões brasileiras, por exemplo, assistimos a um processo dessocializante e degradante do sujeito sob a *pseudo* promessa de recuperação. (COMBESSIE, 2001 apud REGO, 2004).

Justamente, por isso, são tímidos os projetos de educação, trabalho entre outros, que na prisão, objetivam a reintegração social do indivíduo. Neste processo, a lógica de readaptação, apresentada por Faugeron, é praticamente nula em relação a essa população e sua realidade. Considerando esta linha de pensamento, essas lógicas de detenção, de maneira geral, foram aplicadas em conjunto, no entanto, percebemos que umas prevaleceram sobre as outras, não causando, mesmo assim, efeito sobre a vida do condenado. (REGO, 2004).

Por fim, parece ser consenso entre os teóricos contemporâneos o reconhecimento de uma lógica de prisão extremamente perversa. Amarradas suas justificativas, como apresentamos anteriormente, o cumprimento da pena de prisão não se alinha a nenhum propósito de readaptação. Basta lembrar o *Massacre do Carandiru* – momento emblemático da tensão nas prisões brasileiras – ocorrido em 1992, no qual 111 presos foram mortos, em nome da lei e da ordem e, mais recentemente, em janeiro de 2017, outro massacre em diversas prisões do país, quando 133 presos foram mortos, sobretudo, na região norte, em razão do abandono do Estado e do crescimento do poder paralelo das facções.

Não causa nenhuma surpresa notar que prevalece a lógica de neutralização do indivíduo, acompanhada da oportunidade única de seu aniquilamento. O que resta ao condenado é o cumprimento de sua sentença. Se nos seus excertos, citados em epígrafe, os *Racionais MC's* estampam a realidade visceral das prisões brasileiras – absurdamente naturalizada –, as rebeliões, de maneira enfática, deixam sua mensagem: “o ser humano é descartável no Brasil”, implícita nos corpos esquartejados, na decapitação, nos corações arrancados e, sobretudo, no silenciamento social quanto aos nomes destas pessoas e tampouco suas histórias.

O que nos instiga a pensar numa antropologia da crueldade e da dor. Considerando que toda punição implica imposição de certa medida de dor, não necessariamente esta imposição pode ser observada como cruel por aqueles que dela se utilizam, mas pode ser vista, socialmente, como crueldade necessária e/ou legítima. (CHIES, 2012 apud BODÊ, 2005, p.103-104). Nesta direção, Chies (2012) destaca que para o reconhecimento das penalidades é necessária a legitimação social e assim é assegurada a “expectativa de vigência social” que passa a entendê-las para além de manifestações de violência, como instrumentos de “expressão e afirmação da moralidade coletiva”. Na verdade, o castigo só foi institucionalizado, pois a prisão sempre esteve presente, em diversos espaços e momentos da história da humanidade.

2.2 Déclassés – Seres humanos descartáveis

Como num território protegido, a prisão é uma ilha rodeada apenas de silêncio. Além disso, se mostra impermeável a qualquer medida de ressocialização, o que a tornou um verdadeiro depósito humano. Nesta perspectiva, esta discussão, mais uma vez, toma assento nos estudos do sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2005), quando concebe a prisão como um espaço destinado ao refúgio social, em confluência com os pressupostos iniciais, mencionados, aqui, no primeiro capítulo, sobre o processo de Globalização e suas consequências.

Nesta perspectiva, estes sujeitos seguem seus dias num cenário atravessado por rotinas de exclusão, sobrevivendo por trás de seus muros. Noutras palavras, são inimigos do Estado e por isso vivem a experiência de invisibilidade social:

Se antigas muralhas eram erguidas para defender as cidades, o muro de uma prisão nasce amedrontador e, brutalmente, pretende conter os inimigos de uma cidade doente, ou quiçá, conter a doença de uma cidade sã. Como um monstro

devorador de esperança e alegria provoca uma experiência de um tempo de trevas.¹⁴

Em Vidas Desperdiçadas, Bauman (2005) classifica como refugio humano todos aqueles considerados desajustados sociais. De acordo com a tese do autor, tais indivíduos não atenderiam ao projeto social de “pureza original” e sua invalidação seria benéfica para a coletividade. Adotando esta postura, a sociedade manteria sua uniformidade e sua homogeneidade. Assim, todos poderiam respirar seguros e, de certa maneira, permanecer em paz.

E para mensurar esse grau de desajustamento social, Bauman (2005) esclarece que um elemento essencial foi a ordem. Neste sentido, cada peça desta engrenagem deve estar em seu lugar e assumir o seu papel social. Dentro deste modelo, não há espaço para o caos. Pensando assim, eis que surge uma nova lógica:

Se pensarmos no caos como o *alter* ego da ordem, ou seja, uma ordem enviezadamente negativa, na qual alguma coisa não está no lugar adequado e não executa a função apropriada, logo o mais indicado seria extirpá-lo da construção da ordem. Não há porque turvar a paisagem. Neste contexto, a ordem representa os limites e a finitude, enquanto o caos desnuda sua face, anunciando a *infinidade de possibilidades e o caráter ilimitado da inclusão*. (BAUMAN, 2005, 42-43).

Nesta nova lógica, é necessária a criação de fronteiras sociais que demarquem, com precisão, os limites daqueles que estão “dentro” e daqueles que, porventura, estão “fora”. Para tanto, Bauman (2005, p.43) define a lei, como o principal balizador deste processo. Como numa planta-baixa, o escritor polonês descreve o surgimento de um lugar destinado a todos aqueles que estão “fora de limites”, que, de certo modo, passam por um processo de autossuspensão como num “hábitat circunscrito, marcado, mapeado e sinalizado”. Em outras palavras, este espaço é a prisão – onde habita o caos – e onde este marginalizado/excluído será inserido.

Partindo destas premissas, outra concepção importante que vale mencionar, é a do intelectual polonês Stefan Czarnowski, que classifica como “supérfluos” ou “marginalizados” os indivíduos sem definição social de classe, nomeados, por ele como “déclassés”, justamente, por não terem valor no processo de produção material ou intelectual e, que desta forma, passam a ser tratados como “parasitas e intrusos” pela “sociedade organizada”. Noutras palavras:

¹⁴ Depoimento de um egresso do sistema prisional durante conversas em reuniões com a Pastoral Carcerária do Distrito Federal.

As pessoas supérfluas estão numa situação em que é impossível ganhar. Se tentam alinhar-se com as formas de vida hoje louvadas, são logo acusadas de arrogância pecaminosa, falsas aparências e da desfaçatez de reclamarem prêmios imerecidos – senão de intenções criminosas. Caso se queixem abertamente e se recusem a honrar aquelas formas que podem ser saboreadas pelos ricos, mas que, para eles, os despossuídos, são mais como veneno, isso é visto de pronto como prova daquilo que a “opinião pública”(mais corretamente, seus porta-vozes eleitos ou autoproclamados) “já tinha advertido” – que os supérfluos não são apenas um corpo estranho, mas um tumor canceroso que corrói os tecidos sociais saudáveis e inimigos jurados do “nosso modo de vida” e “daquilo que respeitamos”. (BAUMAN, 2005, p.55)

Bauman (2005) enfatiza que no momento em que se pensa nos marginalizados como um corpo estranho ou mesmo um tumor cancerígeno, aos poucos, é naturalizada a ideia de que tais indivíduos corroem o tecido social saudável, e, portanto, plausível, pelo menos, a priori, a aplicação de medidas de segurança extraordinárias para a manutenção da “saúde da sociedade” e do seu “funcionamento normal”.

Ademais, pensando no processo histórico de assepsia social, proposto pelo encarceramento, esta é apenas mais uma etapa elementar para a separação moderna do refugio humano, e com ele a urgência de se “guardar em contêineres, o lixo a ser neutralizado”. Na verdade, na contemporaneidade, as prisões servem bem a este propósito de depósitos humanos, mascarando a trágica realidade social.

Considerando a velha hipótese de devolver “a ovelha desgarrada ao rebanho”, como mais uma metáfora da ressocialização, esta não passaria apenas de uma quimera da reabilitação. Infelizmente, na conjuntura atual, as prisões se tornaram depósito de lixo final e definitivo. Talvez, por isso, Bauman (2005) evidencie a previsibilidade em torno da reincidência penal e sua realidade implacável, ao afirmar que “retornar à sociedade é quase impossível, mas retornar à prisão é quase certo”. Com efeito,

os delinquentes tendem a ser vistos como “intrinsecamente maus e depravados” – “ não são como nós”. As prisões também se transformaram, a tarefa de reciclagem a depósitos de lixo. Todo lixo é em potencial venenoso. Se reciclar não é mais lucrativo, e suas chances não são mais realistas, a maneira certa de lidar com o lixo é acelerar a sua biodegradação e decomposição, ao mesmo tempo , isolando-o do modo mais seguro possível do habitat humano. (BAUMAN, 2005, p.108).

Certamente, o refugio humano – produto da modernização – é um efeito colateral da globalização e, por isso, produz seres humanos deslocados, indesejáveis, sem dúvida, “descartáveis” para o cenário econômico. Com isso, é evidente que a prisão “(...) longe de transformar os criminosos em gente honesta, sirva apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los mais na criminalidade” (FOUCAULT, 1997, p.131).

2.3 Por trás do muro: o país das calças beges

Em sua música, *Diário de um detento*, o grupo de rap Racionais MC's faz referência ao uniforme – calça bege e blusa branca –, utilizado pelos detentos, mais especificamente, aqueles que cumpriam pena na Casa de Detenção de São Paulo, popularmente conhecida como Carandiru. Aqui será tomada, por empréstimo, como uma referência à superpopulação que habita as prisões brasileiras e vivenciam o massacre diário de seus direitos.

As prisões brasileiras pouco praticaram o que estabelece o código penal, datado de 1940 e, ainda menos, inovaram em políticas penitenciárias. Com um largo histórico de superlotação¹⁵, privações materiais, violência e arbitrariedades, suas respostas são movidas pelas demandas sociais, em função do crescimento incontrolável do crime, e pela instabilidade das instituições penais, evidenciada em rebeliões. Com pouca intervenção do poder público, as soluções limitam-se à “expansão da oferta de vagas” (FISCHER e ADORNO, 1987).

Deste modo, Adorno (1991) afirma que “não há mais espaço para a inocência”, esvaiu-se a velha nostalgia de uma cidade sem violência e passou-se a conviver com o sentimento contemporâneo do medo e da insegurança. A maior parte das prisões brasileiras é marcada pelo adensamento da sua massa carcerária e de um sistema de controle frouxo, incapaz de conter as atividades ilegais, rebeliões e fugas. Esta falha na dinâmica da segurança desfavorece a manutenção da ordem interna, representada pelas rotinas de trabalho, educação, atividades de esporte, lazer e cultura – direitos consagrados em convenções internacionais. Com isso, é evidente a inexistência de boas expectativas em torno do comportamento do preso e a fragilidade do sistema penal. Portanto, é declarada a falência das nossas prisões. (ADORNO, 2002, p. 14).

¹⁵ Durante a ditadura militar (1964-1985), o sistema penitenciário foi completamente envolvido pela política de segurança nacional. Adotando como diretrizes a contenção da oposição política e da criminalidade a qualquer custo e o encarceramento arbitrário de suspeitos e perseguidos, essa política contribuiu para a superlotação das cadeias públicas e presídios. Nesse contexto, arbitrariedades, tortura e maus-tratos aos criminosos comuns, há décadas vigentes nas prisões brasileiras (SALLA; ALVAREZ, 2006), parecem ter se expandido.

Por isso, não é surpreendente o que revela o levantamento nacional de dados do sistema penal brasileiro, INFOPEN¹⁶, realizado em junho de 2014, e publicado recentemente, em 2015. Mesmo sem os registros oficiais do Estado de São Paulo, que tem o maior contingente de presos – aproximadamente 220.000 (duzentos e vinte mil) – os indicadores dão conta do caos instaurado nestas instituições. A começar pelo posicionamento do Brasil, que ocupa a quarta posição mundial em número de presos. Com mais de 600.000 pessoas distribuídas em 1.424 unidades prisionais, o Brasil, no ranking mundial, fica atrás apenas dos Estados Unidos, China e Rússia (Cf. tabela 1, abaixo). Enquanto nesses países, o ritmo tem sido desacelerado desde o ano de 2008, o Brasil segue num ritmo frenético de crescimento. Estima-se que, em 2018, o Brasil ultrapassará a Rússia, em número de presos, uma vez que cerca de 40% de sua população costuma aguardar a condenação, encarcerada. (BRASIL, 2015).

Tabela 1 – Países com maior população prisional no mundo (em números absolutos)

País	População prisional
1. Estados Unidos	2.228.424
2. China	1.657.812
3. Rússia	673.818
4. Brasil	607.731
5. Índia	411.992
6. Tailândia	308.093
7. México	255.638
8. Irã	225.624
9. Indonésia	167.163
10. Turquia	165.033

Fonte: INFOPEN/2014 (Adaptado pela autora)

Com uma população formada, na sua maioria, por jovens (56%), o sistema prisional brasileiro mantém seus índices estáveis. Observa-se que dois em cada três presos são negros. Com baixa instrução, 80% têm ensino fundamental e menos de 10%, o ensino médio completo. Apenas 38.831 pessoas estão envolvidas em alguma atividade educacional no interior das prisões, o que representa pouco mais do que 5%. Como maior incidência penal, 04 em cada 10 presos, cometem crimes contra o patrimônio.

¹⁶ O Infopen é um sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro. O sistema, atualizado pelos gestores dos estabelecimentos desde 2004, sintetiza informações sobre os estabelecimentos penais e a população prisional.

Neste sentido, Cecília Coimbra (2015) considera marcante esta relação entre a sociedade capitalista e a prisão, já que é emblemática, num cenário de miséria, a produção de um exército de jovens presas arregimentadas pelas organizações criminosas no interior das prisões.

Com efeito, a razão desta realidade estaria associada ao descaso do poder público, sobretudo, pela prevalência do seu perfil de “subcidadãos”. Neste contexto, há mais de uma década e, em franco crescimento, o encarceramento apresenta um recorte significativo de classe e de cor, traduzido pelo elevado número de indivíduos de baixa renda, em sua maioria, negra e, com largo histórico, de direitos desrespeitados. (AZEVEDO; LEMGRUBER, 2015; ADORNO, 1991).

Tabela 2- População prisional no Brasil por Unidade Federativa (em números absolutos)

Unidade Federativa	Total de unidades	Total de vagas	Nº de presos
Roraima	05	1080	1.610
Amapá	08	1898	2.654
Piauí	13	1718	3.224
Tocantins	43	2284	3.233
Acre	12	2258	3.486
Sergipe	08	2584	4.307
Alagoas	09	2589	5.785
Maranhão	32	5049	6.098
Rio Grande do Norte	32	4502	7.081
Amazonas	20	3385	7.455
Rondônia	50	5996	7.631
Paraíba	78	6298	9.596
Mato Grosso	59	8264	10.357
Goiás	95	8491	13.244
Pará	41	9021	13.268
Distrito Federal	06	6605	14.171
Mato Grosso do Sul	44	6902	14.904
Bahia	22	8321	15.399
Espírito Santo	35	12905	16.234
Santa Catarina	46	13596	17.914
Ceará	158	11790	21.789
Rio Grande do Sul	96	23165	28.059
Paraná	35	19300	28.702
Pernambuco	77	11894	31.510
Rio de Janeiro	50	28230	39.321
Minas Gerais	184	37323	61.286
São Paulo	162	130449	219.053
	1424	375892	607.731

Fonte: INFOPEN/2014 (Adaptado pela autora)

Mesmo que os mitos e crenças pós-encarceramento estimulem as ilusões em torno da teoria do “re”, a mesma autora esclarece que se trata de mais uma falácia em

torno da ideia do “reeducar”, “recuperar”, “ressocializar” este indivíduo, quando se observa que o processo de encarceramento é cíclico e que a reincidência, lamentavelmente, corrobora esta tese.

Nesta direção, nos servimos das ideias de Chies (2013) que esclarece que a crença nestas filosofias “re” mascara a complexidade destas sociedades, de seus fenômenos e de suas contradições, ofuscando a suas reais vulnerabilidades, já que a prisão, como manifestação sócio-histórica do castigo, compartilha destas complexidades. Tais complexidades são impactadas pela existência de grupos criminosos que continuam a operar nas prisões, embora, estejam sob controle, mantêm-se numa sociedade com códigos específicos, estabelecendo uma nova ordem.

2.4 Sociedade dos cativos – Sistema Penitenciário Federal (SPF)

Como consequência do encarceramento massivo, houve a necessidade de novas estratégias na administração dos presídios brasileiros¹⁷. Para a manutenção da sua ordem interna, o Estado assumiu uma política de austeridade e de extremo controle, com a criação de espaços disciplinares, especialmente, pensados para conter líderes e grupos organizados. Com isso,

em dezembro de 2003, a Lei n.10.792 passou a regulamentar o chamado Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Por essa lei, presos que provoquem rebeliões e atos de indisciplina podem ser mantidos até 360 dias em presídios ou alas especiais de presídios, confinados 22 horas por dia em celas individuais, sem realização de atividades e com rigorosa restrição de visitas. Assim, em algumas unidades prevalece, pelo menos aparentemente, o controle sobre os presos, a disciplina, a imobilização, o bloqueio das comunicações com o mundo exterior. (ADORNO e SALLA, 2007).

Adorno e Salla (2007) observam que existe uma singularidade na criminalidade organizada no Brasil e em todo o seu processo de enraizamento nas prisões. Se em diversos países, os componentes étnicos ou raciais, ou mesmo as procedências nacionais (por exemplo, no caso de italianos e irlandeses, nos Estados Unidos, no século passado)

¹⁷Segundo o Manual de Tratamento Penitenciário integrado para o Sistema Penitenciário Federal (2011), para a criação do SPF em 2006, foi necessária uma reestruturação do DEPEN/MJ, que ficou encarregado de administrá-lo. Até então, o DEPEN/MJ não administrava instituições prisionais, mas tão somente coordenava as políticas públicas do Sistema Penitenciário Nacional, bem como era responsável pelo repasse e fiscalização de verbas para os estados. Apesar de suas peculiaridades, o Sistema Penitenciário Federal obedece, inicialmente, ao mesmo regime jurídico geral de todo o Sistema Penitenciário Nacional: as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

foram, muitas vezes, decisivos para estabelecer laços identitários entre membros de uma facção; no Brasil, a relação de identidade de grupos criminosos se deu de outra forma. Os laços determinantes para esta construção se deu, a partir da ação criminosa, da condição de criminoso encarcerado e dos territórios metropolitanos nos quais os criminosos praticavam suas ações.

Recorrendo a Campos Coelho (2005), Adorno e Salla (2007) lembram ainda que, historicamente, o que se via nas prisões era uma atuação mais individualizada ou mesmo de pequenos grupos de criminosos, sem nenhuma conotação identitária, que lhe desse maior sustentação temporal. Contudo, é sabido que, a partir dos anos 1970¹⁸, o crime organizado ganhou uma maior sobrevida no cenário prisional, ao fincar os seus tentáculos nas prisões cariocas, permanecendo vivo na década seguinte.

Inicialmente, o poder sobre a massa era produto do prestígio de algumas lideranças no mundo do crime, como no caso da *Falange Vermelha* – primeira grande organização criminosa no Brasil. Por não se caracterizar como um grupo fechado, mas aberto a novas adesões, o seu código foi forjado sob regras criadas, em conjunto, com os presos e com um forte apelo de lealdade. Por isso, com forte sentimento de pertença, os presos, como numa irmandade, se autodeclaravam “de cada um e de todos” e selavam um pacto como se, a partir daquele momento, fosse firmada uma nova sociedade, a sociedade dos cativos.

Na década de 1990, com uma massa carcerária, sobretudo, composta por presos pobres, com poucos recursos pessoais, suscetível “às influências do momento e vulneráveis às ações arbitrárias e violentas de quem quer que fosse”, as prisões viram nascer novas organizações criminosas. Muito embora não apresentassem um comportamento extremamente agressivo, os presos foram cooptados pelas lideranças da criminalidade organizada. Neste aspecto, Adorno e Salla (2007) explicam que três elementos justificaram esta adesão: o medo, o cálculo e a resignação.

Adorno (1987) ressalta que o primeiro elemento a ser considerado não está ausente desse território social, desta chamada estratégia de cooptação, mesmo que pareça não existir. Trata-se, na verdade, do cálculo de vantagens e desvantagens. Muitas vezes, as organizações criminosas, dentro e fora das prisões, vendem uma imagem de

¹⁸ Segundo Adorno (apud Paixão 1987) os primeiros grupos de criminosos organizados, conhecidos nos anos 1980 (Falange Vermelha, Serpentes Negras), tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, mais que o subproduto de uma convivência entre presos políticos e presos comuns – aliás, como muitas vezes sugeriu parte dos estudiosos, eram consequência do que identificou como “modernização da criminalidade metropolitana”.

autoproteção contra as injustiças e arbitrariedades engendradas no sistema penal ou contra quadrilhas rivais, ao mesmo tempo em que fazem o papel do Estado, ao assumirem a assistência material do preso e o controle da prisão. Sob a bandeira da lealdade, solidariedade e da união, saem em defesa dos direitos dos presos e afirmam lutar contra os maus tratos e a opressão vivenciada no cotidiano prisional.

E como numa via de mão dupla, em seu estatuto, o Primeiro Comando da Capital (PCC), uma das facções mais conhecidas no Brasil e com maior representação nas prisões, estabelece que uma vez membro desta “fraternidade”, quando em liberdade, o preso deve contribuir com seus “irmãos” que estão ainda aprisionados, seja com os honorários de advogados, ajuda financeira aos familiares ou, até mesmo, em ações de resgate. Desrespeitadas tais regras, aquele que em liberdade e “bem estruturado” esquecer-se de seus “irmãos” será condenado à morte sem perdão. (ADORNO e SALLA, 2007).

É com um código rígido que o PCC, segundo Adorno e Salla (2007), prega ao mesmo tempo solidariedade e proclama luta contra as injustiças, prevê ainda em seu estatuto a aplicação de pena de morte sem apelação ou julgamento. Infelizmente, sob a égide da violência física e da autoproteção, estas organizações criminosas exercem liderança sobre a massa carcerária completamente destituída de poder. Combinado a isso, o último e imponderável elemento desta adesão, por muitas vezes, involuntária, diz respeito a “forte resignação” dos presos em aceitar essa forma tosca e primitiva de dominação pessoal.

Nesta mesma direção, Azevedo (2015) assevera que como a prisão permanece no centro do debate como a única alternativa de punição, as facções criminosas, muitas vezes, apresentam-se como alternativas viáveis à sobrevivência social. O autor ainda deixa claro que é necessário repensar este modelo de confinamento:

É necessário deslocar a pena de prisão desse lugar de centralidade que ela ocupa na resposta punitiva do Estado. Nós precisamos pensar na pena de prisão como o último recurso que deve ser utilizado com muita parcimônia, na medida em que produz dano e é uma pena custosa para a sociedade. Mesmo os EUA, que adotou a pena de prisão de uma forma exacerbada nos últimos 30 anos, está revendo esta política. Os questionamentos vêm do alto custo dos presos e da incapacidade desta lógica em responder à redução dos crimes.

Com a expansão e consolidação de facções criminosas, o Sistema Penitenciário Federal (SPF) foi pensado como um novo espaço de combate à violência e ao crime organizado, sobretudo no interior das prisões. Orientando-se pela regulamentação do

artigo 86, § 1º da Lei 7.210 de 11/07/1984 – Lei de Execução Penal, o SPF é restrito aos presos mais perigosos do país, sendo sua execução de pena diferenciada¹⁹.

Para que o preso seja incluído no SPF, são observados os princípios da excepcionalidade e temporariedade, previstos na Lei n.11.671 de 2008. Em outras palavras, neste regime, o preso é submetido ao sistema por período determinado – a critério da autoridade judicial estadual e federal – desde que disponha de perfil específico, compatível pelo menos com uma das características relacionadas abaixo:

Em seu artigo 3º, a Lei nº 11.671 de 2008 regulamentada pelo Decreto nº 6.877 de 2009, apresentou o perfil mínimo do preso para a sua inclusão nas unidades federais: ter desempenhado função de liderança ou participado de forma relevante em organização criminosa; ter praticado crime que coloque em risco sua integridade física no ambiente prisional de origem; estar submetido ao Regime Disciplinar Diferenciado; **ser membro de quadrilha ou bando, envolvido na prática reiterada de crimes com violência ou grave ameaça; ser réu colaborador ou delator premiado**, desde que essa condição represente risco a sua integridade física no ambiente prisional de origem; estar envolvido em incidentes de fuga, de violência ou de grave indisciplina no sistema prisional de origem.(Grifo nosso).

Atualmente, o SPF conta com quatro unidades Federais em funcionamento, situadas em Catanduvas (PR), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO) e Mossoró (RN) e mais uma em construção, localizada em Brasília (DF). As penitenciárias federais contavam, em junho de 2014, com efetivo de 765 agentes penitenciários. No mesmo período, os estabelecimentos eram responsáveis por custodiar, conjuntamente, 364 pessoas privadas de liberdade.²⁰ Num levantamento, ainda mais recente, realizado em dezembro de 2015 pelo DEPEN /MJ, a população no SPF era composta por 405 internos, sendo aumentando este número para 421 internos em março de 2016. (BRASIL, 2015).

¹⁹ A Lei n. 10.792 alterou a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal Brasileiro estabelecendo um novo regime para cumprimento da pena chamado de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Neste regime, a lei determina que o interno que temporariamente em reclusão ou já condenado será mantido por 22 horas em cela individual e terá direito a duas horas diárias de banho de sol. O direito a duas visitas também será assegurado, semanalmente, por até duas horas. Não será permitida a comunicação com o mundo externo. Segundo previsto em lei, o preso poderá ficar sob este regime por 360 dias, podendo nele permanecer até 1/6 da pena a ser cumprida, momento em que poderá retornar ao regime prisional convencional. (BRASIL, 2003).

²⁰ Segundo Infopen/2014, a porcentagem de presos condenados ou aguardando julgamento por formação de quadrilha, homicídio, roubo, desarmamento e tráfico nas penitenciárias federais é maior do que nos estados. O tipo de crime com maior diferença entre o sistema federal e o estadual é quadrilha ou bando: Enquanto aproximadamente 20% dos custodiados no sistema federal respondem por esse crime, no sistema estadual a porcentagem é de apenas 3%. Em contrapartida, a proporção de pessoas respondendo por furto nos estabelecimentos estaduais é 2,6 vezes maior do que nas penitenciárias federais.

Inspiradas nas *Supermaxs* – prisões americanas de segurança máxima –, as unidades federais têm um projeto arquitetônico padronizado num espaço de mais de 12.000 metros quadrados com capacidade para até 208 presos em celas individuais. (BRASIL, 2007). (Cf. figura 1, abaixo).

Figura 1- Modelo arquitetônico padrão de Penitenciárias Federais Brasileiras



Fonte: Ministério da Justiça

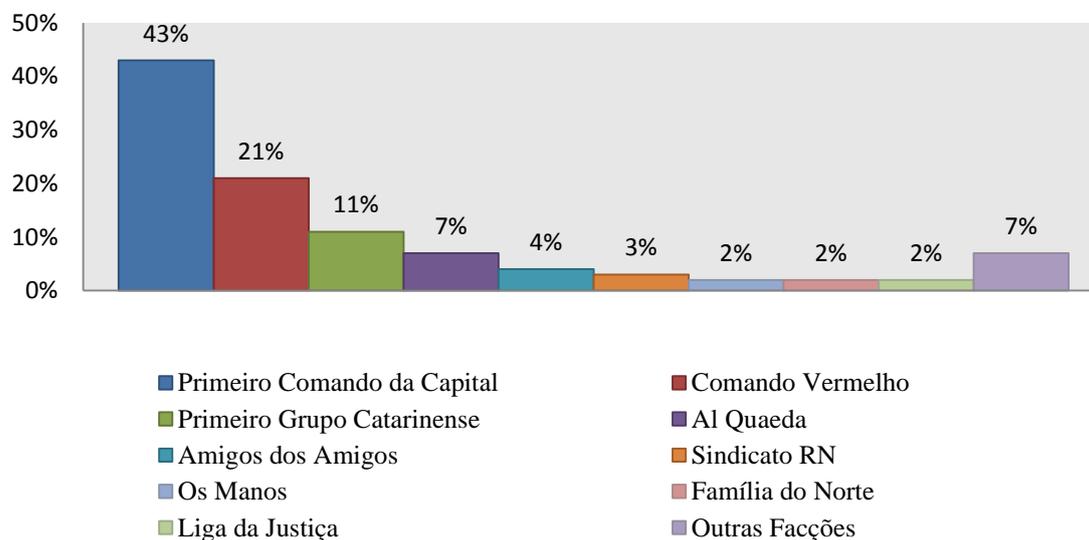
Bem diferente do Sistema Penitenciário Brasileiro Comum (SPC), o SPF apresenta o isolamento celular individualizado e, se necessário, extensivo banho de sol. No caso de atividades coletivas, apenas 13 internos podem ocupar o mesmo espaço, como banho de sol, aula ou trabalho. Com acesso restrito a qualquer eletrônico, só é permitido o uso de televisão, em espaço coletivo, e qualquer material a ser utilizado, inclusive o de leitura, é objeto de vistoria prévia. (BRASIL, 2014).

Diante de toda esta estrutura e seus mecanismos de controle, constitui-se um grande desafio para a Coordenação Geral do Tratamento Penitenciário (CGTP), assegurar os direitos elementares deste indivíduo em regime disciplinar diferenciado (RDD), visto que o cárcere, em condições comuns, já viola, naturalmente, a ideia de qualquer direito. Neste aspecto, este regime disciplinar potencializa a vulnerabilidade física e psíquica, em função do controle excessivo sobre a rotina e atividades diárias e do alto grau de isolamento do sujeito. (BRASIL, 2011).

É importante observar que os fortes efeitos de prisionização contribuem para a dessocialização do apenado, em virtude das consequências perversas e nocivas da privação de liberdade no seu estágio mais severo de segregação. Seria, na verdade, uma proposta de “mortificação do eu”. (BRASIL, 2011; GOFFMAN, 2001; FOUCAULT, 1997).

Segundo dados do Depen (2015), as facções têm seus membros no Sistema Penitenciário Federal, assim representados:

Gráfico 1- Representação de membros de Facções no Sistema Penitenciário Federal (SPF) (em porcentagem)



Fonte: DEPEN/MJ (2015)

Segundo Mirabete (2004): “o RDD não constitui um regime de cumprimento de pena em acréscimo aos regimes fechado, semiaberto e aberto, nem uma nova modalidade de prisão provisória”, confusão natural a muitas pessoas. Assim, é importante esclarecer que a Lei de Execução Penal (n.7210 de 11/07/1984) admite um sistema penal progressivo para a pena privativa de liberdade, de acordo com seus três regimes prisionais. O tempo de cumprimento e o comportamento do apenado definem a sua progressão ou a sua regressão.

No caso do regime fechado, o preso que foi condenado a mais de oito anos de prisão deve ser retirado do meio social, permanecendo numa penitenciária, sendo recolhido em cela individual à noite, com momentos de banho de sol durante o dia. O regime semiaberto é reservado àqueles que têm penas entre 4 e 8 anos de prisão, devendo o preso permanecer em colônias agrícolas ou espaços semelhantes, podendo trabalhar ou estudar para remição de sua pena, sendo obrigatório o seu recolhimento às celas coletivas à noite. Por último, o regime aberto permite ao preso que cumpra sua pena numa casa do albergado, podendo trabalhar externamente e retornando à prisão apenas para dormir.

Por isso, Mirabete (2004) ressalta que o RDD se trata de “um novo regime de disciplina carcerária especial, caracterizado por maior grau de isolamento do preso e de restrições ao contato com o mundo exterior”, no qual não se deve esquecer que todos os direitos se mantêm assegurados.

2.4.1- Apresentando os leitores

É fato que o sistema penal se trata de outra sociedade com uma multiplicidade de discursos pulsantes sobre uma única estrutura. Mas, é bom lembrar, também, que em sua composição existem pelo menos quatro sistemas isoláveis: o legislativo, o policial, o judiciário e o de execução penal. Por outro lado, o ambiente prisional ainda abarca, internamente, grupos que não poderiam ser chamados de homogêneos, como os presos, os agentes de segurança, os funcionários da administração e os técnicos. Como se não bastasse toda esta complexidade, ainda impactam neste cenário, os chamados grupos externos, como familiares, instituições religiosas, educacionais, do terceiro setor, entre outras. (BOGO CHIES, 2013, p.30).

Em consequência disso, apresentamos os dados que colocam em debate a figura do criminoso, do leitor, do estudante, enfim relações que são estabelecidas no interior da prisão e apontam para a necessidade de se pensar políticas públicas que acessem também estas identidades que habitam o preso. Com base nos dados fornecidos pelo Depen/MJ, recentemente publicados no *I anuário do Sistema Penitenciário Federal 2015*, selecionamos alguns aspectos considerados relevantes para esta análise quantitativa e traçamos o perfil dos presos federais, a partir dos questionamentos descritos. No referido levantamento, foram aplicados questionários a 367 internos, levando-se em consideração uma população média de 430 internos. Deste modo, foram respondidos 85,35% dos questionários. A participação na pesquisa se deu de forma voluntária, sendo assegurado ao interno o anonimato.

Neste estudo, serão apresentadas algumas informações que delinearão o recorte sociodemográfico e criminal desta população, visto que não foi possível o levantamento, a partir da visita *in loco*, como inicialmente planejada, também não foram fornecidos dados específicos de cada penitenciária federal, sendo apenas disponibilizadas informações, de forma geral, de todo o SPF. Como parâmetro das análises estatísticas do Sistema Penitenciário Nacional, foi utilizado o levantamento

realizado no ano de 2014 e, publicado, em 2015, pelo Ministério da Justiça das suas informações penitenciárias (BRASIL, 2015).

Neste sentido, dividimos, a priori, os dados estatísticos em três grupos de informações. O primeiro grupo refere-se aos dados relacionados ao **perfil socioeconômico e familiar** do apenado, **desde a faixa etária, raça, estado civil, o contexto familiar do apenado, sua infância, a relação de seus pais, o recebimento de visitas**. Num segundo grupo, foram descritos aspectos relacionados à **história criminal** da vida do apenado como **o primeiro crime cometido e seus desdobramentos**. Em última análise, o terceiro grupo foi formado pela **motivação para inclusão do preso no SPF e a avaliação do apenado sobre o sistema no qual está inserido, no que tange a seus aspectos negativos e positivos**. Em algumas análises, que julgamos pertinentes (faixa etária, raça, estado civil), fizemos um estudo comparativo entre o **Sistema Penitenciário Federal (SPF)**, compreendido com Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) e o Sistema Penitenciário Nacional, que aqui chamaremos de **Sistema Prisional Comum (SPC)**, por compreender todo o complexo de prisões existentes no Brasil (cadeias, presídios, penitenciárias), exceto o recorte federal.

Considerando o perfil socioeconômico, iniciaremos a análise pela faixa etária. Composto por uma população mais velha, o SPF apresenta no aspecto **faixa etária**, uma população de **idade média mais elevada**. Enquanto no SPF, 41,34% dos presos têm entre 35 e 45 anos – fase considerada de maior maturidade; no SPC, a porcentagem de jovens (18 a 29 anos) é bem maior, em torno de 56%. Ainda se percebeu no SPF, a presença de pessoas mais velhas, entre 46 e 60 anos (12,01%), difere dos 7% representantes desta faixa etária no SPC. (Cf. tabela 3, abaixo).

Tabela 3-Faixa etária dos presos do Sistema Prisional Comum e do Sistema Penitenciário Federal (em percentagem)

Faixa etária	SPF	Sistema Prisional Comum
Acima de 61 anos	0,56	1
46 a 60 anos	12,01	7
35 a 45 anos	41,34	17
30 a 34 anos	26,54	19
25 a 29 anos	14,80	25
18 a 24 anos	4,75	31

Fonte: DEPEN/MJ -2015

Quanto à **raça, a cor ou a etnia**, tanto no SPF como no SPC, **não foram percebidas muitas diferenças**. Enquanto no SPF, a proporção de negros é de 63%, no SPC, essa proporção é de 67%. Por sua vez, a raça branca representa, aproximadamente, 35% no SPF, bem próxima dos 31% do SPC. Não se evidencia, portanto, nesta análise um quadro muito diferente entre os dois recortes analisados. (Cf. tabela 4, abaixo).

Tabela 4- Raça, cor ou etnia dos presos do Sistema Prisional Comum e Sistema Penitenciário Federal

Raça, cor ou etnia	SPF	Sistema Prisional Comum
Branca	35,69	31
Negra (pardos e pretos)	60,62	67
Indígena	2,15	1
Amarela	1,54	1

Fonte: DEPEN/MJ -2015

Em relação ao **estado civil**, o perfil dos presos do SPF é muito diferente das unidades do SPC. Os presos das unidades federais estão, em sua maioria, em situação de **união estável** (54,8%), apenas 22,91% se dizem casados e apenas 18% assumiram a condição de solteiros. Em contrapartida, no SPC, a maioria dos presos é **solteira** (57%). Apenas 10% são casados. Em união estável, este número representa 29%. (Cf. tabela 5, abaixo).

Tabela 5- Estado Civil dos presos no Sistema Prisional Comum e no Sistema Penitenciário Federal

Estado Civil	SPF	Sistema Prisional Comum
União Estável	54,80	29
Casado	22,91	10
Solteiro	18,27	57
Separado	3,10	1
Divorciado	0	1

Fonte: DEPEN/MJ -2015

Com relação à **família**, importa analisar alguns aspectos relevantes, antes de apresentarmos alguns dados. Como se sabe, a unidade familiar é extremamente atingida quando um de seus membros é condenado à pena restritiva da liberdade, pois além de ocorrerem mudanças significativas na sua rotina diária para o ajustamento ao dia destinado à visitação, ainda sofre uma avaliação social e partilha da culpa pela conduta criminosa do envolvido. Neste sentido, a família fracassou na transmissão de valores

éticos necessários à vida em sociedade e diante deste fracasso, a família experimenta, também, o poder disciplinar inerente à prisão. Isto tudo se nota, desde o momento da sua entrada no estabelecimento penal à revista dos objetos levados para o familiar, como também a restrição do tempo de permanência na instituição. (BRECKENFELD, 2010, p.21).

Dito isto, daremos início, então, a análise dos dados que se referem à primeira fase da vida deste sujeito, a **infância**. De acordo com os dados analisados, a infância foi considerada como um momento comum para 45,86% dos internos que afirmaram ser esta fase de sua vida **completamente normal**. Por outro lado, para 25,16%, a infância foi considerada uma **fase feliz**. No que diz respeito à violência durante a infância ou mesmo a uma infância sofrida, **traumatizante**, apenas 11,78% dizem tê-la vivenciado. Outros 17,20% classificaram-na como um momento de **tristeza, depressão e de muita solidão**. Corroboram tal informação, as respostas dadas por 84,02% dos entrevistados que classificaram, em outra análise, como **boa ou ótima a sua relação com seus pais**. Sendo para apenas 3,84% *ruim* ou *péssimo* tal relacionamento.

Quanto ao recebimento da visita de familiares, metade dos internos afirmou não ver seus parentes há algum tempo, em função de serem de outros estados da federação ou mesmo de outro país. Neste contexto, em junho de 2014, havia apenas quatro **presos estrangeiros** no SPF. Todos provenientes de **países da América do Sul**: um proveniente do Chile, um da Colômbia, um do Paraguai e um do Peru. Quanto aos brasileiros, verificou-se que 28,89 % eram oriundos da região Nordeste, 24,20% oriundos da região Norte, 22,72% era da região Sudeste, 13,09% da região Sul e 11,11% oriundos da região Centro-oeste.

Numa análise mais detalhada, apenas os estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Sergipe não tinham internos incluídos no SPF no ano de 2015. Por outro lado, **o estado do Rio de Janeiro tinha o maior número de internos** (18,52%), seguidos pelos estados de Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Paraíba. Em virtude desta pluralidade, o SPF disponibiliza um sistema **virtual de visita por videoconferência** que permite tanto ao preso estrangeiro, como ao brasileiro, a oportunidade de contato com a família.

Mesmo com presos oriundos de outros estados, verificou-se que apenas 16,1% destes utilizavam esta modalidade de visita virtual. **53,85% recebem a chamada visita social**. Entretanto, deve-se destacar que mesmo com a metade dos presos recebendo visita, ainda era significativa a parcela dos presos que não recebiam visita social ou virtual (30,03%). Cabe salientar que **o maior medo**, entre os listados pelos

internos, na vida do crime é o de **ser abandonado pela família**. E neste sistema, isto fatalmente acontece, mesmo que, de forma involuntária, em função do custo de deslocamento.

A visita virtual é uma alternativa às dificuldades relacionadas à visita física, sejam elas por razões financeiras ou até mesmo pela distância dos estados de origem, instituída pela Portaria n. 500, de 30 de setembro de 2010, da Defensoria Pública da União em conjunto com o Departamento Penitenciário, que trata das regras para este tipo de visita, a começar pela forma como se dará:

Art. 1º A Visita Virtual do cônjuge ou companheira (o) de comprovada união estável, dos parentes e amigos aos presos inseridos no Sistema Penitenciário Federal realizar-se-á, semanalmente às sextas-feiras, nos Núcleos da Defensoria Pública da União nos Estados, em horários previamente agendados.

Desta forma, as visitas virtuais ocorrem às sextas-feiras nos núcleos da Defensoria Pública da União e dos Estados, pelo menos uma vez por semana, em salas reservadas para este fim. Nestes locais existem equipamentos apropriados para a realização da conversa virtual. Já na unidade penitenciária federal, é reservada, ao preso, sala própria nas vivências. Com agendamento prévio, são permitidas visitas de até 5(cinco) pessoas cadastradas por dia para cada preso, podendo o tempo e número de visitantes serem alterados, a critério do Diretor da Penitenciária.

Cada penitenciária pode receber até 10(dez) visitantes por dia, com uma duração de 30(trinta) minutos para cada visita, no horário de 9h às 17h. Durante a visita, o preso permanece com algemas nos tornozelos, e conta ainda com o acompanhamento de uma agente penitenciário federal. Contudo, tais imagens não são transmitidas. Além desta possibilidade virtual, existe ainda a hipótese de gravação da visita virtual, mediante autorização judicial. (BRASIL, 2010).

Toledo e Santos (2012) alertam para o fato de que a visita virtual não substitui a visita física, apenas a complementa. Desta maneira, o risco, como ele mesmo afirma endógeno desta medida, é considerá-la desnecessária, seja pelo comodismo ou pela economia gerada. Por isso, torna-se importante

averiguar se essa medida de proteção de direitos e consecução de objetivos da pena (ressocialização) e da Constituição Federal (proteger direitos) não irá ser medida tendente a substituir as visitas físicas e, assim, criar o efeito inverso ao pretendido. (TOLEDO; SANTOS, 2012, p.893).

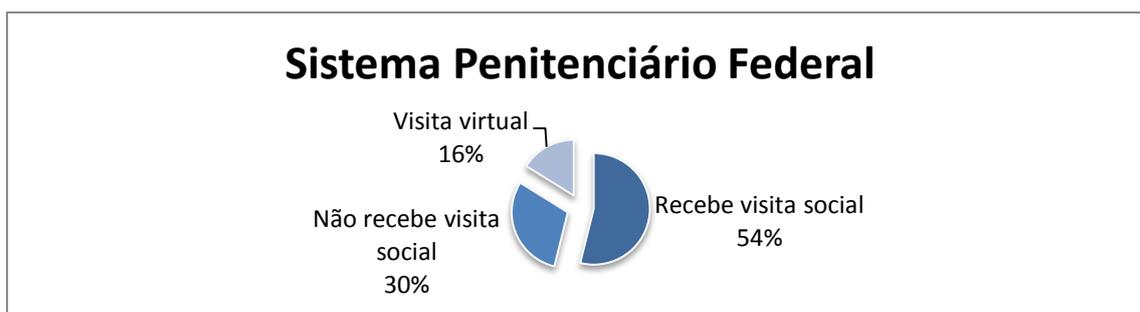
Entretanto, na ausência da visita de familiares, algumas medidas são autorizadas para minimização dos seus efeitos. Assim, o preso poderá se comunicar com os seus por meio de carta e terá a sua disposição, conforme portaria de recompensas e regalias, até 10 folhas para escrita, até 10 envelopes, até 10 selos e uma carga de caneta azul ou preta. Outro recurso permitido, vencido pelas inovações tecnológicas na sociedade contemporânea, mas presente nestes ambientes é a fotografia. Neste caso, somente fotos do cônjuge, da companheira (o) e parentes são autorizadas, desde que sem molduras e não superior ao tamanho 15x20 cm. (BRASIL, 2015).

Figura 2- Exemplo de visita virtual no SPF



Fonte: DEPEN/MJ -2015

Gráfico 2- Frequência de visitação – Sistema Penitenciário Federal (SPF)



Fonte: DEPEN/MJ -2015

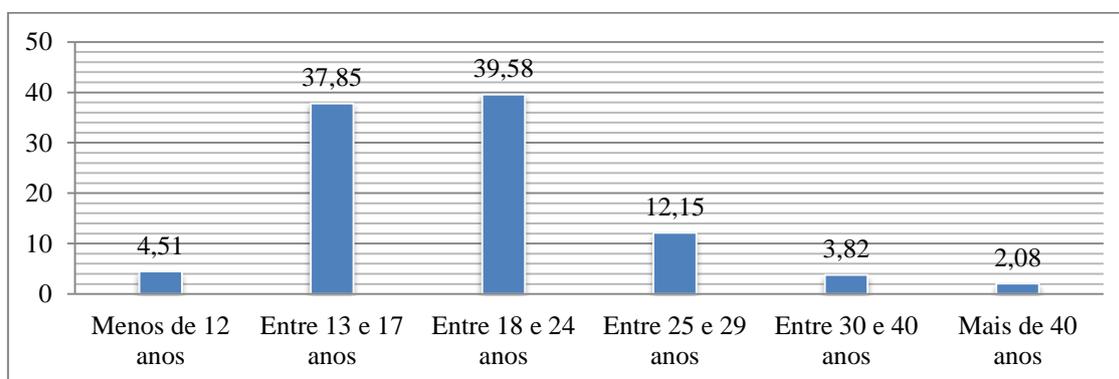
Outra análise aqui pertinente, diz respeito à **história criminal** dos apenados. Neste sentido, foram trabalhados alguns dados específicos que dizem respeito ao **primeiro crime cometido**, a **idade em que se praticou tal delito**, a **razão para tal prática criminosa** e, por fim **os sentimentos provocados após o primeiro crime**. Em primeira análise, quanto ao aspecto **primeiro crime praticado**, o porte ilegal de armas

apareceu em primeiro lugar com 35,80% dos relatos. Em seguida, 33,33% dos presos apontaram o tráfico de drogas. O crime de latrocínio representou 8,64% das respostas indicadas. E crimes de menor poder ofensivo ainda aparecem na lista, como a lesão corporal (9,88%) e receptação (12,35%).

Quanto à **idade em que se praticou o primeiro delito**, 39,58% responderam que foi entre **18 e 24 anos**, já para 37,85% tal fato ocorreu quando tinham entre **13 e 17 anos**. Ainda na primeira infância, 4,51% dizem ter cometido o primeiro delito com menos de 12 anos. Entre 25 e 29 anos, 12,15% responderam ser esta a idade relativa ao primeiro delito. Apenas 3,82% afirmaram ter ocorrido entre os 30 e 40 anos. Após os 40 anos, somente 2,08% admitiram tal prática. (Cf. Gráfico 5, p.84).

Outro dado importante diz respeito à **razão para a prática do primeiro delito**. Nesta análise, 48,52% dos entrevistados apontaram **dificuldades financeiras** como a principal razão, 36,36% alegaram a **influência dos amigos**, 8,70% indicaram o uso de drogas. Para 3,95%, vingança aparece como principal motivador. Apenas 2,37% alegaram legítima defesa.

Gráfico 3- Idade do Primeiro Delito



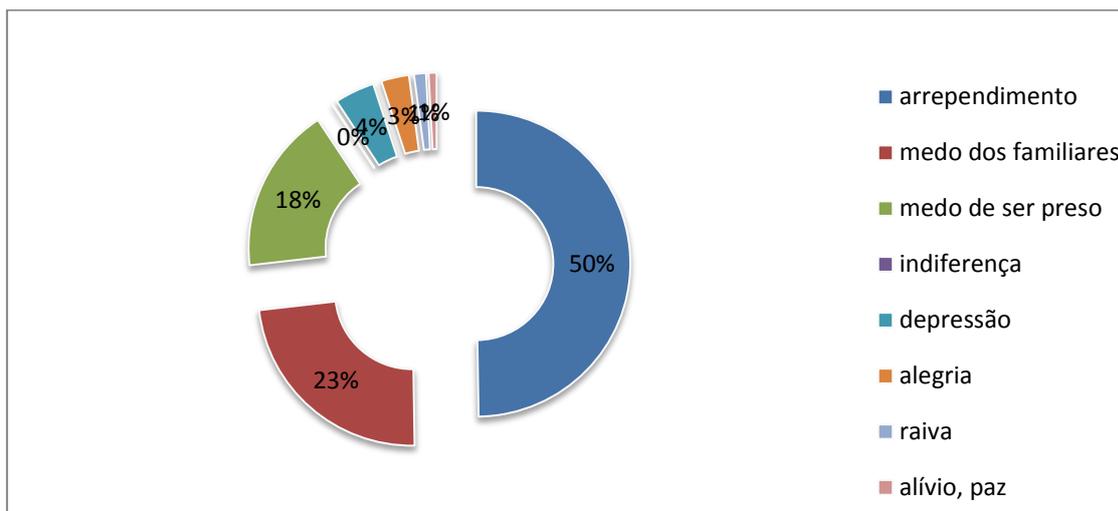
Fonte: DEPEN/MJ -2015

Quando questionados sobre quais os **sentimentos** provocados **após a prática do primeiro crime**, 46,30 % demonstraram **arrependimento ou sentimento de culpa**, 21,79% disseram sentir medo de que seus familiares descobrissem o que fizeram, 16,34% disseram ter medo de serem presos. Sentimentos de indiferença, raiva, ódio e depressão foram relatados por 12%. Já sentimentos relacionados a alívio, alegria, felicidade e paz foram relatados por 3,5% dos entrevistados. (Cf. gráfico 7, abaixo).

Entre as **práticas criminosas**, de maior representatividade, indicadas pelos presos do SPF estão o **tráfico de drogas e o roubo** (40%), com menor

representatividade surge o latrocínio (4%) e a organização em quadrilha ou bando (12%). O crime de homicídio representa 14% dos listados pelos internos. A prática criminosa parece fazer parte não só do histórico criminal destes indivíduos, pois em seus relatos, 40,58% afirmam que algum membro de sua família cumpre ou já cumpriu pena em algum estabelecimento penal. Ainda reiteram que 41,19% já cometeu algum tipo de crime.

Gráfico 4- Sentimentos relatados após a prática do primeiro crime



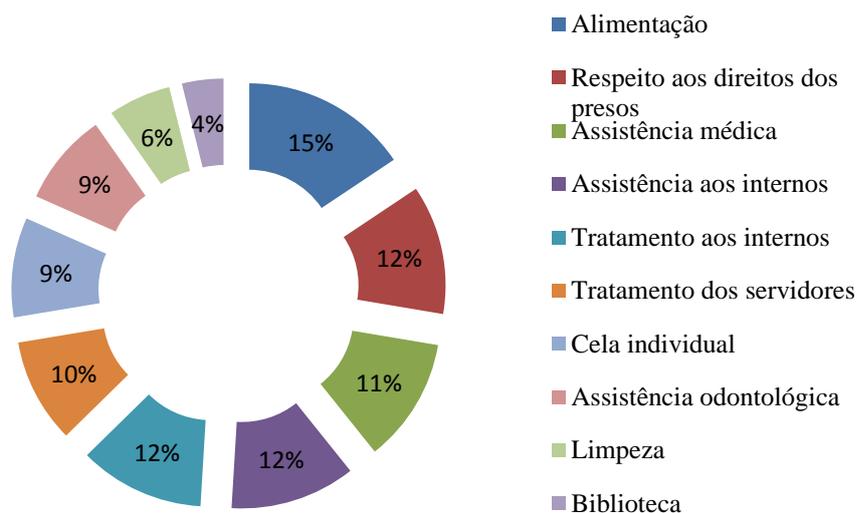
Fonte: DEPEN/MJ -2015

Por fim, quando perguntados sobre a **motivação para sua inclusão no SPF**, a maioria (65,15%) afirmou **não saber a razão** que o levou àquele regime. Para 17,05% a sua inclusão neste sistema pode ser configurada como uma injustiça ou mesmo uma forma de perseguição. Apenas 13,64% **admitiram que a sua participação em facção criminosa** é a principal motivação para a situação imposta. Cerca de 4% relatam que tentaram fugir ou mesmo participaram de rebelião e por estas razões foram incluídos neste sistema.

Na **avaliação pessoal** dos internos sobre o SPF, alguns aspectos elencados foram indicados como **pontos negativos** dentro de suas unidades (Cf. gráfico 7, abaixo). A **alimentação** foi considerada como o principal ponto negativo para 17,64%. Em seguida, o respeito aos direitos dos presos foi apresentado como mais um aspecto fragilizado dentro desta realidade para 13,66%. Outro aspecto que chama atenção para 13,18%, como ponto negativo, é a assistência médica. Para 12%, outro problema é a assistência, de forma geral, aos internos. **O tratamento dispensado aos internos e o tratamento dos servidores** alcançam juntos aproximadamente 26% da insatisfação dos

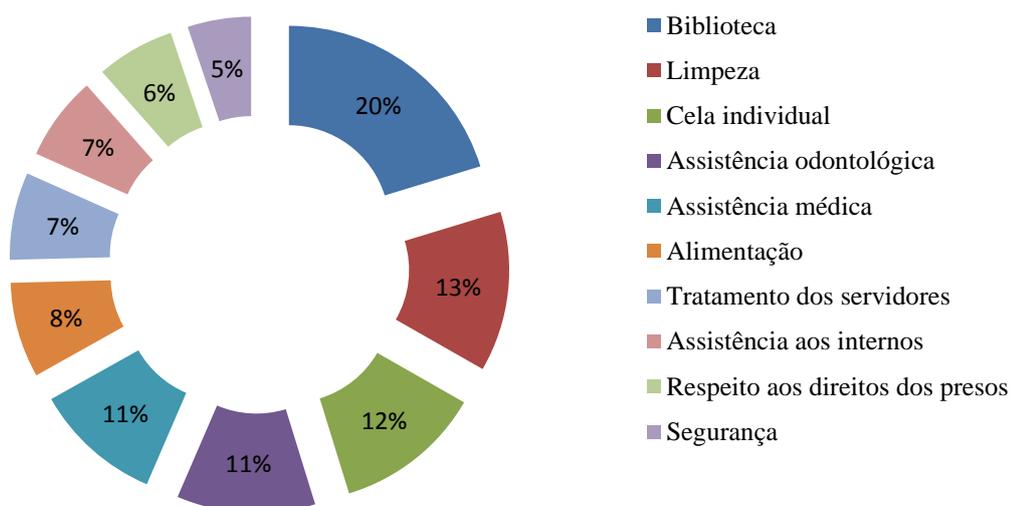
internos. A cela individual foi apontada em sétima posição para 10,56% como aspecto negativo. Voltando à assistência à saúde, o setor mais fragilizado foi a assistência odontológica. Ao final, os internos apontaram a limpeza (6,59%) e a biblioteca (4,36%) como pontos a serem melhorados. Quando comparados os dados relacionados aos aspectos negativos e aos positivos, percebe-se coerência na avaliação dos internos. (Cf. Gráfico 8, abaixo).

Gráfico 5- Pontos negativos no SPF – opinião dos internos



Fonte: DEPEN/MJ -2015

Gráfico 6- Pontos positivos no SPF- opinião dos internos



Fonte: DEPEN/MJ -2015

A **biblioteca** surge, no topo da análise, com o primeiro **ponto positivo** para 20,26% dos entrevistados, embora não façam uso do espaço. Em seguida, surge a limpeza que para 13% dos entrevistados é outro aspecto muito positivo. A **cela individual** surge na terceira posição com aproximadamente 12% das respostas. A assistência médica e odontológica representa a marca de 22% de satisfação dos internos. A alimentação ainda é classificada como ponto positivo para 7,75% dos entrevistados, seguida do tratamento dos servidores (7,11%). Neste aspecto, a assistência aos internos aparece logo depois para 6,84%. Em penúltima posição, temos o respeito aos direitos dos presos com 6,32% de classificação positiva e, por último, o aspecto segurança com 5,13%. (Cf. Gráfico 9, acima).

Considerações

Com base nos dados analisados no primeiro grupo, **perfil socioeconômico e familiar**, verifica-se que o SPF, apresenta **uma população mais velha**, que tem entre 35 e 60 anos, bem diferente da população jovem predominante na maioria das prisões brasileiras. Talvez, por isso, percebe-se que a maioria dos presos do SPF está envolvida em **relacionamentos estáveis** ou mesmo na condição de **casados**. Mesmo se tratando de fases da vida distintas, o crime parece uma “carreira” na qual se começa muito jovem, haja vista os altos níveis de reincidência nas prisões, atingindo, sobretudo, a população **negra** que não apresenta índices diferentes em ambos os sistemas (Federal e Comum). O que nos permite corroborar a tese inicial da prisão como uma teia bem articulada na qual as fronteiras apresentam bem os limites entre “o local e o extraterritorial”, entre o que está “fora e dentro da cerca”. Àqueles que estão “fora da cerca” resta o empobrecimento, miséria, concentração de renda e a triste herança de participação social do crime organizado (BAUMAN, 1999).

Com uma **infância** considerada **normal**, com momentos restritos de violência e traumas, alguns presos do SPF arriscam dizer que foi um período feliz de sua vida. Sob esta perspectiva, é fácil compreender porque para a maioria, o relacionamento com os pais foi considerado bom. A família é bem presente antes e depois da prisão, pois mesmo não estando nos estados de origem, **metade dos presos recebem seus familiares**. Se a prisão provoca a desumanização por meio da ruptura temporal, familiar e os laços com sua identidade social, promovendo sua desconexão com a realidade

(NAGAKOME, 2015), a família representa esta possibilidade de não apagamento social e projeção de um futuro possível.

Já na análise do segundo grupo, relacionada à **história criminal**, verificamos que a inserção na vida criminosa, para a maioria dos internos, se deu pela prática do **porte ilegal de armas e do tráfico de drogas**, ainda entre a **adolescência e a fase jovem**, ou seja, entre 13 e 24 anos. A principal razão apontada para o cometimento de tais crimes foram as **dificuldades financeiras e a influência de amigos** e, após tais práticas, os principais sentimentos relatados foram de **culpa e arrependimento**, além do medo da descoberta do crime pela família.

Estes indicadores se coadunam com os argumentos de Bauman (2001) no que se refere a uma sociedade capitalista onde os consumidores frustrados cedem à sedução do mercado consumidor e que, de certa maneira, ao não satisfazerem seus desejos passam a ser “matéria prima” para os sistemas de punição.

De outro modo, seria o chamado excedente populacional – a parte inassimilável – categoria considerada inútil à sociedade. Se antes eram considerados “exército de reserva de mão de obra” passam à categoria “classe perigosa”. Daí a necessidade de se pensar em estratégias de remoção e reciclagem do “refúgio humano” (BAUMAN, 2007)

Certo é que o envolvimento com a **prática criminosa** assegura a sua função social e a sua sobrevivência, tanto que, na fase adulta, a prática criminosa relatada entre a maioria dos presos, é **o tráfico de drogas e a prática de roubos**. Outro dado importante diz respeito ao fato de muitas gerações serem impactadas por esta realidade de extrema pobreza e vulnerabilidade social, tendo em vista que a prática criminosa também se estende, muitas vezes, a seus membros no cumprimento de alguma sanção penal. Como uma espécie de herança maldita, vivem numa teia de “crime e caos”. (BAUMAN, 2007).

Quanto ao terceiro aspecto abordado, o **motivo** pelo qual foi inserido no SPF e sua avaliação quanto aos serviços prestados nesta instituição penal, os presos são categóricos em afirmar que **não sabem por qual motivo ali se encontram**, ou mesmo se dizem injustiçados ou perseguidos pelo regime disciplinar imposto. Poucos admitem participar de uma organização criminosa. Fato é que o encarceramento, sob os variados graus de severidade e rigor, tem sido o principal meio de lidar com estes setores chamados “inassimiláveis” da sociedade. (BAUMAN, 2001)

Pensando no tratamento recebido durante a sua permanência no SPF e os **aspectos negativos**, os presos não consideram o isolamento celular individual como o

principal ponto negativo, haja vista o processo de hiperencarceramento vivenciado em prisões superlotadas. (BRASIL, 2015). Neste aspecto, consideram a **alimentação e o desrespeito aos seus direitos** como os pontos principais a serem revistos. Neste sentido, é compreensível quando apontam que a assistência médica esteja comprometida, bem como as demais assistências que fazem parte do Tratamento Penitenciário, pois, de certa forma, sendo limitado o desenvolvimento de políticas públicas de ressocialização do apenado. Tal fato reitera a ideia das prisões de segurança máxima – importadas do modelo americano – como perfeita “técnica de imobilização” (BAUMAN, 1999), voltadas para o controle e para a modulação de comportamentos.

O **tratamento dos servidores** aos internos também foi alvo de análise e pontuado como aspecto a ser revisto. Em última análise, são indicados, outros aspectos que merecem atenção como a biblioteca, a limpeza e a assistência odontológica. O que se percebe, neste aspecto, é que o encarceramento massivo não tem produzido bons cidadãos (COIMBRA, 2015), estando em conflito o rígido regime disciplinar e o atendimento às políticas públicas de ressocialização.

Embora seja um ambiente hostil e com regras de segurança rigorosas, os internos avaliaram alguns **aspectos** que foram considerados **positivos**. Neste contexto, a **biblioteca** desponta como principal ponto positivo, em sintonia com a análise relativa ao hábito e frequência de leitura, mesmo não sendo acessado pelos internos. O que converge para as ideias de que em momentos de *crise* que afetam profundamente a nossa existência e o nosso entendimento sobre quem somos, os livros representam uma *porta aberta* para outro tempo. E neste momento, é permitido por meio da experiência estética pensar outras possibilidades, o que resulta numa nova maneira de pertencer ao mundo. (PETIT, 2008).

Dando continuidade a análise, a estrutura física não representa problema aos internos, pelo contrário, **a cela individual e a limpeza**, conferem privacidade e o mínimo de dignidade humana no tocante ao espaço, perspectiva elementar a qualquer cumprimento de pena de prisão, mas pouco comum às prisões brasileiras, conhecida pela precariedade de seus prédios antigos. (BRASIL, 2015).

Em consonância com os aspectos negativos, mais uma vez o Tratamento Penitenciário, configurado em suas assistências, apresenta-se como ponto que merece revisão. Na análise dos internos, o respeito aos seus direitos merece a penúltima posição dentre os pontos que poderiam ser avaliados positivamente, perdendo apenas para o quesito segurança. É importante lembrar que embora seja um cenário de tantas

complexidades, a prisão não anula os direitos individuais, considerados inatos, e declarados na Constituição Federal. A LEP, no seu artigo 41, deixa claro que é direito do preso, embora pouco acessado, ser chamado pelo nome, trabalhar, ter assistência material, à saúde, jurídica, social, educacional e religiosa, entre outros. (BRASIL, 2010).

Por isso, não podemos esquecer que segmentos da população vivem parte de suas vidas numa prisão, formam suas visões de mundo, justamente da interação com outros indivíduos e com autoridades do Estado e, ao serem postos em liberdade, poderão colocar em prática tudo que aprenderam enquanto lá estiveram. (BOGO CHIES, 2013 apud AGUIRE, 2009).

3 ENTRELAÇANDO OS FIOS DA TEORIA LITERÁRIA

Nesta investigação, consideramos importante mobilizar conceitos da Estética da Recepção e da Sociologia da leitura para entender o processo literário, o comportamento do leitor diante das muitas transformações ocorridas ao longo do tempo, nos suportes e modos de apropriação desta leitura e como estas mudanças influenciam nas escolhas deste leitor. Assim, entenderemos melhor, ao traçarmos o perfil do leitor encarcerado, a sua formação, o seu comportamento e o lugar do livro neste processo de leitura na prisão.

3.1 Da Estética da Recepção à Teoria do Efeito Estético - Primeiros Arremates

Texto quer dizer Tecido; mas, enquanto até aqui esse tecido foi sempre tomado por um produto, por um véu todo acabado, por trás do qual se mantém, mais ou menos oculto, o sentido (a verdade), nós acentuamos agora, no tecido, a ideia gerativa de que o texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido – nessa textura – o sujeito se desfaz nele, qual uma aranha que se dissolvesse ela mesma nas secreções construtivas de sua teia.

(Roland Barthes, 1988).

Pensar a leitura literária na prisão e a formação deste leitor requer, inicialmente, mobilizar conceitos relacionados à corrente de pensamento alinhada à Estética da recepção e seus ilustres pensadores, já que no cerne deste debate se coloca a figura do leitor, neste caso, o preso, como protagonista deste processo. Se de um lado, partilhamos das ideias de Wolfgang Iser e de sua teoria do efeito estético, de outro, debruçamo-nos sobre os estudos de recepção de Hans Robert Jauss. Seus pressupostos teóricos apontam para o leitor como elemento vital do processo literário, e, portanto, convergem para os estudos, aqui propostos, sobre o leitor no cárcere e suas experiências literárias singulares.

Convém destacar que a concepção deste leitor se distancia da figura do “leitor ideal”, pensado por Aguiar (1994) como aquele que tem habilidade na seleção de textos, conforme seu horizonte de expectativas. Caso os textos escolhidos se oponham a seu horizonte de expectativas, é receptivo e busca ampliá-lo. Frequenta espaços de mediação como exposições, palestras, sendo capaz de se posicionar criticamente. Não obstante, o leitor que surge no cenário prisional, como analisa Robson Coelho (2010),

se aproxima do leitor real, “leitor de literatura que lê o mundo”, que se “manifesta, dialogicamente, como via produtiva de leituras”.

Enfim, o leitor inserido na “vida real” que diante da leitura de textos variados, possa se reconhecer, inclusive, como indivíduo ético-estético. A despeito desta possibilidade de reconhecimento, “há sempre o risco de que a literatura, por tão poeticamente transgressiva”, permita ao leitor conduzir-se a outro tipo de alteração de “visão de mundo”.

Neste estudo, não desenvolveremos tal perspectiva, embora importante, até porque se trata de leitores encarcerados, mas, reconhecemos também as limitações de acesso a estes leitores. Importante, neste aspecto, retomar as ideias que fundamentam teoricamente nosso olhar sobre este público leitor, no que diz respeito à mudança de foco de análise, a recepção e aos efeitos da leitura.

Neste aspecto, é indispensável a esta investigação refazer alguns dos caminhos percorridos por estes teóricos, tão caros à estética da recepção. A começar pelo momento considerado “seminal” desta estética, a conferência proferida por Hans Robert Jauss, em 1967, na universidade de Constança. Sem dúvida, a “estreia” da estética da recepção nos estudos de Teoria Literária e da sua proposta inédita – por que não dizer “radical” – revolucionou as concepções, até então, vigentes. Percebeu-se, nesta proposta, um “cruzamento de linhas”, até então, invisíveis, tornar-se evidente modificar o cenário da história da literatura. (ZILBERMAN, 1989, p.30).

Em seu livro *A história da literatura como provocação à teoria da literatura*, Hans Robert Jauss (1994) propôs uma nova discussão sobre as teorias de ensino de literatura existentes. O estudioso alemão preocupava-se, sobretudo, com o abismo existente entre literatura e história, no que dizia respeito a sua natureza histórica e estética. Desta maneira, Jauss expôs o já deflagrado processo de “fossilização” da história da literatura, mas ainda, em demasia, arraigado a concepções herdadas por estas duas vertentes.

Contrário às teorias marxistas e formalistas – que se preocupavam, sobretudo, com os aspectos estruturais (obra e autor) – Jauss (1994) defendia novas possibilidades de recepção de textos, nas quais as obras literárias não seriam apenas reflexos de fenômenos sociais ou corolários de um todo autônomo com seus elementos imbricados na sua organização interna, distante de qualquer influência histórica ou biográfica do autor. Em suma, em seus estudos literários, Jauss desloca o leitor da sua condição

periférica e o coloca no centro, evidenciando o seu papel importante, como sujeito sócio- histórico e produtor de significado:

A escola marxista não trata o leitor – quando dele se ocupa – diferentemente do modo com que ela trata o autor: busca-lhe a posição social ou procura reconhecê-lo na estratificação de uma dada sociedade. A escola formalista precisa dele apenas como o sujeito da percepção, como alguém que, seguindo as indicações do texto, tem a seu cargo distinguir a forma ou desvendar o procedimento. [...] Ambos os métodos, o formalista e o marxista, ignoram o leitor em seu papel genuíno, imprescindível tanto para o conhecimento estético quanto para o histórico: o papel do destinatário a quem, primordialmente, a obra literária visa. (JAUSS, 1994, p. 23).

Do ponto de vista de Hans Robert Jauss (1994), era urgente “renovar os estudos literários e superar os impasses da história positivista”, de uma interpretação voltada para si mesma ou de uma metafísica da “escritura”. Neste sentido, a escola de Constança defendeu uma teoria da literatura alicerçada num “inesgotável reconhecimento de historicidade da arte”, elemento que considerava importante na compreensão do seu significado na vida social.

Foi, então, a partir desta nova perspectiva de investigação, que a recepção das obras literárias apresentou um novo paradigma, fundamentado na relação entre texto e leitor:

A relação entre literatura e leitor possui implicações tanto estéticas quanto históricas. A implicação estética reside no fato da recepção primária de uma obra pelo leitor encerrar uma avaliação de seu valor estético, pela comparação com outras obras já lidas. A implicação histórica manifesta-se na possibilidade de, numa cadeia de recepções, a compreensão dos primeiros leitores ter continuidade e enriquecer-se de geração em geração, decidindo, assim, o próprio significado histórico de uma obra e tornando visível sua qualidade estética (JAUSS, 1994, p. 23).

E com bases bem sedimentadas, passamos a ter uma nova dinâmica, na qual o autor afirmava que o “texto é sempre recebido e interpretado diferentemente por leitores de diversos tempos”. Assim, defendia que é por meio da atualização que se reconstrói o processo histórico sob um novo caminho, mas, agora, enviesado pelo efeito e significado do texto, a partir de uma nova perspectiva, que já não poderia ser negada, a do leitor. Como numa teia interligada pela comunicação, a obra de arte, então, foi atravessada pela experiência e efeitos estéticos da recepção. (JAUSS, 1994; ZILBERMAN, 1989).

Considerado por Compagnon (1999) como o “projeto mais ambicioso da história literária”, o projeto de reformulação da história da literatura proposto por Jauss (1994) teve como sustentação teórica sete teses que serviram de premissas e de orientação dos

seus estudos metodológicos. As quatro teses iniciais referem-se à estética literária, enquanto as demais teses dizem respeito à sua história. Interessa-nos aqui tratar das teses iniciais, e, sobretudo, da sétima tese, justamente, por examinar as relações da literatura com a sociedade, quando reverberadas no comportamento social e, por isso, tensionadoras dos aspectos estéticos da obra. A partir deste processo, se tornam evidentes seu efeito social, ético e moral sobre o leitor.

Logo na **primeira tese**, o autor considera a **atualização da obra** no ato da leitura como principal vetor de sua vitalidade, uma vez que a multiplicidade de leituras assegura o caráter mutável da obra. Assim, contrário às perspectivas de uma leitura alheia ao tempo e presa a sua essência, Jauss recupera a historicidade da obra de arte e sua atualização nas “trocas com o público”, nesta relação dialógica entre leitor e texto.

Na **segunda tese**, Jauss chama atenção para o **horizonte de expectativas do leitor**, conforme assevera Zilberman (1989), examinando a experiência literária do leitor, recorrendo à recepção e o efeito de uma obra, a partir de um sistema objetivo de expectativas, que com “avisos implícitos”, de certa forma, predeterminam a recepção, orientando o destinatário.

Coaduna-se com o propósito do horizonte de expectativas, a **terceira tese**. Nela se observa que a não coincidência entre o horizonte suscitado pelo texto e o horizonte de expectativas do leitor promove este distanciamento estético, ao mesmo tempo em que determina o avivamento da obra, ao longo de diferentes épocas, em função da **participação ativa do destinatário**.

Na **quarta tese**, Jauss examina as relações entre texto e leitor de maneira aproximada, em sua época de aparecimento, contrariando qualquer ideia de “presente atemporal”, com um *tonus* de permanência. Para o autor, “o texto é a resposta à pergunta do público.” Zilberman (1989, p.37), neste sentido, esclarece que, na proposta de Jauss, não se pretendeu “imitar a perspectiva do passado”, nem tampouco “modernizar o sentido do texto”, mas ocorreu o mais importante, em se tratando de uma “história dos efeitos”, a análise das **“sucessivas recepções” acumuladas e incorporadas ao longo do tempo**.

Apresentadas as teses consideradas de caráter estético, merece destaque, a **sétima tese**, descrita por Zilberman (1989, p.39) como uma relação dialógica entre o leitor e a obra, fundamentada não só no estímulo à sua percepção estética, mas também como **provocadora de reflexões morais**, invasora, portanto, de um terreno muito caro, o “terreno ético”. Sob esta perspectiva, é importante para o contexto prisional, o que

Jauss coloca em debate, ou seja, a **função educativa e social da literatura** no processo de **emancipação** humana.

Partindo desse pressuposto, é indispensável a esta discussão, o efeito estético produzido por esta interação com o texto. Neste sentido, outro precursor deste movimento, e que arremata, teoricamente, esta discussão é o alemão Wolfgang Iser (1996), ao redimensionar o momento de concretização da obra, a partir da fenomenologia da leitura.

Nesta interação dialógica, defende Iser (1996), torna-se impossível saber como cada parceiro está sendo recebido pelo outro, todavia, é sabido que a interpretação nasce desta necessidade de preenchimento dos “espaços vazios”, justamente, no intervalo entre a pergunta e a resposta. Dito de outra maneira e de uma forma bastante clara, temos “experiências dos outros à medida que conhecemos nosso comportamento e o dos outros.” Iser (1996) recorre a Laing para reforçar esta tese, ao afirmar que nós também “não temos experiências de como os outros nos experimentam, ou seja, de que tipo é a experiência que os outros adquirem em relação a nós.”

É desta impossibilidade de reação *face to face situation* que, da relação texto-leitor, emerge o estímulo para preenchimento da lacuna na experiência da interpretação. Assim, é necessário que o leitor realize projeções (fantasias ou expectativas estereotipadas) para ocupar os “vazios” deixados pelo texto, considerando que este último não é um sistema preciso. Quando os “vazios” não são ocupados com as projeções do leitor, há um fracasso do processo de comunicação com o texto. Para que nesta comunicação não ocorra “falha”, a atividade do leitor é de alguma maneira controlada pelo texto. (ISER, 1996, p.104).

Desta maneira, o processo de comunicação texto-leitor se põe em movimento e se autorregula sustentado pela relação dialética entre as ações de “mostrar e ocultar”:

O não-dito de cenas aparentemente triviais e os lugares vazios do diálogo incentivam o leitor a ocupar as lacunas com suas projeções. Ele é levado para dentro dos acontecimentos e estimulado a imaginar o não dito como o que é significado. Daí resulta um processo dinâmico, pois o dito parece ganhar sua significância só no momento em que remete ao que oculta. (ISER, 1996, p.106)

Zilberman (1989, p.12) esclarece que o mérito da estética da recepção reside, justamente, na conquista de uma nova concepção, na qual se percebeu que os sistemas não explicavam tudo e de que o novo poderia imergir, inclusive, de lugares inesperados, devendo-se estar, simplesmente, atento à novidade. Com esta nova perspectiva, foi

possível se extrair uma metodologia nova para conhecer a literatura, com o foco voltado para o leitor, considerado principal elo do processo literário.

Por fim, partilhamos das concepções da estética da recepção que entendem a literatura como uma forma de comunicação e o leitor como entidade coletiva, a quem se dirige o texto e a leitura. O resultado desta troca e desta experiência estética é o efeito no destinatário. Em outros termos, a Literatura cumpre seu papel social, propiciando ao leitor uma leitura que produz um estranhamento no interior de suas vivências, mostrando possibilidades de outro universo e alargando sua compreensão do mundo. (ZILBERMAN, 2001, p.55).

Por isso mesmo, na prática literária, Zilberman (2001) considera o horizonte de expectativa e o efeito da arte como vias de acesso do destinatário a uma nova percepção da realidade. Desta forma, não só o leitor assume o protagonismo no processo literário, mas também a literatura, a sua função social. Considerando o imbricamento destes elementos, não poderíamos adotar outra postura senão, de compreensão da Literatura como prática social e, sendo assim, a recepção literária representa um processo de “envolvimento intelectual, sensorial e emotivo com a obra”, ou seja, elementos que permitem ao leitor não só identificar-se com o texto, mas também “transformar normas em modelos de ação.”.

Em outras palavras, não há como não defender a ideia, sobretudo, em se tratando de leitores em restrição de liberdade, de uma experiência estética “como propiciadora da emancipação do sujeito”, como portadora de liberdade, apartando o leitor do seu cotidiano, renovando sua percepção de mundo. Neste sentido, não é possível compreender a hermenêutica literária para fora da experiência produzida pela obra de arte e do seu efeito estético. (ZILBERMAN, 2001, p.51).

Mesmo num ambiente de extremo controle e de modulação de vontades como a prisão, é inegável a função catártica que a literatura exerce, ao estabelecer uma relação dialógica com o leitor, e ao promover seu avivamento, por meio de suas provocações e reflexões. Alguns estudos têm revelado a figura de um leitor autônomo, capaz de apropriar-se do texto, e imbuído de sua vivência, mesmo que, muitas vezes, considerada precária, suscitar suas próprias interpretações. (MARTHA, 2011; JOHN, 2004).

Assim, são imensuráveis as conexões possíveis que figuram no universo literário e na relação da leitura como prática social. Neste sentido, cabe à sociologia da leitura, estudar o público, enquanto fator ativo no processo literário, com suas preferências e

compreender a sua intervenção direta na circulação e na produção de textos. (FISHER, 2006; JOUVE, 2002; CHARTIER, 1998; ZILBERMAN, 2001).

3.2 Entre nós e cordas: a leitura e suas conexões

Steven Roger Fisher (2006), no prefácio da *História da Leitura*, declara o caráter desafiante e encantador da leitura que nos capacita e nos enriquece. Por estes motivos, enfatiza o autor, como não acreditar que pequenas marcas pretas sobre a folha branca podem ser capazes de nos emocionar, ao mesmo tempo, em que podem abrir nosso entendimento, nos inspirar de tal forma que pode reorganizar nossa própria existência e, enfim nos conectar com o mundo.

Pensando nesta perspectiva, sem dúvida, esta conexão é muito singular, se considerarmos sua conexão com o mundo externo e suas transformações ao longo da história. Alguns estudos acadêmicos dão conta da literatura como espaço de ressignificação da prisão, justamente em função da conexão deste indivíduo com o mundo da leitura e da possibilidade de novos diálogos com o outro, mesmo que nem sempre haja espaço para o compartilhamento destas leituras. (MARTHA, 2011; JOHN, 2004). Embora de forma precária, em seus suportes, sem nenhuma mecanismo tecnológico em seus modos de apropriação e sem acesso a bibliotecas, na prisão é possível constatar que, tacitamente, a natureza emancipatória da leitura alcança este sujeito.

Considerando esta singularidade, impossível pensar no ato de ler, simplesmente, de forma absoluta, uma vez que envolve a nossa capacidade de extrair sentido. Neste processo, sabemos que o leitor utiliza os símbolos na recuperação de informações da sua própria memória, criando informações, a partir da mensagem do escritor, produzindo uma interpretação coerente. Todo o processo literário, apresentado pelo escritor, parece mágico. Não podemos, então, reduzir tal processo a um mecanismo de pura decodificação no qual se percebe tão somente a união de um som a seu grafema, pois vai além, a um nível mais avançado de percepção. É desta maneira que a leitura expressa significado e produz sentido. (FISHER, 2006, p.11).

Em seus estudos, Fisher (2006) traça a trajetória histórica da leitura, entremeada pela história do leitor. Sua perspectiva é permeada por esta conexão. O autor descreve as diversas manifestações da leitura e seus suportes, seja em pedras, ossos, cascas de árvores, papiros, códices, livros e telas eletrônicas. A sua evolução coincide, justamente,

com o avanço da própria humanidade e do seu amadurecimento social. Assistimos ao longo da história da leitura, a construção de seus significados na formação de diferentes povos, desde sistema de códigos, apenas para obtenção de informações, à compreensão de um texto contínuo com sinais escritos sobre uma superfície gravada, e mais recentemente, com o avanço tecnológico, a extração de informações codificadas numa tela eletrônica.

No passado, os leitores observavam a madeira entalhada ou ditavam cálculos, e o verbal tornava-se visível, mais uma vez parecia mágica. Contudo, eram pouquíssimas as pessoas que tinham motivação para aprender a ler, dado o caráter funcional da leitura, mais utilizada na conferência de contas, na verificação de um rótulo ou mesmo numa chancela de propriedade. Sem nenhuma sedução estética, historicamente, aos escribas cabia a tarefa de declamar extratos, cartas, documentos jurídicos e homenagens. (FISHER, 2006, p.13). Mesmo assim, em sociedades, primitivamente, organizadas, alguns artefatos asseguraram o registro de suas atividades e necessidades diárias:

A decodificação da mnemônica (auxílios à memória) e de imagens (figuras pictóricas) também pode ser considerada “leitura”, ainda que no sentido primitivo. O homem de Neandertal e os primeiros Homo sapiens liam entalhes em ossos sinalizando algo que lhes fosse significativo. [...] A arte rupestre também era ‘lida’ como histórias visuais dotadas de informações com significado. Tribos primitivas liam extensas mensagens imagéticas em cascas de árvores ou em couro, ricas em detalhes. Em diversas sociedades antigas, varetas eram lidas para a contagem de quantidades. [...]. Os incas liam os nós de quipo codificados por cores para monitorar transações comerciais complexas. Os polinésios antigos liam registros em cordas e entalhes para embalar suas gerações. Todas estas leituras envolviam códigos predeterminados. Transmitem um significado conhecido-uma ação (como na arte rupestre), valores numéricos (como em varetas e nós) ou nome falado (como entalhes e cordas)- sem cumprir, no entanto, os critérios da escrita completa. (FISHER, 2006, p.14).

Sem dúvida, a leitura transcendeu sua função social como ferramenta administrativa – um fenômeno social inerente à sua atividade prática – e o ato da leitura passou da condição de público ao privado. Com efeito, não havia mais o compartilhamento da leitura e, tampouco, as suas interrupções. A leitura silenciosa introduziu uma nova dimensão estética que perdura até os nossos dias.

Enfim, nesta nova concepção não existiam mais pontes ao longo do caminho, era só o leitor e a obra. A possibilidade de ler em segredo, em silêncio, aproximar-se de conceitos de modo direto, e o mais interessante, a possibilidade de que os pensamentos fluíssem em um nível superior de consciência, cruzando referências e comparações,

num exercício de ponderação e avaliação, transformou profundamente os modos de leitura no ocidente, e, por conseguinte, o seu efeito psicológico sobre o leitor. Esse acontecimento se tornou parte da experiência interior das pessoas. O leitor, finalmente, estava livre para experimentar uma leitura sem censura, sem o controle típico da idade média. Era possível romper as amarras que o afastava das ideias heréticas. Não havia, portanto, mais o medo da reprovação de sua conduta. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010; FISHER, 2006; CHARTIER, 1998).

Em seu livro, *Como e por que ler*, o crítico americano Harold Bloom (2000) destaca que não temos como conferir à leitura silenciosa a total responsabilidade sobre a possibilidade concreta de muitas pessoas se aproximarem de questões, conceitos e crenças, até então inacessíveis, contudo, não há como negar que a prática literária fomentou a criação de novas pontes sociais, ao instigar o público leitor a mais questionamentos, preparando o caminho para mudanças sociais que seriam significativas. Considerando o potencial humano e emancipador da leitura, percebemos que algo profundo aconteceu na psique social ao longo da história. A leitura propôs um grande desafio ao leitor, ao revelar o seu poder humanizador, já que “para ler sentimentos humanos descritos em linguagem humana era preciso os ler como seres humanos — e fazê-lo plenamente”. (BLOOM, 2000, p.22).

Mais adiante, o mesmo autor resgata outro momento da história e revela que no século XIX, a oralidade já havia se tornado um fóssil social. Diante disto, o novo paradigma de leitura conferia ao livro impresso uma configuração quase mítica, sendo considerado por muitos o “verdadeiro santuário dos mais elevados sentimentos humanos”, a ser aberto, experimentado e apreciado por todas as pessoas de modo igualitário, mas numa condição apropriada com “privacidade, silêncio e devoção”. (FISHER, 2006, p.31).

Por isso, entre o século XVI e XIX, o silêncio nas bibliotecas marcava a ideia de regulação e controle sobre o corpo – nuances do processo civilizatório. Assim, a leitura não era mais compreendida como entretenimento e tal fato influenciou os modos de leitura, sendo necessário um gabinete, um espaço reservado e, de preferência, o leitor deveria estar sentado para este momento único. O século XVIII, por sua vez, revolucionou as práticas de leitura inspirando uma maior liberdade. Vimos, neste período, uma mobilização na imagem do leitor, sendo este associado à natureza, lendo ao andar, lendo sobre a cama. A leitura legítima era demonstrada em pinturas e imagens de uma maneira consagrada pelas convenções e pelos códigos sociais. Chartier (1998)

acentua que o livro representava autoridade e era carregado de honraria pelo saber. Era reconhecidamente um objeto sagrado.

Assim, a ampliação do acesso e das formas de suportes tornou a leitura uma atividade trivial. Tão presente no cotidiano, como o ato de beber e dormir, a leitura foi naturalizada e tornou-se quase imperceptível, mesmo na prática de leitura de receitas culinárias, informações de contratos bancários ou no simples gesto de folhear uma revista. Passamos a ser, o tempo todo, convidados a ler textos. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p.13).

Contudo, a profusão de textos para ler não se configurou como uma prática preocupada, sobretudo com “o tempo do leitor, seu imergir no texto, esquecer-se na leitura, ou mesmo saboreá-la”. Pelo contrário, a preocupação não se restringia a produção de “viagens”, nem tampouco em transformar o leitor em um “navegador”. Neste contexto, as editoras preocupam-se tão somente com as novidades lançadas no mercado e a sedução propagandista em torno delas. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p.148).

Na esteira desses acontecimentos, Horellou-Lafarge e Segré (2010) discutem o novo papel da livraria tradicional que deu lugar a uma livraria moderna, com diversos andares – uma nova estratégia social de sucesso – em grandes espaços elegantes, com amplo acesso a informações. E como mais uma estratégia de sedução, as prateleiras enormes deram lugar a ilhas bem organizadas com coleções de livros individuais. Com isso, o leitor moderno pode encontrar uma biblioteca pensada em um espaço harmonioso, bem arranjado que exaltava a compartimentalização, permitindo que ele tivesse autonomia na escolha do livro de sua preferência.

Adotando esta nova configuração, é nesta nova Alexandria que os leitores modernos puderam compartilhar o mandamento básico da leitura: o prazer pela palavra escrita. Se muitos de nós, fomos influenciados pela arte e pelos costumes da Grécia e da Roma – que fortaleceram mais de dois mil anos de civilização ocidental – a nova era de computadores trouxe, como aliada, a globalização. Com esta nova percepção, é evidente que também foram transformadas as relações virtuais e passamos a uma nova condição: “todos conectados numa comunidade universal de leitores, vivemos numa maré de informações, somos cidadãos da rede e, portanto, já não navegamos sozinhos”. Enfim, o mundo todo se transformou numa grande livraria. (FISHER, 2006, p.281).

Em todo o contexto literário, vem ocorrendo transformações na prática pessoal de leitura e no comportamento deste leitor, entretanto não podemos nos esquecer dos

interesses do mercado editorial imbricados nestas relações. Neste sentido, a prática literária é atravessada por uma multiplicidade de leituras. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, FISHER, 2006).

Neste contexto, Chartier (1998) descreve o avanço tecnológico e a leitura do texto na tela, como um mundo de possibilidades novas e ilimitadas. Segundo o autor, o texto revolucionou totalmente sua condição, tornando-se indispensável, ao permitir que o leitor possa submetê-lo a múltiplas operações (ele pode indexá-lo, anotá-lo, copiá-lo, desmembrá-lo, recompô-lo, deslocá-lo, etc.), mais do que isso, ele se tornou seu coautor, pois, este “leitor da idade eletrônica pode construir à vontade”.

Por fim, recuperando as ideias de Manguel (2009), em *Uma história da leitura*, percebe-se o estreito contato entre o livro e o leitor como uma comunicação extremamente singular, sem a necessidade de mediadores. Em outras palavras, no processo literário, o livro e o leitor tornam-se “uma coisa” só e a sua fusão é completa. E bem emparelhadas a esta conexão, enfim, nossas ideias se confundem com um texto de Rubem Alves, publicado num artigo da Folha de São Paulo em 2004, intitulado *Sob o feitiço dos Livros* no qual o autor dizia:

E penso que o meu mundo seria muito pobre se em mim não estivessem os livros que li e amei. Pois, se não sabem, somente as coisas amadas são guardadas na memória poética, lugar da beleza. "Aquilo que a memória amou fica eterno", tal como o disse a Adélia Prado, amiga querida. Os livros que amo não me deixam. Caminham comigo. Há os livros que moram na cabeça e vão se desgastando com o tempo. Esses, eu deixo em casa. Mas há os livros que moram no corpo. Esses são eternamente jovens. Como no amor, uma vez não chega. De novo, de novo, de novo.

Em instituições penais, os momentos de privacidade são raros, e com celas superlotadas, o silêncio parece não existir. Por isso, neste momento, compreendemos o ato de ler nestes ambientes, como esse momento singular, de possível desconstrução de comportamentos moduladores e de ruptura da invisibilidade deste sujeito, já que como leitor, ele é o protagonista.

3.3 Por um fio possível de humanização

Estranhamente, a entrada na prisão desumaniza o homem. Se pensarmos no seu propósito inicial de torná-lo mais humano, mais sociável, vimos que este objetivo, de certa maneira, cai por terra, e o encarceramento produz apenas mais um indivíduo preso.

Se quando em sociedade, este sujeito já se encontrava numa situação marginal e de vulnerabilidade – “fora da cerca” – durante a prisão é lançado ainda mais longe. Nessa condição periférica, assistimos a sua ruptura temporal, familiar, e, por conseguinte, os últimos laços com seu passado, com sua identidade social, enfim ocorre sua completa desconexão da realidade. Seu apagamento social anula qualquer projeção de futuro. Por isso, o preso sempre carrega este sentimento de estar atado a uma condição de presente perpétuo. (NAKAGOME, 2015, p.120).

A prisão provoca mudanças emblemáticas e viscerais na relação do sujeito com o mundo e com a coletividade: “sobrevive-se na cadeia, mas não à cadeia e a tudo que ela abrange, pois ela provoca uma confusão entre vida e morte.” (NAKAGOME, 2015, p.126). A desumanização é uma prática histórica na qual se observa a imposição perversa de um grupo sobre outro, geralmente, sobre uma minoria. E quando racionalizamos o nosso instituto de autopreservação, a ponto de evidenciar a sua violência, na realidade, estamos mascarando o sentimento de indiferença ao outro. Com isso, a humanidade torna-se a grande perdedora neste jogo, em que se permite a segregação de indivíduos a espaços, onde são polarizadas as noções elementares de racionalidade e de ética.

Num ambiente de tamanha complexidade, o fio possível que estica e aproxima a humanização deste sujeito é a literatura. (CÂNDIDO, 1998). Todavia, esta sutura não é imediata. Podemos considerá-la uma relação multifacetada, justamente porque provoca o contato singular do sujeito leitor com seu objeto – a literatura. Importante destacar que é, justamente, nesta fusão entre as convenções estéticas e a subjetividade deste leitor que a realidade empírica pode ser reconfigurada. (MARTIN, 2015, p.10). Penso na leitura literária como este fio esticado que redimensiona o mundo deste leitor, dada a experiência intensa que vai além de qualquer ideia de funcionalidade, sem objetivo claro. Nas palavras de Piegay-Gros (2002), tudo fica ainda mais esclarecedor:

Ler por ler, esta poderia ser a divisa da leitura literária. Mas o que significa esta expressão? Certamente, [...] uma experiência intensa, mais rica, no curso da qual o leitor ele mesmo se encontra modificado - e não só informado. Mas uma tal leitura não se decreta. Ela não é somente uma técnica, nem mesmo um dom. É de uma arte que se trata - uma arte de ler. Esta leitura não coincide totalmente nem com a leitura corrente nem com a leitura profissional (PIEGAY - GROS, 2002, p. 14).

Nesta perspectiva, Martin (2015), em seu ensaio *Humanização pela literatura*, destaca que para entendermos melhor o alcance humanizador da literatura é importante considerar tanto a valoração dada pelo escritor, sob uma perspectiva literária – interna à obra, como também, o sistema de valores éticos compartilhados pelo leitor, levando-se em conta sua perspectiva social e cultural, componente considerado externo à obra. Provavelmente, é deste encontro entre estas duas dimensões que nasce o processo de humanização.

Antônio Cândido (1998), em *Direito à literatura*, concebe a literatura como uma manifestação universal e uma necessidade humana primária. Neste aspecto, resume o autor “não há povo e não há homem que possa viver sem ela”. A fabulação, segundo Cândido (1998), é inerente ao universo humano. Com isso, conclui “ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado”. Em suma, arremata, a literatura é “o sonho acordado das civilizações e a nossa quota de humanidade”. Ela nos marca com “traços essenciais” de inteligência, de afinamento das emoções, além da disposição para com o outro e a percepção da complexidade do mundo.

Logo, independente da nossa vontade, a literatura

está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, causo, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola. Samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela de televisão ou na leitura seguida de um romance. (CÂNDIDO, 1998, p.175)

Assim, no momento em que pensamos na literatura como uma necessidade universal, passamos a considerá-la também como um direito. Contudo, numa sociedade marcada pela desigualdade, é difícil pensar que a arte e a leitura figurem entre os direitos humanos das classes menos favorecidas. Em *A Invenção dos Direitos Humanos*, a historiadora Lynn Hunt (2007) esclarece que desde o seu nascimento o discurso em torno da ideia de direito humano se mostrou controverso num aspecto crucial: a sua universalidade.

Neste sentido, a autora explica que para que o direito humano seja efetivamente alcançado, seriam necessárias três qualidades elementares: *naturalidade* (inerente aos seres humanos), *igualdade* (o mesmo para todo mundo) e *universalidade* (aplicado por toda parte), o que equivaleria dizer: “todos os humanos em todas as regiões do mundo devem possuí-los igualmente apenas e, sobretudo, pela sua condição humana”. Entretanto, vimos, ao longo da história humana, que nesta direção, foram dadas,

conforme indica a própria autora, apenas “pequenas pinceladas na sua naturalidade”. A resistência a sua “igualdade e universalidade” permanece presente em nossa sociedade. (HUNT, 2007, p.19). Neste sentido, outro historiador, Norberto Bobbio (2004), em sua obra *A Era dos Direitos Humanos* também esclarece que mesmo sendo os direitos humanos desejáveis, e, portanto, fins que são perseguidos, ainda não foram totalmente reconhecidos.

É inegável que vivemos numa sociedade desequilibrada socialmente, seletiva e carente de justiça social na qual, em muitos casos, o entendimento acerca do direito é absurdamente excludente, simplesmente, pelo fato de entendermos, de forma sumária, que alguns têm maior urgência em exercer seus direitos do que outros. Um primeiro passo para uma sociedade mais justa, seria admitir a existência desta dicotômica relação de classes e, numa proposta concreta, lutar pelo direito de igualdade de tratamento para as minorias. Talvez, assim, pudéssemos falar de profundas mudanças do ser humano. (CÂNDIDO, 1998, p.173-174).

Por outro lado, é indiscutível que a obra literária tem o poder de reorganizar a nossa visão de mundo, nossa mente e nossos sentimentos, tocando nosso espírito por meio da palavra:

Como bem aponta o autor, as palavras organizadas não são é apenas a forte presença do nosso código: elas comunicam sempre alguma coisa, que nos toca porque obedece a certa ordem. O caos originário dá lugar a ordem e por conseguinte a mensagem pode atuar. Uma boa notícia é de que toda obra literária pressupõe esta superação do caos, determinada por um arranjo especial das palavras e fazendo uma proposta de sentido. (CÂNDIDO, 1998, p.177-178).

Nesta direção, Todorov (2010) ressalta que “a literatura amplia o nosso universo, incita-nos a imaginar outras maneiras de concebê-lo e organizá-lo”. Neste sentido, considerando as transformações sociais e retomando as ideias de Hunt (2007, p. 31), a historiadora americana explica que, no século XVIII, as experiências culturais influenciaram diretamente os modos de organização política e social. Embora, a autora assuma que, é difícil mensurar seus efeitos sobre as pessoas, de igual maneira, é inegável o papel crucial que a literatura exerceu:

Ler relatos de tortura ou romances epistolares teve efeitos físicos que se traduziram em mudanças cerebrais e tornaram a sair do cérebro como novos conceitos sobre a organização da vida social e política. Os novos tipos de leitura (e de visão e audição) criaram novas experiências individuais (empatia), que por sua vez tornaram possíveis novos conceitos sociais e políticos (os direitos humanos). (HUNT, 2007, p.32).

Mesmo que tal hipótese, para alguns historiadores, pareça reducionismo psicológico, Hunt (2007) esclarece que esta é uma tentativa de

voltar de novo a atenção para o que acontece dentro das mentes individuais. Esse poderia parecer um lugar óbvio para procurar uma explicação das mudanças sociais e políticas transformadoras, mas as mentes individuais — salvo as dos grandes pensadores e escritores — têm sido surpreendentemente negligenciadas nos trabalhos recentes das ciências humanas e sociais. A atenção tem se voltado para o contexto social e cultural, e não para o modo como as mentes individuais compreendem e remodelam esse contexto. (HUNT, 2007, p.32).

É partindo dos pressupostos teóricos de Benedict Anderson em “Comunidades Imaginadas”, que Hunt (2007, p.30) defende a ideia de que os romances epistolares permitiram o florescer dos direitos humanos, ao provocar o que chamou de “empatia imaginada”, o que seria em resumo, este salto de fé, de crença de que o outro é uma pessoa como você. Assim, a partir desta ideia de igualdade, os romances epistolares despertavam nos leitores os sentimentos mais íntimos, enquanto os relatos de tortura produziam essa empatia imaginada por meio de novas visões da dor. Estas experiências literárias, de acordo com a mesma autora, permitiram o redimensionamento dos direitos humanos, especialmente, os direitos sobre o corpo, sua individualidade e sua inviolabilidade, culminando numa intensa mudança social e política:

Por meio de suas interações entre si e com suas leituras e visões, eles realmente criaram um novo contexto social. Em suma, estou insistindo que qualquer relato de mudança histórica deve no fim das contas explicar a alteração das mentes individuais. Para que os direitos humanos se tornassem autoevidentes, as pessoas comuns precisaram ter novas compreensões que nasceram de novos tipos de sentimentos. (HUNT, 2007, p.32).

Se a literatura revelou seu poder, ao tocar profundamente o homem, a negativa deste direito também pode trazer seus efeitos. Cândido (1998) assevera que podemos nos tornar seres mutilados pela ausência dessa “quota de humanidade” promovida pela literatura e, certamente, seria esta a causa da impossibilidade de nos libertarmos do caos no qual, muitas vezes, vivemos. Lamentavelmente, em nossa sociedade o direito à fruição pela leitura sofre os seus efeitos de classe. Ao homem comum, a literatura de massa, alienante. À elite, a literatura erudita, privilégio pequeno - burguês. Para romper este modelo de difusão e circulação de produtos literários, Cândido (1998) explica, ainda, que é necessária uma sociedade mais igualitária, sem estratificações:

O poder de sermos seduzidos pelos grandes clássicos, embora exista um abismo social entre classes, imposto pela desigualdade econômica.[...] De certa maneira, quando não são acessados a cultura erudita, o outro é lançado numa condição massificante, sofrendo das ausências dos bens considerados necessários a nossa sobrevivência. (CÂNDIDO, 1998, p.190)

Mesmo que seja considerada utópica a ideia de uma sociedade mais justa, ou mesmo um devaneio, não se pode, na mesma medida, considerar uma falácia a ideia de que quanto maior o acesso aos bens culturais, mais chances de humanização são dadas ao indivíduo. É certo que a segregação cultural, em nossa sociedade, não ocorre em virtude da ausência de oportunidades e, nem tampouco, da incapacidade humana. (CÂNDIDO, 1998, p.187-188).

Esta falsa crença de que o refinamento cultural só pertence às classes dominantes, em função do seu poder de compreensão ou mesmo interesse, trata-se de um equívoco. O privilégio da fruição é, simplesmente, negado às minorias, não cabendo neste universo de restrições, o acesso à literatura. Logo, é comum pensar que acessar esta prática não é um direito daqueles que vivem nas fronteiras da periferia. (CÂNDIDO, 1998, p.190).

O reconhecimento da leitura e de seus efeitos sobre o cárcere nos faz pensar, de um lado, sobre as marcas deixadas pelo processo de confinamento e, de outro, os traços humanos que a literatura pode imprimir. É inquestionável, neste sentido, a relevância da literatura na reorganização do caos em que vive este leitor, como possibilitadora de liberdade, embora este mesmo leitor viva sob restrição. Neste sentido, sabemos que a literatura não tem o poder de tornar a sociedade, como por efeito de magia, mais justa, mas, com certeza, a este leitor seria concedido o direito elementar de sonhar aquele tão citado “sonho acordado das civilizações”. (CÂNDIDO, 1998, p.112).

3.4 Por um fio possível de liberdade e de subjetividade

Quando pensamos na prática da leitura, nos aproximamos imediatamente do seu caráter subjetivo e nos interrogamos: “O que acontece quando lemos um livro? Quais as sensações, as impressões que a leitura suscita em nós?” Em resposta a estas perguntas, Jauss (1979) vai dizer que o texto permite a “fruição estética” – uma experiência particular – descrita por Barthes (1980) como um colocar-se em estado de perda, de desconforto, abalando convicções históricas, psicológicas, seus valores. Em convergência com a Estética da Recepção, o escritor francês vai dizer que o leitor se

coloca em crise, e nesta condição, é libertado pelo imaginário de tudo aquilo que o prende a uma realidade de vida, muitas vezes, constrangedora.

Nesta mesma direção, Sartre (1996), em sua obra *O imaginário*, mostra que a consciência “imaginante”, de fato, conduz o leitor a uma sensação dupla de liberdade e de criatividade. Contudo, para que isso ocorra, é necessária a “aniquilação” do mundo do qual o sujeito deve se afastar, e, por conseguinte, a criação de um mundo novo em substituição ao primeiro.

Desta forma, percebemos que as ideias de Jauss estão alinhadas à proposta de Sartre, no momento em que o estudioso alemão afirma que a leitura, como experiência estética, resulta sempre “tanto libertação de alguma coisa, quanto libertação para alguma coisa”. Se por um lado, a leitura permite ao leitor desprender-se das incongruências de uma vida real; por outro, ao se deslocar para o universo textual, o leitor renova sua percepção do mundo. Neste novo contexto, o leitor tem a impressão de escapar de si próprio, ao mesmo tempo, em que se abre também para uma experiência de alteridade.

Ler, portanto, torna-se uma viagem. Percebemos a confluência destas ideias, na obra *A leitura* de Vincent Jouve (2002, p.108), quando o autor, ao sintetizar o ato da leitura, o compreende como uma entrada insólita em outra dimensão que, na maioria das vezes, enriquece a experiência, e permite ao leitor, num primeiro momento, escapar desta realidade para o universo da ficção, e num segundo momento, de maneira ainda mais surpreendente, voltar ao real, nutrido do fictício. É neste vaivém que o autor esclarece a questão:

Ao ler um romance, aceitamos esquecer por um tempo a realidade que nos cerca para nos ligarmos novamente com a vida da infância na qual histórias e lendas eram tão presentes. Ao acordar o eu imaginário, normalmente adormecido no adulto acordado, a leitura nos leva de volta ao passado. (JOUVE, 2002, p.115).

Percebemos, assim, que o imaginário de cada leitor tem um papel tal na representação que poderíamos quase falar de uma “presença” da personagem no interior deste leitor. E essa sensação de consubstancialidade entre o sujeito que lê e a personagem representada, não poderia jamais ser dada sob nenhuma ótica, que não esta agora citada. Pensando, então, na força de toda esta energia psíquica, Jouve (2002) afirma que o leitor, neste processo, assemelha-se a um sonhador. E quando pensamos, então, a leitura, a partir de uma dimensão onírica, vimos que, a princípio, ela é

fundamentada numa imobilidade relativa, uma espécie de vigilância restrita (inexistente para aquele que dorme) e, posteriormente, ocorre uma suspensão da postura ativa em favor de uma mais receptiva.

Neste contexto, é certo que o texto atue sobre o leitor, exercendo uma influência concreta (confirmando ou modificando as atitudes e práticas imediatas do leitor). Não se pode, assim, na experiência literária, negligenciar a dimensão estratégica textual que, para além dos desafios de emocionar e distrair, considerados prazeres explícitos, esconde os verdadeiros desafios de informar e convencer, considerados performáticos. A leitura, portanto, no que diz respeito aos desafios performáticos do texto, nunca pode ser considerada uma atividade neutra. (JOUVE, 2002, p.123).

Viver um texto, evidentemente, não consiste em conformar-se diante do que se pode ler nele, como por exemplo, incorporar a ideia de que viver com Sade é se tornar sádico. Significa, contudo, importar para sua vida fórmulas emprestadas da obra lida. Neste sentido, o impacto da leitura na existência do sujeito é mais real do que se imagina. É de fato a “significação” da obra – definida como a passagem do texto para a realidade – é o que faz da leitura uma experiência concreta. Assim, o que a maioria dos leitores busca não é uma experiência desestabilizante, mas, ao contrário, uma confirmação daquilo que eles acreditam, em resposta às suas próprias expectativas. (JOUVE, 2002, p.129).

Alinhando o discurso a esta perspectiva emancipatória e mundivivencial, é que tomamos assento nos estudos de Jouve (2002, p.18), para compreender melhor este processo “neurofisiológico” da experiência literária, diretamente, relacionado a faculdades humanas, de certa maneira, compreendidas no seu espectro físico e sensorial e dividido, segundo classificação do autor, em cinco dimensões. A leitura, nesta perspectiva, manifesta-se como uma operação de percepção, de identificação e de memorização de signos e, portanto, é compreendida como um fenômeno fortemente subjetivo. Assim, a partir desta concepção concreta, a leitura é compreendida como uma atividade de “antecipação, estruturação e de interpretação”.

Começando pela “antecipação e a simplificação”, estas atividades são compreendidas como dois reflexos básicos da leitura, explicados a partir do princípio essencial da troca linguística no qual o destinatário para entender um enunciado, precisa reconhecer nele uma intenção. Assim, ao abrir o livro, o leitor constrói uma hipótese global do texto, antecipando e simplificando o conteúdo narrativo. (JOUVE, 2002, p.75).

Uma dimensão importante aqui a se considerar é a “afetiva” que, segundo o mesmo autor, confere um certo charme à leitura. Assim, a partir desta percepção, a recepção do texto recorre às capacidades reflexivas do leitor que são igualmente influenciadas por sua afetividade. A emoção é o que o autor considera o princípio de identificação, motor essencial da leitura de ficção por provocar admiração, piedade, riso ou mesmo simpatia. Neste sentido, “o papel das emoções no ato da leitura é fácil de entender”, uma vez que “prender-se a uma personagem é interessar-se pelo que lhe acontece, isto é, pela narrativa que a coloca em cena”. Assim, expulsar a identificação da experiência estética, e conseqüentemente, o emocional, é condená-la ao fracasso. Fica evidente a sua relação de dependência com a subjetividade do leitor.

Noutra dimensão, chamada de processo argumentativo, a intenção de convencer está presente em toda narrativa. Jouve (2002) explica que o texto é sempre analisável quando resultado de uma vontade criadora, conjunto organizado de elementos, mesmo no caso das narrativas em terceira pessoa, como “discurso”, representa o engajamento do autor perante o mundo e os seres. Enfim, qualquer que seja o tipo de texto, o leitor, mesmo que nitidamente ou não, sofre atração por ele, e de certa maneira é sempre interpelado, havendo assim, uma interlocução.

Por último, Jouve (2002) ressalta o processo simbólico como outra dimensão, na qual se infere que toda leitura interage com a cultura e os esquemas dominantes de um meio e de uma época. A leitura afirma, neste aspecto, sua dimensão simbólica agindo nos modelos do imaginário coletivo, independente, da sua recusa ou da sua aceitação. Nesta construção, o livro se abre para uma pluralidade de interpretações, já que cada leitor traz consigo sua experiência, sua cultura e os valores de sua época. É certo que o texto alarga o horizonte do leitor, abrindo-lhe um universo novo. Vimos que a “descontextualização” da mensagem escrita é de fato, a condição plural do texto. (JOUVE, 2002, p.25).

É obvio, contudo, que a condição plural de um texto, não legitima qualquer leitura realizada pelo leitor. Sabemos que a recepção é, em grande parte, programada pelo texto. E seria um equívoco pensar que o leitor pode tudo. Segundo Humberto Eco (1985), o leitor tem seus “deveres filológicos”, cabendo a ele a tarefa de identificar, de maneira mais precisa as coordenadas do autor. Existe de fato, como nota Eco (1985), uma diferença essencial entre “utilizar” um texto (desnaturá-lo) e “interpretar” um texto (aceitar o tipo de leitura que ele programa), embora seja o universo textual um produto

inacabado, e seja imprescindível a participação do destinatário. De certo modo, nem todas as leituras, podem ser consideradas legítimas. (apud JOUVE, 2002, p.61).

Assim, a recepção de um texto pode ser percebida, a partir de dois polos: o de espaços de certeza e o de espaços de incerteza. É perceptível tal condução textual, quando o leitor se mostra, ao mesmo tempo, “orientado” e “livre”. Os espaços de certeza são pontos de ancoragem da leitura considerados mais explícitos – a partir dos quais se entrevê o sentido global do texto. Já os espaços de incerteza, remetem a todas as passagens obscuras ou ambíguas que exigem a participação do leitor para seu deciframento. Desta forma, temos na leitura duas dimensões: uma programada pelo texto e a outra, advinda do leitor. É nesta medida que se constitui o “pacto de leitura”, quando o texto programa sua recepção, a partir de um certo número de convenções propostas ao leitor. (JOUVE, 2002, p.66-67).

O leitor, ao longo da história da leitura, assumiu uma postura, muitas vezes, subversiva ao não ceder à proposta imposta pelo livro. Entretanto, sua liberdade não pode ser considerada absoluta, já que existiam limitações nascidas das suas capacidades, convenções e hábitos em sua prática de leitura. De toda sorte, o comportamento do leitor assumiu uma nova postura, no tempo e no espaço, influenciando seu modo de ler. (CHARTIER, 1998, p.77).

Com isso, o leitor escapou de uma condição marginal e pode, enfim, ser colocado no centro do debate. Em breves palavras, a leitura tornou sua condição singular e esta singularidade foi atravessada por aquilo que o fez semelhante a todos aqueles que pertenciam à mesma comunidade. (CHARTIER, 1998, p.91).

De fato, a liberdade pela fruição literária abriu uma nova dimensão ao leitor – o imaginário – a partir desta condição, todo o processo subjetivo desaguou nas emoções, nas relações de afetividade proporcionada pelo texto. A descrição do processo neurofisiológico da experiência literária dá conta desse mundo entreaberto que permite ao leitor escapar de si próprio.

3.5 Por um fio possível de imaginação – um mundo entre parênteses

Como pensar a literatura em pleno século XXI? Diga-se de passagem: não estamos vivendo mais o século das luzes. Entretanto, não podemos negar que é um século marcado de iluminuras, marcado pelo brilho das telas de computadores, pelos *smartphones*, pela instantaneidade das informações. A literatura, neste jogo tecnológico

e imagético, inscreve o sujeito numa realidade outra, como bem diz José Castello (2012), “ao contrário das imagens, que nos jogam para fora e para as superfícies, a literatura nos joga para dentro.”

Neste sentido, a literatura, ainda segundo Castello (2012), parece caminhar na contramão da contemporaneidade, das iluminuras da modernidade, pois se percebe claramente que o mundo caminha freneticamente e a passos largos, enquanto a literatura como um ato solitário, exige do sujeito um mergulho profundo, ignorando qualquer sentido deixado pela expressão “tempo real”. A literatura guia-se pelo seu tempo, livre das pressões e do imediatismo. A literatura, de certa maneira, “lança o sujeito de volta para dentro de si e o leva a encarar o horror, as crueldades, a imensa instabilidade e o igualmente imenso vazio que carregamos em nosso espírito”. Por isso, é possível pensar na literatura como “um abismo, do qual o sujeito saia transformado e atordoado”.

Neste caso, seria possível pensar a leitura como o filósofo alemão Fichte (apud CHARTIER, 1998, p.100) que a descreveu como uma espécie de narcótico e, com seus efeitos alucinantes, capaz de causar o “desregramento da imaginação e dos sentidos” e, por conseguinte, o seu “furor” ainda capaz de ameaçar à ordem política, em meados do século XVIII, na França, na Alemanha e na Inglaterra.

Noutra possibilidade, Blanchot (1997) a descreveu como um estado febril:

O leitor é efetivamente preso pelas coisas da ficção que ele recebe das palavras, como propriedades delas; adere a elas com a impressão de estar preso, cativo, febrilmente retirado do mundo, a ponto de sentir a palavra como a chave de um universo de magia e fascinação onde nada do que ele vive é reencontrado (Blanchot, 1997, pp. 80-81).

Para Sartre, o ato de imaginação é um ato mágico. É neste processo de encantamento, que surge, diante dos nossos olhos, o objeto desejado. No entanto, declara o pensador francês, os objetos de nossas consciências imaginantes se assemelham a silhuetas criadas na infância, quando nos é apresentado um “rosto sem perfil, mas com dois olhos bem desenhados”, imagens consideradas, muitas vezes, irrealis e que exigem de nós, sobretudo, uma ingenuidade no olhar para serem captadas de diferentes perspectivas e momentos. Mesmo que pareçam ausentes, é fato, tais objetos estão presentificados. Enfim, para tocá-lo ou mudá-lo, e para agir sobre tais objetos, o autor afirma, é necessário que também me “torne irreal”. (SARTRE, 1996, p.166-167).

Num mundo imaginário, diz Sartre (1996, p.223), “não há sonhos de possibilidades”, já que as possibilidades pressupõem um mundo real e, com ele,

possibilidades pensadas. Neste aspecto, não há como haver um recuo da consciência em favor de uma história possível a se contar dentro de uma logicidade. Logo, para estar em um mundo imaginário, enfatiza o autor, é condição *sine qua non* que a consciência seja também imaginária. Assim, aprofundaremos o conceito de imaginário, a partir da percepção da antropologia literária de Wolfgang Iser e dos estudos heterotópicos de Michel Foucault, e alargaremos o mundo deste leitor encarcerado que experimenta a leitura como este momento de transição.

Nesta direção, em *O Fictício e o imaginário: Perspectivas de uma antropologia literária*, Wolfgang Iser (1996) afirma que as dimensões do fictício e do imaginário, que dão título à obra, integram as disposições humanas, fazendo parte do nosso cotidiano, de forma intencional, como no caso das mentiras, por exemplo, ou de forma espontânea, como devaneios ou mesmo alucinações. Fato é que a ficção se distingue claramente da realidade empírica. Sabemos, por outro lado, conforme reforça o teórico, que por constituição antropológica, o homem se alimenta de fantasias, e a partir desta postura, é possível a ele, romper os limites entre o real e o imaginário. Desta maneira, a imaginação pode ser compreendida como uma ponte entre a razão e os sentidos, pois no momento em que atravessamos essa ponte, a realidade pode se transformar em ficção, como se experimentássemos uma espécie de intervalo temporal.

Contudo, Iser (1996) chama atenção para o fato de que para romper este repertório de certezas, conhecido como “saber tácito”, justamente por evidenciar esta oposição natural entre a realidade e a ficção, é necessário substituir esta relação bipolar por uma tríade formada, neste caso, pelo “real, fictício e imaginário”. Assim, a dimensão do fictício passaria a ser iluminada e se tornaria vital ao texto:

Há no texto ficcional muita realidade que não só deve ser identificável como a realidade social, mas que também pode ser de ordem sentimental e emocional. Estas realidades por certo não são ficções, nem tampouco se transformam em tais pelo fato de entrarem na apresentação de textos ficcionais. (ISER, 1996, p.14)

Do ponto de vista do teórico alemão, o texto ficcional se refere à realidade, sem, no entanto, esgotá-la. O “ato de fingir”, por sua vez, é o momento propício para a “transgressão de limites”, que permeia a superfície textual, e que permite estabelecer uma conexão com o imaginário. Experimentamos o imaginário de forma difusa e fluida, em situações que não são esperadas e, portanto, nos parecem, muitas vezes, arbitrarias. Contudo, Iser (1996) ainda esclarece que o ato de fingir exige um objetivo para que

sejam mantidas as representações de fins – elementos constituintes da condição do imaginário – diferentes do processo que ocorre nos sonhos e projeções, no qual o imaginário penetra em nossa experiência:

No ato de fingir, o imaginário ganha uma determinação que não lhe é própria e adquire, deste modo, um atributo de realidade, pois a determinação é uma definição mínima do real. Na verdade, o imaginário não se transforma em um real por efeito da determinação alcançada pelo ato de fingir, muito embora possa adquirir aparência de real na medida em que por este ato pode penetrar no mundo dado e aí agir. (ISER, 1996, p.15).

Interessante observar que no momento em que se converte a realidade do mundo empírico em um signo diferente dele mesmo, a transgressão de limites manifesta-se, simultaneamente, como forma irrealizada, sendo esta ativada pelo imaginário. Noutra ponta deste processo de conversão, este mesmo mundo irrealizado, torna-se real, abrindo-se ao universo ficcional. O fictício é configurado, portanto, como o gatilho para o imaginário. (ISER, 1996, p.15).

Segundo Iser, o ato de fingir – considerando a perspectiva da irrealização do real e a realização do imaginário – permite distinguir, até que ponto, a transgressão desses limites entre o visível e o invisível pode provocar uma condição para reformulação do mundo formulado, possibilitando a sua compreensão e permitindo que este acontecimento seja experimentado. (ISER, 1996, p.16).

A dissimulação, segundo Iser (1996), é uma função importante para que a ficção possa ser compreendida como uma realidade. O autor nos ensina que esta realidade permanece “entre parênteses”, como objeto de encenação. Na verdade, esta realidade se repete no texto ficcional, mas é superada, por estar nesta condição de “como se”. Assim, resume o autor “a realidade representada no texto não deve ser tomada como tal; ela é referência de algo que, de fato, não é, mesmo se este algo se torna representável por ela.”

É como se fingíssemos um caso impossível, dele extraíssemos consequências necessárias, em seguida fossem estabelecidas equivalências, contudo tais equivalências não poderiam ser deduzidas da realidade existente. Assim, chamamos este mundo de imaginário, mesmo que o mundo representado não seja de fato mundo, mas, de algum modo, ao sofrer o efeito de um determinado fim, pudesse ser representado como se o fosse. (ISER, 1996, p.25).

A existência deste mundo ficcional serve para tornar acessível o que por ele é e deve ser considerado, mesmo que não seja parte integrante do mundo dado. O “como se” suscita reações nos leitores de textos ficcionais. Desta maneira, no ato de imaginar o mundo textual, o leitor é provocado e, com isso, ocorre o que entendemos por transgressão do mundo textual:

O como se provoca, portanto, um ato de representação dirigido a um determinado mundo, que não se relaciona nem subjetiva, nem objetivamente, com as referências, em vez disso, ocorre uma dupla transgressão de limites do mundo do texto e do difuso do imaginário. (ISER, 1996, p.28)

Ao irrealizar-se, o mundo do texto transforma-se em análogo, i.e., uma exemplificação do mundo que, conseqüentemente, provoca uma reação paralela ao mundo empírico, contudo esta perspectiva não se confunde com tal universo. Neste sentido, podemos nos perguntar em que medida o mundo irrealizado do texto desperta reações e afeta, de certo modo, os leitores? Possivelmente, isto se observe quando a “representação do sujeito enche de vida o mundo do texto e assim realiza o contato com um mundo irreal”. (ISER, 1996, p.28).

O “como se”, neste processo, representa o autodesnudamento ficcional, e assinala ao leitor que não se pode dar ao texto o contorno do real, pois o mundo da ficção está “entre parênteses”. Nesta hipótese, o mundo é apenas representação, e como tal permanece irrealizado temporariamente. Neste aspecto, o fictício caracteriza-se como possibilidade de transição e permite o deslocamento entre o real e o imaginário, promovendo esta interação. Por meio dele se realizam diversos processos de troca. É desta abertura do fictício que se permite a presença do imaginário. (ISER, 1996, p.31-32).

Por este motivo, o imaginário torna presente o que está ausente e o guia pelo conhecimento e pela memória. Se o sonho simboliza o confinamento do sonhador num emaranhado de imagens; o devaneio, por outro lado, reside em formas, como alucinação. A loucura, talvez seja a instância relativamente mais pura do imaginário. A irrealidade do objeto e sua consciência imaginante, segundo adverte Sartre, mesmo em momentos de alucinação ou mesmo no sonho, não podem ser destruídas. (apud ISER, 1996, p.200).

A experiência literária na prisão, sem dúvida, representa um intervalo na rotina institucional de disciplina e de controle. Seria por assim dizer um momento de

autossuspensão, a possibilidade de colocar-se “entre parênteses”. É fato, e todos nós sabemos que o indivíduo, quando encarcerado, necessita respirar outras realidades. A leitura é, sem dúvida, essa possibilidade de realidade carregada de ficção. Certamente, no ato da leitura, é permitido a este leitor transitar entre o mundo real da prisão e o mundo imaginário do texto.

Outro conceito, que se alinha bem a esta discussão, é o de “heteretopia”, presente no texto “Outros espaços”, de Michel Foucault. Neste texto, Foucault categoriza os espaços e polariza suas relações entre o real e o imaginário. O primeiro, nomeado de utopias, constitui-se por “posicionamentos sem lugar real, são posicionamentos que mantêm com o espaço real da sociedade uma relação geral de analogia direta ou inversa.” Em breves palavras, trata-se de uma “ sociedade aperfeiçoada ou é o inverso da sociedade”. (FOUCAULT, 2001, p.415). Em suma, estes espaços constituem-se como espaços, essencialmente, irreais. Em contrapartida, Foucault apresenta o segundo tipo de espaço, chamado de heterotópico:

Há, igualmente, e isso provavelmente em qualquer cultura, (...) lugares reais, lugares efetivos, lugares que são delineados na própria instituição da sociedade, e que são espécies de contraposicionamentos, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais (...) todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos, espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis. (FOUCAULT, 2001, p. 415)

Em suas postulações teóricas, Foucault (2001, p. 415) lança uma metáfora, que aqui revela sua pertinência, trata-se do espelho. Este conceito é pensado, a partir da ideia de experiência e não do próprio espaço. Nesta nova configuração, o espelho é apresentado como uma “experiência mista, mediana”, entre a utopia e a heterotopia, entre o real e o irreal. Em outras palavras, seria “um lugar sem lugar”.

Quando Foucault (2001) propôs uma lógica mais próxima da experiência e não do espaço, nos fez mergulhar novamente no conceito do imaginário, tratado anteriormente e, de certa maneira, numa dimensão mais psíquica, mais subjetiva. Assim, mergulhamos num “mundo entre parentes” para entendermos melhor a proposta de Foucault sobre o espelho:

O espelho... é uma utopia, pois é um lugar sem lugar. No espelho, eu me vejo lá onde não estou, em um espaço irreal que se abre virtualmente atrás da superfície, eu estou lá longe,... uma espécie de sombra que me dá a mim mesmo minha própria visibilidade, que me permite me olhar lá onde estou

ausente: utopia do espelho. Mas é igualmente uma heterotopia, na medida em que o espelho existe realmente, e que tem, *no lugar que ocupo, uma espécie de efeito retroativo*. (FOUCAULT, 2001, p.415).

Sob a metáfora do espelho, o leitor permanece numa condição intermediária, podendo transitar entre o irreal – o utópico, o não lugar – e o real, o espaço definível. Com isso, é permitida uma ressignificação deste processo, compreendendo-se este espaço virtual – que está do outro lado do espelho – como um lugar possível de retorno a si mesmo. E com um olhar totalmente voltado para si mesmo, de fato, este lugar se constitui onde se acredita estar. (FOUCAULT, 2001, p.415).

Portanto, o espelhamento permite ao leitor transitar entre mundos e, é deste deslocamento que ele pode não só se transformar, mas também, olhar o mundo de uma outra forma, e ao voltar-se para si mesmo, compreender-se melhor neste mundo. A experiência leitora abre uma porta para sua emancipação e, nesta hipótese, é possível ao leitor, questionar os padrões sociais e culturais.

Neste sentido, é pertinente a ideia defendida por Barthes (1971, p.105) em *Da obra ao texto*, quando alerta para o fato de que não podemos comparar a consciência a um espelho meramente passivo, a partir de uma concepção metafísica, de que apenas é um instrumento refletor. Pelo contrário, o autor deixa claro que a consciência não recebe nenhum estímulo externo que não seja modelado, de acordo com o seu próprio critério.

Nesta concepção, poderíamos dizer que o convite a ser um outro é prontamente aceito por este leitor, que está ansioso para ir embora ou mesmo com vontade de fugir da prisão. Se pular o muro não é possível, viver outra vida talvez seja possível, mesmo que, numa construção espelhada da realidade nas páginas de um bom livro, como mencionado por Todorov (2010).

Certamente, o ato de leitura na prisão resvala na possibilidade de o leitor atingir o ápice desta leitura, não apenas de maneira funcional, mas de forma intensa, numa experiência subjetiva. Esta singularidade, segundo Compagnon (2001), pode aproximar este leitor das verdades que o rodeiam e dos possíveis questionamentos produzidos, a partir desta nova consciência da realidade. Levando-se em conta, a disciplina moduladora de um corpo dócil proposta pelo sistema penal, mesmo que tacitamente, a literatura subverte toda e qualquer ideia de alienação.

3.6 Por um fio possível de pertencimento

Até o século XX, a cultura era um privilégio da elite, cabendo ao povo a simples tarefa de subsistência material. Desta maneira, não lhe caberia acesso a bens culturais, até o momento da hegemonia da burguesia e da instalação das sociedades democráticas no ocidente, fatos que potencializaram este acesso e tornou a cultura um bem comum. Contudo, se se pensava numa expansão cultural, na prática, o que se viu foi o surgimento de um conceito novo de cultura que se contrapôs ao ideal de tradição e de preservação. (PERRONE, 2016, p.30).

Neste sentido, em se tratando do objeto livro e de suas formas de circulação e consumo, as pesquisadoras francesas Chantal Horellou-Lafarge e Monique Segré (2010) tratam deste assunto de uma maneira meticulosa, problematizando todo o contexto sócio- histórico da leitura, enquanto prática e suas relações estreitas com a cultura, seus modos de apropriação e os tangenciamentos provocados pelos processos institucionais e tecnológicos.

Considerando o percurso histórico, a posse de livros foi considerada, por muito tempo um privilégio da elite, já que para a nobreza, o livro representava, sobretudo, um objeto “luxuoso e ricamente decorado, ornado com suas armas”. A leitura, por outro lado, configurava-se como uma prática pertencente ao clero, já que para a nobreza o acesso à produção literária se dava por meio da tradição oral, com a presença de poetas sempre a sua disposição. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p.49-50).

Segundo Chantal Horellou-Lafarge e Monique Segré (2010), somente quando o texto deixou de estar sob a tutela dos poderes estabelecidos, o leitor pode finalmente viver uma fase emancipatória e, com isso, pode fazer suas escolhas de leitura, menos institucionais, mais próximas do entretenimento ou mesmo da instrução, sem um direcionamento ao texto sagrado.

No século XVII, o livro era um símbolo de êxito social, os nobres de toga e a burguesia de ofício criavam suas bibliotecas como herança para as próximas gerações. Por sua vez, a burguesia esclarecida, “sôfrega de leitura”, apropriava-se da leitura por meio da rede de vendedores itinerantes. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p. 50).

Sabemos que mesmo com a difusão do livro no século XVIII e o seu conteúdo diversificado, ainda permaneceu desigual o seu alcance em relação a diversas camadas sociais. Dependendo do público ao qual se destinava, para a elite ou para o povo, o livro

ganhava uma apresentação e conteúdo específicos. A prática de leitura foi sendo disseminada, e ao ser transformada, sofreu também os efeitos das fronteiras sociais. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010, p.49-50).

Sem dúvida, considerando este itinerário, como afirmam as pesquisadoras francesas, o livro foi o “cimento da sociabilidade culta e mundana”. Embora, ainda observemos no século XIX, mesmo com uma maior acessibilidade, a manutenção de velhas diferenças entre a elite e o povo, em relação a sua prática de leitura e o acesso a determinadas obras, pois enquanto a elite recebia um tratamento diferenciado e comprava seus livros na livraria e os lia nas bibliotecas, o povo recorria a vendas por meio de correspondência ou em quiosques. (HORELLOU -LAFARGE ; SEGRÉ, 2010, p.53).

É importante chamar atenção para este caráter social da arte em uma sociedade tão diversa como a prisão, marcada por fortes relações sociais e simbólicas, e o elemento cultural, neste caso, o livro como vetor de pertencimento e de ressignificação identitária desta sociedade. Não nos interessa aqui reforçar as fronteiras da diferença, mas nos aproximar das ideias de pertencimento, acreditando que é desta relação que nascem novos significados que serão recodificados.

Neste aspecto, recuperamos as ideias de Michèle Petit (2008) no que tange ao acesso à cultura e aos seus mecanismos de pertencimento. A fim de explorar esta questão, inicialmente, concordamos com a autora, ao compreender a leitura como um caminho privilegiado para “se construir, se pensar”, dar um sentido à “própria existência, à própria vida”, e, por que ainda não dizer, que a leitura pode dar “voz ao sofrimento”. Por isso, a leitura tornou-se prática imprescindível a esta época de “desassossego” e de completa “perda de referências” em que vivemos. (PETIT, 2008, p.72).

Em momentos de *crise* que afetam negativamente o sentido da nossa existência, da nossa compreensão sobre quem realmente somos, os livros nos abrem portas para outro tempo, em que se é permitido imaginar, pensar outras possibilidades. Em especial, os livros de ficção abrem portais para outros espaços, uma nova “maneira de pertencer ao mundo”. (PETIT, 2008, p.78- 79).

Em nossa sociedade, existem várias “práticas culturais”, além da leitura, outras formas simbólicas de sublimação, acessíveis a pessoas que podem escolhê-las. No espaço da prisão, no entanto, estas formas são limitadas, e a leitura, além do futebol, são as únicas formas de entretenimento. (PETIT, 2008, p.92).

Neste caso, esta proposta não se restringe a ideia de pertencer a “este ou aquele território”, mas, sobretudo, de pensarmos que antes de tudo, a leitura tem seu contorno humanizador, ao nos lembrar da nossa humanidade. A leitura nos traz este ensinamento. Se a prisão é, reconhecidamente, o ponto máximo de exclusão humana, a leitura representa um convite a outras formas de vínculo social, de compartilhamento de histórias, em tempos iguais ou diferentes dos nossos, que podem revelar muito do que realmente somos. Historicamente, foi desta troca de leituras que o "círculo de pertencimento" humano foi ampliado, para além do território familiar, para além do lugar onde se estava. (PETIT, 2008, p.94-95).

A leitura, para Petit (2008), é uma promessa de não se pertencer apenas a um pequeno círculo. Assim sendo, ao pensarmos nos círculos existentes na prisão com seus estereótipos bem definidos, o preso, quando elevado à condição de leitor, ganha uma nova classificação, e embora este fato não altere sua vida jurídica, esta condição o leva a uma nova percepção de sua identidade, menos rechaçada pelos olhos sociais. Nesta mesma linha de pensamento, Chartier (2001) em sua obra *Cultura escrita, Literatura e história* evidencia que dentro de uma comunidade, o estereótipo das pessoas que leem é de maior poder sobre as coisas. Assim, estes novos leitores podem escapar às diversas formas de controle:

Há um controle comunitário sobre a leitura em voz alta, que desaparece com a literatura silenciosa. Está última, é um perigo, pois permite a cada um desenvolver seus próprios pensamentos a partir dos textos recebidos sem possibilidade de controle por parte da comunidade ou da autoridade. A figura do poder por um lado e a figura do leitor silencioso, por outro são antagônicas, como dois extremos de uma relação de obediência e imposição. (CHARTIER, 2001, p.156).

Pensando nesta perspectiva, a leitura também representa “rompimento”, por possibilitar o “acesso a espaços” mais amplos, ressignificando estes espaços seria como “viajar sem sair do lugar”. É como acreditar que a cultura possa reparar “as malhas de um tecido social muito esgarçado”. (PETIT, 2008, p.97).

Ora, se por um lado, a leitura promove um distanciamento do indivíduo em relação ao poder, por meio da sua rejeição ao mundo, numa atitude moral, ética, religiosa e, radicalmente, crítica; por outro, pode significar solidão, privacidade, podendo se reconstituir como um novo espaço público. São duas figuras distintas desta autonomia da leitura que, em resumo, permitem se subtrair ou se distanciar do mundo,

por meio de instrumentos críticos que se voltam, claramente, contra o poder. (CHARTIER, 2001; COMPAGNON, 2001).

Desse modo, Petit (2008) assinala que a leitura traz a possibilidade de reorganização do universo simbólico ou mesmo do universo linguístico deste leitor, contribuindo com transformações reais ou simbólicas. Nesta possível mudança do paradigma social, seja na sua autorepresentação, seja nos níveis de sociabilidade, assim como nas suas relações como o mundo e consigo mesmo, escapar dos “caminhos preestabelecidos que levam a um beco sem saída”, é recompor, sem dúvida, as representações de identidade e de pertencimento.

Em nenhum momento neste estudo, defendeu-se a ideia do ato de ler como fonte de transformação imediata de indivíduos, em restrição de liberdade, “pessoas virtuosas”, até porque em nossa história conhecemos “tiranos ou perversos letrados”. Por fim, não se tratou de redimensionar ou mesmo reforçar a leitura como um projeto absoluto de salvação, mas pretendeu-se dizer da possibilidade de saída, de um desvio de um caminho, muitas vezes, pré-determinado e da alternativa concreta de se pensar em outras escolhas ou mesmo da tomada de decisões. Enfim, uma possível perspectiva de pertença e de reconstrução de identidade. (PETIT, 2008, p.100).

Em suma, colocou-se em debate a desigualdade de acesso aos bens culturais, os processos sociais de circulação e consumo que determinam as fronteiras culturais e servem, muitas vezes, de instrumentos para a exclusão. Contudo, no caso da leitura, observamos que ela rompe este ciclo de exclusões e viabiliza novos acessos, minimizando este quadro de desigualdades.

Por isso, entendemos que um novo território é configurado para reorganização do espaço, trazendo uma nova identidade leitora e ensejando a ideia de pertença. Nas instituições prisionais, quando se estabelece tal território, por meio de práticas ou políticas públicas, este sujeito, de certa maneira, conecta-se a realidades pouco acessadas, até então, restritas. Há uma ressignificação de sua realidade e, embora, simbolize uma ação pontual, percebe-se um desequilíbrio no jogo social.

4 DESCONSTRUINDO A TEIA – O FIO DE ARIADNE

Neste capítulo, trataremos do projeto de Remição pela leitura, de maneira mais analítica, apresentando seus espaços de leitura e de educação, além de descrever os resultados de todo o processo deste programa nos anos de 2009 a 2016, em todas as suas etapas, procurando entender o seu desenvolvimento, conhecer os livros indicados pela Comissão Pedagógica e o que pensam seus leitores. Não pensaremos aqui na leitura como uma sentença, uma vez que a participação, no programa, é voluntária, no entanto, não podemos também deixar de lado a ideia de que neste regime disciplinar, diante das poucas atividades, esta se traduza em ordem, diante da necessidade de abreviação do tempo de prisão. Enfim, é neste trânsito entre a pena e a letra que desenvolveremos esta discussão sobre o projeto, ora refletindo sobre os aspectos legais, ora refletindo sobre a prática literária.

4.1 Entre a letra e a pena - a leitura como sentença

*Acordo ensopado de suor. Tive uma noite repleta de pesadelos.
Sonhei com o juiz esticando o dedo na minha direção, gritando: “você
pensa que vai reduzir a pena escrevendo? Preso tem que costurar
bola, se quiser remição. A lei quem faz sou eu. Entendeu?!” E eu
respondo como numa oração: “Amém, amém, amém”.
(H.R, preso de Presidente Bernardes, São Paulo).²¹*

*Como ousa um presidiário autodidata dominar um código que os “homens de bens” têm como sua
propriedade?
Fernando Bonassi*

É interessante ilustrar esta discussão, a partir da emblemática figura de Dom Quixote de La Mancha, personagem de Miguel de Cervantes, que no mundo da leitura se sentiu compelido a viver suas aventuras, a viver a sua verdade, embora fosse ela a construção do seu imaginário. Por muitos, foi tomado como louco e para salvá-lo de si mesmo, alguns elegeram os livros como criaturas vivas e merecedoras da dura sentença de serem queimados e emparedados.

²¹ Texto participante do concurso *Escrevendo a liberdade*, realizado no Sistema Penitenciário Brasileiro em 2008.

Não é difícil imaginar que diante desta sentença, o mundo de aventuras de Dom Quixote foi, completamente, destruído. Neste universo de fabulação – estimulado pela leitura –, Dom Quixote conhecia bem o seu lugar. Certamente, sua realidade já não o agradava, sentia a necessidade de repensá-la e para isso não teve dúvida, vestiu sua armadura e tornou-se um cavaleiro errante. Desta forma, pode transitar entre a loucura e a verdade. A leitura tinha este poder e Miguel de Cervantes o bem sabia. (CÂNFORA, 2003, p.17).

Luciano Cânfora (2003) traduz esta tensão existente nas relações entre o livro, o poder e a liberdade quando se refere, historicamente, à perseguição e à destruição dos livros, até então, considerados proibidos e à sentença de se queimar “livros” e “homens”, que porventura, insistissem na ideia de comercializá-los ou mesmo permitissem a sua livre circulação. Neste sentido, o livro tornou-se um objeto sagrado, censurado e, ao longo da história, sua leitura foi rotulada, muitas vezes, como imprópria, condenando, em alguns casos, homens à segregação, a injúrias e retrações públicas, como nos casos de Galileu, Diderot, entre outros, em função, apenas, de suas convicções filosóficas e científicas. Com efeito, o livro é um instrumento de poder e de emancipação do sujeito. Pensado aqui como instrumento de resistência à alienação e à modulação de comportamentos. (ZILBERMAN, 1989).

Adentramos nesta seara da discussão, amparados por pressupostos legais fortemente alinhados a esta perspectiva, mesmo que seja esta leitura programada e não por decisão espontânea do leitor no SPF. A princípio, julgo importante trazer à luz os mecanismos legais que deram sustentação ao programa de Remição pela leitura e os instrumentos utilizados para o seu desenvolvimento em cada penitenciária federal. Faremos, a posteriori, a descrição de todo o processo, desde o seu surgimento, das razões que a tornaram uma prática disseminada, inclusive em outros estados brasileiros.

A este despeito, o projeto de Remição pela leitura foi iniciado em junho de 2009, na Penitenciária Federal de Catanduvas no Paraná, com a autorização do então Juiz Federal Corregedor Sergio Fernando Moro que determinou a sua forma de execução e indicou a primeira obra. O livro escolhido foi *Crime e Castigo* e sua leitura foi feita por 65 presos. Este projeto foi integrado a outros projetos já existentes como “Uma janela para o mundo” – Leitura nas prisões, parceria do Ministério da Justiça com a UNESCO, e “Arca das Letras”, uma iniciativa dos Ministérios da Educação, Cultura e Desenvolvimento Agrário.

Com vistas à continuidade deste processo, em 2010, foi realizado o 1º Workshop do Sistema Penitenciário Federal, em Brasília, promovido pelo Conselho da Justiça Federal e DEPEN, com a presença de Juízes Federais, Corregedores de todas as unidades federais, diretores e funcionários. Neste encontro, o projeto de Remição pela leitura foi ampliado às demais unidades federais como uma prática institucionalizada, segundo informações colhidas em entrevista com CGTP.

Como já mencionado em capítulos anteriores, em virtude do rigor da segurança e da própria limitação estrutural do RDD, o preso permanece muito tempo em cela, o que limita a oferta de trabalho, bem como de outras atividades. Neste sentido, a leitura foi uma prática pensada e bem recebida, neste regime, por representar baixo custo de implementação e risco quase zero de comprometimento da segurança, além de contribuir para que o preso pudesse desenvolver alguma atividade intelectual em cela.²²

Desta maneira, foi de extrema relevância a Portaria conjunta de n. 276, de 20 de junho de 2012 da Corregedoria-Geral da Justiça Federal e o Departamento Penitenciário Nacional que disciplina o Projeto *Remição pela Leitura* no Sistema Penitenciário Federal, em atendimento ao disposto na LEP, que atende, especificamente, os presos que cumprem pena nas Penitenciárias Federais (BRASIL, 2012). Esta portaria determina que:

Art. 3º: A participação do preso dar-se-á de forma voluntária, sendo disponibilizado ao participante 1 exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com as obras disponíveis na Unidade, adquiridas pela Justiça Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e doadas às Penitenciárias Federais. (BRASIL, 2012).

Pensando a Remição pela Leitura como uma política pública, neste caso, federal que visa, sobretudo, assegurar ao preso de regime fechado a remição de pena por meio de atividades de leitura, aqui cabem algumas reflexões que serão intercaladas à medida que discutimos alguns aspectos da referida Portaria.

A priori, para a execução do projeto, nas bibliotecas das Penitenciárias Federais, é necessário que haja no acervo, no mínimo, 20 exemplares de cada obra a serem trabalhadas. Cada preso participante do Projeto tem um prazo de 21 a 30 dias para a leitura de uma obra, e deve, ao final deste período, apresentar uma resenha sobre a obra lida, o que possibilita a remição de 04 dias de sua pena, segundo critério legal de

²² Entrevista concedida pela Coordenação do Tratamento Penitenciário no Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN).

avaliação. Ao final de até 12 obras lidas e avaliadas, o preso tem a oportunidade de remir 48 dias, no prazo de 12 meses.

Com relação ao **acervo bibliográfico**, percebe-se que compreende um amplo espectro de obras, não sendo necessariamente formado de obras literárias, podendo ser “clássica, científica ou filosófica, dentre outras”. Desta maneira, ao preso é dada a oportunidade de ter acesso a diversos autores e gêneros literários. Contudo, justamente pela sua diversidade de gênero, percebe-se a importância de que em todo processo de distribuição das obras, haja a orientação prévia para o preso quanto ao gênero escolhido ou mesmo quanto à natureza de sua temática para que possa, aos poucos, desenvolver o seu gosto literário ou mesmo ampliá-lo, não se sentindo, muitas vezes, frustrado por não ser capaz de realizá-la.

Neste sentido, oficinas de leitura para seleção de obras seria uma oportunidade ímpar para o estreitamento desta relação entre o leitor e a obra escolhida. A distribuição da obra em “ciclos”, embora não expresso na Portaria, facilita esta possibilidade de discussão sobre a temática e seu gênero, além de outros aspectos literários que podem ser aventados, de acordo com o grupo de leitores. Ressalta-se que é necessário um acervo bibliográfico que permita um número maior de obras por “ciclo” e um número maior de ciclos que permitam, respectivamente, o atendimento a um número maior de leitores e com maior abrangência temporal.

Para que o preso possa participar do projeto, a portaria no seu Art.6º, inciso III estabelece que:

todos os presos da unidade que tenham as competências de leitura e escrita necessárias para execução das atividades referentes ao mesmo, principalmente aqueles que não estiverem sendo atendidos pela escola regular ou por outras oficinas/projetos extracurriculares.(BRASIL,2012).

Assim, com relação ao **público-alvo**, prevê-se o atendimento a presos que estejam completamente ociosos. Caso haja vagas remanescentes no programa, a Portaria não esclarece se aqueles que desenvolvem outras atividades poderiam ser incluídos no processo. Considerando tal aspecto, seria importante que a remição de pena pela leitura também alcançasse a outros que tivessem ocupação, podendo ser cumulativa, como acontece, por exemplo, no estado do Paraná. Se considerarmos a **capacidade gerencial de cada unidade** e as limitações de recursos humanos intrínsecas ao ambiente carcerário, esta seria uma possibilidade para que o programa não parasse de ser executado, uma vez que já seria previsto o atendimento educacional.

Quanto **aos critérios**, cada unidade conta com uma Comissão pedagógica responsável pelo projeto, composta por servidores das Unidades Prisionais Federais, nomeada pelo Diretor de cada unidade e presidida pelo chefe da Divisão de Reabilitação da referida unidade, com o acompanhamento de um pedagogo que faz a avaliação das competências a serem alcançadas, relacionadas à compreensão e à compatibilidade do texto produzido com o livro escolhido, sendo observados os princípios de:

- a) **ESTÉTICA:** Respeitar parágrafo; não rasurar; respeitar margem; letra cursiva e legível;
- b) **LIMITAÇÃO AO TEMA:** Limitar-se a resenhar somente o conteúdo do livro, isto é, não citar assuntos alheios ao objetivo proposto;
- c) **FIDEDIGNIDADE:** proibição de resenhas que sejam consideradas como plágio.

Nesta perspectiva, o texto deve atender aspectos relacionados à sua apresentação em consonância com o princípio da **estética**. Contudo, sabemos que muitos que foram alfabetizados, tardiamente, têm dificuldades quanto à organização textual (margem, compreensão do parágrafo, uma letra legível), o que, sem dúvida, ensejaria a realização de oficinas de produção textual. O que nos faz pensar sobre como estes leitores estariam produzindo suas resenhas sem as orientações devidas, haja vista as dúvidas naturais durante a sua produção? Tais dificuldades podem ser causa de evasão da segunda etapa (produção da resenha).

Outro ponto diz respeito à **limitação do tema**, cabendo ao leitor apenas falar da obra, sem emitir juízo de valores ou sua compreensão do mundo. Não é permitido ao leitor tecer uma avaliação crítica. Neste sentido, cabe aqui mencionar a Remição de Leitura que ocorre no estado do Paraná na qual é dada ao preso a oportunidade de fazer um Relatório, no caso do Ensino Fundamental I e II, ou uma Resenha (Resumo mais apreciação crítica), no caso do Ensino Médio. Em se tratando ainda do gênero Resenha, indicado nesta Portaria, não se esclarece o conceito de resenha.

Por isso, importante no processo é a consciência do escrito, a não alienação. Não basta preparar um texto que atenda à proposta de remição de pena, é necessário permitir que o leitor se coloque, que se mostre, revele-se e construa um espaço de liberdade ao compartilhar seus pensamentos. Se não, esta seria outra medida de prisão.

Pensando no gênero adotado, surge outra preocupação: aquele que não sabe fazer resenha não pode remir pena? A possibilidade de se pensar no resumo crítico com um parágrafo destinado à avaliação do leitor sobre a obra seria uma possibilidade de readequação do gênero textual. De toda sorte, a forma resenha proposta na Portaria engessa o processo por não permitir explorar outros aspectos do texto. Repensar o gênero literário para produção textual seria uma das formas de resolver este impasse, uma vez que muitos estados brasileiros têm implementado seu programa se orientando por esta Portaria.

Quanto a critério **Fidedignidade**, este inibe qualquer ideia de reprodução indevida, compreendendo a possibilidade de plágio ou mesmo distribuição de cópias de resenhas, dada a complexidade do ambiente e do perfil deste leitor. Não que tal fato ocorra apenas no interior destes espaços e com tal público, a medida visa evitar fraudes inerentes a qualquer processo de benefícios.

Por mais que sejam elencados tais critérios, a Portaria, no seu Art. 5º, destaca a ideia de **compreensão e compatibilidade do texto**, como dois aspectos fundamentais na análise, o que redundaria numa percepção textual: o leitor entendeu o texto? O leitor não fugiu ao tema proposto pela obra? Estes seriam os critérios que parecem ter norteado as análises dos textos apresentados nesta tese e que parecem justos e acertados, dadas as condições de produção textual. Nesta perspectiva, uma **planilha de correção**, com a avaliação dos aspectos analisados, seria importante *feedback* a este leitor para a construção de seus textos e seu crescimento intelectual.

Quanto à **Comissão pedagógica**, o Art. 6º, em seu inciso I, a portaria estabelece que

a seleção dos presos participantes e a orientação de suas atividades será feita pela equipe de tratamento penitenciário, sendo que a avaliação das resenhas elaboradas ficará a cargo de comissão específica, a ser nomeada pelo Diretor de cada Penitenciária Federal e presidida pelo (a) Chefe (a) da Divisão de Reabilitação da respectiva Unidade.

Parece acertada a proposta de **duas equipes** distintas para a **orientação** das atividades e a **avaliação** das resenhas. Neste caso, a presença de um pedagogo e, preferencialmente, de um professor de Língua Portuguesa ou pesquisador nestas equipes enriqueceria todo este processo. No que diz respeito à primeira equipe, a oportunidade de contato com este leitor durante a distribuição da obra e as orientações poderiam ser realizadas durante as oficinas de leitura ou mesmo por meio de material impresso que

ampliasse seu conhecimento na construção do texto a ser avaliado. É sabido que, nos casos dos presos do SPF, as oportunidades de agrupamentos são diminuídas, no entanto a distribuição de material impresso sobre o gênero adotado contribuiria significativamente para a escritura deste texto.

Alguns projetos de leitura têm contado com a **parceria de pesquisadores de universidades públicas e profissionais de Língua Portuguesa**, especialistas em práticas de leitura para pensarem em um roteiro que estabelecesse as intenções de cada leitura e as temáticas a serem trabalhadas, preparando este leitor para ter contato com uma literatura mais densa. Assim, aos poucos, conduzi-lo pelo mundo da leitura. Sem dúvida, legitimar tais parcerias no processo institucional poderia contribuir significativamente na análise e construção de novas propostas. Seria importante, neste aspecto, a participação de especialistas em Literatura nos encontros de discussão desta e de outras políticas públicas relacionadas à Educação em ambientes prisionais.

É imprescindível o desenvolvimento de oficinas de leitura. Entretanto, em quase oito anos de projeto, não foram realizadas oficinas de leitura que pudessem ter orientado o preso na produção de sua resenha ou mesmo com vistas à interpretação da obra. Neste sentido, o seu reconhecimento e sua legitimidade são corroborados pela Portaria no seu Art. 6º, inciso VI:

As Oficinas de Leitura, com vistas ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento da escrita como forma criativa de expressão, abrangerá um universo maior de participantes e será realizada pela equipe de tratamento penitenciário e possíveis colaboradores, em salas de aula ou oficinas de trabalho, em data previamente agendada junto a Divisão de Segurança e Disciplina.

Outro aspecto importante que não se observa na Portaria é a previsão de uma avaliação sobre o projeto, considerado momento importante para verificação das práticas e de suas demandas. No caso, este projeto apresentou depoimentos de leitores que participaram e os indicadores aqui apresentados, salvo engano não foi indicada nenhuma avaliação. Neste contexto, dada a complexidade do regime disciplinar, uma forma de avaliação seria a utilização de questionário *survey* aos leitores e aos atores envolvidos no processo, visto que o acesso limitado a este público impede o pesquisador de conhecer mais estas realidades e refletir sobre elas. É extremamente relevante o processo avaliativo para que se tenha uma visão do caminho que esta sendo percorrido, das fragilidades e das potencialidades da execução de uma política pública.

Ao término de todo o processo de leitura e produção de resenha, a Comissão pedagógica encaminha o resultado por ofício ao Juiz Federal da Execução de Penas de cada estabelecimento Penal Federal para que se decida sobre o aproveitamento da atividade, a título de remição de pena. Em todo o período analisado (2009 a 2016), todas as resenhas aprovadas pela Comissão pedagógica foram homologadas pelo Juiz – corregedor, responsável pela unidade federal. Não houve nenhuma divergência quanto ao texto produzido que resultasse numa posição contrária.

Considerada como atividade intelectual, a leitura e a produção de resenha contemplam o que estabelece o artigo 126 da LEP (n.7210 de 11/07/1984), no que diz respeito ao direito do condenado em regime prisional fechado ou semiaberto à remição pelo estudo ou pelo trabalho.

Outro dispositivo legal importante neste processo é a Resolução n. 2, de 19 de maio de 2010 no seu Art.3º, inciso III, que trata da oferta de educação para jovens e adultos em estabelecimentos penais:

Estará associada às ações complementares de cultura, esporte, inclusão digital, educação profissional, fomento à leitura e a programas de implantação, recuperação e manutenção de bibliotecas destinadas ao atendimento à população privada de liberdade, inclusive as ações de valorização dos profissionais que trabalham nesses espaços. (BRASIL, 2010).

Corroborada também pela lei 12.433, de 29 de junho de 2011, que alterou a lei de execução penal no que tange também à remição de pena pelo estudo e não apenas pelo trabalho, como anteriormente previsto. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em atendimento à solicitação do Ministério da Justiça e de Educação, editou a Recomendação de n.44 no ano de 2013 que admite no seu artigo V, a prática de leitura como atividade complementar educacional para fins de remição de pena, uma vez que a LEP não traz o detalhamento do que seriam atividades educacionais e, por sua vez, complementares.

Com arcabouço legal ampliado e, bem fundamentado, houve uma expansão legítima de tais projetos pelo país. (Cf. tabela 6, abaixo). Contudo, observa-se que somente um terço das unidades estaduais tem biblioteca. Em todo o país nos deparamos com estruturas antigas e precárias que não foram concebidos para atividades de ressocialização, o que inviabiliza o desenvolvimento de oficinas literárias, bem como a guarda do acervo.

Neste aspecto, embora exista a possibilidade de implementação de uma política pública como a remição de pena pela leitura, nem sempre será possível executá-la em função de uma questão estrutural antiga e inerente às instituições penais. Além disso, quando observamos os indicadores presentes na tabela 7, também percebemos que a simples adesão ao projeto e a existência de bibliotecas não significa que tal projeto será executado, como notamos na tabela abaixo, no caso do Distrito Federal que têm biblioteca em todas as suas unidades prisionais. (Cf.tabela 6, abaixo).

Tabela 6 – Participação das unidades prisionais estaduais em projetos de remição pela leitura (em números absolutos)

UF	Unidades prisionais	Unidades Participantes do projeto	%
AC	12	09	75
AL	09	03	33
AM	20	10	50
AP	08	02	25
BA	22	12	55
CE	158	07	04
DF	06	06	100
ES	35	25	71
GO	95	12	13
MA	32	03	09
MG	184	93	51
MS	44	23	52
MT	59	18	31
PA	41	13	32
PB	78	08	10
PE	77	14	18
PI	13	04	31
PR	35	31	89
RJ	50	01	02
RN	32	04	13
RO	50	10	20
RR	5	02	40
RS	96	60	63
SC	46	23	50
SE	08	04	50
SP	162	NI	NI
TO	43	04	09
	1.424	401	32

Fonte: INFOPEN/2014

Nesta direção, ainda temos expressiva adesão dos estados do Paraná (89%), do Acre (75%) e do Espírito Santo (71%) que também apresentaram maior representação, sem contudo demonstrarem a participação dos presos no programa. Alguns estabelecimentos estaduais têm poucas unidades prisionais participantes em projetos de remição pela

leitura, como no caso do Rio de Janeiro (2%) e do Ceará (4%) que têm uma população carcerária expressiva. (BRASIL, 2015).

A implementação de uma política pública desta natureza demanda o envolvimento de áreas da Educação e da Segurança, por meio de **oficinas de formação** para os funcionários que executarão a proposta, sejam agentes penitenciários ou professores. Além disso, deve-se pensar na estrutura física apropriada, recursos humanos e acervo bibliográfico, dentre outros aspectos para o bom funcionamento do projeto. Embora seja inconsistente o levantamento que trata dos programas de leitura nas prisões do Brasil, já que nem todos os Estados repassam seus dados tal prática representa um avanço, uma vez que está legitimada no discurso institucional. Mesmo com poucos registros oficiais, a prática literária no interior das prisões, é investigada em trabalhos acadêmicos. (MARTHA, 2011; JOHN, 2004).

Tabela 7 – Presos participantes em programas de remição pela leitura em unidades estaduais (em números absolutos)

UF	Pessoas matriculadas em programa de remição pela leitura	População Prisional
AC	91	3.486
AL	00	5.785
AM	00	7.455
AP	12	2.654
BA	302	15.399
CE	00	21.789
DF	00	14.171
ES	00	16.234
GO	17	13.244
MA	15	6.098
MG	80	61.286
MS	00	14.904
MT	56	10.357
PA	45	13.268
PB	73	9.596
PE	1551	31.510
PI	00	3.224
PR	1782	28.702
RJ	00	39.321
RN	50	7.081
RO	61	7.631
RR	00	1.610
RS	92	28.052
SC	661	17.914
SE	75	4.307
SP	NI	219.053
TO	157	3.233
	5.120	607.373

Fonte: INFOPEN/2014

A mídia também dá conta de projetos de leitura sendo desenvolvidos em parceria com Universidades públicas e instituições não governamentais, seja como proposta de remição de leitura ou como prática social importante à rotina carcerária. Fato é que tais projetos se espriam por vários estados.

Entretanto, o levantamento do Ministério da Justiça, detalhado na tabela 7 (acima), evidencia que nem todos os estados brasileiros contam com a participação de presos em seus programas de remição pela leitura. Observamos a ausência desta participação em nove unidades da federação, são elas: **Roraima, Rio de Janeiro, Piauí, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Distrito Federal, Ceará, Amazonas e Alagoas.**

Por outro lado, vimos que, em alguns estados, o programa tem sido ampliado, como no caso do Paraná, que tem o maior número de matriculados, com 1.782 pessoas inscritas, seguido do estado de Pernambuco, com 1.551 pessoas. É importante analisar que das 35 unidades prisionais do Paraná, 31 aderiram ao programa. Por outro lado, das 77 unidades prisionais de Pernambuco, apenas 14 aderiram ao programa. Conhecido pela superlotação e precariedade do seu sistema, o estado de Pernambuco nos faz refletir sobre como se deu a efetiva participação de sua população carcerária.

Diante deste cenário, em alguns relatos de experiências de remição pela leitura, os presos - leitores traduzem a relevância desta prática nos espaços de confinamento:

A leitura ajuda bastante, aumenta o conhecimento e faz com que a gente entre na história, isso faz a gente se sentir livre. Hoje eu não faço o projeto só por causa da remição da pena, mas pelo benefício que a leitura traz.(I.M., cozinheiro da Penitenciária Industrial de Cascavel com 44 dias remidos). (MARTHA, 2011, p.140).

Quando começou o projeto, a ideia que eu tinha é que o chamariz principal seria a redução da pena e não deixou de ser assim. Mas com o passar do tempo, vai gerando um processo de gosto pela leitura e eles passam a participar não só pela redução e isso é muito bom de ver. (Coordenadora do projeto na penitenciária de Cascavel). (MARTHA, 2011, p.141).

Convém ressaltar que assim como outras atividades de remição relacionadas ao trabalho e à educação, o programa de remição pela leitura também tem baixo alcance nas prisões brasileiras com, aproximadamente, 1% dos presos do país participando de tais projetos.

Em meio às polêmicas jurídicas em torno desta Portaria quanto ao princípio de isonomia e legalidade, vale mencionar que no estado de São Paulo, onde está concentrada a maior parte dos presos do país, o Ministério Público do Estado, em Nota Técnica (ANEXO C) manifestou-se contrário à remição de pena pela leitura por

entender que tal medida é inconstitucional. Entre as razões elencadas, destaca-se aquela que considera

indiscutível que ao viabilizar o resgate de parte da pena àquele preso que, num determinado espaço de tempo, procede à leitura de uma obra literária, o juiz da execução penal discrimina este encarcerado alfabetizado daquele que não sabe ler, estabelecendo evidente distinção de natureza social, inadmissível não só pela Lei de execução penal (artigo 3º, parágrafo único, da Lei nº 7.210/84) como principalmente pelo Texto Constitucional (artigo 5º, “caput”, da CR).

É preocupante esta manifestação do MPSP em torno da legalidade da prática de leitura na prisão, se considerarmos que tal instituição se refere ao maior sistema carcerário do país. Entretanto, em função da inexistência de indicadores deste estado não teremos como analisar a sua adesão, nem tampouco a sua participação em tais projetos. (BRASIL, 2015). Por outro lado, não devemos esquecer o efeito estético da leitura expresso nas palavras de Michele Pétit (2008): “a leitura tem o poder de despertar em nós regiões que estavam até então adormecidas. Tal como o belo príncipe do conto de fadas, o autor inclina-se sobre nós, toca-nos de leve com suas palavras.”

4.2 Os espaços “RDD” de leitura

As Penitenciárias Federais Brasileiras são, sem sombra de dúvida, um território particular dentro do universo caótico das prisões brasileiras. Com celas individuais, sem problemas de superlotação e um eficiente sistema de segurança²³, estes espaços seriam adequados ao cumprimento da Lei de Execução Penal, não fossem suas limitações para execução efetiva de políticas públicas de ressocialização.

De acordo com informações do Ministério da Justiça, a Penitenciária Federal de Catanduvas (PFCAT) foi a primeira unidade a desenvolver o projeto de Remição pela leitura. Considerado projeto piloto, foi iniciado em julho de 2009. Destacou-se entre as penitenciárias federais por maior regularidade no seu funcionamento, mesmo apresentando dificuldades para sua execução em meio às rotinas administrativas.

²³ Monitoramento 24 horas por cerca de 200 câmeras de vídeo. Parte delas está instalada em locais sigilosos. Elas enviam imagens em tempo real para três centrais de monitoramento – no próprio prédio, na superintendência da Polícia Federal de Campo Grande e na central de inteligência penitenciária do DEPEN, em Brasília. Advogados, visitantes e funcionários são submetidos a procedimentos de segurança antes de entrar na unidade. Os advogados não tem contato físico com os detentos e conversam apenas por interfone. As visitas são vigiadas por câmeras. Todo o agente penitenciário federal tem suas conversas com os presos gravadas por microfones de lapela, equipamento de uso obrigatório.

Popularmente conhecida em Catanduvas por "Cadeião", esta penitenciária localiza-se a 476 quilômetros de Curitiba, na região oeste do Paraná. Primeira penitenciária federal brasileira de segurança máxima a ser inaugurada, em maio de 2006. Como as demais penitenciárias de segurança máxima, possui 208 celas individuais e 12 de isolamento, sendo sua área construída de 12.700 metros quadrados. Logo após a sua inauguração, recebeu criminosos conhecidos, como Luís Fernando da Costa, vulgarmente conhecido como Fernandinho Beira-Mar, preso há 11 anos neste regime, e alguns traficantes cariocas.

A segunda unidade inaugurada foi a Penitenciária Federal de Campo/MS (PFCG) em dezembro de 2006, localizada na zona rural. Esta unidade também segue o mesmo padrão arquitetônico das demais unidades federais e abrigou chefes do tráfico internacional, nacional e bicheiros cariocas. O projeto de remição pela leitura foi iniciado em 2010.

Em maio de 2008, foi inaugurada a Penitenciária Federal de Porto Velho/ RO (PFPV), terceira Penitenciária Federal de segurança máxima, em função de rebeliões constantes na Penitenciária Estadual de Urso Branco em Roraima. Aproximadamente 50% dos presos desta unidade são oriundos do próprio estado. Por isso, apresenta um índice maior de visitas sociais da família. O projeto de remição pela leitura nesta unidade foi iniciado em 2012.

A última Penitenciária Federal inaugurada, em julho de 2009, foi a unidade de Mossoró, localizada no estado do Rio Grande do Norte. Assim, como as demais unidades, conta com celas de 7m² e 17 portões que as separam do seu portão de entrada. Em 2012, iniciou-se o projeto de remição da leitura nesta unidade. Em construção, a quinta Penitenciária Federal, localizada em Brasília/DF, tem previsão de sua inauguração no ano de 2017.

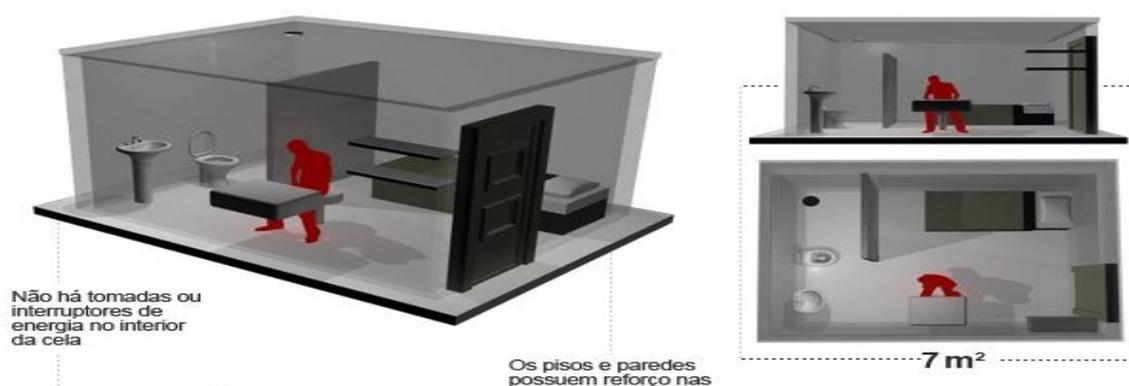
Para uma apresentação mais apurada deste espaço de leitura, nas figuras abaixo, demonstraremos, por meio de representações gráficas, os dois modelos de cela existentes nestas unidades federais. A primeira cela, sem solário²⁴ (fig.3) e a segunda, com solário (fig.4), ambas divulgadas pela imprensa. Para facilitar a sua descrição, aqui vou classificar a primeira como uma cela comum deste sistema e, a segunda, como uma cela RDD, em virtude da arte gráfica. Lembramos, contudo, que o regime disciplinar predominante nestas unidades é o RDD.

²⁴ Espaço destinado a banho de sol individualizado.

Com uma proposta disciplinar diferenciada, as Penitenciárias Federais têm por objetivo retirar os “líderes de organizações criminosas” de suas prisões locais para que não haja um total estrangulamento do Sistema Penitenciário, conhecido, amplamente, no cenário nacional, como “escritório” da gestão criminal que promove fugas, crimes violentos, entre outras ações que geram a desordem. Com pequenos exércitos arregimentados no interior das prisões, o crime se organiza, inclusive, nestes espaços. Daí a proposta do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), com fulcro na neutralização e afastamento de tais indivíduos, por tempo determinado ou, em alguns casos, indeterminado. Nestes ambientes, a principal preocupação é a contenção e o monitoramento do criminoso.²⁵

Com efeito, *pari passu*, também são muitas as preocupações de como a Coordenação de Tratamento Penitenciário (CGTP) – órgão responsável pela garantia dos direitos fundamentais deste apenado –, pode assegurar o acesso às diversas assistências expressas na LEP, como Saúde e Educação, frente ao extremo monitoramento e confinamento, visto que este regime gera impacto negativo sobre este indivíduo. Em outras palavras, é um desafio a ideia de se pensar estratégias que assegurem tais direitos, já que o RDD impõe ao condenado um isolamento celular de 22 horas com apenas duas horas em banho de sol, onde o preso não tem comunicação com o mundo externo e poucas opções de ruptura do ócio.

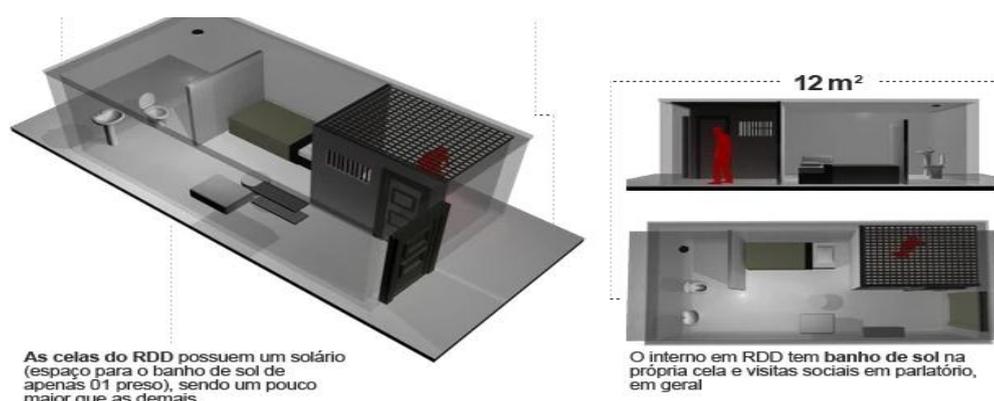
Figura 3-Representação gráfica de uma cela comum no SPF



Fonte: Portal G1 (adaptado pela autora)

²⁵ O Depen é responsável pelo Sistema Penitenciário Federal, cujos principais objetivos são isolamento das lideranças do crime organizado, cumprimento rigoroso da Lei de Execução Penal e custódia de: presos condenados e provisórios sujeitos ao regime disciplinar diferenciado; líderes de organizações criminosas; presos responsáveis pela prática reiterada de crimes violentos; presos responsáveis por ato de fuga ou grave indisciplina no sistema prisional de origem; presos de alta periculosidade e que possam comprometer a ordem e segurança pública; réus colaboradores presos ou delatores premiados.

Figura 4 - Representação gráfica de uma cela RDD no SPF



Fonte: Portal G1 (adaptado pela autora)

Neste sentido, a leitura tem sido uma ferramenta bastante utilizada nestes ambientes, mesmo quando não se configura como medida de remição de pena. Segundo entrevista concedida pela Coordenadora do Tratamento Penitenciário Federal (CGTP), a prática de leitura é comum, inclusive para os presos que não participam do programa de remição. Sabemos que o ambiente da prisão é de extrema violência física e psicológica, tanto de dentro para fora, em função do domínio e poder das facções como de fora para dentro, como espaço de controle do Estado.

Neste sentido, o livro traz uma atmosfera de leveza para estes ambientes em que predominam a tensão provocada pela ociosidade, pelo tempo que não passa, pela inexistência das horas, pela ausência do relógio – símbolo inerente ao controle sobre a vida. Neste universo, o livro, efetivamente, remete à ideia de um tempo de prazer, um tempo bom. Neste sentido, John (2004) reitera que a leitura na prisão não é “uma saída desesperadora para o preenchimento do tempo”, pelo contrário, também é uma prática compreendida como entretenimento e busca pelo conhecimento. A sua prática se dá, em maior proporção, em função do tempo ocioso, mas não se reduz apenas a isso, conforme vimos no depoimento abaixo:

“(…) [comecei a ler] a partir do momento que comecei a puxar cadeia... Porque na Penitenciária só tinha um radinho de pilha e não podia se escutar qualquer rádio, nem uma televisão, daí eu comecei a ler livro pra passar o tempo, minha irmã levava livro e eu lia o livro pra passar o tempo, ela é que fazia a correria toda pra mim, levava o livro pra eu ler. Muito bang-bang eu li também, aqueles bang-bangzinhos, aqueles livrinhos só de faroeste, aquelas coisa, meu Deus, aquilo eu lia de pilha, foi bem aquilo que eu comecei a ler, aí o cara começa a se interessar por ler um livro maior, porque o cara pega um livrinho daquele, lê, uma hora já era o livro aí depois não tem mais nada pra ler, então daí o cara já pega um livro grosso já lê uma semana toda.” (JOHN, 2004, p.89).

bang-bangzinhos, aqueles livrinhos só de faroeste, aquelas coisa, meu Deus, aquilo eu lia de pilha, foi bem aquilo que eu comecei a ler, aí o cara começa a se interessar por ler um livro maior, porque o cara pega um livrinho daquele, lê, uma hora já era o livro aí depois não tem mais nada pra ler, então daí o cara já pega um livro grosso já lê uma semana toda.” (JOHN, 2004, p.89).

Ademais, o projeto de Remição pela Leitura não é obrigatório nas penitenciárias federais, atende, a priori, ao direito do preso a atividades educacionais complementares, conforme, preconizado pela Portaria 276/2012. Os dados coletados nestas unidades, no período de 2009 a 2016, revelam que o projeto apresentou uma boa adesão com participação de 60% dos presos, sendo produzidas durante este período **7179** resenhas.

Figura 5- Corredor interno e cela individual no SPF



Fonte: Ministério da Justiça

Para tanto, foram seguidas etapas pré-determinadas para a execução desta prática, previstas na Portaria 276/2012. Assim, num primeiro momento é realizado o levantamento dos interessados e de sua capacidade de leitura e escrita. Em seguida, é realizada a seleção de obras, segundo o nível de escolaridade e compreensão dos

participantes. Depois disso, é realizado o registro dos participantes em ficha de acompanhamento e, a partir daí, são distribuídas as obras nas celas. Cada preso tem, então, o prazo de 21 dias até o momento do recolhimento das resenhas produzidas e dos livros lidos.²⁶

Segundo a Coordenação Geral do Tratamento Penitenciário (CGTP), órgão responsável pela gestão das políticas públicas voltadas para o Sistema Penitenciário Federal, um dos fatores que torna exequível o projeto é o fato de ter um baixo custo, não demandando um forte investimento, além de conferir uma conotação de formação intelectual e de produção, inerentes à solicitação de remição dos dias. O projeto, segundo a CGTP, teve uma boa recepção, estimulando os dos presos leitores em a produzirem seus próprios textos. Além disso, seu modelo foi replicado em vários estabelecimentos penais do país.

Em cada unidade prisional, há uma Divisão de Reabilitação responsável pelo acompanhamento e registro de tais atividades. No momento da chegada do preso à unidade, é realizada a triagem e são repassadas as informações sobre o projeto de leitura, podendo o interno confirmar ou não sua adesão a esta atividade. Nas alas onde ficam as celas dos presos, chamadas de “vivência”, os presos recebem do pedagogo as demais instruções sobre o projeto e seus procedimentos. Em cela, o leitor faz suas leituras e recebe material adequado para produção de sua resenha.

Finalizado todo este processo de orientação e produção textual, as resenhas são corrigidas e analisadas pela Comissão Pedagógica. Concluído este momento de análise das resenhas, é realizada a devolutiva do texto para a reorganização e a reescritura do texto. Em função da inexistência de compartilhamento de leituras e de orientações quanto ao gênero textual exigido, a CGTP pretende oferecer, numa segunda fase do programa, oficinas de leitura e escrita para esclarecimento de dúvidas quanto à produção textual, além de reservar um momento ao compartilhamento das obras lidas e de suas reflexões.

Com as revisões realizadas, os textos são novamente corrigidos pela comissão, com nova atribuição de notas. Em seguida, é enviado ofício com a relação dos participantes, que atingiram os requisitos exigidos, para o Juiz Federal Corregedor, solicitando os dias de remição de pena. (BRASIL, 2012).

²⁶ As etapas foram descritas detalhadamente em entrevista concedida na Coordenação Geral de tratamento Penitenciário.

Figura 6 – Espaços de orientação e de prática de leitura- SPF

Fonte: DEPEN/MJ

Todas as unidades federais dispõem de bibliotecas para uso geral dos presos e agentes, composta por livros, revistas e obras literárias que, segundo a Portaria DISPF n 11, de 04 de dezembro de 2015, que trata do Manual das Assistências do Sistema Público Federal, não comprometam a segurança da unidade, fira a moral e os bons costumes, nem tampouco sua temática seja voltada para a violência e o crime. De acordo com a referida portaria, o preso pode ter consigo até 05 (cinco) livros, revistas, gibis ou passatempos, conforme sua capacidade de leitura, devendo esses serem substituídos semanalmente.

Segundo os dados registrados em relatórios do Depen/MJ, no período de 2009 a 2016, embora norteados pela mesma Portaria (276/2012), os projetos de Remição pela leitura apresentaram especificidades, em função de suas dinâmicas administrativas. Em virtude disto, o estudo demonstrou desdobramentos singulares em cada unidade federal. Por isso, percebe-se o descompasso entre as políticas educacionais e o projeto de remição de pena, que não são políticas públicas integradas, no atendimento deste apenado.

4.3 Os (des) caminhos da leitura – um retrato de seus leitores

No ambiente prisional, um dos caminhos para o acesso à leitura é a escola. A educação formal é a sua principal via de acesso e, como a educação extramuros,

enfrenta várias dificuldades inerentes a este ambiente, sendo seu acesso é limitado. Por isso, não é de se estranhar que 8 em cada 10 pessoas presas estudaram, no máximo, até o ensino fundamental, e apenas 8% tem ensino médio completo. Com efeito, é extremamente necessário educação e profissionalização neste grupo.

Para Zilberman (2002, p.27-28), quando se discute o papel da leitura na sociedade, é imprescindível mencionar a escola como seu principal veículo de difusão, uma vez que é irradiadora do conhecimento. Contudo, a autora destaca que é fato, também, que a escola engessa o processo, deixando a aprendizagem menos orgânica. Diante disto, a leitura acaba se tornando uma atividade obrigatória e não, de prazer. Em “raras vezes”, Zilberman (2002) enfatiza que a escola “com todo o seu aparato” foi capaz de provocar “lembranças aprazíveis de leitura”.

A atmosfera prisional, sem dúvida, é atravessada pela prática de leitura, não por meio da consciência imediata deste leitor de que este ato é importante. Afinal, ele é membro de uma sociedade onde, em média, se leem 2,5 livros anualmente²⁷. Todavia, na prisão, a postura deste leitor é potencializada por sua necessidade de estar longe daqueles muros. Mesmo que, temporariamente, não importa como, mas viver outra vida, respirar outro ambiente, mergulhar em outras águas se torna preciso. (BOECHAT, KASTRUP, 2009).

No âmbito educacional, as penitenciárias federais seguem a Resolução n.02/2010 do CNE que determina que a oferta de educação esteja sob a gestão dos Ministérios de Educação e de Justiça. Além disso, a portaria DISPF n. 11/2015 que trata do Manual de Assistências, nos seus artigos 74,75 e 76, traz as diretrizes quanto à assistência educacional, compreendida como oferta de educação formal e profissional, neste último caso, podendo ser ofertada, inclusive, a distância. Como toda atividade coletiva, nas unidades federais, o número máximo para cada turma é de 13 alunos. A modalidade de estudos é de Educação de Jovens e Adultos, com turmas multisseriadas. Para tanto, é realizada uma parceria com o estado e são cedidos professores para atuarem junto a este público.

O projeto de Remição de Leitura não está integrado às rotinas escolares, sendo executado como mais um programa na rotina carcerária. Em vários estados, as unidades prisionais implementaram a remição de pena pela leitura dissociada da Educação Formal, embora, muitas vezes, compreendida como atividade intelectual, não foi

²⁷ Segundo indicadores da 4ª edição da Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil realizada no ano de 2015, promovida pelo Instituto Pró-livro.

considerada uma tarefa a ser desenvolvida pela unidade escolar localizada na prisão. Isto possivelmente tenha ocorrido em função do seu público-alvo ser formado, na maioria das vezes, por presos que não participam de nenhuma atividade educacional ou mesmo laboral – ideia inicial. Contudo, percebe-se que cada estado foi realizando adequações, de acordo com sua realidade e demandas.

Na imagem abaixo (Fig. 7), percebe-se as grades entre a professora e os alunos, bem como a faixa amarela no chão, determinando os espaços que cada um deve ocupar no processo educativo, o que nos faz pensar sobre as limitações da educação neste ambiente e suas estratégias para a ressocialização deste indivíduo.

Figura 7 – Sala de aula - SPF



Fonte: DEPEN/MJ

Com mais de 600.000 pessoas presas, segundo o último levantamento nacional, apenas 5 % estão envolvidas em atividades educacionais. Diante deste quadro, é preocupante pensar que, possivelmente, até o final de sua pena, estes indivíduos não terão acesso a este direito. Não é de se estranhar que num país, como o Brasil, onde o preso vive cada estágio da pena como uma pseudo- promessa de reinserção social, esta situação se agrave, quando constatamos que 04 a cada 10 presos permanecem encarcerados, mesmo sem condenação alguma, são os chamados presos provisórios. De maneira ainda mais surpreendente, 32000 pessoas poderiam ter acesso à progressão de pena, no entanto, permanecem aprisionadas, em compasso de espera, aguardando o surgimento de vagas que promovam a rotatividade do sistema. (BRASIL, 2015).

Enquanto a progressão de regime não ocorre, percebe-se que este indivíduo é colocado cada vez mais à margem da sociedade. Na verdade, o que se observa é o seu distanciamento físico e o seu apagamento social, como descreve Goffman (2001) em seus estudos. Se por um lado, é possível perceber no fenômeno do encarceramento esta

“face obscura” da humanidade da qual falava Bobbio (2004) e dos sistemas de punição como necessidade de autodomesticação humana, argumento defendido por Zaluar (2004), no segundo capítulo; por outro lado é pertinente nos interrogarmos sobre a possibilidade real de vitória do bem sobre o mal – teoricamente alcançada por meio do castigo social –, ou sobre a premissa de que “o bem se misturou ao mal”, ao abandonar sua “face clara”? (BOBBIO, 2004). A possível resposta está fundamentada na ideia frágil de combate à impunidade e do endurecimento das penas. Mas, a que preço? A reincidência penal nas prisões brasileiras representa este pagamento que, diuturnamente, é alimentado pelo aumento nos índices de violência e pelo crime.

Como reflexo desta realidade excludente e com fulcro na educação, foi feito um recorte dos dados estatísticos cedidos pelo SPF, presentes no I anuário de 2015, que permitiu verificar alguns aspectos da vida destes leitores, relacionados ao **nível de instrução, as razões que levaram ao abandono escolar, as atividades profissionais antes da prisão, bem como as razões para não continuarem os estudos na prisão, a capacidade de leitura e escrita destes sujeitos e, por fim o hábito e frequência de leitura na prisão.**

Iniciando nossa análise pelos dados referentes à **escolaridade**, os indicadores demonstram que a maioria dos presos do SPF tem ensino fundamental incompleto (38,13%), mas ainda em percentagem menor do que o registrado SPC (53%). Por outro lado, percebeu-se uma **proporção maior de presos com ensino médio completo** (21%), ou superior (2,5%) no SPF do que se tem informação no SPC, assim se observa no ensino médio incompleto (11%), e respectivamente, no ensino superior (1%). Todavia, ainda observou-se a **presença de analfabetos** (2,81%) no SPF, mesmo que considerada **três vezes menor** do que no SPC (6%). (Cf. tabela 8, abaixo).

Tabela 8-Escolaridade no Sistema Prisional Comum e Sistema Penitenciário Federal (em percentagem)

Escolaridade	SPF	Sistema Prisional Comum
Superior Completo	2,5	1
Ensino superior Incompleto	3,13	1
Ensino Médio Completo	9,38	7
Ensino Médio Incompleto	21,88	11
Ensino Fundamental completo	10	12
Ensino fundamental incompleto	38,13	53
Alfabetizado	12,19	9
Analfabeto	2,81	6

Fonte: DEPEN/MJ -2015

Quando analisados os dados sobre **as razões que levaram ao abandono dos estudos**, **60,48% indicaram a necessidade de trabalhar**, 24,05% indicaram fatos relacionados à prática criminosa, apenas 11,68% admitiram estar desinteressados pelos estudos. Ainda com relação a este tópico, 74,42% afirmam não estudar há mais de 10 anos, já para 13,95% este tempo sem estudar representa entre 06 e 10 anos. Apenas 11,63%, estão sem estudar pelo menos há 5 anos.

Tabela 9- Razão para o abandono dos estudos (em porcentagem)

Razão para o abandono dos estudos

Necessidade de trabalhar	60,48%
Fatos relacionados à prática criminosa	24,05%
Desinteresse pelos estudos	11,68%

Fonte: DEPEN/MJ -2015

Quanto à **atividade profissional antes da prisão**, os presos relataram trabalhar na sua maioria como **autônomos** (26,81%), como donos de comércio (9,78%), como funcionários do comércio (9,46%). Outros relataram ter trabalhado como mecânicos (7,57%), pedreiros (5,99%), empresários (3,79%), policiais (2,84%), motoristas (2,52%). Alguns estavam desempregados (1,89%) e outros não especificaram suas profissões (29,34%).

Além disso, **47,08%** dos entrevistados afirmaram ter **participado de cursos profissionalizantes antes da prisão**. Após a prisão, mesmo demonstrando interesse em trabalhar em atividades internas, **93,94% disseram não ter a devida oportunidade**. Mesmo assim, 57,10% ainda conseguiram desenvolver algum tipo de atividade profissional no SPC. Quando incluídos no SPF, os internos demonstraram clara intenção em executar alguma atividade laboral (**95%**), no entanto, nestas unidades estas **atividades são limitadas ou inexistentes**, em razão da especificidade do regime.

No SPF, percebeu-se que mesmo num ambiente de extremo monitoramento, as atividades educacionais atingem poucos internos e são limitadas a três encontros de quatro horas, fundamentadas na Lei 12433/20, que institui a remição de pena pela educação. É possível perceber que o acesso à educação ainda é bastante restrito. Quando observamos os indicadores apresentados sobre a educação no SPC, **64,54%** dos entrevistados afirmaram **não terem estudado** e **35,46%** afirmaram terem **acesso à educação**. Quadro semelhante se observa no caso do SPF. Contudo, percebeu-se neste

último sistema, um aumento no percentual, daqueles que passaram pela escola, saltar para 49,21%, mesmo que um pouco mais da metade, **50,79% dos presos federais afirmaram não ter acesso à educação formal.**

Outro dado relevante e que merece atenção diz respeito às **razões indicadas para o não acesso à educação** no interior das prisões. (Cf. tabela 10, abaixo). No SPC, verificamos que a conclusão dos estudos foi apontada como razão para não se estudar para 6,83% dos entrevistados, enquanto no SPF, este número cai para 5,95%. Outra razão apresentada pelos presos é o desinteresse pela atividade educacional. Neste aspecto, 23,6% dos presos do SPC apontaram esta como razão principal e 15,14% dos presos admitiram-na no SPF. Para a grande maioria dos dois sistemas prisionais, **a falta de oportunidade é a principal razão para não estudar**, o que equivale dizer que 69,57% fizeram tal afirmativa no SPC, e este número aumentou para **78,92% no SPF**. De toda sorte, verificou-se que o percentual relacionado à falta de oportunidade como principal razão a não realização de atividades educacionais no interior das prisões representa 70% a 80% da massa carcerária de ambos os sistemas.

Tabela 10- Razão para o não acesso à educação formal no SPF (em percentagem)

Razão	SPF	Sistema Prisional Comum
Já concluí os estudos	5,95	6,83
Não tive interesse	15,14	23,6
Falta de oportunidade	78,92	69,57

Fonte: DEPEN/MJ -2015

Embora a participação em atividades educacionais seja restrita, o **interesse por cursos profissionalizantes** aparece na maioria das respostas dos entrevistados, demonstrando largo interesse dos apenados em cursá-los. Entre os mais citados estão os relacionados às áreas de **informática (34,81%)**, seguidos pelo curso de **Mecânico (27,07%)**, e cursos relacionados à área **administrativa (19,34%)**. Contudo, observa-se que são tímidas as iniciativas deste tipo de atividade na prisão, bem como seu alcance. (ANEXO E).

Quando o foco recai sobre a **capacidade de escrita** dos presos do SPF, verificamos que a autoimagem destes sujeitos é, na sua maioria, positiva, pois para **49,23%**, sua capacidade de **escrita pode ser considerada boa ou ótima**. Apenas 38,7%

consideram sua capacidade de escrever *regular* e um pouco mais de 12% admitem ser *péssima* ou *ruim*.(Cf. tabela 11, abaixo).

Por sua vez, quando interrogados sobre a sua **capacidade de leitura**, os presos do SPF, são ainda mais otimistas, pois um pouco mais do que **70% avaliam-na como boa ou ótima**. Para 23,15 %, a capacidade de leitura pode ser considerada *regular* e apenas 6,47% consideram que sua capacidade de leitura esteja comprometida por ser avaliada como *péssima* ou *ruim*. (Cf. tabela 11, abaixo).

Vale mencionar que apenas um em cada quatro brasileiros domina plenamente as habilidades de leitura, escrita e matemática. Segundo a 4ª edição da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* (2015), isto se deve ao aumento da escolaridade média da população brasileira com maior caráter quantitativo (mais pessoas alfabetizadas), o que não se relaciona diretamente uma influência sobre o aspecto qualitativo (do ponto de vista do incremento na compreensão leitora).

Levando-se em consideração a boa condição de leitura avaliada pelos próprios presos, quando interrogados sobre o **Hábito de leitura**, verificou-se que apenas 3,74% admitiram não costumam ler, reverberando na maioria das respostas de cerca de **60% que já tinham a leitura como prática**, e 36,76% afirmaram que o ato de ler se deu somente após sua entrada no SPF.

Tabela 11-Capacidade de leitura e escrita dos presos do Sistema Penitenciário Federal (em porcentagem)

	Capacidade de leitura	Capacidade de escrita
Ótima	26,23	10,53
Boa	44,14	38,70
Regular	23,15	38,70
Péssima	5,85	3,41
Ruim	0,62	8,67

Fonte: DEPEN/MJ -2015

Tabela 12 - Hábito de leitura no Sistema Penitenciário Federal (em porcentagem)

Hábito de leitura no SPF

Leio mais de 10 livros por ano	80,91
Leio 10 livros por ano	7,12
Leio 5 livros por ano	6,15
Leio 1 livro por ano	3,88
Não leio	1,94

Fonte: DEPEN/MJ -2015

Deste modo, considerando que **96%** dos presos no SPF tem o **hábito da leitura** intrínseco a sua rotina carcerária, independente do acesso ao projeto de remição de pena pela leitura. Foram analisados os dados referentes à **frequência de leitura**. Neste aspecto, constatamos que **80,91%** dos presos leem mais de **10 livros por ano**, 7,12 % leem 10 livros por ano, 6,15% leem 05 livros por ano e apenas 3,88% leem 01 livro ao ano. Consideram-se não leitores apenas 1,94%.(Cf. tabela 12, acima).

Tabela 13 - Frequência de leitura no SPF (em percentagem)

Hábito de leitura no SPF	
Não costumo ler	3,74
Leio antes da inclusão no SPF	59,5
Leio 5 após a inclusão no SPF	36,76

Fonte: DEPEN/MJ -2015

É importante ressaltar que na 4ª edição da pesquisa *Retratos da leitura no Brasil* realizada entre os meses de novembro e dezembro de 2105, foram entrevistadas 5012 pessoas e as principais razões apontadas para não praticarem a leitura foram a **ausência de tempo, a própria dificuldade para ler e a falta de paciência**. Neste sentido, aos presos do SPF, sobram “tempo e paciência para a leitura”. (Cf. fig.8, 169).

Considerações

Com base na apresentação dos dados estatísticos sobre o perfil do leitor do SPF, verificamos que tais indivíduos apresentam **um maior nível de instrução**, quando comparados ao SPC, especificamente, quanto ao ensino médio e ao ensino superior. Formado por **profissionais autônomos e comerciantes**, esta população prisional demonstrou interesse em desenvolver alguma atividade laboral e de aperfeiçoamento como cursos profissionalizantes, o que permitiria a implementação de políticas públicas voltadas para a Educação e formação profissional ou continuada.

Contudo, por **falta de oportunidade**, a metade diz **não participar de nenhuma atividade educacional ou mesmo laboral**. Considerando a educação e o trabalho como dois pilares imprescindíveis à ressocialização, o que se percebe é a atrofia do Estado social e a sua contribuição ao estado de crime, diante da vulnerabilidade social de grande parte da população. Com uma política econômica que criminaliza a pobreza, com a chamada “ditadura sobre os pobres” (WACQUANT, 2001).

É flagrante, em alguns casos, o desrespeito do Estado ao indivíduo, na medida em que tal sujeito já é considerado socialmente “sem direitos” e, quando numa prisão, permanece nesta condição. (ADORNO, 2002).

O crime não aparece como a **principal razão para o abandono dos estudos**, os entrevistados apontam a **necessidade de trabalhar** como a razão principal. Neste sentido, a sobrevivência e a busca por trabalho é confirmada pela formação profissional destes indivíduos antes da prisão. A necessidade de desempenhar uma função social nesta “sociedade de consumo”. Contudo, na condição de encarcerados, não se percebe a preocupação em seu aperfeiçoamento, nem minimamente, quanto a sua vontade de estudar. Assim, são reproduzidas situações anteriores ao encarceramento, visto que deixam de representar o “excedente populacional”, mas agora não lhes são dadas condições de não mais representar as chamadas “classes perigosas”. (BAUMAN, 2007).

Corroborar tal tese, o fato de que em média 7 a cada 10 presos demonstraram o interesse pelo estudo, no entanto fatores intrínsecos ao sistema penal não oportunizam tais atividades. Sem educação formal, como pensar na remição de pena pela leitura ou outras atividades, diante das dificuldades em Língua Portuguesa, comuns à Educação Básica que comprometem a capacidade de leitura e escrita. Além disso, ainda temos casos de pessoas que não tiveram nenhum acesso ou ainda na prisão, sendo condenados a permanecerem numa condição periférica, praticamente sem perspectivas. Pensando nesta ausência de políticas públicas de ressocialização, é fato que a prisão se torna fiel depositária do “refúgio do consumismo” (BAUMAN, 2001).

Com **poucos analfabetos**, a **prática de leitura** faz parte da rotina carcerária da maioria dos presos (**96%**), não em função apenas do aprisionamento, mas, em virtude desta prática já fazer parte da rotina extramuros destes leitores. Contrária à perspectiva das telas digitais utilizadas pela sociedade moderna, este leitor volta-se para o suporte, por muitos chamados de ultrapassado – o livro – que neste espaço se configura como mecanismo de conexão com outros mundos, numa leitura silenciosa, livre de amarras e de censura da sua conduta. ((HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010; FISHER, 2006; CHARTIER, 1998).

Consideram-se melhor leitores do que escreventes, lendo, em média, entre **10 ou mais livros ao ano (90%)**, reforçando a tese primária da necessidade de fabulação e o direito à literatura sustentada por Cândido (1998). Contudo, percebe-se que o que seria um possível caminho para o processo de ressocialização do indivíduo na prisão, torna-se mais um direito fragilizado (BOBBIO, 2004), uma vez que o processo

educativo não é utilizado, formalmente, como mais um mecanismo do ato da leitura. Isso se deve ao fato, em parte, da ausência de oficinas de leitura, de discussão e de compartilhamento de leitura, previstas em Portaria, que poderiam ampliar as reflexões em torno da obra, contudo o seu desenvolvimento esbarra nas rígidas regras de segurança. (BRASIL, 2012).

4.4 Remição de Pena pela Leitura

A leitura no confinamento se revela como artigo de primeira necessidade na rotina prisional. (CÂNDIDO, 1998). No caso do SPF, a leitura se torna elemento vital, pois a ociosidade é potencializada, dado o grau de isolamento do indivíduo (22 horas) em cela individual. A leitura, portanto, é uma válvula de escape que ocorre por meio do imaginário. (ISER, 1996). Os projetos de leitura existem desde 2009, no entanto ganharam projeção nacional em 2012, no momento da sua normatização, quando foram instituídos como remição de pena. Foram muitos os questionamentos em torno desta suposta “bonificação”, afinal, muitos defendiam que sujeitos tão nocivos à sociedade não poderiam receber benefícios. (BRASIL, 2012).

Contudo, esta prática é antiga nas prisões. Em 1870 nas prisões americanas, a partir de um Congresso Nacional de Prisões, em Cincinnati, foi iniciado um programa de leitura com vistas à reabilitação e, em 1915, a American Library Association (ALA) lançou as primeiras normas para bibliotecas em prisões americanas. (PEREZ-PULIDO, 1997 apud JOHN, 2004). No que diz respeito às prisões brasileiras, Graciliano Ramos (2008) já falava, em suas memórias, desta prática entre os presos políticos. No ano de 2000, observou-se um *boom* da leitura, após o Massacre do Carandiru²⁸. A leitura, ainda, se revelou por meio dos escritores do cárcere que, ao registrar seu testemunho em livros, contavam suas experiências, também enquanto leitores. (GIRON, 2006).

Embora, a prisão apresente uma massa carente de instrução, observamos que estes leitores mergulham intensamente em suas leituras – autodesnudamento ficcional – e dialogicamente tecem seus textos. (ISER, 1996). Como se vê esta análise se torna ainda mais singular por se tratar de presos em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Se considerarmos este aspecto, não se trata apenas de uma bonificação temporal, é

²⁸ O massacre do Carandiru ocorreu no Brasil, em 2 de outubro de 1992, quando uma intervenção da Polícia Militar do Estado de São Paulo, para conter uma rebelião na Casa de Detenção de São Paulo, causou a morte de 111 detentos.

certamente um momento de transição entre o preso e o outro que pode nele existir, o leitor. (JAUSS, 1994). Apresentaremos agora, os dados estatísticos relacionados a esta prática de leitura.

Para subsidiar a pesquisa, os dados abaixo se referem ao questionário produzido pelo DEPEN e aplicado para os presos e aos relatórios encaminhados pela CGTP. Em resposta ao questionário enviado a cada unidade federal, conforme entrevista e avaliação do setor responsável pelo projeto, o **índice de evasão** pode ser considerado baixo, sendo de aproximadamente 5%, visto que todos que se propõem a ler, “geralmente entregam suas resenhas”, conforme pontuado pela CGTP. Quanto à **leitura espontânea** – aquela realizada por escolha do interno –, semanalmente, são disponibilizadas 02 obras do acervo. Entre os títulos mais solicitados estão as obras de suspense, romance policial ou trilógias. Neste sentido, entre os autores aparecem nomes como Nora Roberts, Sidney Sheldon, Nicholas Sparks e Agatha Christie, considerados os mais lidos nestas unidades, escolhas comuns ao público leitor extramuros.

Em contrapartida, quanto à **leitura direcionada** – aqui compreendida como aquela indicada pela Comissão pedagógica –, a seleção de obras passa, preferencialmente, por textos clássicos, literários e filosóficos, que promovam alguma reflexão moral ou mesmo que contribua para o conhecimento da Literatura Brasileira. Cada penitenciária federal segue ciclos de leitura, compostos por 20 livros que são ofertados ao leitor. Como recorte desta leitura, mesmo que não atualizada, mencionamos a lista dos livros mais lidos no ano de 2013:

Quadro 1 – Obras mais lidas– Penitenciária Federal de Catanduvas (PFCAT)

Título	Autor	Gênero
1. Crime e Castigo	Fiódor Dostoiévski (1866)	Romance
2. Incidente em Antares	Érico Veríssimo (1971)	Romance
3. Sagarana	João Guimarães Rosa (1946)	Contos
4. Grande Sertão Veredas	João Guimarães Rosa (1956)	Romance
5. Dom Casmurro	Machado de Assis (1899)	Romance
6. O Vendedor de Sonhos	Augusto Cury (2008)	Romance
7. A Cabana	William P.Young (2007)	Ficção
8. O Futuro da Humanidade	Augusto Cury (2005)	Ficção
9. O Menino do Pijama Listrado	John Boyne (1971)	Romance
10. O Caçador de Pipas	Khaled Hosseini (2003)	Romance

Fonte: Depen/ MJ (2013)

Este recorte de obras mais lidas corrobora e se assemelha à leitura espontânea quanto à escolha de best-sellers, ao mesmo tempo em que contempla à proposta da

leitura direcionada, voltada para a leitura de textos clássicos e da Literatura Brasileira. Quando à **mediação da leitura**, as possibilidades, mesmo que limitadas, se dão em torno de orientações quanto às diferenças entre os gêneros resumo e resenha, bem como o *feedback* do texto resenhado analisado pela comissão pedagógica, com erros e acertos pontuados. Sem, contudo, desenvolver oficinas de leitura que possam despertar a reflexão e o compartilhamento das leituras, com um espaço reservado a trocas de experiências. (BRASIL, 2012).

Entre os **desafios à execução do projeto** de remição de leitura, os respondentes apontaram que poderia ser ampliado o número de obras, como forma de dar maior oportunidade a mais internos na participação de cada ciclo. Como exemplo, citemos a unidade federal de Catanduvas que tem, em média, 24 ciclos, ou seja, uma previsão de remição para até dois anos. No seu acervo, conta com clássicos da literatura como: *Ensaio sobre a Cegueira* de José de Saramago, *Incidente em Antares* de Érico Veríssimo, *Através do Espelho* de Jostein Gaardner e *Laços de Família* de Clarice Lispector.

Ainda é tímido o número de ciclos, se considerarmos os presos que ficam mais tempo neste regime disciplinar. Neste sentido, esta preocupação é pertinente, já que a proposta é de atendimento a todos aqueles que não desenvolvem nenhum tipo de atividade educacional ou laboral. (BRASIL, 2012).

4.3.1 Penitenciária Federal de Catanduvas (PFCAT)

Analisando o estado do Paraná, onde se localiza a PFCAT, este foi considerado pioneiro em instituir, no âmbito das suas prisões, o projeto **Remição pela leitura** por meio da Lei 17329/2012. Seguindo orientações semelhantes à Portaria 276/2012 do DEPEN/MJ, o projeto de remição se dá de forma voluntária e a cada leitura de uma obra literária, clássica, científica ou filosófica, livros didáticos, inclusive livros didáticos da área de saúde, o interno alfabetizado tem direito à remição de pena, desde que produza uma resenha, no caso do Ensino Médio ou mesmo um relatório, no caso de internos do ensino fundamental, de forma presencial. Se obtiver nota 6,0, será considerado aprovado e terá direito a remição de 04(quatro) dias.

Com 45 unidades e 28.702 presos, o estado do Paraná tem 1782 presos inscritos nas suas 31 unidades prisionais, aproximadamente, 89% de efetiva participação em projetos de leitura. (Cf. Tabelas 5 e 6, p.130 e 131). Quanto às atividades educacionais,

o estado ainda destaca-se por manter 22% dos presos estudando, o que equivale a 4.315 pessoas. (BRASIL, 2015).

A Penitenciária Federal de Catanduvas (PFCAM) foi a primeira unidade a iniciar o projeto de leitura, em julho de 2009. Quanto à **participação dos leitores**, os dados indicaram que no primeiro ano, 70 internos participaram do projeto. No ano seguinte, este número triplicou, com a participação de 221 internos. Nos dois anos seguintes, 2011 e 2012, foi mantida a **regularidade do funcionamento do projeto** e aumento da participação, com 590 internos e 368, respectivamente.

Possivelmente, a normatização da remição pela leitura tenha sido um estímulo maior à participação. Vimos que nos anos seguintes, 2013 e 2014, houve uma instabilidade no funcionamento do projeto, permanecendo, por 13 meses, inativo. Contudo, no ano de 2015, houve uma retomada do projeto, com participação significativa dos internos, 10 vezes maior do que o seu primeiro momento, com 703 internos. Por fim, os dados do ano de 2016, dão conta da participação de 354 internos. Embora, só tenha funcionado durante 05 meses no referido ano, percebeu-se que, no mínimo, ¼ dos apenados aderiram ao projeto. (Cf. tabela 14, abaixo).

Tabela 14-Participação de presos no projeto de Remição pela Leitura da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR nos anos de 2009 a 2016

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2009	-	-	-	-	-	-	14	19	-	9	17	11	70
2010	18	19	17	20	20	17	29	23	22	18	18	-	221
2011	19	20	75	75	80	70	69	62	66	54	-	-	590
2012	68	65	-	24	25	54	14	18	26	9	28	39	368
2013	47	-	54	-	29	31	31	-	29	-	15	-	236
2014	-	58	-	-	-	79	-	-	-	61	82	-	280
2015	72	70	65	62	70	55	57	61	69	60	62	-	703
2016	-	-	63	-	54	-	82	-	80	-	75	-	354

Fonte: DEPEN/MJ

Ao longo de oito anos, a PFCAT manteve a regularidade no funcionamento do projeto, destacando-se entre as penitenciárias federais, portanto, com **adesão** total de **2822** leitores. Com poucas intercorrências, embora **não tenha funcionado por 26 meses**, em toda a sua existência, o bom funcionamento da penitenciária impactou diretamente a dinâmica do projeto. O primeiro livro proposto, pelo então juiz

corregedor, Sérgio Fernando Moro, foi o clássico *Crime e Castigo* de Dostoievski. A seleção das obras seguintes foi realizada pela Comissão Pedagógica.

A participação dos internos refletiu diretamente na **produção das resenhas** das obras lidas. Pioneira no projeto de leitura, a Penitenciária Federal de Catanduvas, nos anos iniciais de 2009 a 2011, todos realizaram suas leituras e produziram sua resenha. Contudo, considerando o ano de 2012 – momento em que foi estendida a remição a todas as penitenciárias federais –, até o ano de 2016, na relação leitura-produção textual, percebeu-se uma redução significativa. No ano de 2012, houve uma queda simbólica de 2%, o que foi aumentado em 10 vezes, nos dois anos seguintes, 2013 e 2014. Em 2015 e 2016, 14% não produziu sua resenha. Mesmo com esta relativa queda na produção nos últimos anos, a produção de resenhas ficou próxima do índice de 90% de seus leitores, índice bastante expressivo. Neste período, deixaram de ser contadas 287 histórias e **2.535** textos foram produzidos. (Cf. gráfico 15, abaixo).

Tabela 15- Resenhas produzidas nos anos de 2009 a 2016 (PFCAT)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2009	-	-	-	-	-	-	14	19	-	9	17	11	70
2010	18	19	17	20	20	17	29	23	22	18	18	-	221
2011	19	20	75	75	80	70	69	62	66	54	-	-	590
2012	68	65	-	24	23	54	14	15	26	9	28	28	354
2013	38	-	22	-	26	21	23	-	29	-	15	-	174
2014	-	48	-	-	-	51	-	-	-	61	62	-	222
2015	66	63	52	60	60	45	52	57	54	54	46	-	609
2016	-	-	51	-	48	-	67	-	65	-	65	-	296

Fonte: DEPEN/MJ

No que diz respeito ao número de **resenhas aprovadas**, a PFCAT obteve uma boa análise dos seus textos nos dois primeiros anos do projeto, com 100% de aprovação da comissão pedagógica de avaliação, sendo todas as resenhas homologadas. No ano de 2012, a redução foi quase simbólica e representou 3% de não aprovados. No entanto, nos três anos seguintes (2013 -2015), a aprovação da comissão ficou em torno de 80%. Somente em 2016, observou-se uma redução significativa na aprovação dos textos, 04 em cada 10 internos não conseguiram ser avaliados positivamente e não tiveram a aprovação de seus textos para homologação da remição, conforme os critérios definidos na Portaria 276/2012. Em suma, foram homologadas **2.321** resenhas. (Cf. tabela 16, p.152).

Tabela 16-Quantidade de resenhas aprovadas nos anos de 2009 a 2016 (PFCAT)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2009	-	-	-	-	-	-	14	19	-	9	17	11	70
2010	18	19	17	20	20	17	29	23	22	18	18	-	221
2011	19	20	75	75	80	70	69	62	66	54	-	-	590
2012	68	65	-	24	23	54	14	11	25	9	24	26	343
2013	30	-	22	-	23	16	20	-	24	-	6	-	141
2014	-	32	-	-	-	32	-	-	-	61	62	-	187
2015	66	63	52	57	51	40	48	48	48	45	43	-	561
2016	-	-	26	-	28	-	50	-	55	-	49	-	208

Fonte: DEPEN/MJ

Percebe-se que nos três primeiros anos, o número de participantes, da produção e da aprovação das resenhas foi uniforme. Por sua vez, nos outros anos, houve uma mudança nesta relação, o que leva a pensar que, sobretudo, a aprovação das resenhas não atendeu aos parâmetros da Portaria 276/2012, segundo indicações da CGTP ou mesmo houve um maior rigor da Comissão pedagógica quanto à sua avaliação.

4.3.2 Penitenciária Federal de Campo Grande (PFCG)

O estado do Mato Grosso do Sul tem 44 unidades prisionais, com quase 15.000 presos. A adesão ao programa de remição pela leitura se deu em 23 delas. Mesmo com o registro de 52% de suas unidades no programa, não se verificou a participação de nenhum interno. Tal realidade se reflete nos dados relacionados à educação, uma vez que apenas 973 presos estudam, o que representa 6,9%. (BRASIL, 2015).

Em outubro de 2010, o projeto de remição pela leitura foi estendido para a Penitenciária Federal de Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Inicialmente, houve a **participação** de 28 internos. Contudo, no ano seguinte, verificou-se que o projeto não funcionou por oito meses. Nos meses seguintes houve a participação de 65 internos. Nos anos de 2012 e 2013, o projeto não funcionou por 15 meses, mas foi registrada a participação de 398 internos nos nove meses de funcionamento. Em 2014 e 2015, com apenas 08 meses de funcionamento do projeto, 465 internos participaram. Neste ano de 2016, o projeto de leitura funcionou por 04 meses, com a participação significativa de 171 internos. Ao final destes quase sete anos, mesmo com pouca regularidade, já que o programa **não funcionou por 54 meses**, o projeto atendeu a **1127** internos. (Cf. tabela

17, abaixo). Para uma melhor avaliação, seriam necessários indicadores específicos da unidade federal estudada.

Por sua vez, em Campo Grande, as **resenhas produzidas**, neste período de existência do projeto, foram registradas um total de **883** resenhas. Considerando o número de leitores participantes, 244 histórias não foram contadas, o que representa uma redução de 20% de leitores que participaram de todo o projeto. Nos dois primeiros anos, observou-se uma redução simbólica nas produções, dados que não chegam a 5% nesta relação leitura-produção de texto. Contudo, nos anos seguintes, houve uma queda significativa de cerca de 20%, sobretudo nos anos de 2013 e 2015. Neste ano de 2016, observou-se uma maior queda, em torno de 45% das resenhas não foram produzidas. (Cf. Gráfico 18, abaixo).

Tabela 17-Participação de presos no projeto remição pela leitura da Penitenciária Federal de Campo Grande/MS nos anos de 2010 a 2016

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2010	-	-	-	16	-	-	-	-	-	12	-	-	28
2011	-	-	-	-	-	18	-	-	20	-	14	13	65
2012	22	-	-	15	-	11	51	-	-	40	-	-	139
2013	63	-	60	-	-	54	-	-	-	82	-	-	259
2014	-	65	-	-	-	-	70	-	-	-	50	-	185
2015	-	52	-	63	-	62	-	-	48	-	55	-	280
2016	58	-	36	36	41	-	-	-	-	-	-	-	171

Fonte: DEPEN/MJ

Tabela 18- Resenhas produzidas anos de 2010 a 2016 (PFCG)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2010	-	-	-	13	-	-	-	0	0	12	0	0	25
2011	-	-	-	0	0	8	0	0	20	0	14	13	55
2012	17	0	0	11	0	10	48	0	0	37	0	0	123
2013	56	0	49	0	0	43	-	-	-	61	0	0	209
2014	0	53	0	0	0	0	61	-	-	-	50	0	164
2015	0	36	0	40	0	52	0	0	41	0	44	0	213
2016	41	0	30	23	-	-	-	-	-	-	0	0	94

Fonte: DEPEN/MJ

Tabela 19-Quantidade de resenhas aprovadas nos anos de 2010 a 2016 (PFCG)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2010	-	-	-	13	-	-	-	0	0	12	0	0	25
2011	-	-	-	0	0	14	0	0	16	0	12	8	50
2012	17	0	0	11	0	8	44	0	0	35	0	0	115
2013	55	0	48	0	0	37	-	-	-	-	-	-	140
2014	0	48	-	-	-	0	54	-	-	-	39	0	141
2015	0	30	0	26	0	29	0	0	24	0	28	0	137
2016	29	0	28	19	-	-	-	-	-	-	0	0	76

Fonte: DEPEN/MJ

A PFCG apresentou um quadro estável na **aprovação de suas resenhas, com 714 textos**, nos primeiros anos do projeto (2010 a 2012), representado pelo índice de 80%. Observou-se, porém, que nos anos seguintes, sobretudo, 2013 e 2015 esta aprovação caiu em torno de 50%. E no ano de 2016, a aprovação foi de apenas 45% das resenhas avaliadas. (Cf. tabela 19, acima).

4.4.3 Penitenciária Federal de Porto Velho (PFPV)

Roraima é o estado brasileiro que apresenta a menor população prisional, contando com apenas 1610 presos distribuídos em 05 unidades, contudo não se verificou o registro oficial de presos participantes do programa de remição de leitura, mesmo com a adesão de 02(duas) de suas unidades. Participam da escola 28 presos, ou seja, 1,7% dos presos do estado. Entretanto, em registros da imprensa local, verificou-se que a maior penitenciária do estado, a penitenciária Agrícola de Monte Cristo, já citada em capítulos anteriores, conhecida pelo processo de favelização no interior do presídio, firmou parceria com a Universidade Federal de Roraima (UFRR), iniciando as atividades do programa remição pela leitura, de acordo com as diretrizes apresentadas na Portaria 276/2012.²⁹

Em seu estudo *Prisões da fronteira (sem) norte: observações sociológicas sobre o sistema prisional em Roraima*, Silva e Almeida (2014) explicam que a Penitenciária Agrícola de Monte Cristo é recordista nas manifestações jurídicas por parte do Ministério Público Estadual e as visitas da Comissão dos Direitos Humanos da OAB, com inúmeras ações judiciais que dão conta da deficiente estrutura física, bem como da

²⁹ Entrevista divulgada pelo portal de notícias G1 em 16/05/2015.

ausência de separação dos condenados quanto à tipificação de regime prisional com solicitação de providências.

A penitenciária federal de Porto Velho (RO) começou suas atividades em 2012, Com a normatização do projeto de leitura como forma de remição, com 72 participantes e, no ano seguinte, contou uma participação de 359 internos. No ano de 2014, o projeto só funcionou nos seis meses finais, no entanto houve a participação significativa de 262 internos. No ano de 2015, a participação foi ainda maior com 449 leitores.

No ano de 2016, a participação foi significativa, com 692 internos. Ao longo de quase cinco anos, a participação foi representativa e pode ser considerada **regular**, apesar dos **24 meses de interrupção** no funcionamento das atividades do projeto. Em todo o período mencionado (2012/2016), o projeto de leitura atendeu **1834** presos. (Cf. Tabela 20, abaixo).

Tabela 20- Participação de presos no projeto Remição pela Leitura da Penitenciária Federal de Porto Velho/RR nos anos de 2012 a 2016

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2012	-	-	-	-	-	-	21	-	-	19	32	-	72
2013	-	-	48	82	54	51	49	42	33	-	-	-	359
2014	-	-	-	-	-	-	36	46	50	64	-	66	262
2015	-	-	60	62	-	63	-	57	65	76	66	-	449
2016	-	-	82	80	86	90	85	80	93	96	--	-	692

Fonte: DEPEN/MJ

Dos 1834 leitores da PFPV, 411 optaram por não produzir a resenha solicitada para remição de pena, isto significa que cerca de 20% não concluíram a segunda fase do processo. Em 2012, houve para cada leitor, a produção de uma resenha. Nos anos seguintes, esta proporção foi se mantendo em torno de 90% de produção textual. Em 2013, houve queda na produção de resenha em torno de 10%. No ano seguinte, houve uma queda simbólica em torno de 10%. Já no ano de 2015, deixaram de ser produzidas apenas 17 resenhas.

E, finalmente, os últimos indicadores, referentes ao ano de 2016, dão conta de uma queda significativa de cerca de 50% na produção de seus textos. Ao final destes quase cinco anos de projeto, foram produzidas **1423** resenhas. É preocupante a evasão destes leitores na segunda fase, o que denota dificuldades na produção textual, já que os índices de aprovação são positivos. Continuando a análise dos dados levantados, a

PFPV, entre as unidades estudadas é a que apresentou **maior regularidade na aprovação de suas resenhas**, com **1380** resenhas aprovadas. Desde o primeiro ano de avaliação, o índice de aprovação dos textos produzidos girou em torno de 80 a 90%.

Tabela 21- Resenhas produzidas nos anos de 2012 a 2016 (PFPV)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2012	-	-	-	-	-	-	21	-	-	19	32	-	72
2013	-	-	43	70	42	45	49	42	33	-	-	-	324
2014	-	-	-	-	-	-	35	38	47	61	0	64	245
2015	-	-	60	58	-	60	-	54	63	71	66	-	432
2016	-	-	46	43	47	48	47	44	38	37	-	-	350

Fonte: DEPEN/MJ

Tabela 22- Quantidade de resenhas aprovadas nos anos de 2012 a 2016 (PFPV)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2012	-	-	-	-	-	-	21	-	-	16	32	-	69
2013	-	-	43	70	42	45	49	42	33	-	-	-	324
2014	-	-	-	-	-	-	35	38	47	61	-	64	245
2015	-	-	60	58	-	60	-	54	63	71	66	-	432
2016	-	-	39	42	44	45	36	37	35	32	-	-	310

Fonte: DEPEN/MJ

4.3.4 Penitenciária Federal de Mossoró (PFMOS)

O estado do Rio Grande do Norte tem 32 unidades prisionais, no entanto apenas 04 unidades participam do projeto de remição de leitura, com 50 presos inscritos. Num universo de 7.081 presos envolvidos com atividades educacionais, apenas 344 presos, ou seja, aproximadamente, 4,9%%. (BRASIL, 2015).

Em quase cinco anos de participação no projeto de leitura, a Penitenciária Federal de Mossoró já atendeu **1396** leitores, com regularidade no seu funcionamento, **interrompeu suas atividades por 17 meses**. As atividades foram iniciadas em maio de 2012, com 53 participantes. Neste período, houve uma interrupção de 18 meses, no entanto foram mantidas as atividades em meses alternados. Nos primeiros anos de 2012 e 2013, o projeto contou com 92 internos. Já em 2014, a participação foi significativa com 459 internos. No ano de 2015, houve uma boa adesão dos internos, com 380

participantes. Neste último ano de 2016, participaram do projeto 465 internos. (Cf.tabela 23, abaixo).

Neste período de realização do projeto, a unidade federal de Mossoró produziu **1396** resenhas, apenas 186 histórias deixaram de ser contadas. No ano de 2012, houve uma boa participação dos leitores envolvidos no processo, com 53 textos produzidos. No ano seguinte, manteve-se o equilíbrio no número de resenhas produzidas, com 32 textos, o que representou uma queda de um pouco de menos de 10% da participação. Nos anos seguintes, entre 2014 e 2015, a produção de resenhas esteve em torno de 90%. (Cf. tabelas 23 e 24, abaixo). No ano de 2016, houve uma redução de 20% na produção, com 376 textos. Ao final de quase cinco anos, foram produzidas **1210** resenhas.

Tabela 23- Participação de presos no projeto de Remição pela leitura da Penitenciária Federal de Mossoró/RN nos anos de 2012 a 2016 (PFMOS)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2012	-	-	-	-	-	11	10	2	-	30	-	-	53
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	15	-	24	-	39
2014	-	38	35	42	48	38	38	40	45	45	45	45	459
2015	40	41	47	39	33	32	35	32	27	26	28	-	380
2016	-	33	33	51	40	39	41	39	44	51	55	-	465

Fonte: DEPEN/MJ

Tabela 24- Resenhas produzidas nos anos de 2012 a 2016 (PFMOS)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2012	-	-	-	-	-	9	9	2	-	22	-	-	42
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	23	-	32
2014	-	34	33	42	45	35	32	36	41	43	43	36	420
2015	40	40	44	35	27	26	30	27	27	22	22	-	340
2016	-	29	27	39	37	38	38	33	35	48	52	-	376

Fonte: DEPEN/MJ

Verificou-se que na PFMOS, durante os anos de realização do projeto (2012/2016), o índice de aprovação das resenhas produzidas pelos internos foi considerado alto, entre 90 e 100% de aproveitamento. Sem dúvida, observou-se regularidade na avaliação destes textos. (Cf. tabela 25, abaixo).

Tabela 25- Resenhas aprovadas nos anos de 2012 a 2016 (PFMOS)

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
2012	-	-	-	-	-	9	9	2	-	22	-	-	42
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	23	-	32
2014	-	34	33	42	45	35	32	36	41	43	43	36	420
2015	40	40	44	35	27	26	30	27	27	22	22	-	340
2016	-	29	26	39	35	35	35	32	32	38	48	-	349

Fonte: DEPEN/MJ

Considerações

Quando cotejados os indicadores relacionados a todas as Penitenciárias Federais, desde 2009 a 2016, guardadas suas especificidades, foi verificado que houve uma **participação efetiva dos presos**, sobretudo, na **Penitenciária Federal de Catanduvas** por ter primeiro iniciado suas atividades e por tê-las mantido de maneira uniforme.

Verificamos que não houve mediação direta do professor, salvo em momentos específicos de distribuição das obras e recolhimento das mesmas. Segundo entrevista da CGTP, este seria o próximo passo a ser dado para que fossem realizadas oficinas de leitura e produção textual, com objetivo de dirimir as dúvidas quanto à escrita e proporcionar o compartilhamento de leituras. Apresentamos, a seguir, um resumo do desenvolvimento das três etapas do projeto Remição pela Leitura em cada unidade do SPF.

Avaliando a **etapa de participação dos leitores**, a **PFCAT** apresentou uma **maior adesão com a participação de 2822 internos**, durante todo o projeto. O projeto começou com 70 internos e apresentou um aumento, 10 vezes maior do que o seu primeiro ano, chegando a 703 internos, em 2016. Mesmo não funcionando durante **26 meses**, sobretudo nos anos de 2013 e 2014, manteve a estabilidade no processo, efetivamente em funcionamento por 07 anos, embora no ano de 2016, apresentasse queda de 50% .

Já a **PFCG**, alcançou um total de **1127 internos participantes**, no entanto, apresentou, nestes anos de 2010 a 2016, **interrupção** no seu funcionamento por **54 meses**, o que representa 4,5 anos sem atividades de leitura. Na **PFPV**, a participação chegou a **1834** leitores. Mesmo com um **intervalo de 17 meses no seu funcionamento**, esta unidade apresentou maior regularidade na sua adesão.

A **PFMOS** atendeu, entre os anos de 2012 a 2016, **1396** leitores, com um **intervalo** nas suas atividades de **17 meses**, contudo a participação dos internos foi regular, não sendo registradas quedas significativas.

Em resumo, o maior registro de participantes foi da **PFCAT**, mesmo com intervalo de paralisação de suas atividades em torno de dois anos, mantendo a estabilidade em número e tempo destinado às atividades de leitura. A **segunda maior** adesão foi da **PFPPV** com regularidade em número de participantes. Semelhante a esta penitenciária, em termos de intervalo nas atividades, mesmo com um número menor de participantes, a **PFMOS** apresentou uma regularidade em sua participação. A adesão na **PFCCG** foi duramente atingida pelo intervalo de quase 4,5 anos na paralisação de suas atividades.

Quanto à produção de resenhas, a **PFCAT**, nos anos iniciais (2009 a 2011), manteve uma produção igual às leituras realizadas. Nos anos seguintes ocorreram quedas de produção, sendo registrada a maior queda em 2013 (20%), no entanto manteve-se uma boa **produção textual em torno de 80%**. A **PFCCG** apresentou uma constante nesta produção nos dois primeiros anos, com queda simbólica de apenas 5%. No entanto, nos anos seguintes a queda variou entre 20% (2013-2015) a 45% (2016), possivelmente em função do intervalo de funcionamento do projeto, resultando numa **queda de 20%**, se considerado o total de suas produções.

Por sua vez, a **PFPPV**, desde o início do programa (2012), manteve equilíbrio na produção de resenhas, se comparada a participação dos internos, no entanto no ano de 2016, registrou-se queda de 50% na produção. Considerando todo o período do projeto, a redução na produção de resenhas foi em torno de 10%. Com relação à **PFMOS**, a produção dos textos se manteve boa, com redução de 10% a cada ano, sendo percebida queda de 20% no ano de 2016. Neste sentido, as duas últimas penitenciárias analisadas, **PFPPV e PFMOS, demonstraram maior aproveitamento e regularidade na produção de suas resenhas**, em cerca de 90%.

No que tange às resenhas aprovadas, na **PFCAT**, nos dois primeiros anos (2009/2011), a comissão de avaliação aprovou em 100% os textos encaminhados, já no ano seguinte (2013) houve uma queda simbólica de 3%. Entretanto, no ano de 2016, percebeu-se uma queda na aprovação dos textos, sendo aprovados apenas 60% destes. A **PFCCG** teve seus textos bem avaliados nos dois primeiros anos (2010/2012) com 100% de aprovação. Já nos anos seguintes, principalmente, em 2013 e 2015, esta aprovação caiu para 50% e, mais recentemente, no ano de 2016, a queda na aprovação foi de 45%.

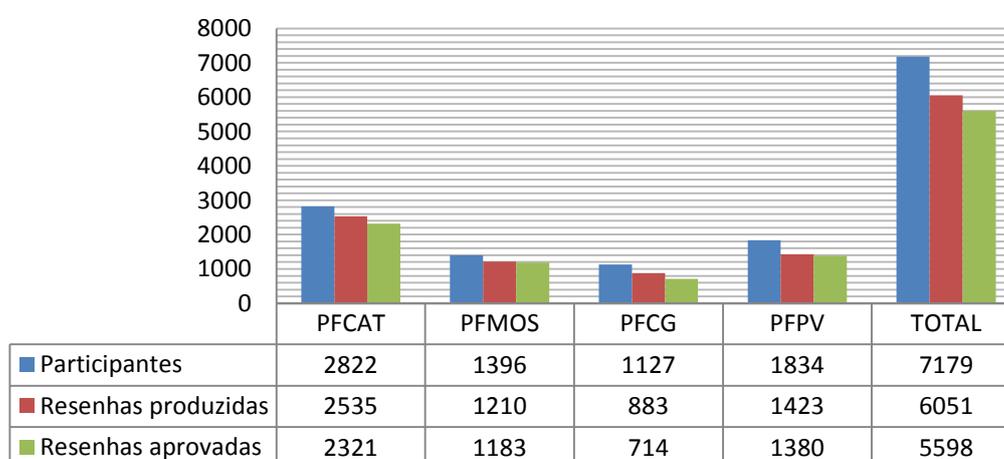
Observamos que a **PFPV** é a unidade onde os **índices de aprovação são altos, entre 80 e 90%**, sendo pontuais os casos de discrepância entre resenhas produzidas e aprovadas. Por último, quando são analisados os dados relacionados à **PFMOS**, é notório que se trata da unidade onde se concentra o **maior índice de aprovação, em torno de 90 a 100%** nos anos de funcionamento do projeto. Segundo os dados relacionados, foram pontuais os casos em que o texto resenhado não apresentou condições de ser aprovado.

Em linhas gerais, considerando as três fases do projeto **Remição pela Leitura**: participação de leitores, produção e aprovação de resenhas, observou-se, em termos de fragilidades e potencialidades, que a **PFCAT** demonstrou **regularidade** em todas as etapas, mesmo apresentando queda no índice de aprovação de suas resenhas no ano de 2016. Por sua vez, a **PFCG** foi **impactada** diretamente na participação, produção e avaliação de suas resenhas, merecendo atenção quanto ao desenvolvimento e efetividade do projeto. A **PFPV** foi a unidade que apresentou a **segunda maior adesão** ao programa, com regularidade de produção e **bom índice de aprovação de seus textos**. Por fim, a **PFMOS** teve uma boa adesão ao projeto. Com equilíbrio de produção, apresentou o **maior índice de aprovação de suas resenhas**.

Vale mencionar que o recorte desta análise se desenvolveu, a partir de dados estatísticos, sob uma vertente quantitativa, assim seriam necessários outros subsídios de caráter qualitativo, somente possível num estudo *in loco*, mais aproximado de cada realidade para um aprofundamento sobre a causa da queda de produção textual ou mesmo sobre os índices de aprovação.

Em síntese, o projeto de remição pela leitura se desenvolveu assim:

Gráfico 7- Resumo do projeto de remição pela leitura no SPF – 2009 a 2016



Fonte: DEPEN/MJ

De maneira geral, as respostas obtidas em entrevista com a CGTP, em relação às lacunas do programa resultam, em sua maioria, da ausência de pessoal para seu acompanhamento sistemático, em razão de outras rotinas administrativas. Além disso, é apontada ainda a ausência de oficinas literárias para orientações mais específicas quanto ao gênero trabalhado e a elaboração destes textos, bem como a ausência de um momento destinado para compartilhamento destas leituras.

Por fim, concluímos que, desde a etapa de adesão à homologação das resenhas, constatou-se que **02 em cada 10 presos não alcançam** o objetivo desejado, a **remissão de pena**. Neste contexto, se, a priori, a bonificação dos dias parece ser o principal atrativo para adesão ao programa, não se configura, a posteriori, como estímulo à produção de resenha, já que na segunda fase, se observa, de forma geral, uma queda de 20%. Possivelmente, a queda desta produção esteja ligada **às condições de escrita e leitura deste participante** e a sua relação de compreensão com a obra que, de certa maneira, impactam o processo de **apreensão e fruição** desta leitura.

Segundo a CGTP, **a rotatividade** dos presos entre as unidades explica, de certa maneira, a diferença entre o número máximo de presos em cada unidade (208) e o número elevado de participantes no programa. Outro dado relevante para que o leitor não cumpra a segunda fase do projeto, no que diz respeito à produção da resenha, possivelmente, se deva **às transferências constantes**, o que provoca a descontinuidade e a interrupção do projeto.

Verificamos que há interesse dos internos quanto à participação ao projeto, dados os **altos índices de adesão**, mesmo diante das inconstâncias de funcionamento, em algumas unidades. Embora, também, se perceba redução na produção de resenhas, em algumas unidades, ainda assim é expressiva a produção de 80% de metade das unidades. Por sua vez, na etapa final de homologação das resenhas, a queda é simbólica, com cerca de 10% dos textos não sendo aprovados. Conforme informações da CGTP, todas as resenhas aprovadas, no período investigado, foram homologadas, sendo o maior desafio a regularidade no funcionamento deste projeto e o acompanhamento desta leitura.

4.5 Representações da leitura no SPF

É fato que o ambiente prisional é de extrema violência e hostilidade, em função do poder das facções criminais, do abandono e do descaso do poder público. Neste sentido, Boechat e Kastrup (2009) enfatizam que o livro instaura um intervalo nesta

rotina carcerária, promovendo experiências “cognitivas, afetivas e emocionais”, a partir de leituras que tocam profundamente este leitor. Nesta direção, a leitura é um convite ao encontro consigo mesmo. Num espaço, onde o tempo parece não passar, a ausência do relógio marca a inexistência das horas, a leitura resgata esta ideia de um tempo bom.

É certo que a leitura de textos literários revela-se uma prática de transformação de si e do mundo. E destacamos que em sua dimensão ética, a literatura prepara um campo fértil para promoção de experiências, de problematização e transposição dos limites de si mesmo e do meio. (Boechat;Kastrup, 2009).

Quando se pensa em leitura nas prisões, de maneira geral, observa-se a ruptura de paradigma nos modos de apropriação das leituras e no comportamento do leitor. Contudo, algumas representações desta leitura dialogam com as experiências leitoras extramuros, quando, por exemplo, na pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* (2015), observou-se que 72% afirmaram que a leitura representa conhecimento, atualização e crescimento profissional, assim também esta compreensão do ato de leitura se manifesta na prisão.

Por outro lado, não podemos esquecer que neste processo também está bastante presente a fruição literária e a tão conhecida “viagem” em busca deste prazer. (JAUSS, 1994; ISER, 1996). Nesta medida, observamos que o acesso, o compartilhamento de leitura e sua representação nestes espaços ganham outro significado, já que a biblioteca não fez parte do universo deste leitor, que está bem distante da realidade do chamado leitor ideal, visto que para 66% dos entrevistados, a biblioteca não fazia parte do seu universo e apenas 34 % dizem ter tido contato com o livro digital, em algum momento da sua vida. (CHARTIER, 1998).

É importante destacar que o sistema penitenciário nacional é mais um recorte da sociedade, com uma massa carente de instrução, com histórico de subempregos, e duramente marcada pela exclusão social. Enfim, pelos efeitos colaterais do fenômeno da Globalização, considerando o “excedente populacional” por ele produzido. (SANTOS, 2003). Pensemos que com os presos das penitenciárias federais não é muito diferente. Quando retirados, estrategicamente, do convívio coletivo das unidades prisionais de origem, em virtude do seu alto grau de periculosidade, cumprem uma medida de exceção pelo “crime” de organizarem-se e liderarem grupos dentro da própria prisão, ameaçando mais uma vez a sociedade. Cumprem-se, portanto, as lógicas de detenção de expiação e neutralização nas quais, respectivamente, ao condenado é imposto o mesmo mal que causou, sendo impedido de cometer novos crimes. (REGO, 2004).

Embora seja uma prática recém-admitida nas penitenciárias federais brasileiras, a leitura foi institucionalizada como prática nestes ambientes de extremo monitoramento. Contudo, se pensarmos bem, a leitura como mais um mecanismo legal de remição, observa-se que enfrenta também os entraves inerentes aos sistemas de punição, como foi verificado na seção anterior. Diante da ausência de políticas efetivas de trabalho e educação nas prisões brasileiras, a remição de leitura surge como uma medida de baixo custo e risco à segurança institucional:

A realização de alguma atividade se mostrava possível, já que existiam desejo e potencial inventivo, e parecia necessária, em razão da ansiedade gerada pela ociosidade que, segundo os presos, dificultam a espera pela liberdade. Do ponto de vista prático, o uso da leitura, onde os recursos necessários seriam somente livros, se apresentou como saída para a efetivação de um trabalho com a população carcerária, tendo em vista a carência de recursos e a dificuldade em obter autorização para a entrada de outros materiais. (KASTRUP, 2000, 2002; CABRAL, 2006).

Como num prolongamento dos direitos do preso, a leitura figura, neste contexto, como um adendo, em alguns casos, à educação formal. Mas, se pensarmos que, em algumas prisões, onde a educação inexistente ou mesmo funciona com acesso limitado e de forma precária, como pensar num processo de formação de leitores?

Pari Passu, pesquisas sobre a leitura dão conta de uma realidade extramuros ainda mais preocupante quando são avaliados os índices de leitura e interpretação de textos, bem como o processo de fruição vivenciado pelos jovens leitores em formação em nossas escolas. Observa-se que quanto menor a escolaridade, menos leitura e pouco desenvolvimento da habilidade leitora. (BRASIL, 2015).

Pensando nisso, como sugerir a leitura da obra *Crime e Castigo* de Dostoiévski a indivíduos, em confinamento, que, na sua maioria, são herdeiros dos problemas do sistema público de ensino, por muitas vezes, com desigualdade de acesso aos bens culturais. (PERRONE, 2016). Surge uma pergunta elementar: seria ele capaz de ler tal obra e, depois produzir uma resenha? Neste aspecto, ainda podemos perguntar se tal leitura poderia resultar em momentos de fruição?

A obra *Crime e Castigo* é um clássico do século XIX e uma das principais obras da Literatura Russa, escrita pelo renomado autor Fiódor Dostoiévski. Além da história pessoal do autor, que também, esteve preso por 04 anos nas prisões da Sibéria, a obra tem como temática a relação do crime, da culpa e da prisão. Como imaginar que tal obra

chegasse ao topo das mais lidas nas penitenciárias brasileiras? Possivelmente, foi escolhida por tratar de temas universais sobre a condição humana.

A narrativa traz como pano de fundo um crime de homicídio praticado por um jovem, socialmente angustiado, admirador de Napoleão Bonaparte, e que se alimenta da teoria de que grandes homens também poderiam praticar seus crimes, sem grandes arrependimentos. Raskólnikov, personagem principal, decide matar uma velha agiota e, ocasionalmente, sua irmã por presenciar o crime. Entre dilemas pessoais, atormentado pela culpa, o personagem segue seu caminho, atravessado por temáticas filosóficas, religiosas e sociais entre a linha tênue do certo e o errado. Sem dúvida, trata-se dos efeitos estéticos e da recepção de uma leitura marcada pela confissão e arrependimento no cometimento de primeiro delito e, de certa forma, pela oportunidade do leitor de reviver tais sentimentos nas palavras de Dostoiévski. (JAUSS, 1994; ISER, 1996).

Nesta direção, vale mencionar uma experiência registrada por psicólogas com um grupo de detentos da unidade prisional Hélio Gomes, no Complexo Penitenciário Frei Caneca, do Rio de Janeiro. Nela, a pesquisadora revelava a preocupação de propor “uma leitura muito densa para aquele que era um dos primeiros encontros, fazendo com que a oficina caísse no risco da indiferença, pela inacessibilidade”. Ainda assim, insistia na leitura e quando “solicitavam, esclarecia o significado de algumas palavras, apresentando sinônimos”. (BOECHAT, KASTRUP, 2009). Neste aspecto, seguramente, perde-se muito quando não há compartilhamento de leituras numa oficina ou mesmo orientações.

A pesquisadora continua e afirma que embora houvesse algumas dificuldades em todo o processo de mediação de leitura, mesmo carentes de discursos que dessem sustentação e positivasse a prática de textos literários, os participantes demonstravam um envolvimento afetivo. As narrativas trabalhadas nas oficinas passaram a ser temática central das discussões nas galerias. O compromisso em estarem presentes, mesmo tendo que aguardar até quatro horas num cubículo imundo, dava mostras de que tal interesse não se tratava de mera vontade de “passar o tempo” fora da cela. (BOECHAT, KASTRUP, 2009).

Pelo contrário, os relatos davam conta da construção de uma nova comunidade, “um novo território”: onde os presos passaram a se perceber como uma família. “A gente se encontra no ‘banho de sol’ e fica junto falando de um monte de coisas”. (BOECHAT, KASTRUP, 2009).

Com efeito, a leitura, independente da condição deste leitor, proporciona o surgimento de um novo território nas prisões:

A formação de um território afetivo de leitura viabiliza desterritorializações e reterritorialização, além de distanciar da dimensão molar da prisão. A atenção ao texto retirava-nos da atmosfera saturada do presídio. Pouco a pouco, estampidos, gritos irados de ameaças e altas gargalhadas já não provocam mais qualquer reação em nenhum de nós. (BOECHAT, KASTRUP, 2009).

Quando se pensa nas penitenciárias federais, de fato, a imagem de todo o aparato de controle e a preocupação em limitar as ações e estratégias criminosas destes indivíduos é potencializada. O que nos leva a pensar sobre o papel desempenhado pelo livro nestes ambientes e o todo seu viés histórico carregado da representação deste objeto luxuoso, privilégio de uma elite. Talvez, por isso, se perceba esta resistência social, sinalizada na introdução desta tese, quanto ao papel do livro num espaço de punição. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010).

Vimos, no capítulo anterior, a representação estatística do fluxo de toda esta leitura, que, não se pode negar, é bem significativa. Então, surge mais uma interrogação: quais seriam as razões para esta leitura? A priori, pensando na prisão como uma fábrica de delinquência (FOUCAULT, 1997), o ócio e o tédio seriam os principais motivadores para a prática literária. Contudo, ao pensá-la como necessidade primária e instrumento de desalienação e de equilíbrio mental, passamos a admiti-la como um direito. (CÂNDIDO, 1998).

Convém mencionar que Gramsci (1966), embora preso na Itália, por uma década, durante o governo fascista de Mussolini, viveu um período de intensa produção intelectual. Em *Cartas do cárcere* revelou, com lucidez e serenidade, - mesmo coabitando com criminosos comuns e reincidentes – sua ideologia a muitas gerações. Embora estivesse na prisão, fez da leitura sua “ginástica racional”, “uma maneira de estar bem para sempre estar melhor de saúde”. Para evitar seu embrutecimento físico e moral, participava com os presos políticos de cursos e conferências na prisão. Para Gramsci, o estudo da literatura enraizava-se firmemente no estudo da sociedade e na história das ideias. Acreditava que todo homem era um intelectual, e, portanto, capaz de desenvolver algum tipo de atividade e, por isso participar de uma concepção particular do mundo.

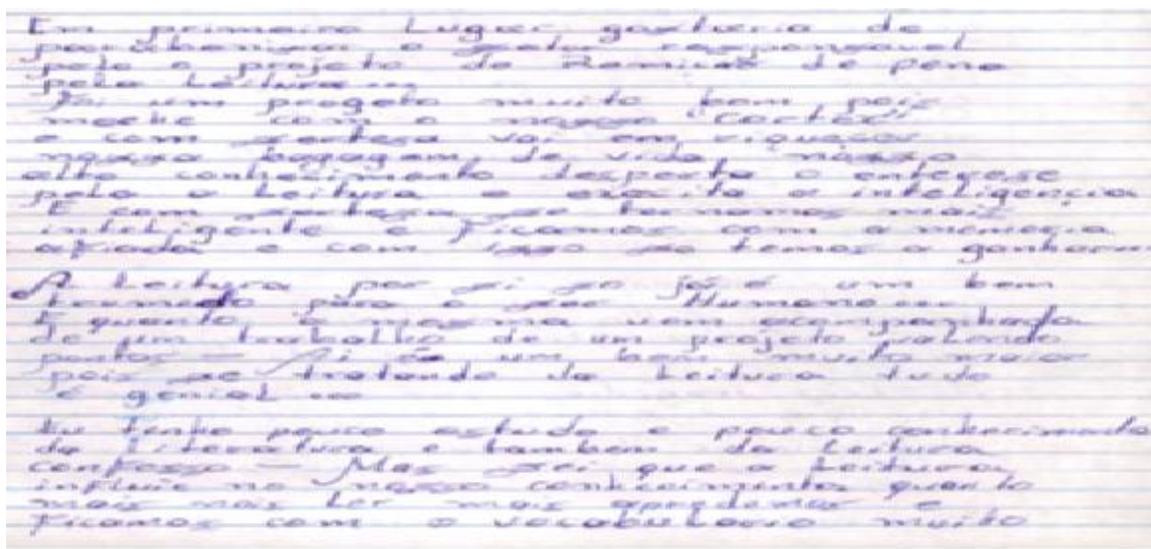
Assim, este leitor é colocado neste debate como protagonista do processo literário. (JAUSS, 1979). Embora tenha sua fala enviesada, em virtude do percurso de

construção textual, das dificuldades inerentes ao confinamento e de vários fatores que, de certa maneira, impactam diretamente a sua realidade, aqui é entendido como um leitor real que se “manifesta, dialogicamente, como via produtiva de leituras”. (TINOCO, 2010).

Para entender melhor a representação desta leitura, foram selecionados alguns trechos de depoimentos de participantes do projeto Remição pela Leitura no SPF. A análise se inicia pelo texto do preso da cela 41 (ANEXO D) da Penitenciária de Catanduvas (PFCAT), registrado no ano de 2010, que aproveita a oportunidade para agradecer a possibilidade de participar do projeto de remição pela leitura. Assim, V.C.S começa o depoimento (1) afirmando: “Em se tratando de leitura tudo é genial ” e continua: “Foi um projeto muito bom, pois mexe com o nosso ‘cortex’ e com certeza vai *enriquecer* nossa bagagem de vida, desperta nosso *interesse* pela leitura e exercita nossa inteligência” (sic).

O leitor evidencia todo o processo, de certa maneira, da leitura e de sua genialidade, ao descrever sua experiência literária por termos como: “córtex”, “enriquecer”, “interesse” e inteligência”, alinhando a descrição aos estudos do ato da leitura de Jouve (2002), abordada no capítulo 3. Neste sentido, o discurso do leitor apresentou a leitura como possibilidade de **ampliação do conhecimento**, de construção do intelecto, exercício de criatividade, enfim representações margeadas pelo senso comum. Por outro lado, percebe-se a ampliação do seu “horizonte de expectativas” e consequente “reformulação de mundo”. (JAUSS, 1994).

Figura 7 - Depoimento 01- Recorte do texto original



Ao mesmo tempo em que nos permite, a partir das dificuldades ortográficas apresentadas em seu texto, compreender o seu esforço na utilização de termos mais elaborados como tentativa, talvez, de demonstrar a sua evolução pessoal. Desta forma, V.C.S enfatiza que fica com a “memória mais afiada” e declara que “tem muito a ganhar”, reforçando a leitura como ação afirmativa no contexto prisional.

Em outro trecho destaca que “a leitura por si só já faz um bem tremendo para o ser humano”. Confessa que tem “pouco estudo e pouco conhecimento da literatura e da leitura”, mas se diz esperançoso com o projeto, pois acredita que “a leitura influi no nosso conhecimento quanto mais ler mais aprendemos (sic)”. (JAUSS, 1994). (Cf. Figura 10, p. 147). Compreende-se aqui o viés humanizador da literatura defendido por Cândido (1998) como possibilidade de reorganização da visão de mundo por meio da palavra.

Outro depoimento (2) marcante é o de W.A.V.M, um dos presos leitores da Penitenciária Federal de Campo Grande (PFCG), registrado no ano de 2012 (ANEXO E), em que agradece aos idealizadores do projeto e aos que “seguem abraçando” este trabalho, ao mesmo tempo em que deixa claro que “nós internos temos tempo demais e atividade de menos...”. No seu depoimento, inicia descrevendo os benefícios do projeto; “o ganho de conhecimento com a leitura e familiarização com a escrita e suas regras” e, num segundo momento, aponta o benefício da remição de pena de 04 dias. Segue dizendo que compreende todos os benefícios da leitura e destaca que “é uma forma de interação”, pois “os debates entorno dos autores e temas a ser analisado, desvia o foco do mundo do crime.” Ao final, revela que “as notas são guardadas” justamente para “alimentar a autoestima”. (Cf. Figura 8, abaixo).

Figura 8 - Depoimento 02- Recorte do texto original

EXISTI OUTROS PONTOS POSITIVOS, MAS INTERNAS TEMOS TEMPO DEMAIS E ATIVIDADE DE MENOS; AS LEITURAS ALÉM DOS BENEFÍCIOS CITADOS É UMA FORMA DE INTERAÇÃO, OS DEBATES ENTORNO DE AUTORES E TEMAS A SER ANALISADO, O QUE DESVIA O FOCO DO MUNDO DO CRIME.

Fonte: DEPEN/MJ

Neste depoimento, mesmo que, somente ao final, seja destacada a remição de pena proporcionada pela leitura, o preso leitor busca estabelecer uma relação de gratidão com o projeto desenvolvido, não percebendo ou mesmo não defendendo a ideia, que também seria muito pertinente, de que é um dever do estado proporcionar a ressocialização por meio de atividades, inclusive educacionais. Coloca em debate “as promessas da manutenção dos **direitos sociais dos presos**” frente à **cultura do encarceramento**, de acordo com o argumento defendido por Chies (2013).

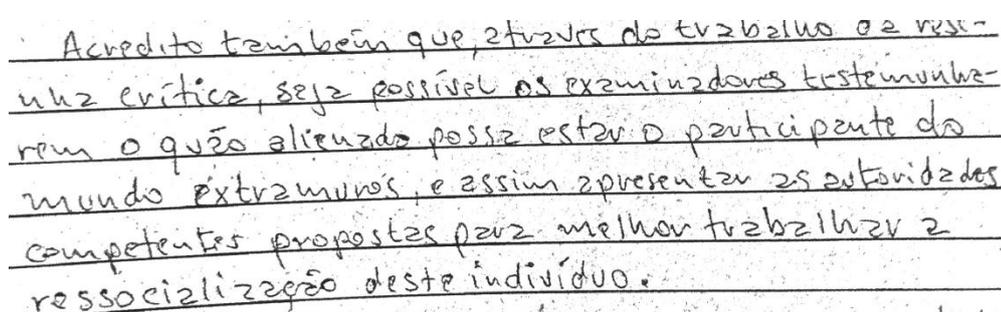
Menciona, ainda, o entrevistado, a sua rotina de ócio com o trecho “atividade de menos, tempo demais”, sua solidão por meio da “interação” promovida pela leitura e, ao final, chama atenção para um aspecto importante da leitura: “**desvia o foco da vida do crime**”, ensejando a existência recorrente de diálogos em torno desta temática que, geralmente, ocorrem nas conversas no pátio por trazer novos temas para o banho de sol. Como possível impacto desta leitura se revela a possibilidade, para alguns, de **ruptura dos paradigmas de reincidência e de retroalimentação da indústria do crime**, conforme as ideias aventadas por Nils Christie (1998).

A leitura configura-se como **instrumento de desalienação** deste sujeito. Noutra perspectiva, a leitura *abre os horizontes*, por meio da imaginação, **liberta** este indivíduo. (ISER, 1996; JAUSS, 1979). Embora direcionada, não havendo escolha da obra lida por parte do leitor, é fato que encerra em si o seu caráter transformador. O entrevistado reforça, também, como no primeiro depoimento, o aspecto funcional da leitura: “o ganho de conhecimento com a leitura e familiarização com a escrita e suas regras”. E reforça, em seu depoimento, este novo território afetivo que é estabelecido por meio das “notas guardadas” que alimentam a **autoestima**. (PÉTIT, 2008).

Instigante é o depoimento (3) de M.A.K, preso leitor da Penitenciária Federal de Campo Grande (PFCG) e que no ano de 2012 (ANEXO F) reiterou a importância da remição de 04 dias pela leitura. Em outras palavras, M.A.K ressaltou que o projeto foi importante também porque incentivou “o participante a trabalhar seu intelecto de forma mais elaborada, utilizando seu senso crítico e sua imaginação”. O que segundo ele, “na rotina diária da penitenciária federal não é muito exercitado”. Um ponto que merece destaque neste depoimento é o fato de que para o preso leitor, determinar um prazo significa ter responsabilidade. Descreve tal atitude como **compromisso**, um aspecto destoante da proposta de toda instituição total de **desprogramação da vida do indivíduo**, que segundo Goffman (2001), tem como objetivo a alienação do sujeito para uma melhor modulação de suas vontades.

Neste sentido, esta análise de ruptura de rotinas ganha força, ao continuarmos ainda no depoimento (3), no qual o participante em seu discurso final e lança sua expectativa: “acredito também que, através do trabalho de resenha crítica, seja possível aos examinadores testemunharem o quão alienado possa estar o participante do mundo extramuros, e assim apresentar as autoridades competentes propostas para melhor trabalhar a ressocialização deste indivíduo.” Ao final do texto, M.A.K se despede agradecendo por todas as vezes em que pode participar do projeto. (Cf. Figura 12, abaixo).

Figura 9 - Depoimento 03- Recorte do texto original



Acredito também que, através do trabalho de resenha crítica, seja possível aos examinadores testemunharem o quão alienado possa estar o participante do mundo extramuros, e assim apresentar as autoridades competentes propostas para melhor trabalhar a ressocialização deste indivíduo.

Fonte: DEPEN/MJ

O terceiro depoimento revela um discurso com um tom mais ácido, mas recheado de verdades que permitem entrever a remição de pena pela leitura e sua importância, não só no que diz respeito a sua funcionalidade, mas, sobretudo, à possibilidade de exercício do intelecto, tão pouco praticado e à possibilidade de **desalienação** das imposições inerentes à fábrica-prisão, a produção de corpos dóceis. (FOUCAULT, 1997). Enfim, o entrevistado termina seu texto, expressando, mais uma verdade desgastada nos discursos e evidente nos indicadores oficiais: **a ausência de eficiência de políticas públicas de ressocialização**. (BRASIL, 2015).

Por isso, deixa clara a esperança de que os “examinadores” também vejam, para além da resenha, as lacunas deixadas pelo processo de **encarceramento massivo** e a **indústria** que dele se alimenta. (CHRISTIE, 1998). Noutro depoimento, fica claro o poder da leitura sobre a ideia de remição de pena, já que não se pode esquecer a leitura como: “algo que me dá conhecimento” e não somente como simples redutor de pena, de uma “antecipação da liberdade”. Reflexões promovidas, a partir da **recepção da leitura**

de Crime e Castigo, que só foram possíveis conhecer por meio dos depoimentos. (JAUSS, 1994).

Antes de iniciarmos a próxima discussão, que trata dos depoimentos em vídeo, é importante refletirmos sobre alguns aspectos dos depoimentos descritos anteriormente. Neste sentido, cabe uma análise crítica do texto. A priori, é complexa a ideia de pedir a um detento que se expresse, dada a situação extrema de controle a qual está submetido, se de um lado deseja expor sua opinião, de outro, entende que pode ser extremamente perigoso defendê-la. Talvez, por isso, seja perceptível nos trechos acima que, mesmo com limitações quanto à produção textual, declaradas pelos autores, estes leitores preocupam-se em causar boa impressão ao examinador,

Nesta direção, o primeiro depoimento narra os efeitos estéticos da obra *Crime e Castigo* e do poder da leitura em tocar o indivíduo, ao ponto de levá-lo a se perceber no mundo e, a partir daí, renovar a sua percepção sobre o mundo. É esta nova percepção que o faz desejar ser um escritor para que possa “libertar” outros leitores do sentimento de culpa, assim como a leitura agiu sobre ele. Em resumo, o preso leitor apropria-se da ideia presente na obra de que a prisão é a sua própria consciência, como descreve Dostoiévski em sua narrativa e se liberta, atuando sobre a sua história. (ISER, 1996; JAUSS, 1994).

Merece destaque a reflexão seguinte, presente no segundo depoimento, que dá conta da importância da leitura na abertura “de horizontes”, conforme as teses dos estudos de Jauss (1994), ao mesmo tempo em que este leitor deixa em evidência o impacto e o sofrimento causado pela pena: “depois de 10 anos preso, você não é mais a mesma pessoa, dez anos presos fazem muita diferença.”. (sic). Nesta perspectiva, resgatamos o conceito de Bauman (2005) sobre o “refugio social” e a sociedade “déclassés”, formado por pessoas que, no processo socioeconômico, passam a ser tratados como “parasitas e intrusos” pela “sociedade organizada”, uma espécie de tumor cancerígeno.

Mesmo que a leitura represente este novo olhar sobre uma dada realidade, são fortes as marcas do encarceramento: “sou ladrão, traficante de drogas”. Seguramente, a leitura promoveu esta interação consigo mesmo, o que levou este leitor a refletir sobre a culpa que acabou por alcançar toda a sua família: “é toda a minha família que sofre as consequências”. (JAUSS, 1994).

Para falarmos um pouco mais sobre a representação desta leitura, seguiremos com os depoimentos registrados em vídeo. Começaremos com uma reportagem

realizada na Penitenciária Federal de Catanduvas (PFCAT), em 2013 e cedida pelo DEPEN/MJ. A entrevista foi realizada pelo canal franco-alemão ARTE. Nele, a apresentadora defendia que “a liberdade pela leitura é a nova filosofia para desocupar as prisões”. Ao apresentar a prisão e essa nova modalidade, Marcos Berger – o repórter *in campo* –, descrevia o processo como uma espécie de “redenção” pela Literatura e afirmava que, de certa forma, assim o tempo passaria um pouco mais rápido. Nesta reportagem foram entrevistados três participantes do projeto de remição.

Na primeira entrevista, o repórter conversa com C.L, preso condenado a 98 anos de prisão por sequestro e homicídio, que permanecerá encarcerado, pelo menos, 30 anos. Participante do programa de Remição pela Leitura, C.L afirma que a “leitura é uma **libertação interior**”, numa concepção voltada para as ideias de Iser (1996) de que a realidade pode se transformar em ficção, sendo possível experimentar uma espécie de intervalo temporal. E neste momento de transição, é permitido a este leitor comparar a sua vida à dos heróis dos romances e cita como exemplo, Raskólnikov, personagem principal da obra *Crime e Castigo* que sofria tanto e “sua prisão era sua consciência”, acabou por denunciar a si próprio.

C.L. diz ter lido oito livros e, com isso, conseguiu remir, aproximadamente, 30 dias de sua pena. Segundo seus cálculos, poderá diminuir dos seus 15 anos restantes de pena, dois anos, se continuar no projeto. Para isso, já contabilizou: terá que ler mais 182 obras, rompendo as expectativas de alienação e modulação de comportamento existentes no confinamento. (FOUCAULT, 1997). Neste processo, revela ter feito uma descoberta, gostaria de se tornar escritor e escrever um livro sobre sua vida. Assim, **reformulando a sua visão de mundo**, finaliza C.L., “poderia impedir muitas pessoas de cometer erros”. (JAUSS, 1994).

Na segunda entrevista, o leitor é A.S, preso por roubo e formação de quadrilha, preso há 10 anos, revelou que “a leitura me ajuda a acumular conhecimentos e aqui na prisão nós temos bastante tempo”, denotando a ideia da funcionalidade da prática literária e da ociosidade na prisão, reafirmando a falha na proposta de ressocialização. (FOUCAULT, 1997).

Mesmo não sendo uma leitura espontânea, resumida pelo interno na frase: “não tenho escolha”, diante desta afirmação, é enfático, ao celebrar, é “muito bom e uma experiência totalmente nova”, o que permite a inferência do **rompimento das rotinas prisionais e dos efeitos da prisionização**. Diz gostar muito de trilogias, porque

segundo ele “obrigam a ser paciente” e para ele “isso também é novo”. E, além disso, ainda afirmou que “a literatura estimula a minha imaginação e abre a minha mente para novas ideias”, por meio do imaginário proporciona a reformulação de mundo. (ISER, 1996;JAUSS, 1994). Em meios aos corredores e entrevistas, em dado momento das filmagens, o repórter confessa que deve ser muito difícil viver naquele lugar, entre “controles incessantes e condições de vida tão hostis”. (FOUCAULT, 1997).

Na terceira entrevista, L.F, preso por crime hediondo, vê na leitura a possibilidade de se beneficiar dos dias da remição. Por isso, talvez, ao longo da reportagem, numa das oficinas apresentadas, L.F solicite ao diretor da penitenciária “mais leitura”, visto que ao longo de 18 meses, só conseguiu ler 08 obras. Para o leitor, “a leitura abre seus horizontes”, no que se refere à ampliação das experiências deste leitor (JAUSS, 1994), mas revela é “o sofrimento que te modifica”. Ao final desabafa, “**depois de 10 anos preso, você não é mais a mesma pessoa**, dez anos presos fazem muita diferença.” (sic), possivelmente, transcorrido sem atividades, sem remição, em completa ociosidade, marcas do encarceramento no Brasil. (ADORNO, 2002). Considerando este viés, a leitura, como política pública para remição de pena, surge como um oásis em meio ao deserto.

Quando o repórter compara, na mesma matéria, o projeto realizado no SPF a uma unidade estadual paulista, onde se encontram apenas mulheres, ele revela algumas nuances divergentes deste processo. A remição pela leitura, até aquele momento não fazia parte daquela realidade, sendo uma organização não governamental (ONG) a responsável pela defesa desta ideia e do compartilhamento da leitura naquele espaço.

Algumas presas relataram, durante a entrevista, a ausência de livros do curso de Direito e de livros que a levassem a “aprender algo”, pois na instituição só havia “livros melosos, de romance, de espiritismo e de autoajuda” numa visão completamente sexista. Infelizmente, elas não entendiam a razão para isso ocorrer. O representante da ONG, que defendia a ideia de ampliação do projeto para o estado de São Paulo, admitiu que o “motivo principal, neste caso era “a libertação antecipada” – o interesse na remição de pena. Por outro lado, reconheceu também a relevância da leitura como forma de **empoderamento feminino**.

Historicamente, é sabido que as instituições penais foram pensadas com uma infraestrutura voltada para o atendimento do público masculino. Com isso, vimos que no Brasil ainda são poucos os estabelecimentos penais que custodiam mulheres e têm

em suas instalações berçários, alas destinadas a mulheres gestantes ou mesmo oferecem um tratamento adequado à rotina feminina. (BRASIL, 2014).

Em se tratando dos estabelecimentos prisionais federais, somente os homens estão custodiados nestes espaços. Contudo, existem unidades prisionais que reservam alas destinadas a presas que apresentam liderança negativa ou mesmo são ligadas a facções criminosas, como recentemente veiculado por meio de mídias, no caso da *Facção Rosa* de São Paulo. Embora não tenha a mesma expressividade das organizações criminosas comandadas por homens, tal agrupamento tem chamado atenção dos sistemas de controle.

Com uma população mundial de cerca de 700.000 mulheres encarceradas, o Brasil ocupa a quinta posição no cenário mundial, contando com 37.308 mulheres, seguido pelos Estados Unidos (205.400 mulheres presas), China (103.766), Rússia (53.304) e Tailândia (44.751) que ocupam, nesta ordem, as primeiras posições. Os indicadores dão conta de um crescimento expressivo de 567% nas últimas décadas. As mulheres encarceradas representam 6,4% da população prisional brasileira, com a prevalência de perfis comuns ao público encarcerado masculino: maioria jovem, negra e com baixa escolaridade. (BRASIL, 2014).

No entanto, quando comparamos os padrões de criminalidade, percebemos diferenças na tipificação penal no que diz respeito ao recorte de gênero. Enquanto para as mulheres, observa-se a predominância do tráfico de entorpecentes em 68% dos crimes registrados, para os homens o percentual cai para 25%. Esta prática, em muito se deve aos laços afetivos e a vulnerabilidade social feminina. Temas que aqui não serão tratados, em virtude do nosso objeto de estudo. (BRASIL, 2014).

Voltando à Penitenciária Federal de Catanduvas (PFCAT), ainda com relação ao mesmo documentário do canal franco-alemão, quando perguntados sobre o aprendizado das leituras realizadas e se isso poderia influenciar no processo de ressocialização, um dos internos entrevistado revelou que, ao refletir sobre a obra, entendeu que tomou decisões sem reflexão, somente com a intenção de “inflar o ego”, de “ganhar um dinheiro fácil” ou por “ganância”, contudo se pensasse um pouco mais, poderia recomeçar “pensar nas pessoas que estão próximas, pois elas que perdem, que sofrem as consequências” e, ao final, desabafa “sou ladrão, traficante de drogas e é toda a minha família que sofre as consequências”. (sic).

No SPF, é proibida a comunicação entre celas, inclusive proibida a discussão sobre livros, em função de mecanismos de controle e de segurança. Em sua entrevista, a

Coordenadora Geral do Tratamento Penitenciário, acredita que por meio da literatura, “eles mantêm um contato com o exterior” e alargam seus horizontes, além de observar uma mudança significativa no comportamento destes leitores durante o período de detenção. Tais afirmações vão ao encontro das ideias aventadas por Zilberman (2001), no capítulo 3, sobre a **Literatura e a sua função social**, ao provocar o estranhamento nas experiências vividas por este leitor, colocando num processo de comunicação, por meio de suas reflexões.

Noutra reportagem, desta vez, realizada por um canal de TV americano, a manchete era “Ler ou não ler, eis a questão nas prisões brasileiras, uma ideia incomum”. O entrevistado é P.C, chefe do tráfico, condenado a 19 anos de prisão, que agora se tornou um leitor assíduo. No seu relato admite: “Eu costumava ler muito pouco, mas como não tenho nada para fazer aqui, eu agora leio bem mais.” E de maneira mais ampla, reforça: “não se trata apenas de reduzir minha pena. É algo que me dá conhecimento.” Em sua avaliação, a obra de sua preferência foi *Crime e Castigo*. Pensando na **desigualdade de acesso aos bens culturais**, seria realmente incomum aventar a possibilidade de leitura de um clássico universal para um presidiário, já que por muito tempo este foi um privilégio das elites. (PERRONE, 2016)

Em suma, os textos trazem em comum a ideia de uma intersecção entre o mundo da prisão e o mundo do texto e do processo de **reformulação de si mesmo**, a partir das reflexões suscitadas, sobretudo, percebidas nos depoimentos sobre a leitura da obra *Crime e Castigo*. (JAUSS, 1979; ISER, 1996). Por outro lado, quando conectado ao mundo do texto, indiretamente, parece que este leitor se sente **vivo** na sociedade extramuros, dada a possibilidade de **conexão** e **igualdade** de acesso ao livro. (HORELLOU-LAFARGE; SEGRÉ, 2010; CHARTIER, 1998).

A leitura é vista como um **compromisso**, evidenciado pela responsabilidade de se produzir um texto. No universo da prisão, não são dadas atribuições a estes sujeitos, não existem compromissos, tampouco responsabilidades, visto que sua proposta é **modular comportamentos**. (FOUCAULT, 1997). E num segundo momento, num **exercício de alteridade**, a leitura lhe dá a possibilidade de se colocar no lugar do personagem, liberando em si a **vontade de escrever**, contar sua história, dar testemunho de sua experiência. São realidades, que, sem dúvida, sofrem os efeitos estéticos do texto e impactam a vida deste leitor. (FOUCAULT, 1997; ISER, 1996).

4.6 Contando histórias

Pokorski(2013) argumenta que é da possibilidade de narrar que construímos pontes em direção ao outro, caminhos de escuta, de reconhecimento. Numa proposta mais profunda, encontramos alguém que não só nos ouça, mas também alguém que nos escute. Em suma, “a experiência analítica em sua essência é o poder de se fazer narrativa, se tecer, se fazer texto, se fazer sentido, se contar, fazer e se fazer história.”

Presente no imaginário social, a prisão apresentou-se na literatura das mais variadas formas, desde as escritas autobiográficas de autores renomados no mundo das letras às narrativas do cárcere, escrita por presos comuns. Em todas elas, temos as marcas da verdade das experiências de seus autores. Se foram escritas sobre a forma de diário, memórias, recordações, o fato é que estes testemunhos deixaram escapar um pouco da realidade das grades.

Considerando este empoderamento do ato de leitura, que se desdobra em ações concretas de “tecer, de se fazer o texto”, é que damos início a nossa colcha de retalhos de histórias, ou melhor, dizendo, de contadores de histórias. Por isso, a partir de agora, trataremos aqui do compartilhamento de algumas leituras realizadas nos anos de 2010, 2011, 2013, período em que os internos do SPF autorizaram a publicação de seus textos pelas unidades responsáveis. Serão apresentadas resenhas produzidas na Penitenciária Federal de Catanduvas e depoimentos de presos da Penitenciária Federal de Campo Grande e de Catanduvas.

O corpus desta análise é formado por oito resenhas de cinco ciclos diferentes de leitura no SPF. Neste caso, correspondem às obras: **Dom Casmurro, Incidente em Antares, Sagarana, Através do espelho e Uma breve história do século XX**. Todas as obras são da literatura brasileira, com exceção das duas últimas obras, de literatura estrangeira. As obras da literatura brasileira contemplam grandes escritores do nosso cânone.

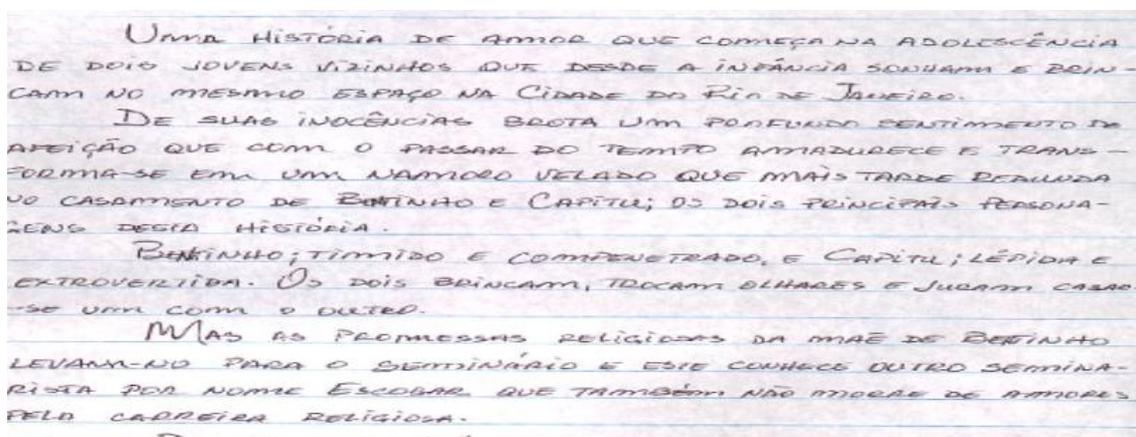
Não nos interessa aqui fazer uma análise aprofundada das regras de construção do texto, nem tampouco da sua correção ortográfica ou mesmo da sua apresentação estética. Faremos uma descrição dos textos, mais próximos da ideia de seu compartilhamento, já que se trata de um público muito específico, praticamente inacessível. Assim, abaixo de cada resenha descrita, haverá uma imagem que remeterá o leitor imediatamente à presença do contador de histórias, em virtude da possibilidade do contato com o recorte do texto original. Os depoimentos também serão descritos, mas

estarão disponíveis na íntegra na secção “Anexos”. Serão pontuados, ao final, alguns aspectos que julgamos pertinentes

Entre as histórias resenhadas, a primeira, a se considerar, é a obra **Dom Casmurro**, obra realista de 1866, cujo autor é Machado de Assis. A narrativa clássica trata do triângulo amoroso insolúvel sobre a possível traição de Capitu e Escobar, que atormenta o pobre Bentinho, dialoga com leitor, com uso de digressões e ironia – marcas de seu estilo –, sobretudo, demonstrando as **misérias humanas e suas fragilidades**. Para o leitor J.M.F.G, detento da cela 35A (ANEXO H) da Penitenciária Federal de Catandubas, esta história se resume assim (Cf. figura 10, abaixo):

Uma história de amor que começa na adolescência de dois jovens vizinhos que desde a infância sonham e brincam no mesmo espaço na cidade do Rio de Janeiro. De suas inocências brota um profundo sentimento de afeição que com o passar do tempo amadurece e transforma-se em um namoro velado que mais tarde redonda no casamento de Bentinho e Capitu; os dois principais personagens dessa história. Bentinho, tímido e compenetrado, e Capitu; lépida e extrovertida. Os dois casaram-se um com o outro. Mas as promessas religiosas da mãe de Bentinho levam-no para o seminário e este conhece outro seminarista por nome Escobar que também não morre de amores pela carreira Religiosa. (J.F.M.G, cela 35A,PFCAT).

Figura 10- Recorte 1 - Resenha da obra Dom Casmurro



Fonte: DEPEN/MJ

Nesta resenha, o leitor, de certa maneira, reproduz o senso comum sobre o suposto triângulo amoroso proposto pelo narrador. Em nenhum momento, se percebe outra análise que coloque em dúvida, por exemplo, o comportamento de Bentinho. O texto produzido converge para os critérios (estética, fidedignidade, limitação ao tema) previstos na Portaria 276/2012, não permitindo ao leitor a emissão de juízo de valor. O texto se aproxima do gênero resumo. A ausência de oficinas de leitura potencializa a

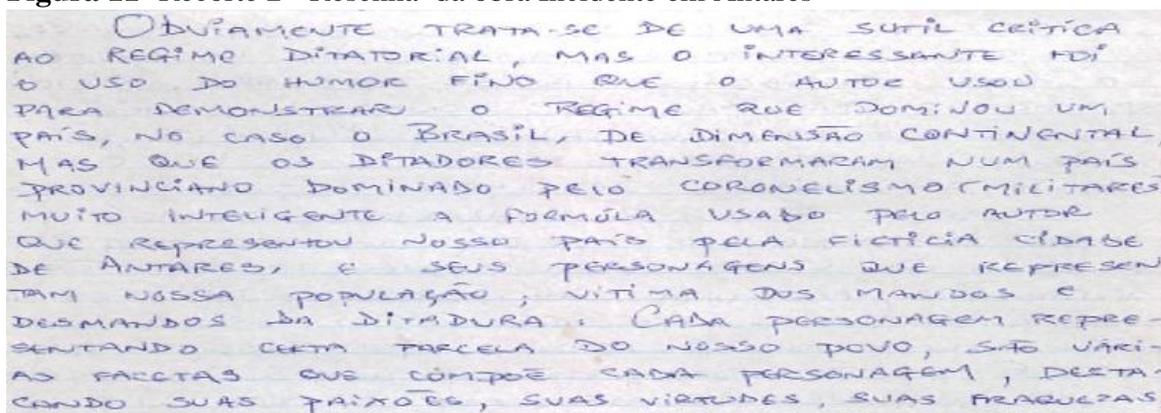
produção de textos que não problematizam a leitura, nem tampouco coloca em debate as ideias deste leitor. Ao final, não se desenvolve o seu senso crítico.

Outra obra resenhada foi um romance fantástico que também fez parte do ciclo de leituras, a obra *Incidente em Antares* de Érico Veríssimo, publicada em 1970, que versa sobre o livre trânsito de sete mortos, em função da greve dos cozeiros. Sem temer possíveis represálias, os mortos experimentam a intimidade dos parentes e amigos. Assim, utiliza personagens mortos para fazer **denúncias públicas** sobre **condutas de desvio** presentes na sociedade dos vivos, o que expõe a situação política, social e ideológica.

Voltada para uma temática social, a obra chama atenção para a **ditadura militar**, momento marcante da história do Brasil nos anos 1960 e 1970. Em sua resenha (ANEXO I), o leitor R.R. da cela 01C, também da mesma unidade, dá início ao seu texto, trazendo informações sobre o aspecto político da obra. O discurso é permeado por notações sobre a inteligência e o humor intrínsecos ao autor (Cf. figura 11, abaixo):

Obviamente trata-se de uma sutil crítica (sic) ao regime ditatorial, mas o interessante foi o uso do humor fino que o autor usou para demonstrar o regime que dominou um país, no caso o Brasil, de dimensão continental, mas que os ditadores transformaram num país provinciano dominado pelo coronelismo (militares) muito inteligente a fórmula usado pelo autor que representou nosso país pela fictícia cidade de Antares, e seus personagens que representam nossa população, vítima dos mandos e desmandos da ditadura. Cada personagem representando certa parcela do nosso povo, são várias as facetas que compõe cada personagem, destacando suas paixões, suas virtudes, suas fraguças.

Figura 11- Recorte 2 - Resenha da obra Incidente em Antares



Fonte: DEPEN/MJ

Em outro trecho da mesma resenha (2), o leitor destaca as mazelas e as dicotomias humanas presentes na escritura da obra:

[...] Imperativo destacar a sutileza e as vezes escarnicamento(sic) do qual faz uso o autor para evidenciar o egoísmo, o orgulho, a arrogância, a preferência, as misérias, as vaidades, e a violência, mas também existe o espaço para a

humildade, A caridade, a paciência e o arrependimento. Enfim, as inúmeras mazelas que fazem parte do ser humano. (R.R, cela 01C)

Figura 12- Recorte 2 - Resenha da obra Incidente em Antares

IMPERATIVO DESTACAR A UTILIZAÇÃO, E AS VEZES
O CIRCUNDAÇÃO, DO QUAL FAZ USO O AUTOR
PARA EVIDENCIAR, O EGOTISMO, O ORGULHO, A ARRO-
GÂNCIA, A PREPONDERÂNCIA, AS MISÉRIAS, AS VAIDADES,
E A VIOLÊNCIA, MAS TAMBÉM EXISTE O ESPAÇO
PARA HUMILDADE, A CARIDADE, A PACIÊNCIA E O
ARREPENDIMENTO, ENFIM AS INUMERAS MAZELAS
QUE FAZEM PARTE DO SER HUMANO.

Fonte: DEPEN/MJ

Outro elemento destacado pelo leitor é a habilidade do escritor em utilizar personagens mortos para contar as fragilidade dos vivos:

Muito Habil colocar os 07 cadáveres ressuscitados para desmascarar os habitantes(vivos), demonstrando a corrupção, a falta de caráter, a desonestidade, a falsa moral dos dirigentes e personagens que se diziam libados. (R.R, cela 01C) (sic)

Figura 13- Recorte 2 - Resenha da obra Incidente em Antares

MUITO HABIL COLGAR OS 07 CADAVERES RESSUS-
CITADOS PARA DESMASCARAR OS HABITANTES (VIVOS),
DEMONSTRANDO A CORRUPÇÃO, A FALTA DE CARA-
TER, A DESONESTIDADE, A FALSA MORAL DOS
DIRIGENTES E PERSONAGENS QUE SE DIZIAM
LIBADOS, POIS AGINAL DE CONTAS O QUE TEM

Fonte: DEPEN/MJ

Ao longo do texto resenhado (02), percebeu-se a habilidade e a clareza do leitor na transcrição de suas ideias e a percepção quanto ao trabalho de composição do escritor. Neste caso, demonstra conhecimento do léxico, se articula de forma elaborada e desenvolve uma sua percepção crítica. O gênero resenha não parece aprisioná-lo, pelo contrário encaminha bem o discurso, consciente de sua análise sobre obra e autor. Embora construa bem o seu texto, percebe-se a ausência de um parágrafo que o permita avaliar criticamente tal obra.

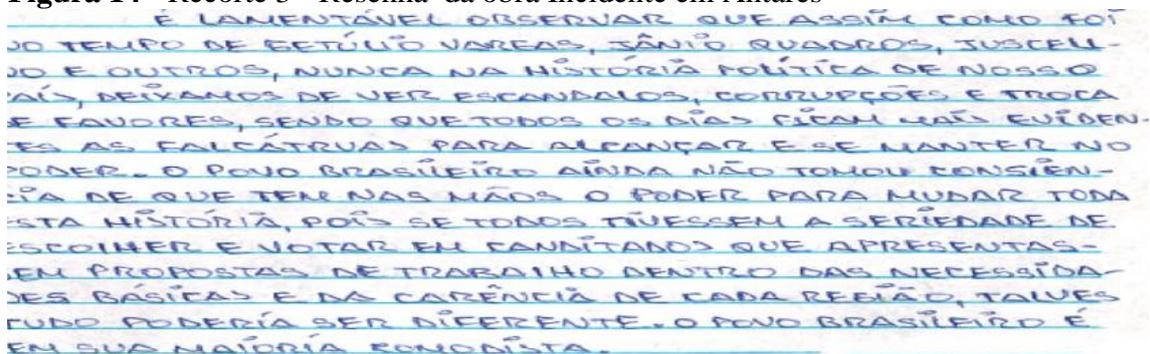
Em outra resenha (03) da obra *Incidente em Antares*, L.D.M, da cela 8A, faz uma análise mais contextualizada, comparando o momento político vivenciado na narrativa com os momentos políticos brasileiros atuais recheados de “escândalos , corrupções e troca de favores”. Ao mesmo tempo em que, o leitor evidencia esta política de conveniência, chama atenção para o comportamento da sociedade que, de certa maneira, legitima tais posturas e mesmo com o poder do voto e o poder de escolher o

melhor para o país, permanece numa condição, de certa maneira, mais cômoda (Cf. figura 14, abaixo):

É lamentável observar que assim como foi no tempo de Getúlio Vargas, Jânio Quadros, Juscelino e outros, nunca na história política de nosso país, deixamos de ver escândalos, corrupções e troca de favores, sendo que todos os dias ficam mais evidentes as falcátruas para alcançar e se manter no poder. O povo brasileiro ainda não tomou consciência de que tem nas mãos o poder para mudar toda esta história, pois se todos tivessem a seriedade de escolher e votar em candidatos que a apresentassem propostas de trabalho dentro das necessidades básicas e da carência de cada região, talvez tudo poderia ser diferente. O povo brasileiro é em sua maioria comodista. (L.D.M, cela 08A, PFCAT) (ANEXO J).

Neste texto também se percebe a preocupação com a estética, contudo o leitor não apresenta a mesma habilidade na distribuição de seus argumentos. Assemelha-se com outros textos que também incorrem numa análise histórica, entrecortada com resumos de partes da obra, entretanto em nenhum momento percebem-se marcas de autoria que rompam com as ideias do senso comum. Tal análise aproxima a ideia de resenha como gênero resumo. Mais uma vez, seria importante conhecer a visão deste leitor sobre a obra.

Figura 14 - Recorte 3 - Resenha da obra Incidente em Antares



É LAMENTÁVEL OBSERVAR QUE ASSIM COMO FOI NO TEMPO DE GETÚLIO VARGAS, JÂNIO QUADROS, JUSCELLINO E OUTROS, NUNCA NA HISTÓRIA POLÍTICA DE NOSSO PAÍS, DEIXAMOS DE VER ESCÂNDALOS, CORRUPÇÕES E TROCA DE FAVORES, SENDO QUE TODOS OS DIAS FICAM MAIS EVIDENTES AS FALCÁTRUAS PARA ALCANÇAR E SE MANTER NO PODER. O POVO BRASILEIRO AINDA NÃO TOMOU CONSCIÊNCIA DE QUE TEM NAS MÃOS O PODER PARA MUDAR TODA ESTA HISTÓRIA, POIS SE TODOS TIVESSEM A SERIEDADE DE ESCOLHER E VOTAR EM CANDIDATOS QUE APRESENTASSEM PROPOSTAS DE TRABALHO DENTRO DAS NECESSIDADES BÁSICAS E DA CARÊNCIA DE CADA REGIÃO, TALVES TUDO PODERIA SER DIFERENTE. O POVO BRASILEIRO É EM SUA MAIORIA COMODISTA.

Fonte: DEPEN/MJ

Ainda analisando a mesma obra, J.M.F, detento da cela 10C , traz em sua resenha (04) a descrição do espaço onde ocorreu a narrativa (ANEXO K). De maneira elaborada, faz referência ao próprio texto para apresentar os fatos a serem narrados (Cf. figura 15, abaixo):

Nesta magnífica obra, o autor nos leva à um passeio através do tempo, que começa na pré-história da região sul do Brasil, mais precisamente margem esquerda do Rio Uruguai, comarca de São Borja, fronteira com a Argentina, num lugarejo imaginário chamado Povinho da Caveira e que mais tarde, passou a denominar-se Cidade de Antares no município do mesmo nome, que tornou-se da noite para o dia, ambígua e efemeramente famosa, não só como no Estado do Rio Grande do Sul, mas no Brasil, e podemos até mesmo dizer, através do mundo civilizado. Devido a fatos classificados como insólitos,

úridos e tétricos pelo jornalista Lucas Faia, personagem fictício que dirige o diário A Verdade, único jornal da cidade. (J.M.F, celta 10C, PFCAT)

Figura 15 – Recorte 4 - Resenha da obra Incidente em Antares

PARADIANDO A IMMORTAL ESCRITURA, PODEMOS TAMBÉM FAZER O SEGUINTE: LERAM INCIDENTE EM ANTARES DE ERICO VERISSIMO E VOCÊS ENTENDERÃO UM POUCO DO BRASIL. NESTA MAGNÍFICA OBRA O AUTOR NOS LEVA A UM PASSEIO ATRAVÉS DO TEMPO, QUE COMEÇA NA PRÉ-HISTÓRIA DA REGIÃO SUL DO BRASIL, MAIS PRECISAMENTE A MARGEM ESQUERDA DO RIO URUGUAI, COMARCA DE SÃO BURJA, FRONTEIRA COM A ARGENTINA, NUM LUGARZINHO IMAGINÁRIO CHAMADO BOVINHO DA CAVEIRA E QUE MAIS TARDE, PASSOU A DENOMINAR-SE CIDADE DE ANTARES NO MUNICÍPIO DO MESMO NOME, QUE TORNOU-SE DA NOITE PARA O DIA, AMOÉVUA E EFEMERAMENTE FAMOSA, NÃO SÓ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, MAS NO BRASIL, E PODENDO ATÉ MESMO DIZER, ATRAVÉS DE UM MUNDO CIVILIZADO. DEVIDO A FATOS CLASSIFICADOS COMO INBÉLITOS, LÚBRICOS E TÉTRICOS PELO JORNALISTA LUCAS FAIA, PERSONAGEM FICTÍCIO QUE DIRIGE O DIÁRIO A VERDADE, ÚNICO JORNAL DA CIDADE.

Fonte: DEPEN/MJ

Noutro trecho da resenha (04), o leitor destaca a estrutura do texto e os recursos utilizados pelo autor como forma de desenvolver os aspectos de enredo que serão, em seguida, apresentados:

Com riqueza vocabular, dados históricos, um humor, as vezes irônico, senso político e uma fascinante galeria de personagens”, Érico Verissimo nos ensina um pouco da historia política, dos costumes e da alma do nosso país. Retratando acontecimentos que precederam o advento da nossa república até as circunstancias políticas que levaram a deflagração do golpe militar de 1964. (J.M.F, celta 10C, PFCAT)

Figura16- Recorte 4 - Resenha da obra Incidente em Antares

COM RIQUEZA VOCABULAR, DADOS HISTÓRICOS, UM HUMOR ÀS VEZES IRÔNICO, SENSO POLÍTICO E UMA FASCINANTE GALERIA DE PERSONAGENS, ESTRO PROLÍFERO DO SEU MAGNÍFICO ESPÍRITO CRIATIVO, ERICO VERISSIMO NOS ENSINA UM POUCO DA HISTÓRIA POLÍTICA, DOS COSTUMES E DA ALMA DO NOSSO PAÍS. RETRATANDO ACONTECIMENTOS QUE PRECEDERAM O ADVENTO DA NOSSA REPÚBLICA ATÉ AS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTICAS QUE LEVARAM A DEFLAGRAÇÃO DO GOLPE MILITAR DE 1964.

Fonte: DEPEN/ MJ

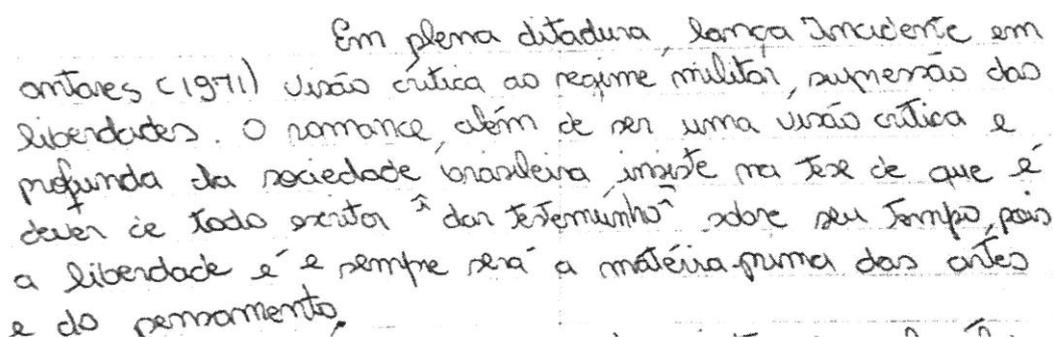
Entretanto, percebe-se que todo o texto é permeado pelo uso excessivo de adjetivos que parecem ter por objetivo causar boa impressão ao examinador, mas o que se percebe é que tal recurso, em alguns momentos, mascara a linguagem objetiva que a

resenha requer, demonstrando a prolixidade do discurso. Ajustes que seriam possíveis se houvesse um momento específico para se trabalhar a produção de texto alinhando a proposta ao gênero solicitado

Por fim, L.F.C, preso da cela 27C, ao ler *Incidente em Antares*, resume em sua resenha (05) o enredo da obra os mortos *enquanto não são enterrados decidem acertar as contas com os vivos* e relaciona o romance a um período difícil da história política do Brasil, no qual os direitos fundamentais foram suprimidos (Cf. figura 17, abaixo):

Em plena ditadura, lança incidente em Antares (1971) visão crítica ao regime militar, supressão de liberdades. O romance além de ser uma visão crítica e profunda da sociedade brasileira, insiste na tese de que é dever de todo o escritor “dar testemunho” sobre seu tempo, pois a liberdade é e sempre será a matéria prima das artes e do pensamento. (L.F.C, cela 27C, PFCAT) (ANEXO L).

Figura 17- Recorte 5 - Resenha da obra Incidente em Antares



Em plena ditadura, lança Incidente em Antares (1971) visão crítica ao regime militar, supressão das liberdades. O romance além de ser uma visão crítica e profunda da sociedade brasileira, insiste na tese de que é dever de todo escritor "dar testemunho" sobre seu tempo, pois a liberdade é e sempre será a matéria-prima das artes e do pensamento.

Fonte: DEPEN/MJ

Em toda a sua construção textual, o autor parece consciente das etapas que o gênero resenha exige, evidenciando informações sobre o autor, sobre o período histórico em que se concentra a narrativa, sobre os personagens e enredo. A resenha atende a Portaria no que diz respeito aos critérios estabelecidos. Entretanto, considerando o horizonte de expectativas deste leitor, a possibilidade de compartilhamento desta leitura e de avaliação crítica poderiam promover a discussão dos temas propostos, de forma mais aprofundada.

Outra escolha da comissão pedagógica foi a obra **Sagarana**, um livro de estreia de **Guimaraes Rosa**, publicado em 1946, que reúne contos. Nele, o escritor buscou resgatar a cultura oral na transmissão de histórias, com uma linguagem popular. Com um forte apelo regionalista, todas as histórias se passam em Minas Gerais. Contudo, percebe-se a **universalidade dos temas** que rompe os limites locais, cotejados no “causo” O burrinho pedrês que se salva, mesmo sendo fraco e velho, em razão de sua

experiência na travessia de um rio, ao contrário de cavalos jovens e fortes. Além disso, no caso do texto “Duelo”, a narrativa que trata de **violência, traição** e do **destino** que ocasiona **assassinatos**, provocados pela **ausência do perdão**.

Em sua resenha (6), F.P.B.F, preso da cela 04B, exalta o dom do escritor de tratar de temas diversos. Em seguida, avalia os recursos utilizados no processo de composição. Confessa-se fascinado pela leitura e destaca o valor cultural atrelado ao texto (Cf. figura 18, abaixo):

É um livro ótimo e de um dos maiores escritores do Brasil, o nosso saudoso, João Guimaraes Rosa Que tinha o dom de escrever (sic) sobre as mais variadas estórias. (sic) de uma maneira inteligente, crítica e ao mesmo tempo irreverente, um verdadeiro gênio da literatura brasileira. Sagarana é um livro que fascina o leitor do início ao fim e varias estórias emocionantes e criativas, onde o autor retrata com riqueza de detalhes a beleza da cultura brasileira como por exemplo: na historia do Burrinho Pedrez: onde fala da vida dos vaqueiros e tropeiros do sertão brasileiro em época passada. (sic) onde os bois eram guiados por longas distâncias por vaqueiros a cavalo. E de seus costumes, amores e dificuldades. (F.P.B.F, cela 04B, PFCAT). (ANEXO M).

Em seguida, sintetiza alguns contos que chamaram sua atenção, como o **Duelo e o Corpo fechado**, destaca que para ele refletem a “demonstração muito grande de amor e carinho pelo povo e cultura brasileira”. O leitor agradece, ao final de sua resenha (06), por participar do projeto de Remição. (Cf. figura 18, abaixo):

Figura 18 – Recorte 6 - Resenha da obra Sagarana

É um livro ótimo e de um dos maiores escritores do Brasil, o nosso saudoso João Guimaraes Rosa Que tinha o dom de escrever sobre as mais variadas estórias de uma maneira inteligente, crítica e ao mesmo tempo irreverente, um verdadeiro gênio da literatura brasileira. Sagarana é um livro que fascina o leitor do início ao fim e varias estórias emocionantes e criativas, onde o autor retrata com riqueza de detalhes a beleza da cultura brasileira como por exemplo: na historia do Burrinho Pedrez: onde fala da vida dos vaqueiros e tropeiros do sertão brasileiro em época passada. onde os bois eram guiados por longas distâncias por vaqueiros a cavalo. E de seus costumes, amores e dificuldades.

Fonte: DEPEN/MJ

Neste caso, percebe-se a dificuldade do leitor na sua construção textual por meio das diversas marcações apontadas no texto. Dificuldades ortográficas e de construção de período comuns à produção escrita. Contudo, percebe-se que mesmo com pouco conhecimento linguístico, o leitor se apropria do texto lido e se coloca a resumi-lo. Por se tratar de um livro de contos, torna-se uma tarefa complexa a organização textual

desta produção quando pensada como resenha. Ademais, se o leitor parece não dominar tal gênero. Mesmo assim, neste caso, o leitor procura atender os critérios determinados pela Portaria 276/2012, a partir da sua ideia de como organizar tal texto. As oficinas de leitura poderiam dar a este leitor condições de compreensão da obra e da proposta a ser desenvolvida, utilizando-se dos mecanismos de decodificação atrelados à sua percepção. E desta maneira dar significado a esta leitura, produzindo sentido. (FISHER, 2006). Nesta perspectiva, é importante possibilitar o acesso à remição de pena, no entanto é igualmente importante dar condições ao leitor de produzir um texto coerente com seu nível de instrução.

A segunda obra de literatura estrangeira é a **Breve história do século XX** do escritor australiano **Geoffrey Blainey**, publicado em 2006, que em linhas gerais, trata de **fatos e nomes importantes da história da humanidade**, como as guerras, a invenção da penicilina e o disco de vinil. Sem defesas ideológicas, o autor não analisa as causas ou as consequências de tais fatos, simplesmente, os descreve numa narrativa simples.

O leitor da cela 12B, G.L.O., confessa em sua resenha (07) a dificuldade em resumir um livro tão extenso, com 309 páginas em tão poucas palavras, além, é claro, da dificuldade de expor tantas temáticas. Contudo, percebemos, ao longo de sua resenha (ANEXO N), seu esforço em pontuar os fatos que compreendeu e, de certa forma, considerados marcantes ao longo da leitura.

Tentei de todas as formas me esforçar para resolver meu dilema se servia o raciocínio em fazer um completo resumo da obra de Ofrey Blaynd ou usaria o pano de fundo seria a maior parte do livro. O término da obra deixa claro para todos o quanto o desvalor humano pela vida fica acima de qualquer objetivo seja por religião, ideias e trocas.

Figura 19- Recorte 7 - Resenha da obra Uma breve história do século XX

Tentei de todas as formas me esforçar para resolver meu dilema se servia o raciocínio em fazer um completo resumo da obra de Geoffrey Blainey ou usaria o pano de fundo seria a maior parte do livro.

Não usei o termo correto. Claramente optei por deixar de lado os fatos de eventos acontecidos mundiais e focalizei meu objetivo em seguir o autor por suas todas as batalhas mundiais dando ênfase a primeira e segunda guerra ali um século e sua humanidade combata, mas também o ciclo desde sua evolução e humana mantendo o equilíbrio com suas ambições. Assim como os sumérios e outros se descrevem sua sua condição fica melhor as cinco maiores guerras de todos os tempos. O término da obra deixa claro para todos o quanto o desvalor humano pela vida fica acima de qualquer objetivo seja por religião, ideias e trocas.

Fonte: DEPEN/MJ

Ao final do seu texto, o leitor pede desculpas por tantos “erros cometidos” na produção de sua resenha. Este texto demonstra a frustração do leitor ao se deparar com uma obra extensa e com uma linguagem incompatível ao seu nível de instrução. As marcas de correção dão esta medida de desequilíbrio. Assim, como exemplo anterior, pensar o texto com tantas páginas e com assunto tão específico, em se tratando do gênero resenha, requer do leitor uma organização textual mais apurada. A consciência das limitações deste leitor é percebida nos pedidos constantes de desculpas, quando na realidade o Estado é que lhe deve desculpas por não orientá-lo devidamente quanto às obras indicadas, nem tampouco quanto à produção textual.

Através do espelho, também é uma obra de literatura estrangeira, do escritor norueguês **Jostein Gaarder**, publicada em 1998, que coloca em debate duas faces da **existência: a morte e a vida**, por meio da história de uma menina que tem uma doença em estágio terminal. Confinada a seu quarto e a sua cama, a experiência prematura de quase morte da menina a aproxima e promove o seu diálogo com o anjo Ariel. A partir daí, a narrativa é trabalhada, sob o espectro dos **mistérios da criação e das experiências humanas**, assim tanto o anjo quanto a menina compreendem as duas faces do mesmo espelho e fazem de forma serena a transição para a morte, experimentando a vida.

Nesta última resenha (08), percebe-se que o leitor E.R.A.C, interno da cela 01B, não conseguiu resumir a narrativa e por se tratar de uma temática filosófica relacionada aos anjos e a morte, o autor deixa escapar a objetividade exigida pelo gênero resenha, deixando-se conduzir a momentos muito pessoais, de certa maneira, com uma análise metafísica sobre os quais reverberava suas interrogações: “Mas ! que Deus é este que deixa os inocentes padecerem? O todo poderoso não tem o poder de curar?” Embora não acreditasse que chegaria a ter uma resposta, justamente por se sentir sozinho na leitura e na impossibilidade de compartilhá-la, conforma-se: “são estes e várias outras perguntas que me fazo e , também sei que ninguém respondera e nunca saberei a resposta.” (sic). (Cf. figura 20, abaixo):

O autor expoe que os seres humanos , são como um espelho, que só conseguem enxergar asi mesmos, e não conseguem ver o que há do outro lado, que os seres humanos compreendem so os em partes, que enxergam tudo num espelho num enigma. Algumas partes do livro, o autor se inspirou em algumas pasagens da Bíblia Cr;13 e também na criação do mundo e da humanidade atraves de (Adão e Eva).Talves a melhor forma de enxergar atraves do espelhos, seja encontrar a fé e ter a coragem de duvidar, duvidando, mantendo uma esperança Talvez intuiremos nossos caminhos em direção a verdade. O mundo não para, tudo retorna sem cessar, nascimento, crescimento e morte e

assim sucessivamente. Talvez exista um Deus pai, sábio e celestial ouvindo pacientemente nossas orações através do espelho. (E.R.A.C, interno da cela 01B).(sic). (ANEXO O).

Figura 20 - Recorte 8 - Resenha da obra Através do Espelho

Neste ponto de vista, os seres humanos são como um espelho, que só conseguem enxergar asi mesmos, e não conseguem ver o que há do outro lado, que os seres humanos compreendem só em partes, que enxergam tudo num espelho num enigma. Algumas partes do livro, o autor se inspirou na em algumas passagens da Bíblia = Cor; 13. e Também na criação do mundo e da humanidade através de Adão e Eva).

Fonte: DEPEN/MJ

Mais uma vez, a leitura parece demandar um conhecimento maior do leitor. Parece incompatível a leitura proposta. O leitor demonstra claramente, por meio das marcações no corpo do texto, suas limitações ortográficas, bem como estéticas. O gênero não parece ter sido compreendido pelo leitor, tanto que procura dialogar com o examinador. Percebe-se o esforço de promover a intertextualidade com outros textos do seu universo literário, o que por si só, considerando todo o contexto, é extremamente relevante. Por desconhecer o gênero proposto, a sua construção textual escapa a perspectiva, mas demonstra a sua vontade em se comunicar e desenvolver seu senso crítico.

Considerações

A proposta desta exposição de recortes dos textos resenhados pelos participantes do projeto foi **dar voz a estes contadores** que, com **pedidos de desculpas pelos erros ortográficos** ou numa **atitude de agradecimento**, tem tanto a contar, a compartilhar, mas, em raros momentos, o fazem. A impressão que se tem é como se, em alguns momentos de seus textos, enviassem uma carta a alguém distante e da qual nunca obterão resposta.

Teriam muito a dizer, pois parecem viver cada instante da história, entrelaçados as suas reflexões – tecido textual que se forma – que, no entanto, não se vê. Apresentam algumas **dificuldades na compreensão** de alguns textos, especialmente,

quanto ao **gênero**, o que reverbera no discurso é a necessidade em repensar o gênero a ser produzido na avaliação.

Compartilhar suas histórias é revelar **a outra face do processo de bonificação** dos dias remidos pela leitura. Na realidade, é desvelar o comportamento destes leitores, demonstrando o aspecto subjetivo de todo o processo. Quase como o próprio nascimento, a **escrita**, nestes textos, revela-se **libertadora**. A importância da escrita para este sujeito encarcerado se revela como um grito de liberdade imbricado na palavra. Percebe-se que a convergência destas experiências – escrita e leitura – se dá de maneira imediata, no estímulo à produção de sua própria história, agora sobre outra perspectiva, que não a mais conhecida socialmente, mas para dar **testemunho de sua experiência**.

Entretanto, percebe-se que a compreensão das leituras, de certa forma, está comprometida, já que não existem espaços para discussão do texto e compartilhamento das leituras. Percebe-se tal fato, nos pedidos constantes de desculpas pelos erros ortográficos, pela incapacidade de **compreensão do gênero resenha** e, sobretudo, quando assumem não entenderem o texto a ser resenhado. Ainda, é perceptível a **ausência de diálogos em todo o processo**, já que sabem que não obterão respostas quanto às suas dúvidas. Em alguns momentos, torna-se evidente que o **título** indicado parece **inapropriado para o leitor**, revelado por algumas discrepâncias de conteúdo e forma.

Por fim, compreendemos que no RDD, assim como em outros espaços de confinamento, a leitura tem várias facetas. Cumpre sua função utilitária, estando estreitamente vinculada a ideia de escolarização do conhecimento e aprimoramento intelectual. Contudo, convém destacar que a proposta de um roteiro de leitura que amplie, aos poucos, os horizontes de leitura deste indivíduo, seria de vital importância para que ele possa também desenvolver por meio do imaginário a fruição estética, sendo conduzido pelo mundo da leitura. (ISER, 1996). A proposta de uma leitura mais densa não fará deste leitor, imediatamente, um leitor ideal.

Considerando o *corpus* desta análise, percebe-se que as escolhas das obras foram acertadas por tratar de temáticas importantes à condição humana. Contudo por não haver um momento de discussão desta leitura, o leitor, em alguns momentos, não amplia o seu horizonte de expectativas e tampouco consegue preencher os vazios deixados pelo texto. É necessário compreender as suas limitações para então propor o preenchimento dos vazios, de acordo com seu horizonte de expectativas. (JAUSS,

1994). Assim, sem comprometimento do ato da leitura, poderemos perceber os efeitos estéticos do texto e sua reformulação de visão de mundo. (ISER, 1996; JAUSS, 1994).

4.7 Por novos caminhos – Próximas leituras

Se para os antigos, ao livro não cabia o culto, para Borges (1996), em sua obra *Cinco visões pessoais*, o livro ia muito mais além, tinha sua porção divina, guardava algo de sagrado e poderia ser considerado o caminho para a sabedoria. Como o autor ainda enfatiza, de todos os instrumentos já utilizados pela humanidade, o mais espetacular, sem dúvida, foi o livro. Por ele, era considerado “a extensão da própria memória e da imaginação”, os demais objetos humanos considerava, somente extensões do corpo. Talvez por este caráter potencialmente imaginativo, o escritor argentino acreditasse que o livro representasse um dos caminhos para a felicidade humana.

Para Sherazade, em *Mil e uma noites*, foi no encontro com a arte de contar histórias, que salvou a si mesma da morte anunciada. A sedução foi o seu mecanismo de sobrevivência. Suas histórias carregadas de vida devolveram a vida ao seu sultão.

Este encantamento, segundo Fisher (2006) ocorre desde as pinturas rupestres, pois a leitura sempre fez parte da história da humanidade. Quando homens da caverna compartilharam seus registros do cotidiano, por meio de símbolos, desenhos no teto, em paredes ou mesmo por impressão na rocha, deram os primeiros passos em direção às suas narrativas, enredadas por seus feitos e seus pensamentos. Ao percebermos a leitura como prática social e cultural, sem dúvida, pudemos compreender o seu papel simbólico nas estruturas sociais, na sua relação com o indivíduo (leitor) e com a própria sociedade.

Fisher (2006) ainda ressalta que imaginar esse processo mágico fluindo sob os olhares de povos tão primitivos, é pensar no indivíduo imerso numa grande teia de fantasia, na qual a leitura emerge como produtora de sentidos e o livro como mecanismo de uma interlocução social possível. É justamente desse processo de interação que se abre uma porta para outro mundo, cria-se este espaço de interlocução.

Na prisão, todo o processo de leitura tem suas restrições. Os livros escolhidos para leitura em unidades prisionais passam por uma série de critérios que vão desde a sua estrutura física, como encadernação, até seu conteúdo, como a escolha de temas que não incitem à violência ou mesmo o crime. Nesta dinâmica, além de ser importante compreendermos como são realizadas as escolhas das obras, centradas no discurso institucional, é também importante compreender que o leitor não escolherá o seu livro

preferido. Numa atitude análoga a história de Sherazade, este leitor terá a oportunidade apenas de contar histórias, como forma de diminuir seus dias de purgação. Entretanto, é inegável que é também sinônimo de salvação por fazer bem para a mente e trazer melhoras para o espírito, por permitir ao indivíduo afastar-se de realidades não desejadas, neste caso, a prisão. (JOHN, 2004, p.100).

À priori, partilharemos alguns dados da recente pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, divulgados em 2015, em sua 4ª edição que nos permitirão fazer uma breve comparação entre as escolhas realizadas pelo leitor convencional e as leituras direcionadas no projeto de Remição pela Leitura. Um ponto comum observado entre estas leituras diz respeito é que os livros religiosos e de autoajuda seguem como os gêneros mais lidos pelos brasileiros, sejam eles homens livres ou não. A Bíblia permaneceu como o mais citado, entre os livros indicados, seguida pelas obras: *O monge e o executivo* (James C. Hanter), *Amor nos tempos do cólera* (Gabriel Garcia Marques), *Bom dia Espírito Santo* (Benny Hinn), *Livro dos sonhos*, *Menino brilhante*, *O símbolo perdido* (Dan Brown), *Nosso lar* (Chico Xavier) e *Nunca desista dos seus sonhos* (Augusto Cury).

Já entre os autores mais citados, na referida pesquisa, aparecem *Augusto Cury*, *Chico Xavier*, *Gabriel Garcia Marquez*, *Paulo Freire*, *Benny Hinn*, *Ernest W. Maglischo* e *Içami Tiba*. Entre os autores indicados como aqueles de quais os leitores mais gostam, aparecem Monteiro Lobato seguido de Machado de Assis, Paulo Coelho, Maurício de Souza, Augusto Cury, Zibia Gaspareto, Carlos Drummond de Andrade, Padre Marcelo Rossi, entre outros.

Em entrevista concedida pela CGTP, quando perguntado quanto à leitura espontânea – realizada por escolha do leitor –, observamos que não se diferencia daquela realizada no espaço extramuros, sendo apontados, como mais lidos, os títulos de suspense, romance policial ou trilógias e, quanto aos autores, aparecem nomes como Nora Roberts, Sidney Sheldon, Nicholas Sparks e Agatha Christie.

Quanto ao acervo, que está em discussão, para aquisição no ano de 2017, foram sugeridas algumas obras para cada penitenciária pela Comissão Pedagógica. A partir dos dados coletados, fizemos um recorte, sem a menor pretensão de classificá-las, como as mais procuradas ou mais lidas. Aqui estão sendo citadas, simplesmente, com o objetivo de torná-las visíveis e públicas.

É importante enfatizar que, segundo dados fornecidos pela CGTP, as escolhas da comissão pedagógica são atravessadas pela ideia de formação intelectual deste

indivíduo, bem como sua interação com obras brasileiras indicadas em exames de seleção, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). A ideia da literatura como entretenimento, não parece inerente a este discurso, sobrepõe-se a ela, a ideia de ocupação do tempo ocioso, manutenção da ordem e remição de pena.

Iniciaremos a descrição, com recortes das obras indicadas para cada penitenciária, a começar pela Penitenciária Federal de Mossoró que sugeriu 140 obras para leitura. Verificamos que entre estas obras, estão listados muitos clássicos da literatura brasileira, entre eles títulos estrangeiros, os conhecidos mundialmente como *best-sellers*. Estas escolhas se assemelham àquelas realizadas por leitores, em estado de liberdade. (Cf. quadro 2, abaixo).

As sugestões de leitura para a Penitenciária Federal de Campo Grande traz uma relação de obras diversas, sobretudo, *best-sellers*. No entanto, percebemos que as sugestões contemplam também obras nacionais e importantes clássicos da literatura, além da *Coleção para gostar de ler*. Desde Harry Potter, da autora inglesa J.K. Rowling a obras de Jô Soares, passando por Fernando Sabino e Luís Fernando Veríssimo. Entre os 144 títulos sugeridos, citamos no quadro abaixo, algumas obras para esta unidade:

Quadro 2- Obras sugeridas para leitura no projeto de Remição pela Leitura para o ano de 2017 (PFMOS)

LIVROS	AUTORES
Vidas secas	Graciliano Ramos
Sagarana	João Guimaraes Rosa
Memórias de um Sargento de Milícias	Manoel Antônio de Almeida
Dom Casmurro	Machado de Assis
O cortiço	Aluizio de Azevedo
Brás, Bexiga e Barriga Funda	Antônio de Alcântara Machado
Dois irmãos	Miltom Hatoum
Ansiedade: como enfrentar o mal do século	Augusto Cury
O auto da Compadecida	Ariano Suassuna
Laços de Família	Clarice Lispector
A arte da política- a história que vivi	Fernando Henrique Cardoso
1822	Laurentino Gomes
Operação Cavalo de Troia	J.J.Benítez
Cidade dos Ossos	Cassandra Clare
Anjos e demônios	Dan Brow

Fonte: DEPEN/MJ

Quadro 3- Obras sugeridas para leitura no projeto de Remição pela Leitura para o ano de 2017 (PFCG)

LIVROS	AUTORES
1808	Laurentino Gomes
Viva o povo brasileiro	João Ubaldo Ribeiro
As esganadas	Jô Soares
Quando ela se foi	Harlan Coben
Número Zero	Umberto Eco
Feliz por nada	Martha Medeiros
Fim	Fernanda Torres
Inferno	Dan Brow
O negociador	John Grisham
Depois da escuridão	Sidney Sheldon
A vida como ela é	Nelson Rodrigues
Feliz Ano Velho	Marcelo Rubem Paiva
O morro dos ventos uivantes	Emily Bronte
Madame Bovary	Gustave Flaubert

Fonte: DEPEN/MJ

Para a Penitenciária Federal de Porto Velho, foram indicadas 164 novas obras. Entre elas, *best-sellers* de autores renomados estrangeiros como Sidney Sheldon, Dan Brow, além da coleção *Para Gostar de ler*. Entre outros escritores, figuram Fernando Sabino, J.J Benitez, Marta Medeiros, Cassandra Clare. (Cf. quadro 4, abaixo).

Quadro 4- Obras sugeridas para leitura no projeto de Remição pela Leitura para o ano de 2017 (PFPV)

LIVROS	AUTORES
O amor e outros objetos pontiagudos	Marçal de Aquino
Emma	Jane Austen
A volta ao mundo em 80 dias	Júlio Verne
Inteligência prática	karl Albrech
Primeiras histórias	Guimaraes Rosa
Silêncio, hospital	Chico Anísio
A obra de Arte	Anton Tchekhov
Ensaio sobre a cegueira	José Saramago
A paixão segundo GH	Clarice Lispector
Fortaleza Digital	Dan Brow
O voo da madrugada	Sergio Santana
Vale tudo- Tim Maia	Nelson Mota
A era dos extremos	Eric
O livro da filosofia	vários autores
Os cem melhores contos brasileiros do século	Ítalo Moriconi

Fonte: DEPEN/MJ

Na proposta de livros para o ano de 2017, a Penitenciária Federal de Catanduvas apresentou uma grande variedade de gêneros e títulos. Desde *best-sellers* de autores como Nicolas Sparck, Stephen King, Harlan Coben, Con Ingulden, Kate Ohear, James

Hasner, livros com uma vertente mais espiritual e de autoajuda Zibia Gaspareto, Augusto Cury, Robert Jordan, Sylvan Reinard. Entre todas as unidades, esta unidade federal se destaca pela sua maior variedade de gêneros, como espirituais, saúde, filosóficos, clássicos, nacionais e técnicos, proporcionando uma grande variedade de autores.

Quadro 5- Obras sugeridas para leitura no projeto de Remição pela Leitura para o ano de 2017 (PFCAM)

LIVROS	AUTORES
A coleira do cão	Rubem Fonseca
A Ilha Perdida	Maria Jose Dupré
Morangos Mofados	Caio Fernando de Abreu
A insustentável leveza do ser	Milan Kundera
O Guardião	Nicolas Sparck
O Alquimista	Paulo Coelho
O Doente Imaginário	Molière
Quincas Borba	Machado de Assis
Senhora	José de Alencar
O último dia de um condenado à morte	Victor Hugo
O punho de Deus	Frederick Forsyth
Um lugar chamado liberdade	Ken Follet
Deixe a neve cair	John Green
Garganta Vermelha	Jo Nesgo
A fé de Abraão	Bispo Macedo

Fonte: DEPEN/MJ

Para a mais nova Penitenciária Federal, a de Brasília, com previsão de inauguração para 2017. Inicialmente, as sugestões têm por objetivo a formação do acervo com pelo menos 4.000 novos títulos. Entre eles, observa-se um número menor de best-sellers como autores Sidney Sheldon e Nicolas Sparcks, uma maior variedade de gêneros, com textos filosóficos, muitos religiosos e espirituais, muitos títulos ligados à autoajuda, como *A vontade de Deus* de Silas Malafaia, passando pela poesia de Fernando Pessoa e o contemporâneo *Assassinis Creed* de Oliver Bowden. Ainda foram citados títulos como o clássico *Assim falou zarastruta* e o sucesso no mercado mundial *Cinquenta tons de cinza* de E L James, título mais lido nas prisões americanas. E como não poderia faltar o *Código penal*, e o eterno clássico infantil *Pequeno príncipe* de Saint Exupéry. (Cf. quadro 6, abaixo).

Quadro 6- Obras sugeridas para leitura no projeto de Remição pela Leitura para o ano de 2017 – Penitenciária Federal de Brasília

LIVROS	AUTORES
10 Respostas que vão mudar sua vida	Reginaldo Manzotti
100 Cristo 100 Chance	Pe. Battisti
100 Maneiras de simplificar sua vida	Joycer Meyer
120 Minutos para blindar seu casamento	Renato Cardoso
127 horas	Aron Ralston
1968 – o ano que não terminou	Zuenir Ventura
23 Minutos no inferno	Bill Wiese
70 historinhas	Carlos Drummond de Andrade
A alegria da obediência fiel	Bill Graham
A Bruxa de Portobelo	Paulo Coelho
A fascinante construção do eu	Augusto Cury
A Idade da razão	Jean Paul Sartre
A interpretação dos sonhos	Freud Sigmund
A Metamorfose	Kafka
A Odisseia	Homero

Fonte: DEPEN/MJ

Importante frisar que neste contexto, percebeu-se que o processo de escolha das obras se assemelha ao modelo endereçado às classes menos favorecidas em diversos outros contextos, em que professores assistentes sociais, mediadores do livro de forma geral, o relacionam ao seu aspecto utilitário. Assim, o livro é pensado como uma forma imediata de “ajuda” aos estudos.

Por outro lado, Petit (2008) esclarece que a leitura também, em alguns momentos, parece ser vista como *entretenimento* e, neste sentido, os *best-sellers* são a principal indicação. De modo que em alguns casos, o cânone, considerado legítimo, é reservado aos intelectuais que transitam nas elites sociais. Embora, muitos entendam que o livro não é um artigo de luxo, e, portanto seu acesso não deva ser restrito, às vezes não é isso o que acontece.

Curiosamente, as indicações de leitura buscam atender ao perfil de presos ou mesmo as demandas inerentes ao nível de instrução dos participantes. Contudo, ressalta-se que são balizadores ainda frágeis, em função do contato limitado com a comissão responsável pelo projeto de Remição pela leitura. É sabido também que as escolhas perpassam pela trajetória deste leitor que muito se assemelha ao leitor extramuros apontado na pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil*, uma vez que as escolhas estão, de certa maneira, sedimentadas neste tipo de leitura e em seus recortes pessoais, como no caso dos *best-sellers*. Contudo, recuperando as ideias de Pétit (2008, p.78), não podemos nos esquecer de que, de alguma maneira, os livros tocam seus leitores no mais

“profundo da experiência humana”. Neste sentido, considerando a ampliação da proposta de leitura, trata-se, sobretudo, de uma questão de direito, de dignidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – ENFIM, O TECIDO

Estamos na rua loco, estamos na favela, no campo, no bar, nos viadutos, e somos marginais, mas antes somos literatura, e isso vocês podem negar, podem fechar os olhos, virarem as costas, mas como já disse, continuaremos aqui, assim como o muro social invisível que divide esse país. (Ferréz, 2006).

Como proposta inicial, esta tese procurou investigar as práticas de leitura como remição de pena nas Penitenciárias Federais Brasileiras – de Regime Disciplinar Diferenciado – normatizadas, a partir do ano de 2012, instituídas pela Portaria 276/2012.

Considerando a prática literária como política pública de estímulo à leitura nas prisões, a defesa desta tese foi fundamentada na ideia de que **a leitura pode contribuir significativamente no processo de ressocialização, trazendo impactos sobre a rotina carcerária moduladora e alienante deste sujeito, minimizando os efeitos da prisionização e possibilitando a reformulação da sua visão de mundo**, para além da ideia do projeto de Remição de pena pela Leitura como medida redutora de dias do apenado do Sistema Penitenciário Federal.

A pesquisa se estruturou para responder aos seguintes questionamentos: Qual o perfil deste leitor? Como o projeto de Remição pela Leitura é desenvolvido e quais são as estratégias de mediação envolvidas neste processo? Ao final de todo esse projeto, qual seria o impacto da prática literária sobre a vida deste leitor e sua rotina carcerária?

Os resultados apresentados do projeto Remição pela Leitura compreenderam o período de 2009 a 2016 em todo o Sistema Penitenciário Federal. O objetivo foi descrever o perfil do leitor no regime disciplinar diferenciado, como se dá sua formação e o seu comportamento em espaços de extremo confinamento. Além de descrever todo o processo de remição de pena, no seu aspecto legal e as estratégias de mediação para execução do projeto. Por meio dos indicadores de adesão, produção de resenha e homologação dos textos por unidade federal, pretendeu-se compreender a representação desta leitura.

Para além da ideia de remição de pena, que se configura importante para o cumprimento de pena, já que se trata de uma política pública, já que coloca em debate o direitos do apenado à dignidade e a um cumprimento “Harmônico” da pena. Estão sendo considerados estes princípios. De outro lado, é uma oportunidade impar de

estimular a prática de leitura, desenvolver uma atividade intelectual que pode despertar seu interesse pela educação ou mesmo pelo trabalho. Mas, o que está sendo feito nas prisões para que a ressocialização se cumpra, conforme preconiza a lei de execução penal? Existem atividades de educação e laboral? Os presos recebem formação profissional? Como estão sendo preparadas estas pessoas para seu retorno à sociedade?

Por isso, pensamos o espaço da prisão, a partir de seus interlocutores como uma maneira de principiar a discussão com estes atores que, de certa maneira, permanecem invisíveis no processo de cumprimento de sua pena e, por consequência, dificilmente a eles é dado o direito de falar. Aqui conseguiram ocupar a posição central no debate, como leitores e, assim, pudemos os conhecer melhor, sob outra perspectiva.

Neste sentido, o texto foi desenvolvido sob a metáfora da teia, uma teoria possível sobre a prisão. Por isso, partimos do pressuposto de que vivemos em uma sociedade de consumo e sob os efeitos colaterais do fenômeno da globalização e como peças de uma engrenagem, quando não são desempenhados os papéis sociais de forma adequada, garantindo o bom funcionamento desta estrutura social, são descartadas. Constatamos que na sociedade moderna, como em outros momentos da história, o lugar apropriado para o descarte deste material foi a prisão. Por mais que não queiramos, a prisão faz parte da nossa sociedade.

O projeto de Remição pela Leitura nestas penitenciárias reverberou em todo o Brasil com a replicação de programas e com o uso de instrumentos legais que pudessem dar sustentação ao seu desenvolvimento, sendo constatada a participação estadual de aproximadamente 30% em suas unidades prisionais. Mesmo que em números absolutos, a participação dos presos seja pouco expressiva, observamos que o programa foi bem recebido, e que, aos poucos, vem sendo ajustado a cada realidade.

Todavia, mesmo com todo o amparo legal, observou-se o posicionamento contrário de algumas instâncias sociais que compreendem a leitura como bonificação pelo crime cometido por estes sujeitos e, portanto, um prêmio ao crime. A sociedade, de forma geral, defende a ideia da leitura como uma benesse, contrária a proposta de punição impressa na medida de restrição de liberdade.

Além do argumento jurídico que dá conta da possível inconstitucionalidade da lei por tratar de forma desigual, aqueles que por lei deveriam receber o mesmo tratamento. Fato é que diante de uma realidade de carências, onde são ineficientes as políticas públicas de educação e trabalho, a leitura se revelou um mecanismo possível

na remição de pena. Num movimento contrário, estes indivíduos resgataram o valor do livro impresso, alheios à realidade das telas iluminadas da contemporaneidade. Nesta condição de leitor, agora, praticam a leitura, sob a promessa de liberdade e de menos dias na prisão.

De forma geral, os instrumentos utilizados para o levantamento de dados quantitativos foram considerados satisfatórios, dado o universo complexo que é a prisão e o difícil acesso a informações precisas. Os dados quantitativos relacionados ao SPF foram relevantes à pesquisa, por trazer em alguns momentos, aspectos pouco divulgados. Quanto ao aspecto qualitativo, todo o material cedido pelos órgãos competentes do Ministério da Justiça responsáveis pelo SPF, foi de igual relevância, contudo a ausência de resposta na autorização da visita *in loco* deixou, em aberto, algumas questões específicas de cada realidade prisional, que sob a perspectiva etnográfica, com a realização de entrevistas, conversas e observações poderiam ser respondidas. Com isso, a análise foi mais abrangente e se relacionou a todo o SPF. Assim, apresentamos os leitores das penitenciárias brasileiras e buscamos retratar esta realidade tão pouco conhecida.

No primeiro bloco de dados analisados, foi levantado **o perfil socioeconômico e familiar**, com isso, pudemos verificar que este perfil se diferencia da população carcerária nacional, em alguns aspectos, por se tratar de uma **população mais velha**, com **relacionamentos estáveis**, e contrariando as expectativas, com uma infância normal sem grandes traumas, tendo seu ingresso ainda jovem no mundo do crime. O **tráfico de entorpecentes foi o crime de maior incidência penal** também na fase adulta destes apenados. Neste novo regime, os entrevistados relataram que se sentiam perseguidos, e que por isso desconheciam a razão por estarem no SPF. Numa avaliação dos pontos positivos do SPF, os internos **apontaram a biblioteca em primeiro lugar**, revelando a importância da leitura neste espaço. A cela individual é outro aspecto positivo, uma vez que a superlotação é uma realidade nas prisões brasileiras e interfere, sobremaneira, na convivência diária, sendo a privacidade, somente possível em momentos reservados ao castigo. O desrespeito aos seus direitos, segundo os entrevistados, se perpetua inclusive neste sistema.

No segundo bloco de análises, conhecemos **os espaços de leitura** e, com isso, nos aproximamos da rotina deste leitor. Com 22 horas em cela, a **leitura tornou-se uma necessidade básica e elemento trivial na rotina da grande maioria**. A adesão dos internos ao projeto de remição pela leitura foi considerada boa, com cerca de 60%

de participação. Durante o seu período de execução (2009 a 2016), 5.670 resenhas foram produzidas. Foi baixo o índice de evasão do programa, de apenas 10%. Com um perfil diferenciado da massa carcerária, **no SPF são poucos os internos analfabetos**, tendo a maioria cursado o nível médio. Vimos que **o hábito de leitura não veio com a prisão**, já fazia parte da vida destes apenados. Em virtude do hábito ou mesmo do confinamento extremo, quase todos **leem em média 10 livros ou mais ao ano, mesmo não estando integrado ao programa de Remição de Leitura**. Consideram-se, portanto, bons escritores e leitores assíduos. A configuração admitida nesta proposta corrobora a figura do “leitor real” que, de fato, tem seu mundo afetado pela complexidade do confinamento na sua prática literária.

Considerando como leitura espontânea, a leitura de uma obra escolhida pelo interno, avaliamos que **os gostos literários guardam semelhança com a realidade extramuros**, pautada em leituras de best-sellers e livros de suspense. Por sua vez, pensando na leitura direcionada – aquela escolhida pela comissão pedagógica de cada unidade – **as indicações de livros se revelaram muito próximas da realidade das escolas extramuros, pautada no caráter utilitário da leitura** e nos interesses por livros que, de certa maneira, são exigidos em exames e vestibulares. Neste regime, é complexo pensar em gosto literário, já que, de certo modo, os internos não são interrogados quanto a este assunto. Portanto, observa-se uma reprodução dos modos de apropriação de leitura que privilegiam o seu caráter utilitário em detrimento da sua fruição.

No SPF, *com tempo demais e atividade de menos*, **a leitura representou** nas falas dos internos, a **possibilidade real de ampliação do conhecimento**, de construção do intelecto, além de um exercício de criatividade. Neste contexto prisional, estas ideias sofreram um alargamento do senso comum, no momento em que a leitura resgatou também uma nova **possibilidade de interação, dissociada do mundo do crime**. A leitura **desautomatiza as relações rotineiras do cárcere**, permitiu ao leitor contar uma história e, ao contextualizá-la, ampliar sua perspectiva de mundo. Na perspectiva de outro leitor, a leitura *abre os horizontes*, por meio da imaginação, **liberta**. Por outro lado, numa das falas ficou registrado o processo de alienação em que vive este leitor e, como a leitura, segundo sugestão do próprio interno, seria um instrumento para mensurá-la e falar deste automatismo que envolve a prisão.

Outro fato relevante foi a percepção da leitura como um estímulo à produção escrita, a possibilidade deste leitor contar sua própria história. As resenhas produzidas

revelaram ainda um compromisso deste leitor com os critérios de fidedignidade e de originalidade. Revelaram ainda, a **fragilidade dos textos produzidos**, sobretudo, quanto ao gênero resenha, percebida na confissão do próprio interno ao pedir desculpas reiteradas vezes pelos erros ortográficos cometidos. Este reconhecimento desta fragilidade é praticamente um pedido de ajuda na confecção desses textos. Chama atenção também, a clareza e a organização textual de alguns textos, mesmo diante de **pouca orientação** recebida e, algumas vezes, da complexidade da leitura.

Embora direcionada, não havendo escolha da obra lida por parte do leitor, é fato que a leitura em si encerra o seu caráter transformador. Neste aspecto, reafirmo o pensamento de Cândido quando diz que

[...] a literatura corresponde a uma necessidade universal que deve ser satisfeita sob a pena de mutilar a personalidade, porque pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos organiza, nos liberta do caos e, portanto nos humaniza”. E defende o fato de que “a literatura pode ser um instrumento consciente de desmascaramento, pelo fato de focalizar as situações de restrição dos direitos, ou de negação deles, como a miséria, a servidão, a mutilação espiritual, e por estas razões, a literatura está relacionada com a luta pelos direitos humanos. (CÂNDIDO, 1998, p.122).

E que, portanto, deixa em nós marcas de humanidade:

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos à natureza, à sociedade e ao semelhante. (CÂNDIDO, 1998, p.117).

Entretanto, sabemos que a prisão também deixa marcas invisíveis, mas não menos transformadoras. No SPF, a grande maioria dos presos permanece numa situação de exclusão, quanto à perspectiva de educação, pois **não tem a oportunidade de concluir seus estudos. As atividades profissionalizantes são restritas e o trabalho praticamente inexistente**. Possivelmente, voltarão à prisão de origem sem terem avançado em seus estudos. Neste sentido, quando em liberdade, o sujeito voltará a desempenhar funções, na sua maioria, de caráter informal, sem vínculos empregatícios. De certa maneira, é um processo cíclico que também apresenta o crime como única possibilidade. A noção de direito é questionável, não estando disponível a todos. Todas as atividades ressocializadoras na prisão, mesmo neste caso, em que a preocupação se volta para a remição de pena, geram diversos questionamentos, fomentando uma

discussão importante na construção de uma sociedade sem violência. Qual o lugar destas pessoas? Continuaram à margem, excluídos?

Com um cenário vazio de perspectivas, a leitura, na prisão, aventa novas possibilidades, e quando este leitor é conectado ao mundo do texto, parece permanecer vivo no mundo extramuros, dada a sua conexão com o texto, que também a outros é dado a ler. Desta intersecção entre o mundo da prisão e o mundo do texto, seu mundo, de certo modo, é reformulado. Nas entrevistas analisadas foi possível verificar esta reformulação, a partir da leitura da obra *Crime e Castigo*, de Dostoiévski.

Com base na análise dos relatórios institucionais, mesmo que o objetivo inicial do projeto de leitura seja a remição de dias na pena, observamos que entre a primeira e a última fase do projeto, houve uma adesão considerada estável por parte dos internos ao programa. Contudo, pontuamos alguns aspectos que merecem atenção. Concluímos que, possivelmente, **a ausência de efetivo ou mesmo o seu deslocamento para outras atividades interferiu diretamente no funcionamento do programa**, por isso houve um intervalo de 1 a 3 anos em suas atividades.

A ausência de uma mediação efetiva deixou frestas na compreensão do gênero e do desenvolvimento do texto, Assim, pudemos verificar que a produção de resenha apresentou uma queda em torno de 20 a 50%, em determinados espaços, o que poderia ser possivelmente minimizado, se houvesse oficinas de leitura. Há ainda uma carência de espaços de compartilhamento de leituras. Constatamos que a ampliação do acervo permitiria aumentar o número de participantes, uma vez que seria possível incorporar mais títulos a cada ciclo proposto. Todavia, mesmo com estes entraves, a avaliação das resenhas apresentou uma média de aprovação de 70 a 90%, em algumas unidades, sendo homologadas no período de 2009 a 2016, 5.043 remições.

A priori, **analisando todo o contexto apresentado**, pensamos o projeto **Remição pela Leitura** sob duas perspectivas. A primeira a ser considerada é o projeto de **Remição de pena** que, segundo a dinâmica apresentada, é possível perceber que tem suas amarras legais bem articuladas, dando sustentação jurídica a sua execução.

A segunda perspectiva diz respeito ao **Projeto de Leitura** que toma a prática de leitura já existente, como redutor de pena. Neste aspecto, pensando na leitura como remição de pena e política pública, observamos que é necessário **repensar o gênero resenha** que, de certa maneira, não é atendido em todas as suas características, uma vez

que a própria Portaria 276/2012 não deixa claro a que tipo se refere e esta falta de clareza interfere nesta produção textual, uma vez que se trata de:

um gênero que pode ser chamado por outros nomes, como resenha crítica, e que exige que os textos que a ele pertencem tragam informações centrais sobre os conteúdos e sobre outros aspectos de outro(s) texto(s) lido(s) – como, por exemplo, sobre o seu contexto de produção e recepção, sua organização global, suas relações com outros textos etc., e que, além disso, tragam comentários do resenhista não apenas sobre os conteúdos, mas também sobre todos esses outros aspectos. (MACHADO, LOUSADA E ABREU- TARDELLI, 2007, P. 14).

De outro lado, percebe-se que **a ausência de Oficinas literárias**, mesmo que com a devida previsão legal, compromete todo o processo de compartilhamento de leitura e produção textual. Por isso, é necessária a **presença de um profissional das Letras** que possa contribuir em todas as etapas de desenvolvimento do projeto, bem como participar de suas discussões e de sua avaliação. É importante acompanhar tais políticas, refletir sobre o tema, avaliar sua execução. Revisá-la quando necessário. O **roteiro literário** é outra perspectiva importante, uma vez que é necessário pensar num movimento gradual desta leitura e na exploração de suas temáticas. **Uma planilha de correção** possibilitaria um melhor acompanhamento deste leitor quanto à avaliação dos textos produzidos, bem como um *feedback* sobre os critérios estabelecidos. Por fim, **oficinas de formação** que tragam aos atores envolvidos informações sobre o desenvolvimento e execução de todo o projeto com maior clareza, além de sua avaliação são relevantes para a discussão e nos ajustes necessários.

Acreditamos, portanto que os fios que embaralham esta leitura estão voltados para uma questão estrutural – inerente aos sistemas de controle penal - a própria rotina de segurança que recebe o criminoso e invalida a sua condição de estudante, de trabalhador, de possível leitor. É complexa uma realidade na qual se tem uma proposta de ressocialização, que de certa maneira, se torna inviável, em razão de se tratar de um regime disciplinar de extremo controle.

Se nas prisões comuns, o problema é a **superlotação**, no SPF, o problema é como tratar este criminoso que exerce liderança e representa um **braço forte das facções criminosas**. Em meio a estas questões, reafirmo a minha crença de que a prática de leitura sobrevive ao cárcere, numa relação dialógica, inclusive com este leitor, estimulando sua percepção estética e provocando reflexões morais, entrelaçados aos fios que julguei como possíveis laços de **humanização, pertencimento, imaginação e, de**

certa forma, de liberdade. Afinal, parafraseando Ferréz, citado em epígrafe nestas considerações, *somos marginais, mas antes literatura.*

Finalizamos esta tese acreditando na sua contribuição para os estudos da prática da leitura na prisão e, sobretudo, para uma compreensão deste leitor do SPF e pensando a Literatura como prática social. Contudo permaneço consciente de que se trata de uma realidade complexa, que precisa ser problematizada para que seja, de fato, possível, **pensar avanços no desenvolvimento de ações de estímulo à leitura nas prisões** e que estes projetos de leitura se tornem programas sólidos em todo o Brasil.

Neste aspecto, acredito que mais pesquisas científicas em espaços, como este, dariam maior sustentação teórica para o desenvolvimento destas práticas de leitura. Sei que se trata de um primeiro e pequeno passo em direção a um entendimento mais profundo desta teia que se articula, que envolve este sujeito, mas confesso acreditar que seja passível de desconstrução, desde que seja encontrado o fio que indique um caminho de volta. Olhando mais de perto **os impactos da leitura** sobre o universo destes sujeitos, corroborado por meio de suas falas e textos, compreendemos que nesta sociedade disciplinar e moduladora de comportamentos, **a leitura pode romper os efeitos da prisionização**, se considerarmos os efeitos estéticos do texto e sua possibilidade de **reformulação da sua visão de mundo, ressignificando sua existência**. Ao promover a **desalienação** deste sujeito e abrir a porta que o reprograma para a vida, é possível, então pensar na sua **reinserção social**.

Por enquanto, o que se percebe é que, considerando a prisão, na sua estratégia antropológica, como uma teia, o preso personifica o sucesso dos sistemas de punição, ao promover a sua reincidência e retroalimentá-los. Contudo, aos poucos, a leitura vem se autoafirmando como política pública possível e importante. (BAUMAN, 1991).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. **Sistema penitenciário no Brasil-Problemas e desafios**. Revista Usp, n. 9, p. 65-78, 1991.

_____, Sérgio. **Crise no sistema de justiça criminal**. Ciência e cultura, v. 54, n. 1, p. 50-51, 2002.

_____, Sérgio; SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC**. Estudos avançados, v. 21, n. 61, p. 7-29, 2007.

AGUIAR, Vera Teixeira de. O leitor competente à luz da teoria da literatura. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 124, p. 23-34, jan.-mar. 1996.

AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de. **Da desigualdade à indiferença**, o samba de uma nota só nas penitenciárias brasileiras. IHU ON-LINE – Revista do Instituto Humanitas Unisinos, nº 471, ano XV, 31-08-2015, p. 30-36.

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 1988.

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Globalização: As consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **O prazer do texto**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Zahar, 2005.

_____. **Tempos líquidos**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**, trad. Álvaro Cabral, Rocco, Rio de Janeiro, 1987.

BLOOM, Harold. **Como e por que ler**. Objetiva, 2000.

BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Elsevier Brasil, 2004.

BOECHAT, Mhyrna; KASTRUP, Virgínia. A experiência com a Literatura numa instituição prisional. **Psicologia em Revista**, v. 15, n. 3, p. 22-40, 2009.

BORGES, Jorge Luis. **Cinco visões pessoais**. Universidade de Brasília, 1996.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRASIL. **Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jul. 1984. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2014.

BRASIL. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Carcerário**: CPI do sistema carcerário. Brasília: Câmara dos Deputados/Edições Câmara, 2009. Disponível em: Acesso em: 20 de nov de 2015.

BRASIL. Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, Sistema Penitenciário Federal. **Portaria n.276 de 20 de junho de 2012**. Dados disponíveis em<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/htm>>. Acesso em: 27 jan. 2012 >

BRASIL. Ministério da Justiça. **Sistema Integrado de Informações penitenciárias do Ministério da Justiça (INFOPEN/MJ)**. Dados disponíveis em<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/htm>>. Acesso em: 27 jan. 2015 >

BRASIL. Ministério da Justiça. **Sistema Integrado de Informações penitenciárias do Ministério da Justiça- Infopen Mulheres (INFOPEN/MJ)**. Dados disponíveis em<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/htm>>. Acesso em: 12 dez. 2014 >

BRASIL. Ministério da Justiça, Departamento Penitenciário Nacional, Sistema Penitenciário Federal. **I Anuário do Sistema Penitenciário Federal**, 2015.

Cartilha Projeto Novos Rumos na Execução Penal, editada pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais : 2009. Disponível em www.portal.mg.gov.br

BROWN, Mano. **Diário de um detento**. Intérprete: Racionais MCs CD: Sobrevivendo ao Inferno. Cosa Nostra, v. 1, 1998.

- CALDIN, Clarice Fortkamp. **A leitura como função terapêutica: biblioterapia :** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 6, n. 12, p. 32-44, 2001.
- CANDIDO, Antônio. **Vários escritos.** Livraria Duas Cidades, 1998
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e sociedade.** São Paulo: Nacional, 2000.
- CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados:** mapas da interculturalidade. Tradução Luiz Sérgio Henriques. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005. 283p.
- CANFORA, Luciano. **Livro e liberdade.** Casa da Palavra, 2003.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador; conversações com Jean Lebrun.** São Paulo: UNESP/IMESP, 1999.
- CHARTIER, Roger et al. **Cultura escrita, literatura e história:** conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Artmed, 2001.
- CARCERÁRIA, PASTORAL. **Prisões privatizadas no Brasil em debate. São Paulo: ASAAC, 2014.**
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A questão penitenciária.** *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 15-36, 2013.
- CHIES, Luiz Antônio Bogo. **A capitalização do tempo social na prisão:** a remição no contexto das lutas de temporalização na pena privativa de liberdade. São Paulo: Método: IBBVVRIM, 2008.
- CHRISTIE, Nils. **A Indústria do controle do crime a caminho dos gulags em estilo ocidental.** Forense, 1998.
- COIMBRA, Cecília. **A proteção do privado que desumaniza o outro.** IHU ON-LINE – Revista do Instituto Humanitas Unisinos, nº 471, ano XV, 31-08-2015, p. 37-41.
- COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria.** Belo Horizonte: UFMG, 2001.
- CUNHA, Manuela Ivone P. da. **As organizações enquanto unidades de observação e análise:** o caso da prisão. 2004.

DA SILVA, Anderlândia Nobrega; DE ALMEIDA, Linoberg Barbosa. **Prisões da Fronteira (sem) Norte: observações sociológicas sobre o sistema prisional em Roraima**. *EXAMÁPAKU*, v. 7, n. 3, p. 3-22, 2014.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, v. 102, p. 85-102, 1997.

DOSTOIÉVSKI, Fiódor. **Recordações da casa dos mortos**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. **Crime e castigo**. Editorial Presença, 2011.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Tradução: Ana Falcão Bastos e Luis Leitão. 13ª Ed. Lisboa: Presença, 2007.

FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. UNESP, 2006.

FOUCAULT, Michel; DELEUZE, Gilles. Os intelectuais e o poder. **Microfísica do poder**, v. 17, p. 69-78, 1997.

_____. **De outros espaços**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br>> acesso em 20/09/2011.

_____. **Vigiar e punir**. Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramallete. 23ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Unesp, 1990.

GIRON, Luís Antônio. **Vozes da prisão: pena de sangue**. *Revista Cult*, n. 59, p. 34-44, jul. 2006.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun, 1995.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1990.

GRAMSCI, Antonio; COUTINHO, Carlos Nelson. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? In *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210.

HORELLOU-LAFARGE, Chantal; SEGRÉ, Monique. **Sociologia da Leitura**. Ateliê Editorial, 2010.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos direitos humanos**. SP: Companhia das Letras, 2009.

IPL. **Retratos da leitura no Brasil**. Brasília: Instituto Pró-livro, 2015.

ISER, Wolfgang. **O ato de leitura: uma teoria do efeito estético**. São Paulo: Ed. 34, 1996.

_____. **O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária**, Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.

JAUSS, Hans Robert. **A estética da recepção: colocações gerais**. In: LIMA, Luiz Costa. *A literatura e o leitor*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

JAUSS, Hans Robert et al. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Ed. Ática, 1994.

JAUSS, Hans Robert. O prazer estético e as experiências fundamentais da poiesis, aisthesis e katharsis. **A literatura e o leitor: textos de estética da recepção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 16, p. 2-18, 1979.

JOHN, V. M. **Palavras da salvação”: as representações da leitura na prisão**. 2004. 193 f. 2004. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

JOUVE, Vincent. **A leitura**. São Paulo: Ed. Unesp, 2002

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Península, 1969.

LEMGRUBER, Julita. **Prisões do Brasil. Um pacote de equívocos que gera e mantém o caos**. IHU ON-LINE – Revista do Instituto Humanitas Unisinos, nº 471, ano XV, 31-08-2015.

MACHADO, Ana Maria. **O Tao da teia**: sobre textos e têxteis. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 173-196, 2003.

MACHADO, A. R.; LOUSADA, E.; ABREU-TARDELLI, L. S. **Resenha**. 4. ed. São Paulo: Parábola, 2007.

MANGUEL, Alberto. **Uma história de Leitura**. São Paulo: Cia das Letras, 1997.

MARTHA, Alice Aurea Penteado. **Leituras na prisão**. Maringá: Eduem, 2011.

MASSI, Fernanda, NAKAGOME, Patrícia Trindade (Org.) . **Desumanização na literatura**. São Paulo: Mé Parió Revolução, 2015.

PETIT, Michele. **jovens e a leitura, Os**. São Paulo: Editora 34, 2008.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Mutações da literatura no século XXI. São Paulo: Companhia das letras**, 2016.

PIEGAY-GROS, Nathalie. **Le lecteur, textes choisis & présentés** par Nathalie Piegay-Gros. Paris: Flammarion, 2002.

POKORSKI, Maria Melania Wagner Franckowiak; POKORSKI, Luís Antônio Franckowiak. O contador de histórias: vínculos e identificações. **Estudos de Psicanálise**, n. 40, p. 91-99, 2013.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Execução penal: comentários à Lei 7.210, de 11 de julho de 1984**. 11. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2004.

RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2008.

REGO, Isabel Pojo do. Sociologia da prisão. **Sociedade e Estado**, v. 19, n. 1, p. 227-233, 2004.

RIBEIRO, Renato Janine. **Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme**. Tempo social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.11, n.11, p.189-195, 1999.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**: crônicas; organização Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SALLA, Fernando. **A retomada do encarceramento**: as masmorras high tech e a atualidade do pensamento de Michel Foucault. Cadernos da FFC, v. 9, n. 1, p. 35-58, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização do pensamento único à consciência universal**. 9ª edição. Editora Record – Rio de Janeiro – São Paulo – 2002.

SANTOS, Diego Prezzi; DE TOLEDO, Iara Rodrigues. A Visita Virtual como Forma de Garantia da Integridade Psicofísica do Preso Condenado: Enfoque do Ponto de Vista dos Direitos da Personalidade. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 12, n. 2, 2012.

SARTRE, Jean Paul. **O imaginário**. Tradução de Duda Machado. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa”, Caderno CRH 39: 11-24. 2003.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Difel, 2010.

WACQUANT, Loïc. **As Prisões da Miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

WILDE, Oscar. **De Profundis**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2004.

ZALUAR, Alba. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas**. FGV Editora, 2004.

ZILBERMAN, Regina. **Fim dos livros, fim dos leitores?** São Paulo: Senac, 2001

.

_____. **Estética da recepção e história da literatura**. São Paulo: Ática, 1989.

APÊNDICES

APÊNDICE A- A TEIA- TEORIA DA PRISÃO

Breve reflexões sobre a teia

Vejo almas, vejo vidas, vejo histórias, vejo homens vindo e vindo.

Acordam para a confusão sabendo e vivendo um mundo paralelo. Voltam a dormir, pelo menos fingem dormir. Mas ainda sabem essa vida, para lá.

Levantam para a xepa, sem fome mastigam e engolem tudo sem de fato mastigar. Goela a bucha tudo o que lhes dão pra comer. Goela a bucha as migalhas de tudo que ainda resta.

No pátio o caminho de zumbis, em círculos. Desfrutando o vigor de uma vida que se esvai lenta e fugida ou fútil.

É permanecer nesse estado simplento, talvez por anos e anos. Até que seu nome é gritado e quase que por milagre é lançado fora da teia.

É o que existe longe da teia? Já não é mais possível escapar do vício que lhes prendeu.

Já não se sabe mais quem é, visto que a teia lhe chama por anos e anos como o interno, a presa, o lucro, o objeto.

Não sabe nada, a não ser de que é um lixo a ser reciclado. Uma peça no xadrez que torna o cheque mate e caí.

Não tem pra onde ir. É se encontra perto abasta não consegue entrar. É se entra não consegue permanecer. É se não permanece sai.

O que tem esse homem? Sonrta o que
 para lhe forjado no visgo da feis. Ele até
 poderá tentar romper com esse laço. Negar o
 visgo. Lutar. Mas sempre para com ele as especta-
 tivas serão as mesmas possíveis.

Sem base, sem nlicece ele cambalheia
 de um lado para outro. Sem vontade, ele vagueia.
 Sem motivos, ele para. Sem saída, ele cede.

Do outro lado da moeda, a senhora
 mantém espera. O bote será certo e o ali-
 mento garantido. Sem piedade. Uma vez na feis,
 sempre na feis.

Poucos conseguem escapar do visgo e não
 mais fazer parte da feis. Disse poucos, sim. Mas
 estes existem e embora fiquem nos entranhas o
 visgo, lutam até o fim e negam a feis.

O sistema judiciário brasileiro aqui é visto
 como essa feis. Eis a analogia. As ananias, todos
 os que direta ou indiretamente sobrevivem graças
 a essa feis. O alimento, as moscas, são os homens
 que cometeram um crime, foram presos e julgados,
 treinados e ensinados a reiniciar.

Simple assim. Me pergunto o que aconte-
 ceria se Deus realizasse um milagre e os crimes
 parassem de uma hora para outra. O que aconteceria
 em um mês sem ocorrência criminal?

Se o crime para, certamente o sistema
 judiciário entrará em colapso. Quantas pessoas, fa-
 mílias e inocentes sobrevivem graças ao crime
 praticado?

Parece uma insensibilidade, mas é fato. A teia é real e palpável. É preciso alimentar a reincidência criminal para que ela alimente os que dela necessitam.

Por anos e anos e anos o judiciário se debaixo sobre a questão penal. Discuti-se o enrijecimento da pena. Implantou-se modelos de cadeia variados. A vítima clama por vingança e o culpado clama por clemência. Ambos não se dão conta que são apenas peças de um jogo macabro.

Enquanto isso nós outros seguimos fingindo que não é com a gente. Até que o problema bate a nossa porta e de repente somos lançados na teia. Réu ou vítima, servimos de alimento às aranhas.

Romper essa teia é preciso. E para tanto basta tê-la somente enxergá-la. No entanto a massa curatória segue dopada. Isso mesmo. Dopada, pois a droga entorpece mais no interior do que em qualquer outro lugar. A massa segue alimentada com ódio pelo visgo da teia.

No fim, de novo massa de manobra.

ROTEIRO DE PESQUISA

Este roteiro destina-se à realização de um trabalho de investigação sobre leitura como remição em penitenciárias federais realizada pelo programa de Teoria Literária e Literatura da Universidade de Brasília- UnB. Se houver qualquer dúvida sobre a pesquisa, pode entrar em contato pelo e-mail : marialuzineideribeiro@bol.com.br.

Agradeço pela sua participação.

Maria Luzineide P. da Costa Ribeiro
Doutoranda na área de Teoria Literária e Literatura

1. Nome da unidade:
2. Número de internos :
3. Critérios para participação no projeto:
4. Início do projeto:
5. Descrição do projeto de remição de leitura:
6. Número de participantes do projeto de remição pela leitura:
7. Perfil dos participantes do projeto (sociodemográfico/ quanto à tipificação penal)
8. Profissionais envolvidos no projeto :
9. Práticas efetivas na mediação de leitura:
10. A leitura é direcionada ou espontânea? Se direcionada, qual o critério para seleção das obras a serem lidas?
11. Existe outro acesso à leitura, além do projeto de remição? Se existe, qual o fluxo desta leitura, livros mais lidos e livros mais solicitados.
12. Quais os desafios para execução do projeto ?
13. Número de resenhas produzidas
14. Índice de evasão do projeto
15. Principais motivações para a leitura
16. Exemplos de resenhas produzidas
17. Critérios para a remição da pena pela leitura

APÊNDICE C - SOLICITAÇÃO DE VISITA TÉCNICA

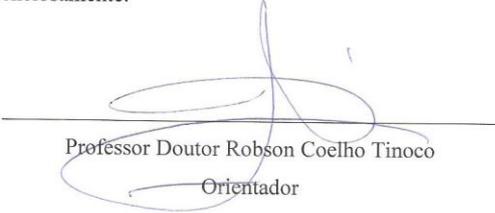
Brasília, 14 de março de 2016.

Ao Diretor da Penitenciária Federal de Catanduvas/ Paraná
Dr. Marcelo Stona

ASSUNTO: AUTORIZAÇÃO PARA VISITA TÉCNICA A PENITENCIÁRIA FEDERAL

Solicito a Vossa Senhoria autorização para visita técnica à Penitenciária Federal de Catanduvas /PR em virtude de pesquisa de doutorado da aluna **Maria Luzineide Pereira da Costa Ribeiro**, do curso de Literatura e Práticas Sociais da Universidade de Brasília (UnB). Como proposta para o seu doutoramento, a aluna investiga a prática de leitura nas penitenciárias federais brasileiras e a remição pela leitura. Neste aspecto de investigação, solicita-se ainda a autorização para a utilização de máquina fotográfica, aparelho para gravação das entrevistas e registro dos encontros, condicionada ao consentimento expresso do entrevistado e para fins de pesquisa.

Outrossim, coloco-me à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.
Sem mais, atentamente.



Professor Doutor Robson Coelho Tinoco
Orientador

APÊNDICE D- SOLICITAÇÃO DE COLETA DE DADOS- ETAPA FINAL

Brasília, 14 de março de 2016.

À Coordenadora Geral de Tratamento Penitenciário/ DEPEN
Jocemara Rodrigues da Silva

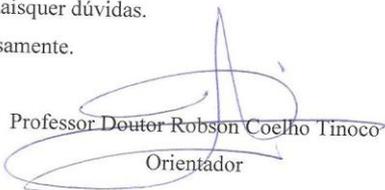
ASSUNTO: COLETA DE DADOS 2014/2015

Solicito a Vossa Senhoria informações sobre os projetos de leitura que ocorrem nas Penitenciárias Federais como remição, em razão de pesquisa de doutorado realizada pela aluna **Maria Luzineide Pereira da Costa Ribeiro**, do curso de Literatura e Práticas Sociais, do Departamento de Teoria Literária e Literaturas, da Universidade de Brasília (UnB).

Como proposta para o seu doutoramento, a referida aluna investiga a prática de leitura nas penitenciárias federais brasileiras e a remição pela leitura. Nesse aspecto de investigação, a contribuição deste departamento é de fundamental importância para levantamento de dados, sobretudo os concernentes aos anos de 2014 e 2015, uma vez que os dados relacionados aos anos de 2009 a 2013 já foram prontamente concedidos. Para tal, como instrumento de pesquisa, encaminhamos, em anexo, questionário para norteamo das respostas.

Outrossim, aproveito o ensejo para agradecer pelo atendimento prestado por este departamento em todas as demandas solicitadas anteriormente e coloco-me à disposição para dirimir quaisquer dúvidas.

Sem mais, atenciosamente.


Professor Doutor Robson Coelho Tinoco
Orientador

ANEXOS

ANEXO A – PORTARIA 276/2012 – REMIÇÃO PELA LEITURA**PORTARIA CONJUNTA JF/DEPEN N.º 276, de 20 de junho de 2012.****Disciplina o Projeto da Remição pela
Leitura no Sistema Penitenciário
Federal.**

O MINISTRO CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA FEDERAL e o DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVEM:

Art. 1º Instituir, no âmbito das Penitenciárias Federais, o Projeto “Remição pela Leitura”, em atendimento ao disposto na Lei de Execuções Penais, no que tange à Assistência Educacional aos presos custodiados nas respectivas Penitenciárias Federais.

Parágrafo único. O referido Projeto poderá ser integrado a outros projetos de mesma natureza que venham a ser executados nas Penitenciárias Federais.

Art. 2º O Projeto visa à possibilidade de remição da pena do custodiado em regime fechado, em conformidade com o disposto no artigo 126 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, alterado pela Lei 12.433/2011, de 29 de junho de 2011, concomitantemente com a Súmula 341 do STJ, com o Art. 3º, III da Resolução nº 02 do Conselho Nacional de Educação e com o Art. 3º, IV da Resolução nº 03 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, o qual associa a oferta da educação às ações complementares de fomento à leitura, atendendo a pressupostos de ordem objetiva e outros de ordem subjetiva.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às hipóteses de prisão cautelar.

Art. 3º A participação do preso dar-se-á de forma voluntária, sendo disponibilizado ao participante 01 (um) exemplar de obra literária, clássica, científica ou filosófica, dentre outras, de acordo com as obras disponíveis na Unidade, adquiridas pela Justiça Federal, pelo Departamento Penitenciário Nacional e doadas às Penitenciárias Federais.

Parágrafo único. Tendo em vista a real efetivação do projeto, é necessário que haja nos acervos das Bibliotecas das Penitenciárias Federais, no mínimo, 20 (vinte) exemplares de cada obra a serem trabalhadas no projeto.

Art. 4º Segundo o critério objetivo, o preso terá o prazo de 21 (vinte e um) a 30 (trinta) dias para leitura de uma obra literária, apresentando ao final deste período uma resenha a respeito do assunto, possibilitando, segundo critério legal de avaliação, a remição de 04 (quatro) dias de sua pena e ao final de até 12 (doze) obras lidas e avaliadas, terá a possibilidade de remir 48 (quarenta e oito) dias, no prazo de 12 (doze) meses, de acordo com a capacidade gerencial da Unidade.

Art. 5º O critério subjetivo possui embasamento legal no artigo 126 da nº 7210, de 11 de julho de 1984, equiparando-se ao trabalho intelectual, e considerar-se-á a fidedignidade e a clareza da resenha, sendo desconsideradas aquelas que não atenderem a esse pressuposto.

Art. 6º O referido Projeto desenvolver-se-á de acordo com:

I - A seleção dos presos participantes e a orientação de suas atividades será feita pela equipe de tratamento penitenciário, sendo que a avaliação das resenhas elaboradas ficarão a cargo de comissão específica, a ser nomeada pelo Diretor de cada Penitenciária Federal e presidida pelo (a) Chefe (a) da Divisão de Reabilitação da respectiva Unidade.

II - A comissão de que trata o inciso I do presente artigo será composta por servidores das Unidades Prisionais Federais – Especialistas em Assistência Penitenciária, Técnicos em Assistência Penitenciária, Agentes Penitenciários Federais e por servidores de instituições parceiras.

III - Podem participar do referido Projeto todos os presos da Unidade que tenham as competências de leitura e escrita necessárias para a execução das atividades referentes ao mesmo, principalmente aqueles que não estiverem sendo atendidos pela escola regular ou por outras oficinas/projetos extracurriculares.

IV - A avaliação das competências de que trata o inciso II do presente artigo ficará a cargo do(a) Pedagogo(a) da respectiva Unidade Penal Federal ou de servidor designado pelo presidida pelo (a) Chefe (a) da Divisão de Reabilitação da respectiva Unidade.

V - O preso participante do Projeto receberá orientações para tal, preferencialmente, através de Oficinas de Leitura, sendo cientificado da necessidade de alcançar os objetivos propostos para que haja a concessão da remição de pena, a saber:

a) ESTÉTICA: Respetar parágrafo; não rasurar; respeitar margem; letra cursiva e legível;

b) LIMITAÇÃO AO TEMA: Limitar-se a resenhar somente o conteúdo do livro, isto é, não citar assuntos alheios ao objetivo proposto.

c) FIDEDIGNIDADE: proibição de resenhas que sejam consideradas como plágio.

VI - As Oficinas de Leitura, com vistas ao incentivo à leitura e ao desenvolvimento da escrita como forma criativa de expressão, abrangerá um universo maior de participantes e será realizada pela equipe de tratamento penitenciário e

possíveis colaboradores, em salas de aula ou oficinas de trabalho, em data previamente agendada junto a Divisão de Segurança e Disciplina.

VII - A Comissão organizadora do Projeto analisará os trabalhos produzidos, observando os aspectos relacionados à compreensão e compatibilidade do texto com o livro trabalhado. O resultado deverá ser enviado, por ofício, ao Juiz Federal da Execução de Penas de cada Estabelecimento Penal Federal, para que este decida sobre o aproveitamento a título de remição da pena, contabilizando-se 4 (quatro) dias de remição de pena aos que alcançarem os objetivos propostos.

VIII - Aos integrantes da Comissão supracitada deverá ser dada ciência dos termos do Artigo 130, da Lei nº 7.210/84, acerca da possibilidade de constituição de crime por atestar com falsidade um pedido de remição de pena.

Art. 7º A remição será aferida e declarada pelo juiz federal corregedor, ouvidos o Ministério Público Federal e a defesa.

§ 1º A Direção da Penitenciária Federal encaminhará mensalmente ao juiz federal corregedor cópia do registro de todos os presos participantes do projeto, com informação referente ao item de leitura de cada um deles, de acordo com o Art. 4º deste dispositivo.

§ 2º Ao condenado dar-se-á a relação de seus dias remidos.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI

WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR
Juiz Federal Corregedor da Penitenciária Federal em Mossoró/RN

ANEXO B- REPORTAGEM SOBRE A PENITENCIÁRIA RURAL DE MONTE CRISTO/BOA VISTA

FOLHA DE S.PAULO

Detentos constroem favela com bar e igreja dentro de presídio em Roraima

JULIANA COISSI
DE SÃO PAULO

07/03/2015 02h00

Entre barracos de madeira, roupas estendidas no varal e latidos de cachorros, policiais se posicionam perto de um campinho de futebol, como se estivessem prontos para agir. Do outro lado, moradores das casas improvisadas os observam.

O muro alto, ao fundo das imagens, revela que a "cidade" foi erguida dentro de uma prisão em Roraima.

BAR E IGREJA

Na favela, há barracos equipados com geladeira dúplex e TVs. Um deles é um bar, com um balcão com display de vidro, daqueles de armazenar salgados.

A placa vista num barraco, "Casa de Oração", anuncia um templo evangélico, com pilhas de cadeiras. Os barracos estão cercados de pés de bananeiras, varais de roupas e tambores de estocar água.

Cachorros que circulam pelo local. A assessoria do Ministério Público contou 15 deles.

A palavra "agrícola" no nome do presídio vem de sua construção, há quase 30 anos. No início, havia uma horta, criação de porcos e frangos, olaria e marcenaria, tudo funcionando precariamente desde o início, segundo o promotor.

O secretário Josué dos Santos Filho, responsável pela Sejuc, pasta que gere o presídio, disse que a favelinha deve ser totalmente eliminada até outubro, após reforma das alas.

A reportagem tentou contato com o ex-governador de Roraima Chico Rodrigues (PSB), sem resposta.

★ ★ ★

Reprodução



Barracos e templo evangélico improvisado dentro da Penitenciária de Monte Cristo, em Roraima

ANEXOC - NOTA TÉCNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MPSP Ministério Público
DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL
Rua Riechuelo, 115 - 7º andar - sala 730 - São Paulo - CEP 01007-000 - tel. 3119-9922/9924
http://www.mp.sp.gov.br/porta/page/porta/cao_criminal
caocnm@mp.sp.gov.br

NOTA TÉCNICA**REMIÇÃO DE PENA PELA LEITURA**

Com base na Portaria Conjunta nº 276, de 20 de junho de 2012, da Corregedoria-Geral da Justiça Federal e do Departamento Penitenciário Nacional, acolhendo parecer de sua assessoria, o Corregedor Geral da Justiça do Estado de São Paulo, mediante a publicação de comunicado na página eletrônica do Tribunal de Justiça, passou a estimular os juízes das Varas de Execução Criminal a adotar a denominada "remição por leitura", inserindo no aludido site cópia de minuta de portaria contendo o regramento de tal benefício.

Em equivocado paralelo com a remição por estudo, disciplinada pelo artigo 126 da Lei nº 7.210/84, com a nova redação dada pela Lei nº 12.433/11, a exemplo do que vem sendo feito em diversas unidades da Federação, os juízes das Varas de Execução Criminal poderiam decretar a remição de até 04 dias por mês, num total de 48 dias por ano, desde que o sentenciado, após a leitura de obra literária, elaborasse uma resenha sobre o tema, trabalho este que seria avaliado por uma comissão, encarregada de aferir a compatibilidade do texto com o da obra lida.

O sentenciado teria trinta dias para efetuar a leitura da obra e mais dez para a elaboração da resenha.

Em que pese os bons propósitos do Poder Judiciário, consubstanciados na melhor formação do preso e no combate a ociosidade dentro do cárcere, verifica-se que tal medida não guarda compatibilidade com a ordem constitucional e legal.

No atual estágio de evolução do Direito de Execução Penal, tornando-se indiscutível a jurisdicionalização da execução da pena, não mais se contesta a sua submissão aos princípios constitucionais do processo penal, dentre eles os da legalidade e da isonomia.

O primeiro, fundado em postulados iluministas, a par da referência constitucional (artigo 5º, inciso XXXIX, CR) encontra menção expressa no artigo 2º da Lei de Execução Penal, segundo o qual "a jurisdição penal dos juízes ou tribunais de justiça ordinária, em todo o território nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal".

No que toca a obediência da legalidade na execução da pena, Anabela Miranda Rodrigues assevera que "a mesma necessidade de segurança jurídica que fundamenta o princípio da legalidade impõe que os direitos e deveres recíprocos

da administração penitenciária e dos reclusos sejam legalmente catalogados. É uma verdadeira exigência do Estado de Direito” (Rodrigues, Anabela Miranda. *Novo olhar sobre a questão penitenciária*. São Paulo: RT, 2001, p. 67).

No mesmo sentido se projeta o magistério de Alexis Couto de Brito, que garante “que tanto o juiz como a autoridade administrativa concorrerão para com as finalidades da pena, garantindo direitos e distribuindo deveres em conformidade com a lei” (Execução Penal. 2ª edição, São Paulo: RT, 2011, p. 43).

Ora, é inofensivo que, nos artigos 126/130, ao disciplinar o instituto da remição, a Lei de Execução Penal não faz qualquer referência à hipótese de resgate da pena através da leitura, de modo que o Judiciário não poderá tomar tal atividade como causa de concessão daquele benefício, sob pena de nítida afronta ao princípio da legalidade penal, de expressa estatura constitucional (artigo 5º, XXXIX, da Constituição da República).

Atente-se, ainda, ao fato de que a concessão de remição pela leitura, em razão da afronta a legalidade, caracteriza situação de evidente desvio de execução, nos termos do artigo 185 da Lei nº 7210/84, cujo incidente deverá ser suscitado pelo membro do Ministério Público oficiante perante o juízo da Execução

Criminal, nos termos do artigo 186, inciso I, do mesmo diploma legal.

No entanto, não bastasse a ofensa a legalidade, é de se considerar que a concessão do benefício da remição pela leitura, viola também o princípio da isonomia, de idêntico *status* constitucional (artigo 5º, “caput”, da Constituição da República).

Luiz Régis Prado, Denise Hammerschmidt, Douglas Bonaldi Maranhão e Mário Coimbra asseguram que “o princípio da isonomia tem inteira aplicação no âmbito da execução criminal, no sentido de que nenhum condenado sofra discriminação de natureza racial, social, religiosa ou política (artigo 3º, parágrafo único, da LEP)” (Direito de Execução Penal, 2ª edição, São Paulo: RT, 2011, p. 26).

É indiscutível que ao viabilizar o resgate de parte da pena àquele preso que, num determinado espaço de tempo, procede à leitura de uma obra literária, o juiz da execução penal discrimina este encarcerado alfabetizado daquele que não sabe ler, estabelecendo evidente distinção de natureza social, inadmissível não só pela Lei de execução penal (artigo 3º, parágrafo único, da Lei nº 7.210/84) como principalmente pelo Texto Constitucional (artigo 5º, “caput”, da CR).

MPSP Ministério Público
DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL
Rua Riachuelo, 115 - 7º andar - sala 730 - São Paulo - CEP 01007-000 - tel. 3119-9922/9924
http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_criminal
caocrim@mp.sp.gov.br

Anote-se que, embasado na velha lição aristotélica, a igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades.

Lembre-se que, no caso em tela, temos dois presos em situações desiguais, um alfabetizado e outro analfabeto, mas tal desigualdade, para fins de concessão de benefícios no curso da execução da pena, não admite tratamento diferenciado.

Tudo porque, seguindo as lições de Celso Antonio Bandeira de Mello, “se o tratamento diverso outorgado a uns for ‘justificável’, por existir uma ‘correlação lógica’ entre o ‘fator *discrímen*’ tomado em conta e o regramento que se lhe deu, a norma ou a conduta são compatíveis com o princípio da igualdade; se, pelo contrário, inexistir essa relação de congruência lógica ou - o que ainda seria mais flagrante - se nem ao menos houvesse um fator de *discrímen* identificável, a norma ou conduta serão incompatíveis com o princípio da igualdade” (Princípio da isonomia: desequiparações proibidas e desequiparações permitidas, in *Grandes Temas de Direito Administrativo*, São Paulo: Malheiros, 2009, p. 196).

No caso em exame, o fator de *discrímen*, ou seja, a alfabetização do preso, não mantém qualquer relação de

MPSP Ministério Público
DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL
Rua Riachuelo, 115 - 7º andar - sala 730 - São Paulo - CEP 01007-000 - tel. 3119-9922/9924
http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_criminal
caocrim@mp.sp.gov.br

Anote-se que, embasado na velha lição aristotélica, a igualdade consiste em tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades.

Lembre-se que, no caso em tela, temos dois presos em situações desiguais, um alfabetizado e outro analfabeto, mas tal desigualdade, para fins de concessão de benefícios no curso da execução da pena, não admite tratamento diferenciado.

Tudo porque, seguindo as lições de Celso Antonio Bandeira de Mello, "se o tratamento diverso outorgado a uns for 'justificável', por existir uma 'correlação lógica' entre o 'fator *discrímen*' tomado em conta e o regramento que se lhe deu, a norma ou a conduta são compatíveis com o princípio da igualdade; se, pelo contrário, inexistir essa relação de congruência lógica ou - o que ainda seria mais flagrante - se nem ao menos houvesse um fator de *discrímen* identificável, a norma ou conduta serão incompatíveis com o princípio da igualdade" (Princípio da isonomia: desequiparações proibidas e desequiparações permitidas, in Grandes Temas de Direito Administrativo, São Paulo: Malheiros, 2009, p. 196).

No caso em exame, o fator de *discrímen*, ou seja, a alfabetização do preso, não mantém qualquer relação de congruência lógica com o tratamento mais benéfico, e, portanto,

MPSP Ministério Público
DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL
Rua Riachuelo, 115 - 7º andar - sala 730 - São Paulo - CEP 01007-000 – tel. 3119-9922/9924
http://www.mp.sp.gov.br/portal/page/portal/cao_criminal
caocrim@mp.sp.gov.br

diferenciado, concedido ao preso alfabetizado no curso da execução da pena.

De todos estes pontos resulta a segura conclusão no sentido da evidente inconstitucionalidade da remição de pena pela leitura.

Centro de Apoio Operacional Criminal

ANEXO D- FOTOS DE CURSOS PROFISSIONALIZANTES



ANEXO E- DEPOIMENTO 1

"Onde a leitura entra no sentido"
 COLM: "N": "onde a gente" "o que a gente"

Em primeiro lugar gostaria de
 parabenizar o autor responsável
 pelo o projeto de Ramiado de pena
 pela leitura.

Foi um projeto muito bom, pois
 meete com o nosso "cortex"
 e com a gente vai em algumas
 nossa bagagem de vida, nossa
 alto conhecimento desperta o interesse
 pelo a leitura e excita a inteligência.
 E com a gente se tornamos mais
 inteligente e ficamos com a memória
 afiada e com isso se temos a ganhar.

A leitura por si só já é um bem
 trazido para o ser humano.

E quanto a mesma vem acompanhada
 de um trabalho de um projeto valendo
 pontos - já é um bem muito maior
 pois se tratando de leitura tudo
 é genial.

Eu tenho pouco estudo e pouco conhecimento
 da literatura e também da leitura.
 Confesso - Mas sei que a leitura
 influencia no nosso conhecimento, quanto
 mais mais ler mais aprendemos e
 ficamos com o vocabulário muito

ANEXO F- DEPOIMENTO 2



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE/MS
DIVISÃO DE REABILITAÇÃO

DEPOIMENTO: A IMPORTÂNCIA DO PROJETO REMIÇÃO PELA LEITURA

QUANTO AS IMPORTÂNCIAS DO PROJETO REMIÇÃO PELA LEITURA, POSSO PONTOAR VÁRIOS DOS BENEFÍCIOS, POR FANTO VOU ESCREVER OS PRINCIPAIS, O GANHO DE CONHECIMENTO COM A LEITURA E FAMILIARIZAÇÃO COM A REGRAS E SUAS REGRAS, E POR SEGUNDO A REMIÇÃO DE QUATRO DIAS A CADA RESENHA.

EXISTI OUTROS PONTOS POSSÍVEIS, NÓS INTERNOS TEMOS TEMPO DEMAIS E ATIVIDADE DE MENOS, AS LEITURAS ALÉM DOS BENEFÍCIOS CITADOS É UMA FORMA DE INTERAÇÃO, OS DEBATES ENTORNO DE AUTORES E TEMAS A SER ANALISADO, O QUE DESVIA O FOCO DO MUNDO DO CRIME.

É TÃO RELEVANTE QUE OS INFORMES FORNECIDO PELO PROJETO COM AS NOTAS, SÃO GUARDADOS PARA ALIMENTAR A AUFRENTINA.

ORIGADO AOS IDEALIZADORES E OS QUE SE EN-
QUE ABRACANDO O PROJETO

Iniciais do Nome: W. A. V. M.

Data: 29/10/12

ANEXO G- DEPOIMENTO 3



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL
SISTEMA PENITENCIÁRIO FEDERAL
PENITENCIÁRIA FEDERAL EM CAMPO GRANDE/MS
DIVISÃO DE REABILITAÇÃO

DEPOIMENTO: A IMPORTÂNCIA DO PROJETO REMIÇÃO PELA LEITURA

Além da importância óbvia do ganho de 4 dias computados como cumpridos na pena, o projeto Remição pela Leitura é importante por incentivar o participante a trabalhar seu intelecto de forma mais elaborada, utilizando seu senso crítico e sua imaginação, o que, na rotina diária da penitenciária federal não é muito exercitado. Também é importante por incentivar a responsabilidade, já que há um prazo há que se cumprir.

Acredito também que, através do trabalho de reser-va crítica, seja possível os examinadores testemunha-rem o quanto alienado possa estar o participante do mundo extramuros, e assim apresentar às autoridades competentes propostas para melhor trabalhar a ressocialização deste indivíduo.

Fico muito grato todas as vezes que sou convidado a participar.

Muito obrigado.

ANEXO H- RESENHA 1

Livro: Dom Casmurro
 CATAPULVAS, 17 DE JUNHO DE 2011
 REDAÇÃO

Uma história de amor que começa na adolescência de dois jovens vizinhos que desde a infância sonham e brincam no mesmo espaço na cidade do Rio de Janeiro.

De suas inocências brota um profundo sentimento de afeição que com o passar do tempo amadurece e transforma-se em um namoro velado que mais tarde realuda no casamento de Bentinho e Capitu; os dois principais personagens desta história.

Bentinho; tímido e compreendido, e Capitu; lípida e extrovertida. Os dois brincam, trocam olhares e juram casar-se um com o outro.

Mas as promessas religiosas da mãe de Bentinho levam-no para o seminário e este conhece outro seminário por nome Escobar que também não morre de amores pela carreira religiosa.

Das suas confidências surge um grande e duradoura amizade que só se acaba com a morte de um deles. Todavia sonham carreiras diferentes que se concretizam após deitarem os estudos eclesiásticos.

Depois de formados, Bentinho casa-se com Capitu sob as bênçãos de sua mãe e Escobar casa-se com uma amiga de Capitu e, os dois casais, mantem o relacionamento e a amizade da juventude.

O casal Escobar geram uma filha causando inveja em Bentinho e Capitu, pois a cegonha não chegava para eles. É, só depois de muitas promessas e tentati-

ANEXO I- RESENHA 2

RESENHA DO LIVRO: INCIDENTE EM ANTARES ^{OPERAÇÃO FEDERAL}
 AUTOR: ERICO VERISSIMO

Obviamente trata-se de uma sutil crítica ao regime ditatorial, mas o interessante foi o uso do humor fino que o autor usou para demonstrar o regime que dominou um país, no caso o Brasil, de dimensão continental, mas que os ditadores transformaram num país provinciano dominado pelo coronelismo (militares). Muito inteligente a fórmula usada pelo autor que representou nosso país pela fictícia cidade de Antares, e seus personagens que representam nossa população, vítima dos mandos e desmandos da ditadura. Cada personagem representando certa parcela do nosso povo, são várias as facetas que compõe cada personagem, destacando suas paixões, suas virtudes, suas fraquezas.

Impérativo destacar a sutileza, e as vezes o escancaramento, do qual faz uso o autor para evidenciar, o egoísmo, o orgulho, a arrogância, a prepotência, as misérias, as vaidades, e a violência, mas também existe o espaço para humildade, a caridade, a paciência e o arrependimento, enfim as inúmeras mazelas que fazem parte do ser humano.

Muito habil colocar os 07 cadáveres ressuscitados para desmascarar os habitantes (vivos), demonstrando a corrupção, a falta de caráter, a desonestidade, a falsa moral dos dirigentes e personagens que se diziam ilibados, pois afinal de contas o que tem

ANEXO J- RESENHA 3

INCIDENTE EM ANTARES



A OBRA LITERÁRIA DO GRANDE ESCRITOR ÉRICO VERÍSSIMO FOI FUNDAMENTADA NA POLÍTICA E NA SOCIEDADE BRASILEIRA, NARRANDO O FIM DA MONARQUIA E O COMEÇO DE UMA REPÚBLICA QUE ATÉ OS DIAS ATUAIS NÃO SE MOSTRA SATISFATORIA PARA O POVO BRASILEIRO. É PÚBLICO E NOTÓRIO QUE NOSSOS POLÍTICOS EM SUA GRANDE MAIORIA SEMPRE VISAM OS INTERESSES PRÓPRIOS E A GANANÇÁ DEGENERAM PELO PODER, FAZ COM QUE A POPULAÇÃO EM GERAL FIQUE NÁ APÓS NÁ MAIS DESACREDITADA EM ELEGER UM SIMPLES VEREADOR OU UM PRESIDENTE.

É LAMENTÁVEL OBSERVAR QUE ASSIM COMO FOI NO TEMPO DE ESTÚLIO VARREAS, JÂNIO QUADROS, JUSCELINO E OUTROS, NUNCA NA HISTÓRIA POLÍTICA DE NOSSO PAÍS, DEIXAMOS DE VER ESCANDALOS, CORRUPÇÕES E TROCA DE FAVORES, SENDO QUE TODOS OS DIAS FICAM MAIS EVIDENTES AS FALCÁTRUAS PARA ALCANÇAR E SE MANTER NO PODER. O POVO BRASILEIRO AINDA NÃO TOMOU CONSCIÊNCIA DE QUE TEM NAS MÃOS O PODER PARA MUDAR TODA ESTA HISTÓRIA, POIS SE TODOS TIVESSEM A SÉRIEDADE DE ESCOINER E VOTAR EM CANDÍTADOS QUE APRESENTASSEM PROPOSTAS DE TRABALHO DENTRO DAS NECESSIDADES BÁSICAS E DA CARENÇA DE CADA REGIÃO, TALVES TUDO PODERÍA SER DIFERENTE. O POVO BRASILEIRO É EM SUA MAIORIA ROMONISTA.

Enriquez e J. J. J.

S	S	J	M	L	W
0	S	S	0	0	S

ANEXO K- RESENHA 4

LIVRO INCIDENTE EM ANTARES
AUTOR ERICO VERISSIMO

CERTO DIA A ESCRITORA NÉLIDA PIÑON
DISSE: LEIA GUERRA E PAZ DE LEON TOLSTOÏ
E VOCÊ ENTENDERÁ TUDO QUE NA-
POLEÃO NÃO CONSEGUIU ENTENDER.

PARODIANDO A IMMORTAL ESCRITORA, PODEMOS TAMBÉM
DIZER O SEGUINTE: LEIAM INCIDENTE EM ANTARES DE ERICO
VERISSIMO E VOCÊS ENTENDERÃO UM POUCO DO BRASIL.

NESTA MAGNÍFICA OBRA O AUTOR NOS LEVA À UM PAS-
SEIO ATRAVÉS DO TEMPO, QUE COMEÇA NA PRÉ-HISTÓRIA DA RE-
GIÃO SUL DO BRASIL, MAIS PRECISAMENTE A MARGEM ES-
QUERDA DO RIO URUGUAI, COMARCA DE SÃO BÓRJA, FRONTEI-
RA COM A ARGENTINA, NUM LUGAREJO IMAGINÁRIO CHAMADO
POVINHO DA CAVEIRA E QUE MAIS TARDE, PASSOU A DENOMINAR-SE
CIDADE DE ANTARES NO MUNICÍPIO DO MESMO NOME, QUE TOR-
NOU-SE DA NOITE PARA O DIA, AMIGUVA E EFEMERAMENTE FA-
MÍLIOSA, NÃO SÓ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, MAS NO
BRASIL, E PODEMOS ATÉ MESMO DIZER, ATRAVÉS DO MUNDO CIVI-
LIZADO. DEVIDO A FATOS CLASSIFICADOS COMO INSOÍTOS, LÚRIDOS
E TÊTRICOS PELO JORNALISTA LUCAS FAIA, PERSONAGEM FICTÍCIO
QUE DIRIGE O DIÁRIO A VERDADE, ÚNICO JORNAL DA CIDADE.

COM RIQUEZA VOCABULAR, DADOS HISTÓRICOS, UM HUMOR
AS VEZES IRÔNICO, SENSO POLÍTICO E UMA FASCINANTE GALERIA DE
PERSONAGENS, ESTRO PROLÍFERO DO SEU MAGNÍFICO ESPÍRITO
CRIATIVO, ERICO VERISSIMO NOS ENSINA UM POUCO DA HISTÓ-
RIA POLÍTICA, DOS COSTUMES E DA ALMA DO NOSSO PAÍS,
RETRATANDO ACONTECIMENTOS QUE PRECEDERAM O ADIEN-
TO DA NOSSA REPÚBLICA ATÉ AS CIRCUNSTÂNCIAS POLÍTI-
CAS QUE LEVARAM A DEFLAGRAÇÃO DO GOLPE MILITAR DE 1964.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO
CULTURAL
Letras
GOVERNO FEDERAL

ANEXO L- RESENHA 5

Confirmação OK!

O autor, Erico Veríssimo, nasceu em Cruz Alta (RS) em 1905, e faleceu em Porto Alegre em 1975. Na juventude foi bancário e sócio de uma farmácia. Em 1931 casou com Mafalda Hoffman von Uslpe, com quem teve os filhos Flávia e Luís Fernando. Sua estreia literária foi na revista do Glóbo, com o conto "Ladrão de gado". A partir de 1930, já radicado em Porto Alegre, tornou-se redator da revista. Depois foi secretário do Departamento Editorial da Lavoura do Glóbo e também conselheiro editorial, até o fim da vida.

A década de 30 marca a ascensão literária do escritor. Em 1938, tem seu primeiro grande sucesso: *Olhos no lírio do campo*. O livro marca o reconhecimento de Erico no país inteiro e em seguida internacionalmente, com a edição de seus romances em vários países.

Em plena ditadura, lança *Incidente em Antares* (1971) visão crítica ao regime militar, supressão das liberdades. O romance, além de ser uma visão crítica e profunda da sociedade brasileira, insiste na tese de que é dever de todo escritor "dar testemunho" sobre seu tempo, pois a liberdade é e sempre será a matéria-prima dos artes e do pensamento.

Tendo como protagonistas duas famílias dinásticas antarenses, na pequena cidade de Antares, situada na fronteira do Brasil com a Argentina: a dos Vaccaronos e a dos Campolongo, uma feroz rivalidade com atos de violência e perversidade que durou mais de sete décadas, com períodos de maior ou menor intensidade, do amor de acom-

tecimentos de ordem político, econômica ou puramente pessoal.

Relata fatos ocorridos na época do governo de Getúlio e mostra as suas contradições como na passagem em que o Brasil manda uma Força Expedicionária à Itália, para lutar ao lado dos americanos, em nome da democracia, contra o totalitarismo hitlerista, enquanto Getúlio Vargas mantinha em casa uma versão paternalista de fascismo.

Acontece uma greve geral em Antares, até as caveiras aderem a ela. Dois dias depois, uma sexta-feira 13, sete pessoas morrem, entre elas, d. Quitéria, matriarca da família Bampelango e o ostulto advogado, dr. Cícero Branco.

Os grevistas não permitem que elas sejam enterradas. Cria-se um impasse. O que ninguém imagina já é que os sete cadáveres imsepultos e indignados voltarem a vida para exigir o direito de serem sepultados e, para isso, resolvem empertar an da cidade com o ma dreiro da sua produção e contar todos os falcatusos dos membros mais ilustre da cidade. Entre os sete imsepultos d. Quitéria, matriarca da família Bampelango e o ostulto advogado, dr. Cícero Branco.

Enquanto não são enterrados decidem contar os contos com os vivos.

ANEXO M- RESENHA 6

É um livro ótimo e de um dos maiores escritores do Brasil, o nosso saudoso João Guimarães Rosa. Que tinha o dom de escrever sobre as mais variadas histórias de uma maneira inteligente, crítica e ao mesmo tempo reverente, um verdadeiro gênio da literatura brasileira.

Sagarana é um livro que fascina o leitor do início ao fim e várias histórias emocionante e criativas, onde o autor retrata com riqueza de detalhes a beleza da cultura brasileira como por exemplo: Na história Burrinho Pedrez onde fala da vida dos Vaqueiros e tropeiros do sertão brasileiro em época passada, onde os bois eram guiados por longas distâncias por vaqueiros a cavalo. E de seus costumes, anspres e dificuldades.

Duelo: onde mostra como eram resolvidas as brigas entre os homens antigamente no interior do Brasil, com duelos, perseguições, armadilhas e tocaias.

Corpo Fechado onde mostra a fé e a crença do povo brasileiro em...

ANEXO N- RESENHA 7

A OBRA LITERÁRIA DE GEOFFREY BLAINY NOS LEVA A UMA VIA COM
 DE UM SÉCULO EM SUAS TRINTAS E SEIS PÁGINAS CROQUEANDO
 NARRANDO MAIS DE CINQUENTA ACONTECIMENTOS POR UOLTA DO MUNDO.
 SUA NARRATIVA NÃO FICA ESTACIONÁRIA SOMENTE EM ALCUNS FAKS, MAS
 ANTECIPA OS EPIS MARCAM A VIDA E COLIZAMENTO DA POPULAÇÃO MUNDIAL.
 MESMO TRATANDO AS DESCOBERTAS HUMANAS EM VÁRIAS PÁGINAS E
 LUGOS RELACIONADO A POLÍTICA MUNDIAL E ATRÁS PRENDENDO AS NO PUNTO DE
 FUNDO PRINCIPAL ENFERE EM GUERRAS, GOLPES E ESCARAVELAS DE
 E HUMAN FAZEMAS DE PRODUZIR EM UM SÉCULO, COMEÇANDO PELA 1ª
 GUERRA MUNDIAL IAI DEMONSTRANDO A VERDADEIRA CAPACIDADE DO
 SER HUMANO DIANTE DE SUAS AMBICÕES E O DESILATOR EM S PÉLAS VIDAS
 SACRIFICADOS. SEJA PELA HONRA A SU PAÍS, SEU ORGULHO OU O SUELOS
 DESLO DE ALCUNS LÍDERES POR UM TERRETORE.
 OS QUATRO ANOS DE GUERRA FARIA MUITOS PASSAREM POR DIVERSAS
 NECESSIDADES E MILHARES DE MORTES ENTRE OS PAÍSES ENVOLVIDOS, MAS
 ENFERE DO CURTO SEU FIM FOI CAUSADO PELA RETIRADA DA RUSSIA
 OU A ENTENDE DO ESTADOS UNIDOS, MAS A CONDIÇÃO DE FÉRIE EM CENA
 MUDA O RMC DA 1ª GUERRA E A RETIRADA DA RUSSIA FORÇA A ALEMANHIA
 A ASSINAR SEU PRINCIPAL ARMISTÍCIO E A MUDAR O CURSO DO MUNDO, COMO
 DISSIPAR SE PER ALGUM TEMPO DO EUROPA.

MAS ALGUMAS INFLUÊNCIAS SURTAM NOS ANOS PÓS-GUERRA, MAS A
 SITUAÇÃO FINANCEIRA EM VÁRIOS PAÍSES ESTÁ ABITADO. SURGE O MOVIMENTO
 SURGE O MOVIMENTO SOCIALISTA NA RUSSIA ENTÃO DE PODER PELA POLÍTICA
 BOLSHEVIQUE DEIXA O MUNDO APREENSIVO A IL RAZÃO BRUCO NA POLÍTICA,
 EM VÁRIOS DIVERSOS SECTORES DE PAÍS FAZ COMEÇAR OUTROS PAÍSES PASSAM O TEMPO
 ENTÃO LEGUME COM BOLSHEVIQUES.

HITLER ENTÃO NO COMEÇO DO TERCEIRO REICH PELA PRIMEIRA VEZ, MAS É DE
 O RESULTADO DA CUMPRIR PELA EM CAMBIO DE TRÁFICO FORÇADO NA 1ª GUERRA,
 SURGE MUSSOLINI E OS FASCISTAS NEGROS E COM A MARCHA DE 1922 E
 UMA QUINADA NA POLÍTICA EUROPEIA TEMOS O DESPOTA NA MARCHA COM.

ANEXO 0 - RESENHA 8

* Através do Espelho[†] é um romance de ficção, o autor é Sostein Gaarder, romance Norueguês.

Atmosfera deste romance, propõe um reflexo da vida, a pós a morte, de um ponto de vista do Cristianismo.

Este Romance, se encaixa na chamada Teologia-ficção, para analisar ou criticar este enredo, terei de entender o ponto de vista do autor, em questão da criação do Mundo e da Humanidade, narrado por um Anjo Traveso.

Apesar, de séculos de estudo bíblicos, não temos até nos dias de hoje uma comprovação ou existência de Anjos, almas, espíritos ou vida após a morte.

Através do Espelho é uma História de uma menina chamada (Cesilia) como personagem principal, padecendo de uma doença grave, levando-a até a morte. Mas!... que doença é esta?, como tudo comerso?...

Não saberemos estas respostas, e nem outras, por que o autor vai logo ao seu objetivo "O Olho Interior".

São tão mínimos os detalhes dos personagens que logo o autor põe sua personagem (Cesilia) a se debater com um Anjo chamado (Aniel) sobre a criação e evolução do Mundo.

Neste ponto de leitura o autor expõe que os seres Humanos, são como um espelho, que só conseguem enxergar assim mesmos, e não conseguem ver o que há do outro lado, que os seres Humanos compreendem

só em partes, que enxergam tudo num espelho num enigma. Algumas partes do Livro, o autor se inspirou na em algumas passagens da Bíblia ~~ex~~ = Cor; 13. e Também na criação do Mundo e da Humanidade através de (Adão e Eva).